



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA



CELACC/ECA/USP
v. 13 n. 1. (2019)
e-ISSN: 2236-3467

Cultura, Representações Sociais e
Comunicação na América Latina

[EQUIPE EDITORIAL]**Diretor**

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editores Científicos

Profª Dra. Fabiana Félix do Amaral e Silva

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Prof. Dr. Wilton Garcia

Editor Executivo

Luís Antonio Matos

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Marcelo Boujikian | Tikinet

Revisão de Textos

Maísa Kawata e Fernanda Corrêa | Tikinet

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Profª Drª Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Profª Drª Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Profª Drª Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Profª Drª Maria Ângela Pavan (UFRN)

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Jr (ESPM)

Profª Drª Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Profª Drª Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Profª Drª Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London) Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC/UNISO)



CELACC

Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação

Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 - Cidade Universitária
Butantã - São Paulo - SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327
E-mail: celacc@usp.br



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XIII - n. 1 (jul. - dez. 2019)



Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - v. 13, n. 1. (jul./dez. 2019) - São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2019.

Cultura, representações sociais e comunicação na América Latina
Semestral
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-3467

1. Comunicação - América Latina 2. Cultura - América Latina I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação.

CDD 22.ed. - 302.2098

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado

SIBi
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PORTAL DE REVISTAS

6

A dimensão pedagógica do cinema negro: a imagem de afirmação positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio

Celso Luiz Prudente

26

Exu como *trickster*: tresvaloração dos juízos morais no rap de Baco Exu do Blues

Hector Rodrigues Feltrin

40

O legato de Roquette-Pinto e a produção dos podcasts com viés educativo

Luãn José Vaz Chagas, Luana Viana

56

O posicionamento do facebook para a promoção dos direitos humanos

Alana Carolina Gomes, Renata Calonego, Roseane Andrelo

75

Papéis discursivos para mulher: uma análise dos casos da revista *Veja* e do discurso presidencial brasileiro

Samuel Ponsoni, Julia Lourenço Costa

96

Representation of religion in print media in britain and jamaica: a comparative study

Alton Grizzle, Felipe Chibás Ortiz

114

Mapeamento participativo digital e direito à cidade

Elena Maria Rezende,
Alan César Belo Angeluci

129

O facebook enquanto “verdade seduzida”: um ensaio crítico de sua comunidade global

Gabriel Alarcon Madureira

145

Fusões e aquisições na indústria jornalística brasileira na visão do jornalista

Leandro Vieira, Fabiano Rodrigues

169

Mestres do saber oral: a escuta poética da fala

Edison Luís dos Santos

185

Construção do Nordeste no telejornalismo: um estudo do jornal hoje

Sarah Dantas do Rego Silva,
Michele Goulart Massuchin

208

As narrativas sobre os indígenas brasileiros nos megaeventos mundiais do século XXI

Daniel Malanski

227

Identidade e relações interculturais em guarani: a viagem como estratégia narrativa

Luiza Cristina Lusvarghi

241

A necropolítica neoliberal de encontro ao nomadismo

Hanna Cláudia Freitas Rodrigues,
Jonas de Jesus Pinheiro

262

O médico e o jornalista: discursos repetidos para construir corpos ativos

Jeferson Bertoline

277

Ciência, jornalismo e saúde: a judicialização em pauta

Helena Mega,
André Chaves de Melo Silva

292

O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama

João Roque da Silva Junior,
Karina Poli Lima da Cunha

Apresentação

REPRESENTAÇÕES ALARGANDO O ARQUÉTIPO DE SUJEITO-CIDADÃO

Esta edição da revista Extraprensa tem como tema “Cultura, Representações Sociais e Comunicação na América Latina”. O objetivo é refletir sobre os dilemas dos sistemas democráticos nos países continentes referentes aos modelos de representação para além das suas formalidades.

É fato que as democracias no continente são recentes e marcadas por instabilidades devido ao lugar ocupado por estas nações na geopolítica internacional. Isto ficou ainda mais visível com a percepção dos povos latino-americanos acerca dos impactos sociais do receituário neoliberal imposto pelo grande capital transnacional. O aprofundamento da democracia possibilitou questionamentos a este modelo imposto pela ordem mundial dentro dos próprios espaços institucionais da democracia burguesa. Por isto ela é atacada por todos os lados pelas classes dominantes.

De uma forma distinta do que foi nos anos 1960, reconstruiu-se uma ideia do nacional-popular. Mas não necessariamente a partir da voz de intelectuais comprometidos com projetos políticos de cunho socialista que falam em nome de um povo e sua diversidade. A vez agora é de protagonismos midiáticos e culturais dos próprios sujeitos desta diversidade por meio de narrativas direcionadas para além dos espaços políticos tradicionais. A cultura emerge como este novo lugar da práxis política, pois é o lócus da projeção de subjetividades.

Assim, os artigos desta edição trazem estudos que analisam os mecanismos de manutenção da ordem por meio da mídia hegemônica, as sutilezas ideológicas

que reproduzem uma ordem estabelecida e também reflexões sobre iniciativas que pretendem construir uma narrativa a partir “do lado de cá”.

O que chama atenção neste cenário é a sofisticação dos mecanismos de opressão ideológica. Já não se trata apenas de disseminar determinados valores abertamente partidários, mas sim apresentar modelos de representação dos grupos subalternizados gerando a aparência de uma diversidade na mídia.

Evidente que com a institucionalização da ordem democrática não é possível, para as estruturas de poder, ignorar a existência da maioria excluída. Por isto é necessário este deslocamento das narrativas hegemônicas para a definição de papéis e espaços pré-determinados para determinados segmentos, de forma que a sua visibilidade não altere as estruturas de poder.

Observa-se que muitos ainda confundem representação com visibilidade, o que é um grande equívoco. A invisibilidade é, além da não presença nos espaços midiáticos, o estreitamento do arquétipo de cidadão a partir das referências hegemônicas. A participação no grande circo não transforma os gladiadores em cidadãos. O arquétipo de sujeito-cidadão precisa ser alargado e é justamente isto que sinaliza a práxis político-cultural destes sujeitos nas várias experiências. Os estudos desta edição do Extraprensa trazem esta importante reflexão.

Boa leitura,

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Dezembro de 2019

Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC)

A DIMENSÃO
PEDAGÓGICA DO
CINEMA NEGRO:
A IMAGEM DE
AFIRMAÇÃO
POSITIVA DO
ÍBERO-ÁSIO-AFRO-
AMERÍNDIO

[ARTIGO]

Celso Luiz Prudente

Universidade Federal do Mato Grosso

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A imagem do negro é uma questão das relações étnico-raciais. A dimensão pedagógica do cinema negro estabeleceu uma imagem de afirmação positiva da africanidade. O negro brasileiro se constituiu em minoria majorizada. Na era da informação, própria da Revolução Tecnológica, as relações abstratas da representação são mais importantes que as relações concretas do fato. A imagem se tornou fundamental para o afrodescendente, pois as lutas de classe se projetaram em lutas de imagens. Os *nomos* estranhos às culturas eurocidentais são vítimas da desarticulação dos seus traços epistêmicos, justificando a colonização europeia. A dimensão pedagógica se construiu na luta ontológica da imagem de horizontalidade do íbero-ásio-afro-ameríndio contra a verticalidade do euro-hétero-macho-autoritário e sua euro-heteronormatividade.

Palavras-chave: Dimensão Pedagógica. Cinema Negro. Étnico-raciais. Íbero-ásio-afro-ameríndio. Euro-hétero-macho-autoritário.

The image of black individuals is a matter of racial and ethnic relations. The pedagogical aspect of black cinema has established an image of positive affirmation of Africanity. The Brazilian black man was constituted as a major minority. In the age of information, proper to the Technological Revolution, the abstract relations of representation are more important than the concrete relations of facts. The image became fundamental for the Afro-Brazilians since class struggles were projected into image struggles. The *nomos* foreign to the Eurocentric cultures are victims of the disarticulation of their epistemic traits, justifying the European colonization. The pedagogical aspect was constructed in the ontological struggle of the image of horizontality of the Iberian-Asian-African-Amerindian against the verticality of the Euro-hetero-male-authoritarian and its Euroheteronormativity.

Keywords: Pedagogical Aspect. Black Cinema. Racial & Ethnic. Iberian-Asian-African-Amerindian. Euro-hetero-male-authoritarian.

La imagen del hombre negro es una cuestión de relaciones étnico-raciales. La dimensión pedagógica del cine negro ha establecido una imagen de afirmación positiva de la africanidad. El hombre negro brasileño se constituyó como minoría mayoritaria. En la era de la información, propia de la Revolución Tecnológica, las relaciones abstratas de representación son más importantes que las relaciones concretas. La imagen se convirtió en fundamental para el afrodescendiente, ya que las luchas de clase se proyectaban en luchas de imagen. Los *nomos* ajenos a las culturas eurocéntricas son víctimas de la desarticulación de sus rasgos epistémicos, justificando la colonización europea. La dimensión pedagógica del Cinema Negro se construyó en la lucha ontológica de la imagen de horizontalidad del AfroÍbero-Asio-Afro-Amerindio frente a la verticalidad del Euro-hetero-macho-autoritario y su Euroheteronormatividad.

Palabras clave: Dimensión Pedagógica. Cinema Negro. Étnico-racial. Ibero-asio-afro-amerindio. Euro-hetero-macho-autoritario.

Lusofonia de horizontalidade democrática

Este artigo faz uma análise crítica e reflexiva da marginalização sociocultural da imagem do afrodescendente, no âmbito das relações étnico-raciais do negro. Considerou-se a tentativa da fragmentação do traço epistemológico da africanidade, que foi feita pela eurocolonização contra todas as culturas estranhas aos nomos europeus. Esta situação concorreu contra as culturalidades da amerindidade, da africanidade, da asiaticidade e da ibericidade. Fez-se este balbúcio da fragmentação dos traços epistêmicos, ocupando-se de uma variedade de cores, que foi desconectada da consciência do respeito à diversidade.

Comportamento no qual se tentou por mera brancura impor o processo de supremacia da cor branca, sobre uma polissemia colorida de dinâmica multicolor, que foi negada. Com isto se buscou uma imposição vertical de universo contra um dinamismo horizontal dos diversos. Percebeu-se aí uma espécie de possível relação darwiniana, cujo “pleno” sentido da existência do branco se estabeleceu somente no processo da mera sobrevivência da polissemia do colorido dos não brancos.

Constatou-se este tentame de submissão racial, que se configurou com o estereótipo de inferioridade imposto aos vermelhos negando o ameríndio, aos pretos negando o africano e aos amarelos negando o asiático. Situação que se estendeu também aos ibéricos, na medida em que não eram considerados europeus.

Adotou-se nesta linha de compreensão que os ibéricos foram colonizados

também pela Europa. Constatou-se o protagonismo ibérico no teatro colonial, no simultâneo papel de objeto da colonização eurocidental. A ibericidade constituiu os membros, inferiores e superiores, do corpo da colonização para atender os interesses da hegemonia eurocaucasiana da cabeça colonial, que também lhe foi estranha.

Impuseram-na com efeito nesta esdrúxula duplicidade de papel, em razão de um problema consuetudinário do europeu, que se mostrava avesso a qualquer incursão aquática, fluvial ou marítima.

A poderosa Igreja Católica Apostólica Romana promoveu a colonização no afã de pagar uma remota dívida com os judeus. Esta dívida foi herdada do cristianismo primogênito, que enquanto nômades não produziam, quando os judeus foram proibidos de promover usuras com os seus, conforme se observou nos livros do Antigo Testamento, tais como nos livros do Êxodo¹, Levítico² e Deuteronômio³ (PRUDENTE,

1 **Êxodo** 22: 24 – “Se emprestares dinheiro a um compatriota, ao indigente que está em teu meio, não agirás com ele como credor que impões juros. Se tomares o manto do teu próximo em penhor, tu lho restituirás antes do pôr-do-sol”.

2 **Levítico** 25: 36, 38 – “Não tomarás dele nem juros nem usuras, mas terás o temor do teu Deus, e que o teu irmão viva contigo. Não lhes emprestarás dinheiro a juros, nem lhe darás alimento para receber usura: eu sou Yahweh vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito para vos dar a terra de Canaã para ser vosso Deus”.

3 **Deuteronômio** 23: 18, 20- “Não haverá prostituta sagrada entre os israelitas, nem prostituto sagrado entre os israelitas. Não trarás à casa de Yahweh, teu Deus, o salário de uma prostituta, nem o pagamento e um ‘cão’ por algum voto, porque ambos são abomináveis a Yahweh teu Deus”.

Não emprestes ao teu irmão com juros, quer se trate de empréstimo de dinheiro, quer de víveres ou de qualquer outra coisa sobre a qual é costume exigir um juro.

2018, p. 96); desta maneira, encontraram como alternativa a promoção da colonização para atender a carência dos cristãos. Fez-se assim a sacra ação colonial no sentido da exploração acumulativa na África e nas Índias. Esta sagrada articulação papal concorreu na contramão do costume europeu, que desenvolveu um imaginário de profunda negação à ida às águas. Percebiam-na como lugar de castigo reservado aos insanos mentais. Como segue:

[...] na paisagem imaginária da Renascença; e nela, logo ocupará lugar privilegiado: é a Nau dos Loucos, estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios [...]. O quadro de Bosch, evidentemente, pertence a essa onda onírica. Mas de todas essas naves romanescas ou satíricas, a Narrenschiff é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros. [...] deixava-se que corressem pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos (FOUCAULT, 2005, p. 9).

Esta postura euroconsuetudinária observava por conseguinte pecaminosa e aventureira a ação de água adentro. Os representantes de Deus encontraram, diante deste impasse, nos ibéricos a salvação para estender a fé da cruz na iracunda colonização aos pretos africanos e aos amarelos asiáticos, acumulando riqueza para o Tesouro de Cristo. Isto concorreu para formação de acúmulo necessário à posterior Revolução Industrial, que foi feita pelos ingleses europeus. Reservou-se à lusitanidade a situação de vítima mais privilegiada

da empresa colonial, localizada neste processo como operadora da eurocolonização.

O discernimento do português como vítima da colonização foi fundamental para aproximar os povos de países de língua portuguesa, localizando-os em uma linha comum dos que foram vitimados pela eurocolonização. Para a situação de analogia por contiguidade dos que constituíram em objeto da colonização europeia foi percebido também um ideal, que se colocou no sentido da identificação.

Isto se fez com o desiderato da Revolução dos Cravos, na década de 1970, pois aí se deu uma quimera revolucionária, cujas demandas de liberdade e de igualdade colocavam a lusofonia em uma perspectiva comum, no âmbito de um desiderato revolucionário, que apontou a negação de qualquer possibilidade de dominação colonial, e de desarticulação das ações de manutenção da assimetria social.

Concluiu-se nesta linha de abordagem que o ibérico, o asiático, o africano e o ameríndio constituíram condição de minoria perante a hegemonia do poder da eurocolonização. Esta ação colonial de política eurocêntrica tem como essência a euro-heteronormatividade, que determina o poder do homem branco, hétero, macho ordenador de todas as bioexistências, reificando-as em mero proveito deste tipo de homem em voga.

Este europatriarcalismo foi caracterizado na hegemonia imagética do euro-hétero-macho-autoritário. O fenômeno em questão configurou uma espécie de possível lusofonia democrática de horizontalidade, que se expressou na

imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio. Fez-se isto em constante conflito com o racismo, o machismo e a homofobia eurocêntrica, que constituíram a essência da euro-heteronormatividade.

Ver-se-á na abordagem em questão a insistência em demonstrar que o cinema negro tem no seu seio uma dimensão pedagógica, que se estabeleceu como imagem de afirmação positiva do afrodescendente e da africanidade. Considera-se, neste contexto, que o negro diaspórico se constituiu, no caso específico brasileiro, em uma possível espécie de maioria minorizada. Insistiu-se nesta observação crítica e reflexiva, que na era da informação, própria da Revolução Tecnológica, as revelações abstratas da representação são mais importantes do que as relações concretas do fato.

A dimensão pedagógica do cinema negro

Este artigo empenha-se para demonstrar a dimensão pedagógica do cinema negro, considerando a emergente necessidade da imagem de afirmação positiva do afrodescendente, que se constituiu na população brasileira em grande expressão quantitativa, tornando-se por isto uma possível espécie de minoria majorizada. Considerou-se aí a condição de maioria absoluta da população e minoria que foi também absolutamente diminuta em relação ao poder socioeconômico do Brasil, que privilegiou socialmente o segmento mais próximo da analogia com o fenótipo do eurocaucasiano.

Foi sensato supor que no sistema da iniciativa privada o oprimido se mostrou privado de iniciativa. Razão pela qual se buscou fragmentar o traço epistêmico dos povos de culturas diferentes dos nomos da eurocolonização. Nos países poliétnicos de economia dependente, como observa-se no caso específico do Brasil, pareceu sensato sugerir que o modo de produção determinou a localização social, pautando também a seleção racial (PRUDENTE, 2007, p. 7). Para esta linha de compreensão, o privilégio se demonstrou como objeto dos segmentos que mostraram mais aproximação com a analogia de contiguidade com a feição do eurocolonizador branco.

Notou-se o implacável tentame de fragmentação do traço epistemológico do preto, do amarelo, do vermelho e do suposto branco não europeu, como foi o caso dos ibéricos. Fê-lo, sobretudo, no processamento do estereótipo do negro, indicando-o à mais folclórica boçalização. Objetivou-se com isto a concorrência para o mito da superioridade racial do eurocaucasiano, que se expressou aqui por analogia de contiguidade com o branco ibérico.

Reiterou-se no Brasil a observação em razão da crise de identidade, cuja causa se revelou demonstrando um quadro patológico de esquizofrenia concorrente ao eurocentrismo. Isto se deu na medida em que entre os brasileiros miscigênicos incidiu o déficit da consciência cultural, cujas matrizes formadoras, notadamente a ibérica, a asiática, a africana e a ameríndia, foram objeto de autonegação racial. Constatou-se neste contexto que o povo não se aceita nas imagens, tais como: o suposto branco luso ibérico, o amarelo asiático, o preto africano e o vermelho ameríndio.

Demonstrou-se nesta linha de abordagem uma provável retro-taxionomia-étnico-racial⁴, em que a configuração foi assim: o brasileiro se aceitou somente português quando foi chamado de índio; aceitou-se sequentemente índio quando foi indicado como negro. Observou-se nesta retro-taxionomia-étnico-racial um ícone negativo, percebendo aí a africanidade com a mais densa concentração de negatividade.

Percebeu-se nas relações da linha de cor uma demanda decorrente do processo sociocultural, que encontrou na contradição do problema da marginalização étnico-racial do negro como minoria o símbolo da incongruência social. Demonstrou-se aqui sensato supor que raça e classe se confundem em imagens das relações de cor. Notou-se nesta linha de compreensão que a pirâmide social brasileira sugestionou a configuração de uma fórmula química, ilustrando-se assim: foi clareando no sentido do cume, na medida que foi escurecendo na acepção à base. Como observou Prudente (2018, p. 91):

[...] a pirâmide social brasileira parece uma fórmula química. É assim escura embaixo na medida em que sobe vai clareando, isto

4 Retro-taxionomia-étnico-racial: é uma categoria taxionômica de frente para trás, especificamente brasileira para o português, o índio e o negro, demonstrando sua autonegação étnico-racial. Pois a pessoa só se aceita português quando foi chamada de índio, subsequentemente a pessoa só se aceita também como índio, quando foi chamada de negra, que é o último da retro-taxionomia-étnico-racial do íbero-ásio-afro-ameríndio, que não tem como olvidar a condição de negro pela expressão absoluta da sua presença. O negro é uma das poucas minorias cuja presença não permite mitificar a condição minoritária. Fenômeno que talvez seja possível em outras minorias, como judeus, homossexuais e outras, que são geralmente marcados por culturas e opção de comportamento.

confirma o que se observou nesta abordagem que por questão historicamente determinada a classe expressa raça no mesmo processo construtivo no qual a raça indica classe.



Constatou-se que a assimetria de caráter étnico-racial, dominante na contradição social, se tornou também a base de inspiração do estereótipo constatado nos meios de comunicação de massa. O cinema e a televisão ocuparam papel estratégico na tentativa de fragmentação do traço epistemológico da africanidade. Isto se deu com a pretensão de aviltar a imagem do negro, impondo-lhe a construção da inferioridade racial da pessoa de cor preta, o negroide, que se demonstrou essencial ao negro africano.

Balbuçou-se por outro lado o mito da superioridade racial do indivíduo de cor branca, o caucasiano, que se mostrou substancial ao branco europeu. Construiu-se nesta linha de discernimento o branco como signo do benigno, que se sugeriu fundamental para o progresso, construindo em contrapartida o negro como símbolo maligno, sugerindo essencial ao atraso.

Notou-se no estereótipo contra a imagem dos povos dos nomos – tais como da ibericidade, da asiaticidade, da africanidade e da amerindidade – um

comportamento próprio da tentativa de desarticulação eurocêntrica, que caracterizou uma política imagética vertical do euro-hétero-macho-autoritário, cujo objetivo foi a justificativa da impetuosidade peculiar do anacronismo excludente da eurocolonização. Postura que buscou envilecer, sobretudo, a emergência da imagem horizontal do íbero-ásio-afro-ameríndio na contemporaneidade inclusiva das minorias feita diante da reificação da euro-heteronormatividade. Este comportamento incidiu na dimensão pedagógica do cinema negro:

Vê-se aí de forma cristalina e inequívoca a dimensão do cinema negro. No projeto cinematográfico em que o negro vai para além da posição de protagonista, sendo sujeito histórico, na medida em que reescrever com a objetiva a sua própria representação, inspirando assim as minorias como um todo na luta contra a euro-heteronormatividade, que foi dada pela imagética de dominação do euro-hétero-macho-autoritário (PRUDENTE, 2018, p. 105).

Fez-se assim no cinema o estereótipo étnico-racial contra o ibérico lusitano, o asiático, o africano e o ameríndio.

Construiu-se uma negatividade multicolor da dinâmica colorida do personagem branco português, configurando-o como animal que “só faz burrice”; caracterizando o preto como boçal que “só faz negrice”, “engraçado e trapalhão”; pintando o amarelo como sem força, “amarelou”, “japa de pau pequeno”; desenhando o vermelho como “selvagem, perigoso e incapaz”, “vagabundo contra o progresso”. Fez-se isso, contudo, para impor a figura do branco como

perfeição para qualquer relação, “estou sendo claro”, “quero ser muito claro”, “precisa clareza para gente ser melhor” etc.

Incidiu-se o discernimento da categoria de dimensão pedagógica do cinema negro, quando se percebeu a fragmentação da imagem epistemológica do negro, assim como da imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio e todas as minorias, em relação à estranheza para a reificação da euro-heteronormatividade. Diante desta aviltação da imagem do afrodescendente e das minorias, tornou-se necessário a reconstrução da imagem de afirmação positiva.

Na Revolução Tecnológica, a informação ganhou a mesma importância que a máquina ocupou na era industrial, considerando a informação como conhecimento, na mesma medida que se percebeu o sentido de informação da imagem como fator de representação. Percebeu-se, nesta era tecnológica em voga, que as relações abstratas da representação se tornaram mais importantes do que as relações concretas do fato. Notou-se nesta linha de discernimento que as lutas de classes se traduziram em conflitos de minorias vulneráveis, projetando-se em lutas de imagens.

Percebeu-se aí a emergência de uma luta ontológica da horizontalidade da imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio, enquanto minorias contra a dominação hegemônica da verticalidade imagética do euro-hétero-macho-autoritário. Esta luta ontológica se estabeleceu no processo da contemporaneidade inclusiva de imagem das minorias versus o anacronismo excludente da imagética eurocolonial estabelecida.

De tal sorte que o principal ponto da unidade da imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio está na luta ontológica da afirmação positiva, que se dimensiona e também se estabelece como estrutura na dimensão pedagógica do cinema negro, tendo por sua vez a refundação da imagem da humanidade na essência da luta pela liberdade na medida em que a colonização é desumana e tentadora do sentido epistemológico das culturas não ocidentais (PRUDENTE, 2018, p. 192).

Fez-se assim a construção da imagem de afirmação positiva do afrodescendente como minoria, que se deu no processo de contemporaneidade inclusiva, ensinando à sociedade como ela é, como deve ser tratada. Este comportamento foi essencial para compreensão da dimensão pedagógica do cinema negro:

Nota-se que, desta maneira, as minorias constroem, por meio da dimensão pedagógica do cinema negro, sua imagem de afirmação positiva, humanizando ainda mais as relações humanas, na medida em que ensina a sociedade a se libertar do peso do preconceito, que a dificulta viver a contemporaneidade do conhecimento, que é antitético em relação ao preconceito (PRUDENTE, 2018, p. 105).

A dimensão pedagógica do cinema negro foi elemento essencial da tineta em voga. Foi na dimensão pedagógica do cinema negro que o afrodescendente reescreveu sua história com a objetiva. Fenômeno que se configurou na imagem de afirmação positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio e das minorias como um todo que foram vítimas do estereótipo da inferioridade imposto no audiovisual.

Chanchada

Cumpriu-se nesta linha de abordagem notar os estereótipos como elemento substancial na chanchada, que foi a primeira fase do cinema brasileiro. Notou-se na tendência cinematográfica em questão o papel de eco do imperialismo cultural, compreendida e denominada por cinema dos Grandes Studios. Para concorrência dos emolumentos externos se fez um cinema popular com base no nacionalismo e no folclore, considerando a inércia do folclore, pois se refletiu no traço cultural morto, sem possibilidade de desenvolver movimentação dialética. Com isto, se estabeleceu uma tendência cinematográfica contrária aos nomos das matrizes formadoras da cultura brasileira, tais como: a ibérica, a asiática, a africana e a ameríndia.

Observa-se, neste artigo, que esta tineta do cinema foi objeto do getulismo, constituindo-se na desarticulação da frágil política ruralista em proveito do positivismo industrialista, como observou Prudente:

No Brasil, a chanchada é o início da história do cinema e nela se nota o problema da contradição sociorracial, na medida em que atende a luta pela ascensão do industrialismo contra a aristocracia agrária, que ainda tentava resistir diante do golpe do positivismo industrial. O período getulista buscou no cinema a articulação positivista do progresso, desarticulando os processos de ruralidade. De tal sorte que a chanchada será uma tendência cinematográfica, que foi dada pelo industrialismo caracterizado nos grandes estúdios, cujo propósito era atender os interesses do colonialismo cultural.

Percebe-se, nesta abordagem, um esforço essencial da chanchada para tentar colar na pessoa do campo um símbolo de atraso, que era estranho ao processamento do progresso, razão pela qual o camponês foi a referência deste comportamento (PRUDENTE, 2018, p. 72-73).

No afã do atendimento deste interesse construíram uma imagem do camponês, que se mostrava alheio ao progresso. Demonstravam-no avesso à postura progressista de possibilidade industrial, uma das razões pela qual a chanchada se ocupou do estereótipo de inferioridade do ameríndio, que foi considerado ancestral do camponês.

Esta tendência cinematográfica se estabeleceu em um processo de relações étnico-raciais, cujos negro, índio, japonês e português foram vítimas do ensaio da fragmentação epistêmica. Ação que se construiu por meio de personagens que foram interpretados com demasiado efeito plástico, tentando por sua vez evidenciar anomalia na configuração de pensamento. Constatou-se na chanchada um processo de relações étnico-raciais de negação da imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio, colocando-a de forma folclórica e avessa ao progresso.

Concepção na qual se notou a invisibilidade física do negro, mediante sua absoluta presença axiológica. Observou-se portanto que a chanchada teve influência do teatro de revista, cuja música carnavalesca de essência afro foi consubstancial. Na terceira década do século XX, o samba ocupou os salões de dança. O getulismo precisava desta maneira de base para articulação do Estado Novo, razão pela qual

indicou o samba como unidade nacional. Conforme escreveu Prudente:

A interpretação do Jeca Tatu ficou eternizada no talento do comediante Mazaropi, que de forma singular conseguiu construir a imagem de atraso do camponês como fator de empecilho para o progresso industrial. De tal sorte que esse tipo de comportamento concorreu em detrimento da aristocracia agrária. Soma-se à discriminação racial contra o íbero-ameríndio a invisibilidade que foi dada ao negro na chanchada. Vê-se, contudo, na tal invisibilidade um elemento genuinamente brasileiro, no qual o negro não tem espaço como pessoa, mas é dominante como valor (PRUDENTE, 2018, p. 74).

Discerniu-se que aí o samba como música de carnaval se tornou componente icônico desta fase inicial do cinema brasileiro.

Percebeu-se que o personagem negro teve presença rarefeita, sendo quase invisível. Por outro lado, a cultura afro mostrou expressiva presença, com a dança e a música, usando alma do negro, mas negando o seu corpo como intérprete de personagem. A chanchada fez a réproba apropriação cultural da africanidade em proveito da sua estética, concomitante à invisibilidade do ator afrodescendente. As raras aparições estavam reservadas à teleologia do estereótipo, visando-lhe o balbucio da boçalização.

Ao ameríndio foi reservado a condição de incauto, configurado na postura do anti-herói sempre avesso à emergência do progresso. Compreendeu-se aqui o

camponês como sendo continuidade do indígena, observando que o dimensionamento tribal persistiu no dimensionamento rural. A negação étnico-racial do índio, do negro, do asiático e do português encontrou seu paroxismo com o personagem Jeca Tatu, que foi interpretado pelo célebre ator Mazzaropi.

Tratava-se de um camponês de flagrantes traços indígenas, totalmente estranho a qualquer tipo de progresso. Tentou-se com isto desenhar o atraso rural diante do avanço urbano, usando o fenótipo ameríndio, que foi um ancestral do camponês. Comportamento que concorreu para fragmentação do traço epistemológico ameríndio, usando-se do sistemático estereótipo da inferioridade do índio no cinema de chanchada.

No início do primeiro meado do século XX, constatou-se o transporte de tração humana, em que uma pessoa puxava carroça para frete de valor baixo. Notou-se predominantemente neste serviço o português, que por isto foi chamado de burro-sem-rabo. Isto foi observado por Juarez Avelar:

O lusitano está infelizmente no imaginário brasileiro como burro em razão da falta de consciência identitária do íbero-afro-ásio-ameríndio. Constatou-se em um livro de contos autobiográficos de um estudante de medicina da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro que se formava e precisou fazer o transporte de uma cadeira para fotografia de formatura. Na condição de estudante geralmente sem dinheiro a contratação do meio de transporte mais barato foi o burro-sem-rabo. Uma carroça com tração

humana que geralmente era puxada por portugueses empobrecidos, como segue: “Depois de vencer mais um obstáculo, ao conseguir a cadeira, surgiu outro: como transportá-la? Pensei logo em um burro-sem-rabo que daria conta de carregá-la e seria mais barato que um caminhão de carga. Assim o meio de transporte que contratei, muito comum no Rio de Janeiro daquela época que fazia grandes mudanças de residências. [...] o transportador, de estatura mediana, transpirava por todos os poros, e, com seu legítimo sotaque lusitano, reclamou pela primeira vez [...] (AVELAR, 2018, p. 63 e 65).

Este tratamento concorreu também para formar um imaginário de inferioridade ao ibérico, visto como branco empobrecido. Notou-se neste comportamento concorrência de vileza, que se demonstrou prejudicial à imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio no audiovisual.

Observou-se que no Segundo Reinado D. Pedro II procurou, como imperador jovem, montar um governo com a presença de pessoas mais à sua semelhança juvenil, com a chamada neocracia. Notou-se também que o processo de urbanização desarticulou a família patriarcal, desarticulando o seu esteio na figura do patriarcado. Este comportamento apontou para profissões que colocaram em questão o inquestionável domínio doméstico. Fenômeno que se constatou entre outras expressões profissionais, tais como o médico, que para além do padre, totalmente controlado pelo patriarca, teve acesso reservado à conversa com sua mulher, que não eram poucas no ambiente familiar em razão da possível poligamia, que se deu pela influência mourística presente na cultura ibérica. As festas de salão com os

tradicionais bailes, junto com os charmosos cafés, nos centros urbanos permitiram uma nova ambiência de comportamento individual mais favorável à liberdade da mulher, que foi muito restrita ao ruralismo patriarcal (SOUZA 2017, p. 62). Constatou-se também a distinção entre os comportamentos europeu e português, chamando possivelmente atenção para negação do ibérico-asiático na modernização brasileira, que foi feita pela reeuropeização. Como escreveu Jessé Souza:

A reeuropeização teve um caráter de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura, por meio da influência de uma Europa, agora já francamente burguesa, no exemplo da França, Alemanha, Itália e, especialmente, da grande potência imperial e industrial da época e terra natal do individualismo protestante, a Inglaterra. [...] São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de modernidade da sociedade brasileira de então. No estilo de vida, e aí Gilberto Freire chama atenção para influência decisiva dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, mudaram-se hábitos, a arquitetura das casas, o jeito de vestir, as cores da moda, algumas vezes com o exagero do uso de tecidos grossos e impróprios ao clima tropical. **Bebia-se agora cerveja e comia-se pão como inglês, e tudo que era português ou oriental transformou-se em sinal de mau gosto** (SOUZA, 2017, p. 62-63, grifo nosso).

Este comportamento simbólico de negação da intelectualidade ibérica foi apropriado pelos meios de comunicação de massa, notadamente o cinema e na televisão. Fez-se desta maneira em processo ainda

recente um seriado humorístico, intitulado *A grande família*, de Oduvaldo Viana Filho e Armando Costa, com direção de Mauro Mendonça e a genialidade de Guel Arraes, cujo enredo trouxe a caricatura crítica de uma vila de classe média baixa decadente. Construíram, com efeito, o *Beizola*, um pasteleiro português sem zelo e anódino, tratando-se de personagem de lusitanidade burlesca, que foi sempre preso à folclórica memória da sua “mãezinha portuguesa”.

Discerniu-se, por sua vez, o inequívoco papel da chanchada como de instrumento político de dimensionamento dual, cujas vetorizações se mostraram assim:

- a) Atendimento ao interesse de industrialismo do positivismo da política getulista, que se deu contra o combalido ruralismo, caricaturado na estultícia do Jeca Tatu. Notou-se aí o ensaio da imposição do estereótipo de inferioridade racial à imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio. Isto formou um dimensionamento cine-étnico-racial⁵ do chanchadismo que se fez contra as expressões dos povos de nomos adventícios ao eurocolonialismo concorrente à hegemonia imagética do euro-hetero-macho-autoritário, impondo-se contra os diferentes a força coercitiva da reificadora euro-heteronormatividade.
- b) Estabelecimento do imperialismo cultural, que se fez usando também os Grandes Studios. Usou-se para tal a desarticulação dos dimensionamentos da

⁵ **Cine-étnico-racial:** tendência cinematográfica que tem por finalidade a desarticulação racial de segmentos que foram subalternizados na chanchada, como o ibérico, o asiático, o africano e o ameríndio.

pobreza, tentando reduzi-la ao estereótipo da inferioridade. Isto para inflar o mito da superioridade racial do branco, como expressão do caucasiano eurocolonial. Fenômeno que se revelou na construção da superioridade do protestantismo dos povos europeus, reverso ao catolicismo, que foi imposto à ibericidade, à asiaticidade, à africanidade e à amerindidade (SOUZA, 2017, p. 63). Isto concorreu em proveito da imposição do mito de insigne do protestantismo anglo-saxônico sobre o catolicismo meridional e dos trópicos. Este comportamento impregnou a teleologia da chanchada, cumprindo sua finalidade de fragmentar o espírito epistêmico do português, do japonês, do negro e do índio, marginalizando-os com estereótipo de incauto, que aviltou a imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio. Colocaram-nos por conta disso na condição de minoria. Isto se deu em razão de ser diferente da coercitiva coisificação do abespinhadiço poder de caráter referencial da euro-heteronormatividade.

Registrou-se outra corrente cinematográfica brasileira, que surgiu para contrariar a visão alienante da chanchada, que não inseriu elementos da realidade como fator essencial a esta tendência. Esta postura social mais crítica ficou a cargo do cinema novo.

O cinema novo

Com o propósito de contrariar o atendimento externo próprio do fim da chanchada, o cinema novo surgiu voltado para a

realidade brasileira. Adotou nesta linha de abordagem a cultura popular, considerando o seu sentido dialético, que se fez na perspectiva da transformação. Demonstrou-se, pertinente lembrar, o viés marxista desta corrente do cinema, que buscou na possibilidade proletária, dos empobrecidos, seu ideal estético.

Como foi constatado, o chanchadismo usou do folclore, evitando as possibilidades de contraposição do empobrecido negado, considerando que o folclore constituiu a expressão da cultura morta, que não sobreviveu. Com base nisso, o cinemanovismo buscou o contrário desse comportamento, ocupando-se da cultura popular em uma perspectiva dialética. Fez-se assim para uma concorrência em proveito de uma linha estética com compromisso social.

O cinema novo ocupou-se do dualismo de polaridade social, tornando-o consubstancial a sua estética. Fê-lo no sentido da formação de uma sintaxe com base nas lutas de classes, considerando-se também aí os diferentes níveis de projeções do conflito entre dominantes e dominados e empobrecidos versus os que são socialmente promovidos. Esta postura de intelectual de esquerda se mostrou própria do cinemanovismo. Este comportamento de compromisso social foi observado em Glauber Rocha, na análise de Ismail Xavier, quando este pesquisador observou o principal ideólogo do cinemanovismo. Leciona Ismail Xavier:

Sabemos que Glauber Rocha, como outros artistas naquela década, trazia consigo o imperativo da participação no processo político social, assumindo inteiramente o caráter ideológico do seu trabalho

– ideológico em sentido forte – de pensamento interessado, vinculado à luta de classes. Afirmava então o desejo de conscientizar o povo, a intenção de revelar os mecanismos de exploração do trabalho inerente à estrutura do país e a vontade de contribuir para a construção de uma cultura popular; linhas de força que se manifestam no cinema, na música e no teatro. Era a forma específica encontrada por artistas brasileiros para expressar o seu compromisso histórico e seu alinhamento com as forças empenhadas na transformação da sociedade (XAVIER, 1983, p. 11).

Estabeleceu-se para tal o preto como símbolo da pobreza, indicando, por sua vez, o branco como expressão de riqueza. Foi feito desta maneira uma sintaxe com base em uma possível relação étnico-cine-marxista⁶, que se deu em processo semiótico de signos das cores, que foram dadas na dinâmica da representação referencial das relações raciais, que foi demandada por lugar de cor como localização social conflitante.

Observou-se nesta linha de abordagem que o cinema novo adotou o negro como referencial estético, considerando-se, sobretudo, o comportamento do seu mais importante ideólogo, o cineasta baiano Glauber Rocha. Este realizador percebeu o surgimento da estética cinemanovista no filme *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos, que foi também o seu primeiro longa-metragem.

⁶ **Étnico-cine-marxista:** a influência marxista do cinema em favor das relações étnico-racial do negro, como minoria para se articular a imagem horizontal do ibero-afro-ásio-ameríndio.

Notou-se uma acuidade étnico-racial do negro na película em voga. Pois nela se viu inequívoca ambiência do negro e da sua cultura, afirmando aí uma cultura popular nacionalista, contra o colonialismo cultural impregnado no cinema brasileiro, que foi combatido por Nelson Pereira. Nesse trabalho, a favela ganhou, sobretudo, indicativo do onirismo utópico, sendo um lugar ideal onde a música, a dança e a culinária mostraram também traços da africanidade.

Constatou-se em *Rio, 40 graus* nuance do realismo italiano. Isto conjugado às relações comunais da consciência de taboralidade, que se constatou no samba. Comportamento sugestivo da consciência popular, que se percebeu na africanidade. Analisou-se neste caso específico a inegável visão socialista do Nelson Pereira, que percebeu na cultura negra elementos essenciais da relação comunal, que foi cara à sua visão socialista. A africanidade da música, da dança e da culinária, como expressão da cultura popular própria da vida na favela, somada à contradição social da humilhação que o comportamento burguês impõe ao povo, foi elemento estrutural do cinema novo. Como observou Fernão Ramos:

A narrativa de Rio, 40 graus pode ser vista como exemplo do estreito relacionamento entre estas duas estruturas no campo do cinema. O filme se articula em torno de meninos vendedores de amendoim, cujas estórias não evoluem livremente, mas motivadas por casualidades independentes. Ao mesmo tempo, sente-se a preocupação constante do filme em mostrar a favela, a imagem do povo e – traço que pode ser considerado estrutural no primeiro cinema novo – a oposição à burguesia abastada e mau-caráter.

A imagem do popular, do povo da favela, é realçada para provocar o sentimento de compaixão no espectador através de sua oposição brusca com elementos emocionais inversos que cercam o universo burguês. Exemplo claro e articulado de uma estória do filme sobre um menino que está com a mãe muito doente e vai vender amendoim para comprar seu remédio. Duas situações extremas são elaboradas com o intuito de realçar o “piegas” desta compaixão. Quando sai, o menino, apesar da insistência da mãe (e sem que ela o saiba), deixa de comer para que esta se alimente. Algumas sequências mais tarde, depois de várias tomadas onde são mostrados os burgueses em suas conversas fúteis no ócio de uma praia, este mesmo menino tem sua lata com amendoim brutalmente inutilizada por um garotão da areia. A situação torna-se patética diante da necessidade extrema que o vendedor tem de conseguir dinheiro e da insistência do garoto em humilhar o favelado. Logo em seguida a esta cena há um corte e a mãe doente do vendedor de amendoim aparece novamente na cama (RAMOS, 1960, p. 305-306).

Notou-se que diante disso, Glauber Rocha convidou Nelson Pereira para montar o filme *Barravento*, que foi sua primeira realização em longa-metragem. Pois, “Glauber Rocha, considerado o principal líder do cinema novo, viu no filme *Rio, 40 graus* um verdadeiro manifesto antropológico, cujo povo é visto em si mesmo. O povo é colocado diante de um espelho de forma inovadora” (PRUDENTE, 1995, p. 158). Tornou-se por isso objeto de censura, considerado totalmente diferente, na medida em que ocupou o negro e sua cultura como referência. Africanidade do

morro que foi essencial à cultura popular, na vida cotidiana das amplas massas, caracterizada na imagem horizontal do íbero-ásio-afro-ameríndio. Nelson Pereira colocou o povo diante de si mesmo, tornando-se por isso indesejável à ordem estabelecida. Como avaliou Raquel Gerber:

A proibição do filme, que gera uma repercussão de caráter nacional, marca politicamente as origens do cinema novo. Glauber Rocha dirá que *Rio, 40 graus* é um documento de importância antropológica – como único filme sobre o Brasil na realidade dos anos 50. E “o público na realidade se chocou com a brutalidade do filme, [...] foi a primeira decepção do povo brasileiro diante do seu espelho” (GERBER, 1977, p. 13).

Este filme seguiu a mesma linha de reflexão marxista, cujo conflito, de forças diferenciais, se projetou como relação das cores, configurando relações étnico-raciais do negro como tradução de antagonismo social.

Barravento mostrou no enredo a comunidade de pescadores negros da praia de Buraquinho. Tratou-se neste caso da pesca artesanal de subsistência, que se fez na absoluta obediência à tradição dos orixás. Constatava-se aí a relação étnico-racial da africanidade, que sugeriu um tempo memorial de atemporalidade da tradição milenar. Pois se notou neste contexto a religiosidade iorubá, que se deu em um espaço de persistência centenária da lógica acumulativa eurocolonial própria da relação de poder da política brasileira. Observou-se somente dois personagens brancos, que foram externos e estranhos a essa aldeia praiana: o dono da rede e o policial. Como observou Prudente, no livro intitulado *Barravento: o negro como*

possível referencial estético do cinema novo de Glauber Rocha:

Do quadro social da marginalização do negro, temos como desdobramento um elemento que se configura como parte do dilema do indivíduo embutido na miséria – a violência policial. Nas relações dos grupos diferenciais, resta para os oprimidos o aparelho repressivo como representação do poder institucional para defender as classes dominantes em detrimento das classes dominadas, onde o negro é expressão do nível mais baixo em que a pobreza se manifesta. A polícia é instrumento do poder que entre nós tem cor e sexo, isto é, privilegia brancos e homens. Ela desarticula a iniciativa das classes subalternas dos pescadores, manda retirar do grupo a rede com a qual o mesmo trabalha para a difícil sobrevivência. A própria presença da polícia, no filme, ocorre concomitantemente com o aparecimento do branco em sua condição de branco marginalizado (visto que Seu Vicente era supostamente branco, mas tinha condição real de negro devido à sua cultura e sua condição de miséria) (PRUDENTE, 1995, p. 174-175).

Cumpriu-se salientar o manifesto do movimento cinemanovista, demonstrando que na origem sua temática essencial se constituiu da questão (cultura) e do problema (contradição social) do negro. Pois foi constatado este manifesto cinematográfico, como produção do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1962. O manifesto foi intitulado *Cinco vezes favela*, que foi formado por cinco curtas-metragens dos jovens realizadores de ultraesquerda, que posteriormente se

tornaram os principais estetas deste movimento, sendo respectivamente eles: “*Um favelado*, de Marcos Faria; *Zé da cachorra*, de Miguel Borges; *Escola de samba Alegria de Viver*, de Cacá Diegues; *Couro de gato*, de Joaquim Pedro de Andrade; e *Pedreira de São Diogo*, de Leon Hirszman” (PRUDENTE, 2018, p. 18).

Percebeu-se, com efeito, que no próprio nome *Cinco vezes favela* expressou-se a organicidade com o processo sociorracial do afrodescendente na dinâmica de relações étnico-raciais do negro, tratando-os como componentes estruturantes da estética em voga, optando-se desta maneira pelo compromisso social com os empobrecidos do campo e da cidade. Para o cinema novo, esta pobreza encontrou seu signo na representação referencial do negro, como traço conceitual desta linha estética. Foi sensato supor que, mediante o quadro reflexivo aqui visto o cinema novo elegeu o negro como seu referencial estético.

Concluiu-se, nesta linha de abordagem, que a chanchada concorreu para invisibilidade do negro na tela cinematográfica. Por outro lado, o cinema novo colocou o negro e a sua cultura em um inequívoco protagonismo substancial à sua estética, no genial esforço artístico-intelectual do baiano afrodescendente Glauber Rocha, que se fez o mais importante cineasta miscigênico da América Latina, de origem íbero-ásio-afro-ameríndia, com o seu cinema novo.

Notou-se, contudo, que aí o negro conquistou o papel de sujeito histórico com o advento do cinema negro. Lembrou-se que no caso específico brasileiro, esta tendência radicalizou a posição da africanidade

no contexto cinematográfico, com a genialidade estética radical de Glauber Rocha, que também foi, “ao meu quase cego ver”, o inventor do cinema negro brasileiro.

Cinema negro

Compreendeu-se aqui o cinema negro brasileiro como resultado da ascensão internacional do movimento de massas dos anos 1960, que determinou as lutas pelos direitos civis sob a liderança do reverendo Martin Luther King e os movimentos de descolonização revolucionária na África. Estes dois vetores de libertação negra, respectivamente norte-americana e africana, influenciaram a juventude afro-brasileira na luta contra o autoritarismo militar, na década de 1960.

Constatou-se neste período o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), que foi fundado pelos jovens ativistas Milton Barbosa, Rafael Pinto, Hamilton Cardoso, Neuza Maria Pereira, Wilson Prudente e Celso Prudente. Em 7 de julho de 1978 este movimento fez o histórico “Ato Público Contra Violência, Discriminação e o Racismo” nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

O MNU foi um movimento político de influência marxista contra a discriminação racial do negro, denunciando a violência policial, que vitimava a juventude afro-brasileira. A importância histórica deste movimento foi derrubar o mito da democracia racial, que colocava internacionalmente o Brasil como referência para o convívio de

raças e etnias diferentes. O MNU conseguiu denunciar o racismo institucional que marcava historicamente as relações raciais entre brancos e negros.

Observou-se nesta juventude inequívoca identidade com o cinema novo, que deu protagonismo ao afro-brasileiro no cinema. Neste momento, Glauber Rocha ganhou notável destaque como artista na luta contra o colonialismo cultural. Considerou-se ainda a láurea de melhor diretor no Festival de Cannes, com a realização de *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, em 1969.

Notou-se que este cineasta baiano se exilou em Cuba, mas sendo talvez o mais importante intelectual latino-americano. Com um discurso de volta à origem, Glauber Rocha rompeu com a própria estética que lhe consagrou, como melhor realizador de Cannes no final da década de 1960.

Realizou desta maneira *O leão de sete cabeças*, na perspectiva de produção de três continentes, realizando-o como latino em uma coprodução ítalo-franco, que se deu na África, em 1970. Este filme atendeu sua proposta de volta à origem, em que o realizou no Congo de Brazzaville. Glauber criou uma estética radicalmente original, rompendo com sua própria tendência cinemanovista, realizando-o com nuance do teatro grego, mas usando sobretudo o efeito de distanciamento brechtiano, somado às marcas inegáveis do cinema reflexivo de Jean Luc Godard. Estas influências cinematográficas foram sugeridas e defendidas pelo próprio realizador diante do mal-estar com que a crítica recebeu o filme, dado à radicalização artístico-política. Segundo Celso Luiz Prudente e Flávio R. Oliveira:

O filme *O leão de sete cabeças* (1970), de Glauber Rocha, é, por seu turno, o título que deu origem ao cinema negro brasileiro. A narrativa temática traz à luta da descolonização no Congo de Brazzaville, mostrando os elementos coloniais e as forças descolonizadoras revolucionárias [...]. O impacto do filme, que trouxe uma estética original com subjacência do teatro grego e notável influência do cinema reflexivo de Jean-Luc Godard e do efeito de distanciamento do teatro dialético de Bertolt Brecht, concorreu para a formação de um imaginário na intelectualidade que passou a ver Portugal como um país que colonizou, concomitante à colonização europeia que lhe fez também objeto da colonialidade (PRUDENTE; OLIVEIRA, 2018b, p. 210 e 212).

Desenvolveu-se no filme uma dinâmica utópica atemporal de temporalidade memorial revolucionária. Fenômeno que se fez por uma espécie de possível aliança ficcional do Zumbi com um provável Che Guevara, na irreverente latinidade do personagem Pablo, para dimensionar a luta contra o colonialismo na África como a principal entre as lutas pela liberdade. Tratou-se de uma realização negro-africana com união ameríndia contra o eurocolonialismo, na qual a luta revolucionária venceu a exploração branco-colonial. Esta realização glauberiana demonstrou também o ibérico como vítima do eurocolonialismo. Para Prudente:

Neste filme, uma personagem entre os colonizadores é o Português, que é mostrado, com a irreverência glauberiana, como um conhecedor do universo africano concomitante a uma submissão às forças colonialistas que não eram necessariamente portuguesas caracterizadas

na personagem Governador, de origem germânica (PRUDENTE, 2018, p. 210).

Notou-se isto na emblemática sequência em que o personagem português foi focado massageando o alemão. Conforme escreveu Maurício Cardoso:

[...] em *O leão de sete cabeças* [...], ligados ao colonialismo, dois personagens também são apresentados no início do filme: o Português e o Governador. Numa cena, eles aparecem protegidos por homens armados, divulgando, aos gritos, o “novo programa de Marlene” e convidando a todos para segui-la; depois, num espaço mais reservado, o Português massageia as costas do Governador de origem germânica que fala sobre suas conquistas coloniais e lamenta a derrota de “Adolf”. Assim, nesta introdução os personagens são introduzidos separadamente, de modo esquemático, caracterizados com nitidez e relacionados às polaridades políticas da luta anticolonial na África. Em síntese, quatro personagens representam os poderes das grandes potências sobre a África. Marlene, a face sedutora do imperialismo, o Agente Americano, espécie de “homem da CIA”, o Português e o Governador (CARDOSO, 2007, p. 37-38).

Foi sensato supor que o desiderato glauberiano de volta às origens, criado na luta revolucionária contra o colonialismo, influenciou a militância da juventude negra, que lutou contra a ditadura, na perspectiva marxista contra o racismo. No propósito de construir uma revisão crítica da história do Brasil, esta militância seguiu os passos de Glauber Rocha e vai à África realizar o seu próprio filme. Isto se deu com o jovem cineasta afrodescendente

Ari Candido, que foi à Etiópia e realizou o curta-metragem *Por que Eritreia?* (1978).

Esta mesma postura se repetiu com o jovem militante negro Celso Prudente, que foi à Angola e realizou o curta *Axé, alma de um povo* (1987), com base na luta de descolonização revolucionária angolana. Somou-se a estas incursões cinematográficas no continente africano a realização do curta-metragem *Alma no olho* (1973), do artista negro Zózimo Bulbul, que na França realizou sua própria visão de liberdade em uma pintura daguerreótípa da coreógrafa do seu próprio corpo, que buscava sua ontologia na possível volta às origens.

Fez-se assim a invenção do cinema negro, como uma tendência na qual o negro vai além do protagonismo de referencial estético do cinema novo. O negro assumiu, deste modo, o papel de sujeito histórico, escrevendo com a objetiva sua própria história. Esta postura se deu na perspectiva da construção da imagem de afirmação positiva do afrodescendente, enquanto minoria na condição coadunável com a horizontalidade da imagem do íbero-ásio-afro-ameríndio, diante da reificação da verticalidade da hegemonia imagética euro-hétero-macho-autoritária e sua euro-heteronormatividade.

Conclui-se, contudo, que o cinema negro se tornou sobretudo o cinema de todas as minorias: do judeu, da mulher, do homossexual, da criança, do deficiente, do africano, do ibérico, do asiático e do ameríndio; enfim, de todas as possibilidades bioexistenciais que foram estranhas à euro-heteronormatividade que referenciou a eurocolonização. ■

[CELSO LUIZ PRUDENTE]

Pós-doutorado em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Cultura pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Universidade Federal do Mato Grosso. Antropólogo, Cineasta. Curador da Mostra Internacional do Cinema Negro. E-mail: clsprudente@gmail.com

Referências

AVELAR, Juarez. **50 contos que a vida me contou**: livro de memórias. São Paulo: Life, 2018.

BÍBLIA SAGRADA. Êxodo, Levítico e Deuteronomio. Tradução de Ivo Storniolo, Euclides Martins Balancin, José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Paulus, 1990. (Edição pastoral).

CARDOSO, Maurício. **O cinema tricontinental de Glauber Rocha**: política, estética e revolução (1969-1974). 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GERBER, Raquel. **Glauber Rocha e a experiência inacabada do cinema novo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Cinema, v. 1).

PRUDENTE, Celso Luiz. **Barravento**: o negro como possível referencial estético do cinema novo de Glauber Rocha. São Paulo. Nacional, 1995. v. 1.

PRUDENTE, Celso Luiz. **Arte negra**: alguns pontos reflexivos para a compreensão das artes plásticas, música, cinema e teatro. Rio de Janeiro: Ceap, 2007.

PRUDENTE, Celso Luiz. Futebol e samba: na estrutura estética brasileira: a esfericidade da cosmovisão africana versus a linearidade acumulativa do pensamento ocidental. In: PRUDENTE, Celso Luiz (org.). **Cinema negro**: algumas contribuições reflexivas para a compreensão da questão do afrodescendente na dinâmica sociocultural da imagem. São Paulo: Fiuza, 2008. p. 45-76. (Coleção Celso Prudente Africanidade).

PRUDENTE, Celso Luiz. A dimensão pedagógica do cinema negro: uma arte ontológica de afirmação positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio: a origem do cinema negro e sua dimensão pedagógica. In: PRUDENTE, Celso Luiz; SILVA, Dacirlene Célia (org.). **A dimensão pedagógica do cinema negro**: aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente. Curitiba: Prisma, 2018. p. 67-109.

PRUDENTE, Celso Luiz; OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. A Luta ontológica de afirmação da imagem positiva do íbero-ásio-afro-ameríndio como elemento democrático da lusofonia: pontos reflexivos para um diálogo da dimensão pedagógica do cinema negro e a Revolução dos Cravos. In: PRUDENTE, Celso Luiz; SILVA, Dacirlene Célia (org.). **A dimensão pedagógica do cinema negro**: aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente. Curitiba: Prisma, 2018a. p. 179-196.

PRUDENTE, Celso Luiz; OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. A lusofonia horizontalidade do íbero-ásio-afro-ameríndio versus a verticalidade hegemônica imagética euro-hétero-macho-autoritário: a dimensão pedagógica do cinema negro posto em questão. In: PRUDENTE, Celso Luiz; SILVA, Dacirlene Célia (org.). **A dimensão pedagógica do cinema negro**: aspectos de uma arte para a afirmação ontológica do negro brasileiro: o olhar de Celso Prudente. Curitiba: Prisma, 2018b. p. 197-213.

RAMOS, Fernão. **História do cinema brasileiro**. São Paulo: Arte, 1960.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

XAVIER, Ismail. **Sertão mar**: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EXU COMO
TRICKSTER:
TRESVALORAÇÃO
DOS JUÍZOS
MORAIS NO
RAP DE BACO
EXU DO BLUES

[ARTIGO]

Hector Rodrigues Feltrin
Universidade Federal de Ouro Preto

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A partir da problematização acerca das origens dos juízos morais e suas implicações na realidade social, veremos como os paradigmas ético-políticos determinam o *modus operandi* da cultura hegemônica. Esta, por sua vez, subsidia certa ideologia em desfavor de outros grupos étnico-raciais por meio da subalternização e da marginalização, sobretudo no que diz respeito à identidade, à memória e às tradições afrodescendentes. Tomaremos como exemplo a figura do orixá Exu e do gênero musical rap no intuito de evidenciarmos como o artista Diogo Moncorvo compreende a cultura afro-brasileira a partir da música, utilizando-a como instrumento para tresvalorar as opressões ocidentais. A estética do rapper no disco *Esú* (2017) evidencia identidades bastante heterogêneas e pulsantes, tendo em vista sua articulação com a cultura midiática e sua produção de sentidos na realidade.

Palavras-chave: Juízos Morais. Identidade. Exu. *Trickster*. Rap.

From the discussion about the origins of moral judgments and their implications in social reality, we will see how the ethical-political paradigms determine the *modus operandi* of hegemonic culture. Such culture is the basis of a certain ideology to the detriment of other ethnic-racial groups through their subordination and marginalization, especially with regard to Afro-descendant identity, memory traditions. We will take the figure of the Orisha Exu and the rap music genre to show how the artist Diogo Moncorvo understands Afro-Brazilian culture from music, using it as a tool to overcome Western oppressions. The rapper's aesthetic in the album *Esú* (2017) shows very heterogeneous and pulsating identities, considering its articulation with media culture and its production of meanings in reality.

Keywords: Moral Judgments. Identity. Exu. *Trickster*. Rap Music.

A partir de la problematización sobre los orígenes de los juicios morales y sus implicaciones en la realidad social, veremos cómo los paradigmas ético-políticos determinan el *modus operandi* de la cultura hegemónica. Esto, a su vez, subsidia una cierta ideología en detrimento de otros grupos étnico-raciales a través de la subalternización y la marginación, especialmente respecto a la identidad, la memoria y las tradiciones afrodescendientes. Tomaremos como ejemplo la figura del Orisha Exu y el género de la música rap para mostrar cómo el artista Diogo Moncorvo entiende la cultura afrobrasileña desde la música, utilizándola como una herramienta para sobreestimar las opresiones occidentales. La estética del rapero en el álbum *Esú* (2017) muestra identidades muy heterogéneas y pulsantes, considerando su articulación con la cultura de los medios y su producción de significados en la realidad.

Palabras clave: Juicios Morales. Identidad. Exu. *Tramposo*. Rap.

Foi preciso, de certo modo, revestirem-se de características do catolicismo para se articularem, situação que evidencia o sincretismo religioso e suas ambiguidades. Indo de encontro a esse raciocínio, o sociólogo e professor Reginaldo Prandi (2005, p. 67) destaca:

O candomblé formou-se e transformou-se no contexto social e cultural católico do Brasil no século XIX. Firmou-se como religião subalterna e tributária do catolicismo, do qual ainda hoje tem grande dificuldade de se libertar para se constituir como religião autônoma.

Consequentemente, a aculturação é um aspecto relevante nas ressignificações ritualísticas e demais difusões entre as religiões afrodescendentes, uma vez que “os cultos de espíritos ganharam, evidentemente, feições locais dependentes de tradições míticas ali enraizadas, podendo essas ser mais acentuadamente indígenas ou de caráter mais marcado pelo universo cultural da escravidão” (Ibidem, p. 126).

Em vista disso, a diversidade cultural afro-brasileira é incontável e passou a incorporar características peculiares alicerçadas ao contexto histórico e sua articulação com variadas comunidades, trazendo para seus panteões caboclos de outras identidades étnicas, revelando que, “Sob a ideia-chave de diáspora, nós poderemos ver não a ‘raça’, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem” (GILROY, 1993, p. 25). Ancorados na perspectiva de Gilroy, iremos perscrutar as diferenças sociais e culturais para compreendermos melhor

essa articulação e seus desentendimentos de classe, gênero, religião, cultura e política, pois consideraremos a “raça” de acordo com Gilroy: enxergando-a não somente pelo ponto de vista biogenético, mas principalmente pela orientação político-social e suas diretrizes. A ideia é refletir sobre como a contracultura contribui com as transformações sociais e tenta se desprender da imposição do pensamento ocidental.

Tensões e ressentimentos como ações de resistência e presentificação

Ao passo de todas as violências perpetuadas com o decorrer da história, uma hora ou outra haveria de emergir um espaço de tensões e ressentimentos por parte dos sujeitos subalternizados, fato que, para Nietzsche, fez o “mediocre” enxergar-se “como apogeu e meta [...] ao menos capaz de vida, ao menos afirmador de vida” (NIETZSCHE, 2009, p. 21). Quer dizer, o sujeito “mediocre” passou a reconhecer sua vida como um anseio pelo devir deleuziano.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 55).

O devir é o ímpeto para a mudança, um movimento que transita pela desterritorialização, deslocando-se na mesma cadência

dos rizomas que se espalham num movimento (in)constante que, até mesmo em sua latência, parece-nos empreender certa ação que percorre caminhos entre os tropeços e o mal-estar, assim como esses percalços também revelam uma força e uma reviravolta que emana certa afirmação de vida, sendo como Deleuze e Guattari (Ibidem) afirmaram, “o devir é o processo do desejo”. O desejo é então um dos fios condutores para que a vida se presentifique com as condições que os sujeitos têm à sua disposição, reagindo por meio desses tensionamentos.

A reação desses sujeitos subalternos, à margem da sociedade, surge também por meio da contracultura. Se analisarmos, a título de exemplo, todo o percurso histórico do samba e do movimento hip-hop, notaremos que ambas as manifestações culturais foram perseguidas por um longo período pela cultura hegemônica, até conseguirem se “legitimar”. No cenário atual podemos ilustrar essas perseguições acontecendo com os eventos de baile funk nas periferias, principalmente nos morros cariocas. Dessa forma, veremos como a música exerce um papel fundamental para pensarmos na cultura, na identidade e na memória dos grupos constrangidos no Brasil, e como ela também pode ser o veículo para uma crítica social, visto que esboça uma tônica estético-política.

O rap: entre estética e política

O músico brasileiro José Miguel Wisnik, em *O som e sentido: uma outra história das músicas*, mostra a possibilidade de a música englobar um movimento capaz

de despertar choques e experimentações estéticas tanto positivas quanto negativas na sociedade: “A música toca em pontos de ligação efetivos do mental e do corporal, do intelectual e do afetivo. Por isso mesmo é capaz de provocar as mais apaixonadas adesões e as mais variadas e violentas recusas” (WISNIK, 1989, p. 28). Isto é, a música cria uma atmosfera de suspensão da realidade, pois a interação entre o sujeito ouvinte e a canção pressupõe um contrato com o objeto musical naquele momento em que, por meio da ambiência sugerida pela música, fará que ele se identifique ou refute aquilo que está ouvindo, indo de acordo com seus valores morais, gosto e visão de mundo que implicarão nas suas inferências.

O rap, enquanto gênero musical, antes mesmo de se consolidar nas periferias norte-americanas, veio dos imigrantes jamaicanos, por volta da metade do século XX, mas foi no Bronx que esse ritmo se tornou mais ou menos como o conhecemos hoje. Ao retratar a dura realidade da vida nas periferias, o rap sempre se mostrou engajado em trazer temas político-sociais em suas rimas. O termo “rap de mensagem” trouxe letras cujas críticas são colocadas nuas e cruas, entoando também um tom impetuoso do MC (acrônimo de “mestre de cerimônias”), levado pelas batidas, colagens e *scratches* com seus planos de fundo ecoando ritmos vibrantes, “swingados” e quebrados do jazz, da soul music, do funk e do R&B. Entretanto é notável que a proposta do rap foi distorcida por parte da sociedade, passando a ser visto como apologia à criminalidade, ao uso de drogas, além do vocabulário recheado de palavras de baixo calão, pressupondo, assim, a indução dos jovens à violência urbana. Mesmo sendo intimidado até hoje, o rap consegue resistir às violentas opressões

sociais e culturais, sendo, atualmente, um dos gêneros musicais mais rentáveis no cenário fonográfico e mais evidenciados na cultura midiática dos EUA, adotado hoje pelo termo *hype*, cujo significado é o assunto que está em voga, na boca do público e da mídia, gerando influências na realidade social.

Pioneiros do rap no Brasil, surgindo no final dos anos 1980, os Racionais MC's ilustram muito bem essas rimas-denúncia. Hoje, a nova geração do rap não deixa de se articular com a tradição e as raízes desse ritmo e suas influências, embora haja tanto diferenças no viés estruturalista quanto no conteúdo das letras. As canções dos Racionais, via de regra, são mais extensas, por exemplo, a faixa "Tô ouvindo alguém me chamar", que dura pouco mais de 11 minutos. As letras dessas músicas, quase sempre entoadas pelo *boom bap*, traziam temas como: a realidade de um detento, a vida de um assaltante, o jovem negro e marginalizado, a violência na periferia, entre outros assuntos. Ainda no que diz respeito ao conteúdo, agora os rappers também assumem uma postura que dialoga para além da realidade na periferia, como é o caso da música de Baco Exu do Blues.

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, a postura dos Racionais diante dos veículos midiáticos era bastante fechada, poucas eram as entrevistas dadas e raras eram suas aparições em programas televisivos, bem como Teperman (2015) também apontou em seu livro *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. A relação entre artista, mídia e público, hoje, estreitou-se mais, até porque, conforme vimos, as plataformas digitais permitem tais aproximações e interações diretas entre ambos. Até mesmo Mano

Brown e outros membros da velha escola do rap, atualmente, têm uma abertura maior para com os veículos midiáticos: KL Jay, DJ dos Racionais, utiliza a plataforma do YouTube para interagir com o público, trazendo inúmeras pautas relacionadas ao hip-hop e à cultura popular em seu canal. Com isso, não podemos descartar a influência da canção midiática exercendo um papel preponderante no contexto interativo da música popular massiva.

Fundamentando-nos em reflexões a partir do trabalho de Baco Exu do Blues, tentaremos mostrar como o artista, mais especificamente no seu primeiro disco, *Esú* (2017), constrói uma obra tão benfeita intelectualmente e artisticamente, pois suas canções provocam efeitos de sentido na realidade, assim como o músico e antropólogo brasileiro Ricardo Teperman argumenta, "o rap se apresenta como uma música que não só está no mundo como pretende transformá-lo. Trata-se de uma opção teórica pela imbricação de estética e política" (TEPERMAN, 2015, p. 135). O rap, portanto, age politicamente através da arte, reivindicando a justiça social na maioria das vezes num tom mais ríspido e imponente.

Esú: astúcia para a tresvaloração moral

A figura de Exu é tida, hoje, pelo senso comum como um ser demonizado, marcado por uma semântica marginalizada, enquanto sabemos que, na realidade, as tradições religiosas das culturas afrodescendentes não definem dicotomias como o bem

e o mal; anjos e demônios; céu e inferno, entre outras dualidades. As oferendas feitas a Exu são uma espécie de comunhão e um elo de partilha entre os homens e as divindades do *Orum*; divindades estas que não deixam de ser consideradas como a representação dos ancestrais daqueles que ainda estão vivos. Identificado como sendo uma entidade má e traiçoeira, Exu é visto sob uma ótica muito diferente da sua história genuína, a qual antes denotava astúcia e um elo entre *Ifá* e os homens, pois Exu era a ponte de comunicação entre os seres inteligíveis e os humanos. Exu era o mensageiro, aquele que auxiliava o sujeito a enxergar mais claramente sua vida, seu destino, suas frustrações, felicidades, dores, angústias e questionamentos. Exu “é quem deve abrir o poro para o céu, de modo que os deuses possam ouvir sua pergunta, e é ele quem traz a resposta e ajuda a revelar seu significado” (HYDE, 2017, p. 67).

Exu passa a ser um *trickster* quando tresvalora as características ignóbeis em pulsão para a mudança, ou seja, até mesmo o contraditório pode trazer novas possibilidades e condições desprendidas de amarras morais, expondo a fraqueza e a força humana, fazendo que os indivíduos enxerguem possibilidades onde não parecia existir quaisquer saídas, propondo um mundo diferente ao reverter totalmente os padrões do senso comum, tal como Prandi defende:

Exu é aquele que tem o poder de quebrar a tradição, romper a norma e promover a mudança [...] é o próprio princípio do movimento, que tudo transforma, que não respeita limites e, assim, tudo o que contraria as normas sociais que regulam o cotidiano passa a ser atributo seu (PRANDI, 2001, p. 50).

Até mesmo a noção do termo *trickster* gera controvérsias, já que, ao mesmo tempo que denota certa astúcia e perspicácia, também pode ser inferido como um sujeito trapaceiro. Assim, as próprias características de Exu expõem seu desajuste diante dos padrões e condutas impostas a ele, evidenciando seu caráter subversivo. O orixá então sugere uma busca pelas ilimitações, isto é, Exu quebra barreiras. Esse desvio reflete na figura de Exu como sendo malandro, fato que foi um dos principais motivos pelos quais o orixá passou a ser visto como uma entidade maléfica, enquanto, na verdade, suas características se definem em ambivalências, indicando o transitório e as bifurcações da vida, o ponto de encontro para as escolhas, caminhos e descaminhos, posto e oposto.

Tentaremos apresentar como o rapper Baco Exu do Blues, jovem baiano de apenas 22 anos, filho de uma professora de literatura, e que abandonou os estudos antes mesmo de concluir o ensino médio, não deixou de trazer uma qualidade incontestável em seu disco, sendo um intelectual que utiliza a música para pensar política e artisticamente a memória, a identidade e as culturas populares partindo da figura de Exu, esse orixá que representa o próprio empreendimento para as metamorfoses, de tal modo que Alexandre de Oliveira Fernandes (2017) o define em seu artigo “Exu: sagrado e profano” como um ser que

Pulsa multidimensional em vidas que constroem uma vida mesquinha e docilizada mas que também nada tem de harmoniosa e calma. A vida é a “armadilha oferecida ao equilíbrio”, ou seja, desequilíbrio, frustração, descontinuidade incessante, cujo movimento tortuoso evoca

explosões que fazem a vida prosseguir (FERNANDES, 2017, p. 59).

Exu, ao mesmo tempo, se adequa e não se adequa às condições que lhe são impostas, tendo aqui mais uma vez a presença da noção do devir, pois as mudanças são incontroláveis, fazendo dos infortúnios e tensões seu combustível para a resistência. Não é à toa que Baco confere ao orixá o papel central de seu disco, uma vez que o rapper compreende muito bem seu arquétipo para criar suas canções.

Um disco, um ritual

Bem como vimos até aqui, tanto a imagem do rap quanto a figura de Exu foram bastante deturpadas pela sociedade intimista ao longo da história. Logo o sujeito lírico que Moncorvo entoava assume a postura de Exu, incorporando a *persona* do orixá, como é possível constatar nos versos da faixa introdutória do disco, na qual os seguintes versos apontam: “Senti Exu/ Virei Exu/ Esse é o universo no seu último cochilo”.

O despertar desse sono se inicia com uma colagem (*sampler*) de uma harmonia entre instrumentos percussivos executada pela Orquestra Afro-Brasileira, que entoava ritmos binários e sincopados, nos quais as batidas vindas do Atlântico negro ecoam até hoje pelas veias de vários gêneros musicais da música popular brasileira. Pela tonalidade grave da voz de Paulo Roberto, ainda no *sampler* da faixa introdutória do disco, também ouvimos as seguintes frases: “Este ritmo binário/ que é o alicerce principal de

quase todos os ritmos da música popular no Brasil/ Veio de longe/ das placas ardentes da África”. Mais adiante, Paulo Roberto continua seu discurso: “Compasso tão simples que reproduzem tão grave as batidas do próprio coração/ Atravessou o Atlântico sob a bandeira dos navios negreiros/ Servindo para marcar o andamento de melopeias/ que vinham dos porões em vozes gemidas e magoadas”. Aqui vemos como os ritmos afro-brasileiros são a tônica dos inúmeros gêneros musicais nascidos no Brasil, tais como o samba, a bossa nova, o maracatu, o frevo, entre outros ritmos que, dadas as diferenças, não deixam de trazer certas semelhanças.

Uma vez que o ritual começa e o rapper passa a prefigurar Exu, emerge uma narrativa na qual sua unidade transcorre por variadas categorias, tais como: autoestima; saúde mental; depressão; fama; suicídio; racismo; violência; religiosidade; sincretismo; questionamentos metafísicos; sexualidade; machismo entre outros assuntos que se encadeiam, mas de modo não linear.

Dentro das inúmeras categorias e temas colocados nas canções do disco, as músicas dialogam, por exemplo, com o regionalismo nordestino, assim como a faixa “Capitães de areia” apresenta um *sampler* do ritmo mangubeat e do maracatu, de modo que afirma o valor dos movimentos de contracultura oriundos do Nordeste brasileiro. O rapper, em tal caso, não transita somente na tônica dos ritmos entoados nos terreiros. Bem como o próprio título da canção ilustra, sua letra tematiza a literatura de Jorge Amado, cuja obra traz narrativas que, na maioria das vezes, tratam da realidade dos sujeitos à margem da sociedade. Ainda

na mesma canção, alguns de seus versos narram a reação de vítimas da injustiça e da violência social: “Eu tô brindando e assistindo/ um homofóbico xenófobo apanhando de um gay nordestino/ Eu tô rindo/ vendo a mãe solteira/ espancando o PM que matou seu filho”.

Vimos que o artista se dispõe de certa sensibilidade e empatia para olhar também para o outro, buscando não falar somente de si mesmo, tal como Mbembe (2014, p. 19) ressaltou a força desta fratria: “numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo”. O intento dessa força pujante e plástica anunciada por Mbembe diz respeito à abertura para a diferença, escapando assim de certa idealização que fecha as identidades, delimitando-as em vez de possibilitar o movimento, ou seja, o trânsito e a fluidez dos variados modos de vida e realidades divergentes, mas que não deixam de interagir e de se articular entre si.

Outras características importantes para serem notadas dentro do disco dizem respeito à maneira como os rappers entoam suas canções. Influenciado pela semiótica de Algirdas Julius Greimas, o professor e músico Luiz Tatit refletiu em *Semiótica da canção: melodia e letra* (2007) que, durante a estabilização musical, a canção ora se apresenta com traços mais próximos da fala (*figurativização*), ora confere um tom mais melódico, prolongando as vogais (*tematização*). Conduzindo essas características para o disco de Exu do Blues, notamos que o artista também faz uso da *tematização*,

coisa que há duas décadas não estava tão presente nas canções e suas produções de sentido na esfera do rap. Basta ouvirmos as músicas de Thaíde, Sabotage, Facção Central e até mesmo os primeiros discos dos Racionais, porém o último disco lançado pelo grupo, “Cores e valores” (2014), mostra como Brown e companhia passaram a dialogar com as novas e diversas tendências estéticas, renovando suas próprias características, sem deixar de manter sua originalidade. Mano Brown também lançou seu primeiro disco solo, “Boogie Naípe” (2016), no qual as canções dialogam sobretudo com a atmosfera amorosa, entoando uma melodia bastante diferente daquela apresentada pelos Racionais MC’s.

Para além da hermenêutica cancional, a materialidade das canções pode ser vista pelo viés da performance, o que possibilita uma análise que transcende a própria interpretação da letra das músicas, buscando uma abertura para a atmosfera, a ambiência e os estímulos sensoriais provocados pelas canções. Esse jogo de estabilização musical que transita pela *figurativização*, *tematização* e *passionalização* confere uma ação performática interativa entre canção e público. A performance então sugere formas de acentuações tonais e melódicas que, a partir da imbricação entre letras e sua estrutura musical, propiciam estímulos sensoriais no que tange ao sensível. A altura das notas, os graves, as colagens e as letras influenciam as diferentes experiências estéticas.

O próprio horizonte epistemológico do artista também nos auxilia a assimilarmos melhor seu disco e sua realidade, já que o rapper entoa sua mágoa e ressentimento, pois mesmo não pertencendo à periferia, Moncorvo não escapa dos reflexos de uma

sociedade cujo racismo é estrutural e velado, conforme podemos notar em alguns versos da canção “Senhor do Bonfim”: “Alguém que nunca sentiu o que sinto/ me julga como um pai/ em posse do cinto”. Ou até mesmo no seu tom de denúncia e mágoa: “Onde cidadãos de bem queimam terreiros/ e espancam mulheres/ odeiam os pretos”. Igualmente ao santo Senhor do Bonfim, o rapper faz uma “lavagem social”, colocando em foco inúmeras formas de vida outrora apagadas e silenciadas. Todos esses indivíduos presentificados na música de Baco se encontram numa encruzilhada, já que, sendo guiados por Exu, estão todos no mesmo ponto de encontro para seguirem seus caminhos, descaminhos e devires. Podemos ver então a encruzilhada como uma abertura para a transitoriedade da qual a vida faz parte, tal como os versos de “Abre caminho” dizem: “Abre caminho/ deixa o Exu passar”. O sujeito lírico se insere, assim como o orixá, em espaços onde ele não é bem-vindo, questionando e causando choques nessas esferas. Mas, conforme vimos, isso não exclui as próprias contradições e crises vivenciadas, tal como não deixa de propor o movimento e a vida em si.

A ideia acerca do acaso e do destino pode ser problematizada pelo contexto social de cada indivíduo, e Baco também sinaliza isso em uma de suas letras: “Ao menos meu destino não está em um astro, casto/ basta, basto/ Astrólogos, diálogos diversos/ Imerso no teor complexo/ que nos consome”. Do mesmo modo, Lewis Hyde acredita nas implicações do contexto social e das contingências com seus reflexos na vida de cada sujeito:

[...] a situação do nascimento determina a forma que uma vida vai assumir. Falamos de temperamento, de predisposições

genéticas, de classe, raça e gênero, da família que nos cria com seus padrões de privilégios e maus-tratos que remontam a gerações – todas coisas que “estavam ali antes do nascimento” e que uma pessoa pode tentar desvelar e entender quando seu caminho é misteriosamente bloqueado (HYDE, 2017, p. 70).

O disco de Exu do Blues permite uma abertura para tais questionamentos, presentificação e meta de vida, posto que interpela a realidade política e social contradizendo os padrões hierarquizados socialmente, buscando romper criticamente com as linhas abissais do mundo ocidental.

Baco Exu do Blues perpassa de forma acentuada pelo universo religioso, pensando em todos os reflexos da imposição católica e o sincretismo entre o catolicismo e as tradições afro-brasileiras. Na faixa-título do álbum, *Esú*, o sujeito lírico da canção se compara com as qualidades dos deuses e até mesmo os intimida a fazer o mesmo como os seguintes versos demonstram: “Sinto que os deuses têm medo de mim/ Metade homem/ metade Deus/ E os dois sentem medo de mim”. Ao colocar-se como um Deus, sua música não deixa de trazer a própria essência do rap, que é sua faceta provocativa e intensa, mas que propõe, paralelamente, uma ruptura com os costumes conservadores enraizados na sociedade, o que sugere certa onipotência humana que faz da imperfeição a própria “perfeição”, em busca não só da existência, mas também da vivência.

A proximidade entre as histórias de Baco e Exu leva esses dois personagens à denotação do profano. No entanto, suas idiossincrasias propõem a fertilidade, um

fluxo contínuo da humanidade, e não somente a obscenidade. Moncorvo também traz isso em seu verso de forma escancarada: “Gozo dentro e sinto que eu crio vida”. O rap, mesmo diante de inúmeras mudanças com o passar do tempo, continua carregando consigo este choque através de suas rimas.

Conforme vimos, a música pode ser um instrumento de experimentações estéticas e político-sociais que podem contribuir para a crítica e a mobilidade social. Logo, tal como uma das canções de *Esú* entoada, “A questão não é se estamos vivos/ É quem vive”, pois “Somos imortais e fatais”. É seguindo entre acertos e desacertos que Exu do Blues conduz seu disco, mostrando que a vida se anuncia a partir da própria crise, do teor melancólico, das quedas, das tensões e também das potências que surgem entre os abismos desses percursos: “Dance com as musas entre os bosques e vinhedas/ Nesse sertão veredas/ Sentir é um mar profundo/ Nele me afundo até o fundo/ Insatisfeito com o tamanho do mundo”. O sujeito lírico se joga no mundo para tentar dissolver as insatisfações com as inúmeras possibilidades, experiências boas e ruins, traumas e conquistas. Exu, portanto, a cada “deslize”, se reequilibra e retorna cada vez mais avesso às rotulações impostas a ele, afirmando assim seus próprios juízos de valores.

Questão semiótica: uma análise da capa de *Esú*

Assim como a música, as imagens também são capazes de criar choques estéticos

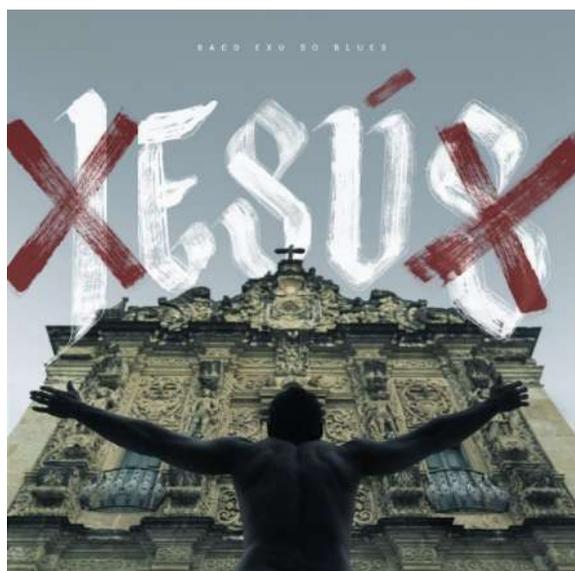
e evidenciar sentidos na realidade social. Sejam esses tensionamentos positivos ou negativos, as figuras se comunicam com quem está diante delas. Quando falamos em fotografia e em pintura, sabemos que uma se diferencia consideravelmente da outra pelas maneiras como que são produzidas. Com o nascimento da fotografia, ou seja, um recorte da luz no tempo-espaço, acreditou-se que a pintura seria praticamente extinta, e o mesmo ocorreu com o registro fotográfico após o surgimento do cinema. No entanto, sabemos que isso não aconteceu, ao contrário: hoje carregamos no nosso bolso um aparelho telefônico com uma câmera fotográfica embutida. A galeria de imagens nos celulares são inesgotáveis. Se a imagem, hoje, permeia o universo digital, então nossa relação com ela também vem mudando, a “materialidade” de uma imagem agora está acessível à palma da mão, assim como quando passamos pelo *feed* do Instagram ou pela *timeline* do Facebook. Toda essa enxurrada de imagens e seus variados contextos agora são trivialidades em nosso cotidiano e reconfigura-se, a cada dia, toda a nossa relação com elas.

Pensar na capa de um disco é, para a maioria dos músicos, tão relevante quanto compor suas canções. O historiador britânico Peter Burke, em *Testemunha ocular: história e imagem* (2004), cita um artigo de Quentin Skinner, dizendo que “Um enfoque possível para a leitura de imagens é ver o artista como um filósofo político” (SKINNER, 2002, apud BURKE, 2004, p. 75). Por isso mesmo Baco Exu do Blues também conseguiu ser efetivo na construção da capa de seu primeiro álbum, trazendo uma carga imagética passível de inúmeras interpretações e discussões, permeando também a esfera do sensível,

posto que a imagem coloca em jogo a “memória” e a “recordação”. Para Aleida Assmann (2011), a diferença entre esses dois termos consiste na ideia de que a memória pressupõe uma maneira “sistemizada” de memorizarmos as coisas que queremos nos lembrar noutro momento; já a recordação surge por meio de estímulos externos, quer dizer, ela é disparada sem que tenhamos, necessariamente, arquivado determinada experiência no tempo-espaço em nossa mente de maneira arbitrária, mas, sim, através da sensibilidade. A recordação, portanto, é uma pulsão impelida pela relação do sujeito com o mundo externo, sendo este o “estímulo” para tocar nas partes sensoriais do indivíduo e evidenciar uma cadeia de afetações.

Para fazermos uma melhor análise, anexamos a seguir a capa do disco de Baco Exu do Blues e, então, adentraremos em algumas possibilidades de interpretação da imagem:

[Figura 1]



Notamos que a capa apresenta uma forte carga semântica, trazendo alguns significantes dispostos de modo a suscitar

inúmeras interpretações. Fica claramente perceptível que a tônica da imagem circunda o universo do sagrado. A fotografia feita por David Campbell também passou por edições, como se pode notar ao observarmos na imagem sua parte superior, logo acima da igreja da Ordem Terceira de São Francisco, localizada em Salvador, a ambiguidade sugerida intencionalmente entre as palavras “Jesus” e “Esú”. A sobreposição da palavra “Esú” em relação à palavra “Jesus” deu-se pela intenção do músico em articular a figura de Exu, de Baco e de Jesus Cristo com as similaridades de suas histórias, visto que foram “vítimas expiatórias” e perseguidas, tendo sido violentadas em nome do adiamento de uma violência maior, que ameaçaria toda a comunidade.

Toda a composição da imagem, até mesmo a angulação da fotografia, assim como nos mostra a linguagem do cinema, manifesta um efeito de sentido. Por estar num enquadramento de mais ou menos 45° de baixo para cima, a fotografia sugere uma predominância da igreja em relação ao sujeito que está de costas, no primeiro plano da imagem. Esse plano angular insinua certo efeito de submissão do homem com os braços abertos em direção à edificação; mas e se ousássemos dizer que seria um efeito de redenção? As indagações podem ser incontáveis e todos os significantes ali dispostos constroem uma carga imagética e experimentações sensíveis (*pathos*). Os próprios recursos iconológicos podem proporcionar uma partilha do comum que se articula e se modifica a partir dessa troca, ou seja, as experimentações são movimentos de idas e vindas que podem ser mais aprofundadas a partir do contexto histórico. Por exemplo, ainda no que diz respeito à

angulação da imagem e à sobreposição da igreja com relação ao sujeito, tal efeito nos leva ao movimento Barroco, época em que a Igreja Católica afirmava seus juízos e valores paradigmáticos de forma acentuada em oposição às ideologias que expunham as contradições do catolicismo.

A imponentia da igreja também pode ser revertida, pois, se enxergarmos a figura do homem como uma força pulsante em busca de certa “redenção” e desprendimento das tradições católicas, veremos que essa hipótese sugere certa afirmação desse sujeito, uma vez que sua vontade é se desprender das predominâncias e violências da cultura ocidental. A salvação do sujeito na capa de *Esú* não se dá pela redenção católica; a própria cisão surge como uma força que faz desse homem o protagonista de sua vida e de seus caminhos. Nesse percurso, ele perceberá que sua identidade é multifacetada, posto que a jornada da vida o coloca diante de inúmeras experiências que sempre resignificam seus aspectos identitários.

Se a capa do disco de Baco Exu do Blues provoca choques estéticos, sua intenção foi justamente essa, pois o rapper acredita que, por meio das tensões, os indivíduos se aproximam de sua música, passando a dialogar com as canções, seja para refutá-las ou para admirá-las. A temática religiosa é um assunto que desperta e provoca tais discussões e tensões em prol do movimento e da mudança na realidade. A imposição da sociedade intimista mostra seu olhar enviesado, embora, por outro lado, possa evidenciar uma partilha de compreensões mais profundas e questionadoras da realidade tal como ela é, ao estarmos diante de determinadas situações.

Retomando o que entendemos por “memória” e “recordação”, a análise da capa de *Esú* proporciona um intercâmbio entre esses dois conceitos, isto é, as inferências de cada sujeito que interagir com a imagem serão um constructo articulado entre todo o arcabouço cultural, simbólico, ideológico e epistemológico que transita entre a memória e as recordações de cada indivíduo. Logo a “imaginação” e a “fantasia” são lugares-comuns da memória que opera enquanto *locus* do imaginário. A imaginação, desse modo, é o substrato da estrutura da capa do disco de Exu do Blues, pois emana um significado que articula a memória e a recordação, visando reverter os padrões hierarquizados pela cultura hegemônica. ■

[HECTOR RODRIGUES FELTRIN]

Mestrando em Letras, na linha de pesquisa em Linguagem e Memória Cultural, pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Também é autor do dossiê “Raízes do micondó: construções identitárias para além da estabilização” (no prelo), a ser publicado na *Revista Mulemba*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: hectorrenem@gmail.com

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Ed. Unicamp, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: Edusc, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 4.

FERNANDES, Alexandre de Oliveira. Exu: sagrado e profano. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Jequié, v. 2, n. 3, p. 53-76, 2017.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 1993.

HYDE, Lewis. **A astúcia cria o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TATIT, Luiz. **Semiótica da canção**: melodia e letra. 3. ed. São Paulo: Escuta, 2007.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som**: as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

WISNIK, José Miguel. **Som e sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O LEGATO DE ROQUETTE-PINTO E A PRODUÇÃO DOS PODCASTS COM VIÉS EDUCATIVO

[ARTIGO]

Luãn José Vaz Chagas

Universidade Federal de Mato Grosso

Luana Viana

Universidade Federal de Juiz de Fora

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho traz uma reconstituição histórica sobre o rádio educativo no Brasil, que ganha visibilidade a partir de ações de Roquette-Pinto, e como suas produções transpassaram anos até serem encontradas em novos formatos sonoros, como nos podcasts. Com o objetivo de verificar se essas produções têm usos sociais atrelados aos do rádio massivo, realizamos um estudo de caso e uma análise de conteúdo com a proposta de categorizar os podcasts enquadrados na área educativa. Essa cartografia permite verificar os diferentes temas na área de educação do Castbox, relacionando com as ideias propagadas na fase de implantação do meio no Brasil.

Palavras-chave: Podcast. Rádio educativo. Rádio expandido.

This article presents a historical reconstruction of educational radio in Brazil, which gains visibility from Roquette-Pinto's actions and how his productions went through years until being found in new sound formats such as podcasts. To verify if these productions have social uses linked to those of mass radio, we conducted a case study and a content analysis with the proposal to categorize podcasts framed in the educational area. This cartography allows us to verify the different subjects in the CastBox education area, relating to the ideas spread in the implementation phase in Brazil.

Keywords: Podcast. Educational radio. Expanded radio.

Este trabajo presenta una reconstrucción histórica de la radio educativa en Brasil, que gana visibilidad de las acciones de Roquette-Pinto y cómo sus producciones pasaron años hasta que se encontraron en nuevos formatos de sonido, como en los *podcasts*. Para verificar si estas producciones tienen usos sociales vinculados a los de la radio de masas, realizamos un estudio de caso y un análisis de contenido con la propuesta de categorizar podcasts enmarcados en el área educativa. Esta cartografía nos permite verificar los diferentes temas en el área de educación de CastBox, relacionados con las ideas propagadas en la fase de implementación ambiental en Brasil.

Palabras clave: *Podcast*. Radio educativa. Radio expandida.

Introdução¹

Na década de 1920, quando as emissões radiofônicas consolidaram-se como realidade no Brasil, o principal viés de Roquette-Pinto, pai do rádio brasileiro, era fazer com que o meio fosse destinado para práticas educativas. Na época, a primeira emissora do Rio de Janeiro, a Rádio Sociedade, tinha sua programação financiada por “sócios” que pagavam mensalidade. Com essa forma de sustento, músicas clássicas e programação educativa eram transmitidas pelas ondas hertzianas à pequena parcela da população que possuía condições financeiras para comprar os receptores.

A imediatividade do veículo, novidade à época em relação às outras mídias, fez com que práticas sociais de informação fossem reconfiguradas. O ouvinte podia ter acesso ao acontecimento no exato momento de seu desenrolar. Podia, inclusive, ter acesso a conteúdos educativos em lares distantes onde nem os correios conseguiam chegar.

Em 1932, com o Decreto-lei nº 21.111 e a autorização para que anúncios fossem veiculados, as emissoras ampliam sua infraestrutura. A efervescência do meio na época foi tamanha que ainda hoje é importante e representativa a sua presença. Com a popularização da internet, o rádio pode transbordar para as plataformas que faltavam, já que sua transmissão via televisão já era realidade na década de 1980 em decorrência do cabo e dos satélites. A web permitiu que a produção

radiofônica encontrasse novos formatos, mas ainda pautados na remediação do meio. O rádio expandiu-se, rompeu as fronteiras materiais de seu suporte, transformando-se em uma linguagem comunicacional sonora (KISCHINHEVSKY, 2016), da qual o podcast é um exemplo.

Esse formato surge em 2004 e desde então vem ganhando cada vez mais espaço entre os ouvintes. De acordo com dados da pesquisa The Infinite Dial 2018 (POPULARIDADE, 2018), o podcast continua sua trajetória em crescimento acelerado. Dos entrevistados, 64% afirmaram que tem familiaridade com o termo “podcast” e 44% já tinham ouvido algum episódio. Por estar inserido no contexto de rádio expandido, nosso objetivo com essa pesquisa é verificar se essas produções têm usos sociais atrelados aos do rádio massivo, principalmente pela função educativa.

Ainda que ligadas a uma ideia do culto e do erudito, as propostas de Roquette-Pinto para o futuro do rádio podem ir além de sua elitização estabelecida no período em que se difundiu (FERRARETTO, 2001). Dessa forma, a proposta é categorizar o conjunto de podcasts de caráter educativo ou enquadrados nessa área. Realizamos, assim, uma análise de conteúdo e estudo de caso (YIN, 2010) dos que estão presentes na seção educativa do agregador Castbox.

Roquette-Pinto, o pai da radiodifusão no Brasil

Nomeado pela imprensa dos Estados Unidos como “the father of Brazilian radio”

¹ Trabalho revisado e ampliado após apresentação no GT História da Mídia Sonora, integrante do 12º Encontro Nacional de História da Mídia.

(FERRARETTO, 2006, p. 2), Roquette-Pinto dedicou grande parte de sua vida a projetos educativos voltados para uma população composta por muitos analfabetos. O professor, cientista, antropólogo e médico contribuiu com o desenvolvimento de produções impressas, sonoras e audiovisuais, empenhado na luta para democratizar o acesso ao conhecimento.

Edgard Roquette-Pinto nasceu em 25 de setembro de 1884 no Rio de Janeiro, completaria 135 neste ano de 2019. No início do século XX, esteve à frente das iniciativas brasileiras que envolviam a cultura e a educação priorizando a divulgação científica. Em 1905, ingressou no Museu Nacional ao ser nomeado professor-assistente de antropologia e etnografia, instituição da qual se tornaria diretor entre 1926 e 1935². Apesar da formação em medicina, optou por trabalhar com a antropologia. Em 1912, colaborou com a missão Rondon viajando para o Norte do país (SANTOS, 2011), expedição que resultou em sua obra impressa de maior sucesso sobre o Brasil indígena, o livro *Rondônia*. Quatro anos depois, participou ao lado de Henrique Morize e outros companheiros, da reunião de fundação da Sociedade Brasileira de Ciências, atual Academia Brasileira de Ciências (ABC)³. Foi também ao lado de Morize que Roquette-Pinto esteve à frente da primeira transmissão radiofônica considerada oficial no país, realizada em setembro de 1922, no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

Durante a experimentação, foram transmitidos discursos de Epitácio Pessoa, presidente à época, e a ópera “O guarani”, de Carlos Gomes (FERRARETTO, 2001, p. 96). No ano seguinte, Roquette-Pinto encabeçou o grupo que criaria a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O cientista já compreendia a importância daquele meio de comunicação e investiu para que a sua grade fosse construída com base em uma programação educativa. De acordo com Ferraretto (2001, p. 97), a emissora tinha como slogan “trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” e era mantida por um conjunto de sócios que contribuíam mensalmente para sua manutenção, ainda que fossem poucos os ouvintes da época em decorrência dos altos preços de aparelhos receptores. No entanto, mesmo com dificuldades financeiras,

o professor Roquette-Pinto teria visto no rádio um instrumento de transformação educativa. Conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos marcam, desse modo, as primeiras transmissões da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Intelectuais e cientistas estrangeiros em visita ao Brasil falam ao microfone da primeira emissora do país (FERRARETTO, 2001, p. 98-99).

Para ele, o rádio era o jornal de quem não sabia ler, o mestre de quem não podia ir à escola, o divertimento gratuito do pobre, o animador de novas esperanças, o consolador do enfermo e o guia dosãos (TAVARES, 1997, p. 8). Os experimentos de Roquette-Pinto fizeram com que ele também se aventurasse na produção de revistas dedicadas ao conteúdo do rádio. “Uma delas foi a Eletron, dedicada à programação da

² Para mais informações, cf.: Roquette-Pinto (2008).

³ Disponível em: <http://bit.ly/34Q6iIM>. Acesso em: 1 abr. 2018.

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A outra foi a Rádio, identificada como uma revista de divulgação científica geral e especialmente consagrada à radio-cultura, de publicação bimensal” (MOREIRA, 2002, p. 10).

Acreditando exponencialmente nas potencialidades educativas dessa mídia, Roquette-Pinto propõe a criação da Rádio Escola no final da década de 1920, uma emissora pioneira em termos de ensino a distância no país. Em 1934, efetiva-se a Rádio Escola Municipal (PRD-5), e com ela “Edgard Roquette Pinto começa a disseminar aquele saber (...) não na forma de livros – afinal, o Brasil é um país com quase 60% de população analfabeta –, mas por meio de ondas eletromagnéticas” (FERRARETTO, 2006, p. 5-6).

No ano em que a Rádio Escola inicia suas atividades, o Decreto-lei nº 21.111, que autorizava e regulamentava a veiculação de anúncios pelas emissoras radiofônicas, completa dois anos. A nova regulamentação impulsionou o rádio como empreendimento comercial (KISCHINHEVSKY, 2007, p. 13). Dessa forma, enquanto os lucros provenientes da venda de espaço para publicidade eram investidos em programas que garantiam a fidelidade da audiência, a programação educativa ia perdendo cada vez mais espaço.

Roquette-Pinto não abriu mão de manter o viés educativo da Rádio Sociedade mesmo com a impossibilidade de arcar com seus gastos apenas com o pagamento da mensalidade dos ouvintes. Então, em 1936, a solução foi doar a emissora ao governo federal com a condição de que ela permanecesse fiel ao projeto original de rádio educativo. Nascia, junto ao Ministério da Educação e Saúde, a Rádio MEC (ZUCULOTO, 2015, p. 70).

Naquele mesmo ano, o pai da radiodifusão no Brasil criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) na tentativa de implantar um projeto de educação audiovisual no país. Para integrar o projeto, convidou o cineasta Humberto Mauro, que participou como diretor, fotógrafo e montador. “A realização de 27 filmes, em 1936, e de trinta, no ano seguinte, denotam o entusiasmo com que Humberto Mauro abraçou o ideário educacional de Roquette-Pinto” (ANDRIES, 2009, p. 15).

Mesmo que os objetivos de Roquette-Pinto tenham sido atravessados por diferentes fatores que dificultaram a instalação de uma cultura educacional pelos meios de comunicação de massa, sua iniciativa abriu perspectivas para uma série de outras experiências que demarcaram momentos importantes do rádio educativo no Brasil, como veremos a seguir.

Panorama histórico do rádio educativo no Brasil e algumas iniciativas

Atualmente, a Constituição Federal brasileira estabelece três sistemas para sua radiodifusão: 1) o comercial/privado; 2) o estatal; e 3) público. Este último, compondo emissoras educativas, culturais e universitárias, “é mais antigo e iniciou a história do seguimento com emissoras até hoje referenciais no campo estatal/público” (ZUCULOTO, 2015, p. 65), como a Rádio MEC e a Nacional, por exemplo.

Ao revisitar a história do rádio educativo no Brasil, nos deparamos com a

impossibilidade de desassociar a trajetória traçada entre esse segmento e o sistema público. Como vimos, as primeiras emissoras eram estabelecidas como clubes ou sociedades, mas com o decreto de 1932 que regulamentava a venda de espaço publicitário na grade de programação algumas tornaram-se comerciais e outras, como a Rádio Sociedade, encontraram no sistema público a opção de sobrevivência. Considerando sua importância, lançamos um olhar mais específico sobre a trajetória do rádio educativo. Blois (2003, p. 36) divide os primeiros 80 anos de vida dessa mídia em seis fases que podem ser resumidas da seguinte maneira:

- 1) Fase pioneira: tem como marco inicial o próprio advento da radiodifusão no país e vai até 1928 com a criação da Rádio Escola.
- 2) Segunda fase: é compreendida entre os anos de 1929 e 1940 com a consolidação da Rádio Escolas e criação das primeiras redes educativas.
- 3) Terceira fase: de 1941 a 1966, marcada pela extensão da ação do eixo Rio-São Paulo.
- 4) Quarta fase: de 1967 a 1979, marcada por ações centralizadoras de utilização do rádio para fins educativos pelo Estado.
- 5) Quinta fase: momento que proporciona grandes ganhos para o rádio educativo brasileiro, inicia-se em 1979 e consolida-se com a inauguração de FM educativas. Vai até 1994, com o fim do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred).

- 6) Sexta fase: inicia em 1995 e engloba o surgimento de emissoras educativas na internet⁴.

O panorama observado por Blois (2003) demonstra como grande parte de sua sistematização refere-se a um cenário marcado por iniciativas públicas, como a criação da Rádio Escola, o uso da mídia pelo Estado para fins educativos e a criação do Sinred. Já que existe uma linha tênue entre o seguimento educativo e o sistema de rádio público, como vimos, apresentamos uma periodização deste último, realizada por Zuculoto (2015), para compreendermos sua evolução. A sistematização é separada em cinco fases:

- 1) Fase Pioneira – décadas de 1920, 1930 e início de 1940: a programação radiofônica brasileira nasce com um caráter educativo.
- 2) Fase do desenvolvimento do educativo – dos anos 1940 aos primeiros anos da década de 1970: advento das rádios educativas vinculadas às universidades, especialmente as federais.
- 3) Fase de Ouro do rádio educativo – décadas de 1970 e 1980: considerada o auge do rádio educativo; foi nesse período que houve a implantação do satélite para telecomunicações e o início da formação de cadeias retransmissoras. O Sinred nasce nessa fase.
- 4) Fase da explosão das FMs Universitárias – anos 1990: as rádios públicas

⁴ Blois considerava que essa fase ainda estava vigente quando escreveu este trabalho em 2003. Portanto, não há indicação, por ela, de encerramento do período.

crecem efetivamente com a disseminação de concessões de canais educativos para universidades.

- 5) Fase da construção do Sistema Público – anos 2000: nesse período, prevalece a tentativa de construção e consolidação do sistema público de rádio. A Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub) é fundada e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é criada.

Com base na sistematização tanto de Zuculoto (2015) quanto de Blois (2003), percebe-se que o desenvolvimento do rádio educativo ganha forças sempre a partir de ações desenvolvidas no âmbito público. Dentro do cenário apresentado, destacamos algumas iniciativas que marcaram a história do rádio educativo no Brasil, desde sua primeira transmissão até os dias atuais. A primeira ação que apontamos é a criação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, em 1934. Encabeçado por Roquette-Pinto e apoiado por Anísio Teixeira, o projeto que regulamentava sua criação foi aprovado por lei em 1928, entretanto, sua inauguração só viria seis anos depois, em 6 de janeiro de 1934 (FERRARETTO, 2006, p. 5).

Com caráter estritamente educativo, a emissora atuava nos vários níveis de ensino e é considerada um empreendimento pioneiro em termos de ensino a distância no país. “A estação distribuía folhetos e esquemas das lições que eram enviados pelo correio, antes das aulas radiofônicas, aos alunos inscritos” (MOREIRA, 2002, p. 5).

A educação infantil e a formação de professores também eram preocupações da Rádio Escola. De acordo com Ribeiro (2009, p. 209), os dois primeiros programas

da emissora eram “a Hora Infantil, voltado para as crianças nas escolas, veiculado para os três turnos escolares (às 9h, às 13h30 e às 15h); e o Jornal dos Professores, destinado à irradiação de cursos”.

Moreira (2002, p. 11) acredita que “de todas as iniciativas de Roquette-Pinto com a mídia educativa, o único meio existente ainda hoje é a emissora que leva o seu nome, mas que em nada lembra o espírito empreendedor do professor e educador”. A Rádio Roquette Pinto 94,1 FM, do Rio de Janeiro, substituiu a Rádio Escola Municipal no dial sob a administração do governo do Estado.

Em 1941, um ano após a Rádio Nacional ser incorporada à União, a emissora lança o programa “Universidade no ar”. Sua programação oferecia orientação metodológica aos professores do ensino secundário, transmitindo cursos de letras, ciências, didática e pedagógica, entre outros. Em seu primeiro ano, o projeto registrou 4.829 rádio-alunos, “os cursos eram gratuitos e qualquer professor podia se inscrever. Às vezes, recebiam resumos mimeografados das aulas. O aproveitamento do curso era verificado por trabalhos feitos pelos alunos que, se satisfatórios, recebiam certificados” (ANDRELO, 2012, p. 144).

Essa iniciativa pode ser presenciada por Roquette-Pinto, assim como as primeiras transmissões de forma amadora da rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1950 (MEDEIROS, 2017, p. 28). Entretanto, o pai da radiodifusão no Brasil faleceu quatro anos antes de sua inauguração oficial em 18 de novembro de 1957. A rádio da Universidade, como é chamada, nasce na fase de desenvolvimento do educativo (ZUCULOTO, 2015) e

inaugura uma trajetória que seria seguida por diversas outras instituições de ensino nos anos seguintes. Operando em AM na frequência 1080kHz,

é possível verificar que a constituição da programação da primeira rádio universitária do país seguiu as matrizes já experimentadas pelas rádios educativas pioneiras, mas que a essas experiências se acrescentou particularidades vindas de sua própria vinculação, seja como emissora-laboratório ou como emissora do conhecimento produzido na Universidade (MEDEIROS, 2017, p. 28).

Ainda hoje, a rádio da Universidade opera em AM, na mesma frequência. Apesar de ter sua programação reformulada diversas vezes, a emissora “continua mantendo-se fiel a sua proposta original de irradiar cultura, educação e entretenimento (...)”⁵, servindo de inspiração e modelo para outras emissoras.

Outra iniciativa que ficaria marcada na história do rádio educativo no Brasil é o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 pela Igreja Católica. Esta década é marcada por movimentos de educação popular. O projeto foi fundado por Dom Eugênio Salles e desenvolvido pelas escolas radiofônicas paroquiais sob a supervisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (ANDRELO, 2012, p. 146).

Já os anos 1970 marcaram a história da radiodifusão educativa no Brasil por conta do projeto Minerva, um programa de 30 minutos diários com cunho informativo-cultural e educativo com transmissão

obrigatória por todas emissoras. A programação era gerada via Embratel pela Rádio MEC, do Rio de Janeiro para todo o país. “No ar de outubro de 1970 até outubro de 1989, o projeto tinha produção regionalizada, concentrada no eixo Sul-Sudeste (...) visava à complementação do trabalho dos sistemas educativos tradicionais e educação continuada” (ANDRELO, 2012, p. 147).

O cenário construído por iniciativas educativas atreladas ao governo ganha uma nova vertente a partir de 1980. Esse período presencia um acréscimo importante no número de rádios que surgem vinculadas a universidades federais, motivado pelo Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM. Medeiros (2017, p. 31) levanta dados sobre a outorga de emissoras educativas e apresenta os seguintes resultados:

- Década de 1980 – oito novas emissoras vão ao ar: as da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Rio Grande (UFRG) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
- Década de 1990 – apenas três emissoras surgem, são elas as da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).
- Década de 2000 – surgem quatro emissoras, sendo as da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

⁵ Quem somos. Disponível em: <http://bit.ly/34PA6VO>. Acesso em: 5 out. 2018.

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Sergipe (UFS).

- Década de 2010 – em apenas seis anos, sete novas emissoras surgem vinculadas a universidades federais, são elas a da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

A partir dos anos 2000, as novas emissoras surgiram como resultado de ações do governo federal implantadas entre 2003 e 2016 para expandir as rádios educativas e universitárias. Ademais, os Planos Nacionais de Outorgas de Radiodifusão Educativa privilegiam a concessão de canais educativos para universidades públicas. De acordo com Medeiros (2017, p. 31), “uma das metas que consta no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal em vigor entre 2016 e 2019 objetiva a criação de pelo menos uma rádio ou TV educativa em 90% dos municípios que têm universidades públicas”.

Em 2017, durante o I Fórum de Rádio e TVs Universitárias⁶, foi criada a Rede de Rádios Universitárias do Brasil (Rede Rubra), que tem a adesão de “representantes das emissoras AM/FM, web rádios e núcleos de produção laboratorial radiofônica e pesquisadores(as) de mídia sonora vinculados(as) a

instituições de ensino superior brasileiras”⁷, com assinaturas de 33 emissoras representadas nesse primeiro momento.

Dentre os objetivos da Rede estão “contribuir para a divulgação científica e tecnológica e para a universalização da educação, da cultura e do conhecimento produzido no âmbito universitário” e “atuar de forma conjunta e articulada em coberturas específicas e em coproduções de conteúdos informativos e educativos” (FÓRUM..., 2018). Sua criação fortalece a produção e difusão de conteúdos educativos, descentralizando e pluralizando diversas vozes negligenciadas pelos conglomerados de comunicação.

Das ações apontadas neste tópico, apenas o projeto Minerva não estava vinculado com a iniciativa pública. Todas as demais nasceram de projetos incentivados ou vinculados ao governo, o que mostra uma defasagem de produção de conteúdo educativo por iniciativas privadas. Essa realidade começa a se transformar na última década, como veremos a seguir.

A educação por meio do podcast

Com a expansão da internet, vivemos num contexto de rádio expandido, em que o meio transbordou do dial para outras plataformas, dentre elas o *podcasting* (KISCHINHEVSKY, 2016). Esta é uma

⁶ O evento aconteceu durante o 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) realizado em Curitiba.

⁷ Informação retirada do Manifesto pela criação da Rede de Rádios Universitárias do Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/2LkKKMB>. Acesso em: 10 out. 2018.

“modalidade de radiofonia sob demanda, assíncrona, que vai além da oferta de conteúdos em websites de emissoras” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 6), que surge a em 2004 e ganha cada vez mais ouvintes, tornando-se especialmente popular entre os jovens. Naturalmente, algumas produções têm se destacado mais do que outras, como os podcasts criminais, febre nos Estados Unidos. De acordo com Kischinhevsky (2016, p. 8), “em março de 2017, ‘Serial’ contabilizava nada menos que 250 milhões de downloads de suas duas temporadas (175 milhões só da primeira), e seus produtores comemoravam 16 milhões de downloads de ‘S-Town’ em apenas uma semana”.

Com o objetivo de cartografar os diferentes temas de podcasts na categoria de educação do agregador Castbox, utilizamos dois procedimentos de coleta e análise dos dados. Ao lado do estudo de caso, a análise de conteúdo proporciona um aprofundamento e a possibilidade de encontrar os diferentes ramos abordados. A proposta é categorizar o conjunto de temas presentes na área educativa a partir de uma análise de conteúdo no agregador, resultando em seções como ensino de línguas, discussões sobre filosofia e sociedade, entre outras formas.

Assim, as frequências empíricas possibilitam delimitar a seleção de determinados tipos oriundos de dados quantitativos que, unidos à discussão teórica e contextual, podem contribuir para argumentos em conjunto com aspectos qualitativos já apresentados no histórico do rádio educativo no Brasil (BARDIN, 1977). A segmentação realizada, como afirma Herscovitz (2007), permite descrever, classificar e promover inferências no encaixe temático dos podcasts nessa área. Por fim, para promover inferências sobre

essas categorias, Bauer (2002, p. 192) destaca que questões como tipos, qualidades e distinções precisam de atenção antes de qualquer quantificação, o que possibilita levar a um contexto social de forma sistemática para construir “indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades”.

A plataforma chinesa Castbox é um dos principais agregadores de podcast do mundo, com mais de 20 milhões de usuários na atualidade⁸. O aplicativo é especializado em difundir conteúdo em áudio e também veicula *audiobooks* e materiais de rádio sob demanda. Também possui um sistema de pesquisas por palavras-chave em um algoritmo que permite a busca dentro dos podcasts não somente pelo título ou onde esse se encaixa no sistema, mas também pelo que é dito dentro do programa. Algo que chamou a atenção do próprio Google, que por meio do CEO Sundar Pichai (BLOOMBERG, 2018) elogiou a inteligência artificial desenvolvida pela empreendedora chinesa Wang Xiaoyu.

Com o propósito de se tornar o maior agregador do mundo, segundo a revista Exame, a companhia havia recebido 16 milhões de dólares em investimentos em 2017 (AGRELA, 2019). Já o Media Kit⁹ da empresa destaca que dos 20 milhões de usuários em 135 países, 2,4 milhões são ativos diariamente no sistema. Além disso, são 95 milhões de volumes de conteúdo em podcast em 70 linguagens. O consumo é de 1,5 hora por dia de escuta entre os assinantes

⁸ Disponível em: <http://bit.ly/2P8HvJs>. Acesso em: 3 dez. 2019.

⁹ Disponível em: <http://bit.ly/38348aH>. Acesso em: 3 dez. 2019.

e já está no Top 3 do Google Play no mundo. Esses são dados que justificam a escolha do agregador diante das potencialidades do podcast na atualidade, principalmente na difusão de conteúdos educativos como parte da missão projetada pelo interesse público no início de suas transmissões.

Como destacou Ferraretto (2001, p. 98), o rádio como instrumento de formação educativa na visão de Roquette-Pinto marca as primeiras transmissões em “conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos” na Rádio Sociedade. Já o rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016), na atualidade, amplia suas formas de difusão

sob demanda com a inclusão de interesses dos mais diversos âmbitos, inclusive semelhantes ao projetado na fase da implantação. Exemplo disso está na difusão do conhecimento científico-conceitual sobre diferentes áreas, das humanidades às exatas, com conteúdos que muitas vezes não circulam pelo *mainstream* e não possuem oportunidades de aprofundamento de debates públicos em suas teses e dissertações. O quadro abaixo apresenta as propostas de classificação resultantes da análise em 18 modalidades. Buscamos, dessa forma, apresentar uma cartografia das modalidades de podcast na categoria educativa.

[Quadro 1]
Modalidades de podcasts categoria Educativo

Categoria	Definição
Aperfeiçoamento profissional	Programas que trazem treinamentos com a finalidade de aperfeiçoar habilidades voltadas ao mercado de trabalho, como promoção de vendas, marketing etc.
Comportamento	Programas voltados para o desenvolvimento pessoal, com conteúdos de autoajuda, motivação diária etc.
Cultura/sociedade	Programas que possuem como foco debates relacionados à presença de questões culturais na sociedade nas áreas da arte, como música, cinema, artes plásticas, entre outras.
Direito	Programas que discutem conteúdos voltados para a área jurídica, desde informativos sobre o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça até ensinamentos da academia.
Divulgação científica	Programas que trazem informações científicas sobre produções e pesquisas desenvolvidas em universidades ou outras entidades financiadoras da ciência, como jornais específicos ou debates sobre uma produção científica.
Educação canina	Programas que trazem dicas sobre como educar e cuidar de cachorros, com sugestão de leituras, filmes e treinamentos domésticos.
Educação financeira	Programas que trazem ensinamentos sobre organização da vida financeira, com conteúdos sobre investimentos, contenção de gastos, entre outros.
Ensino de idiomas	Conteúdos voltados ao ensino de idiomas estrangeiros, como inglês, alemão, italiano, espanhol, japonês, entre outros.
Filosofia	Programas voltados à discussão sobre as vertentes e escolas filosóficas e a aplicabilidade das discussões na área do ensino na sociedade.
História	Produtos voltados à discussão histórica por meio de debates, entrevistas e discussões em questões cronológicas sobre a sociedade ou então voltadas à micro-história, perspectiva marxista, escola dos Annales, estruturalismo, cientificismo da área, entre outros.
Informativo	Programas que trazem conteúdos voltados para a informação, como mundo do agronegócio e do jornalismo.

Continua...

[Quadro 1] Continuação

Categoria	Definição
Infotainment	Produtos voltados à mescla entre informação e entretenimento, cultura nerd e discussões sobre essa perspectiva em outras relações sociais que vão da ciência à filosofia, gastronomia e comportamento, cinema e games etc.
Palestras	Produtos relacionados à divulgação de palestras realizadas em formatos como TED Talks ou então ações realizadas por <i>infotainers</i> , filósofos, médicos, entre outros agentes notáveis da sociedade.
Política/ciência política	Produtos voltados à discussão sobre política em diferentes níveis, fugindo do factual político do cotidiano e aprofundando questões conceituais da área por meio de entrevistas e debates.
Português	Debates e programas produzidos sobre a língua portuguesa, literatura, gramática, linguística, erros do cotidiano etc.
Preparatórios	Formato de cursos voltados a fins específicos como concursos, provas ou vestibulares em diferentes áreas, inclusive que perpassam categorias como história, sociologia e filosofia.
Religiosos	Programas que discutem o papel da religião na sociedade em distintas formas, monoteístas e politeístas, pela perspectiva religiosa-espiritualista com a busca por uma educação espiritual em torno de dogmas e doutrinas.
Sociologia	Conteúdos conceituais sobre a área que vão das linhas de Marx, Durkheim e Weber até Auguste Comte e suas ramificações na atualidade.

Fonte: Elaboração própria

Os podcasts que perpassam os âmbitos da sociologia, religiosidade, história e infotainment merecem certo detalhamento. No primeiro caso, as escolas sociológicas fazem parte do processo de produção, não necessariamente vinculando esses podcasts ao âmbito da preparação para concursos, vestibulares ou provas, mas somente com foco nos estudos da área em si. Já o âmbito espiritual-religioso é aprofundado para além de uma questão de comportamento ou autoajuda, mas sim na perspectiva do conhecimento sobre aspectos relacionados a dogmas e doutrinas.

O caso da história segue a mesma perspectiva da sociologia, com a possibilidade de estudos sobre fatos e acontecimentos baseados na cronologia ou, então, voltada à micro-história. Já o Infotainment perpassa essas relações, indo além dos debates específicos e oferece por meio do entretenimento produtos que realizam contextos históricos, artísticos, filosóficos

e relacionados à cultura nerd. É diferente da categoria informativo, que tem como base os acontecimentos factuais do dia a dia em produções noticiosas.

A autoajuda é um dos pontos, em conjunto com o desenvolvimento pessoal e motivação diária, da área de comportamento. Outro tópico de interesse que entra na lógica de atuação é o aperfeiçoamento profissional, que busca pensar em treinamentos e aperfeiçoamento de habilidades voltadas ao mercado de trabalho. Algo que se diferencia do aspecto do preparatório quando é voltado a fins específicos de testes, concursos, provas.

A ideia dessa classificação não é que o enquadrar os conteúdos em uma só categoria. Pelo contrário, eles podem transitar entre duas ou mais. No entanto, acreditamos que haverá alguma característica predominante em detrimento de outras, podendo definir o conteúdo. É possível, nesse sentido, verificar

que o rádio expandido retoma ambições da fase de implantação do meio com a fase da multiplicidade da oferta voltada aos *podcasting* na produção educacional.

Com o objetivo de investigar quantitativamente os aspectos encontrados,

elaboramos a Tabela 2 com os dados sobre nossa classificação. Foram analisados 202 podcasts que estavam disponíveis na categoria “educativo” do agregador Castbox, com sua porcentagem aproximada. Cada podcast foi enquadrado em apenas uma categoria para análise.

[Tabela 1]
Análise quantitativa das categorias propostas

Categoria	Quantidade	Percentual	Categoria	Quantidade	Percentual
Aperfeiçoamento profissional	8	3,96	História	2	0,99
Comportamento	16	7,92	Informativo	4	1,98
Cultura/sociedade	1	0,50	Infotainment	3	1,49
Direito	5	2,47	Palestras	7	3,47
Divulgação científica	5	2,48	Política/ciência política	1	0,50
Educação canina	1	0,50	Português	1	0,50
Educação financeira	6	2,97	Preparatórios	21	10,40
Ensino de idiomas	116	57,43	Religiosos	1	0,50
Filosofia	3	1,49	Sociologia	1	0,50

Fonte: Elaboração própria

Como nos mostra a análise quantitativa na Tabela 1, é notável o espaço ocupado pelos podcasts destinados ao ensino de idiomas: sua frequência representa 57,47% dos dados totais. Na sequência, destacam-se as produções que enquadramos na categoria “Preparatórios”, no qual englobam-se discussões sobre Enem, vestibulares, concursos e outros, com uma representação de 10,4%. A terceira categoria que merece destaque é “Comportamento”, com 8% dos programas. Nessa seção, destacam-se produções voltadas para incentivar a autoestima do ouvinte, relacionadas com autoajuda e as autointituladas, como *coach*. Os demais podcasts são menos representativos, pois desdobram-se, ainda, em outras 15 categorias.

Com base nos dados, observamos que, de maneira geral, cresce o interesse

por podcasts nas áreas de comportamento, aperfeiçoamento profissional, ou aqueles que ofereçam múltiplos pontos de vista em áreas como o direito, cultura e sociedade e divulgação científica. Ainda que tal proposta seja fruto de uma pesquisa de caráter quantitativo, sem focar nos debates realizados dentro de cada podcast – o que demandaria tempo pela quantidade –, essa relação entre a produção e os anseios sociais são fundamentais para entender os mapas de procura pelo conteúdo em áudio na atualidade.

Considerações finais

A proposta de categorização apresentada nessa pesquisa caminha em uma lógica

ligada aos primeiros preceitos do rádio de Roquette-Pinto (FERRARETTO, 2001). Por outro lado, não segue a ideia erudita elitista do período, mas sim proporciona uma ampliação do debate conceitual sobre as produções educativas na atualidade. É possível perceber que uma gama de interesses perpassa por diferentes ramos de debates, como a informação aprofundada nas áreas de política, sociologia e filosofia, tornando-se discussão ampliada de temas do cotidiano sobre a perspectiva sócio-filosófica ou intelectual necessária ao âmbito público.

O rádio como instrumento de formação educativa na visão de Roquette-Pinto marca as primeiras transmissões em conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos na Rádio Sociedade. Já o rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016), na atualidade, amplia suas formas de difusão sob demanda com a inclusão de interesses dos mais diversos âmbitos, inclusive semelhantes ao projetado na fase da implantação. Exemplo disso está na difusão do conhecimento científico-conceitual sobre diferentes áreas, das humanidades às exatas, com convidados que muitas vezes não circulam pelo *mainstream* e não possuem oportunidades de aprofundamento de debates públicos sobre suas produções.

Observamos que as produções educativas possuem certa relação com a iniciativa pública. Durante o século XX, as ações mais marcantes relacionadas às tentativas de transmitir conteúdos educativos detêm, majoritariamente, o Estado por trás, como vimos. Essa lógica sofre certa ruptura quando o rádio transborda para novas plataformas e os meios massivos têm sua hegemonia enfraquecida com a popularização da internet. Há a descentralização da produção sonora

possibilitada pela rede, novos atores surgem e, conseqüentemente, novas produções. Desta forma, é possível destacar a importância da difusão de podcasts que ampliam as possibilidades para além da ideia de lucro que ampliou os espaços comerciais em detrimento da programação voltada a setores da educação.

Reconhecemos, no entanto, que a cartografia dos produtos educativos presente nessa pesquisa é apenas o primeiro passo para um campo aberto de possibilidades investigativas, principalmente na área qualitativa de programas em distintas áreas, das humanidades ao ensino de línguas e exatas, algo que deverá ser aprofundado em pesquisas futuras. ■

[LUÂN JOSÉ VAZ CHAGAS]

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Membro dos grupos de pesquisa Mediações e Interações Radiofônicas e Comunicação Política e Cidadania (Ciclo).
E-mail: luaanchagas@gmail.com

[LUANA VIANA]

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (PPGCOM/Ufop) e do Grupo de Pesquisa Mediações e Interações Radiofônicas (PPGCOM/UERJ).
E-mail: lviana.s@hotmail.com

Referências

AGRELA, Lucas. O que é o Castbox, o app chinês elogiado pelo CEO do Google. **Exame**, São Paulo, 30 ago. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/382Zrha>. Acesso em: 3 dez. 2019.

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 47, p. 139-153, 2012.

ANDRIES, André Luiz Fernandes. Cinema é cachoeira, rádio é onda. **Recine: Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-15, 2009.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. In: CUNHA, Magda Rodrigues; HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). **Rádio Brasileiro: episódios e personagens**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 35-48.

BLOOMBERG. Google elogia capacidade da China em inteligência artificial. **Exame**, São Paulo, 27 mar. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2ONIHnq>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: MIT Press, 1999.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio: ainda estamos no início do começo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2006.

FÓRUM de rádios e tvs universitárias cria associações da área e divulga carta, II. **Intercom**, Joinville, 4 de setembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/34dVcfo>. Acesso em: 5 jun. 2019.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia e BENEETTI, Márcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda**: convergência digital e novos desafios na radiodifusão. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. 1 v.

MOREIRA, Sonia Virginia. Roquette Pinto, empreendedor de mídia educativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2002.

POPULARIDADE e audiência dos podcasts continuam em crescimento no mercado americano. **ZYD**, Rio de Janeiro, 4 jun. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/34KekCU>. Acesso em: 3 dez. 2019.

RIBEIRO, Adriana Gomes. Ensinar para educar; educar para servir à Pátria: a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro (PRD5), motivações influências e técnicas de comunicação. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (org.). **História da mídia sonora**: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 201-2016.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Os diretores do Museu Nacional. **UFRJ/Museu Nacional**, Rio de Janeiro, 2007-2008. Disponível em: <http://bit.ly/37ZvWga>. Acesso em: 1 abr. 2019.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. **Viagem ao “Coração do Brasil”**: Roquette-Pinto e a expedição de 1912. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anpuh, 2011.

TAVARES, Reynaldo. **Histórias que o rádio não contou**. São Paulo: Negócio, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZUCULOTO, Valci. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (org.). **Rádio em Portugal e no Brasil**: trajetória e cenários. 1. ed. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2015. p. 65-82. 1 v.

O POSICIONAMENTO DO FACEBOOK PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

[ARTIGO]

Alana Carolina Gomes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Renata Calonego

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Roseane Andrelo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O objetivo deste artigo é refletir sobre o posicionamento estratégico on-line das organizações perante a promoção dos direitos humanos por meio da cultura de paz. Para tanto, tem como objeto de estudo a *fanpage* oficial do Facebook no Brasil. Como metodologia, utilizou-se pesquisa bibliográfica, buscando aprofundamentos em temáticas relacionadas à comunicação das organizações, cultura de paz e direitos humanos. Além disso, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa da *fanpage*, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018 e de janeiro a junho de 2019, permitindo a produção de um estudo comparativo, a partir de categorias pautadas em indicadores da cultura de paz e de direitos humanos. Verificou-se que os posicionamentos organizacionais possibilitam uma via promissora para a promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Organizações. Internet. Comunicação. Cultura de Paz. Direitos Humanos.

This article reflects on the online strategic positioning of organizations towards the promotion of human rights via the culture of peace. For such, our object of study is the official Brazilian Facebook fanpage. Bibliographic research was used as the methodology, seeking to deepen the knowledge in themes related to communication of organizations, culture of peace, and human rights. Furthermore, a quantitative and qualitative analysis of the fanpage was conducted from September 2017 to February 2018, and from January to June 2019, enabling the production of a comparative study based on categories considering culture of peace and human rights indicators. Organizational positions were found to provide a promising pathway for the promotion of human rights.

Keywords: Organizations. Internet. Communication. Culture of Peace. Human Rights.

El propósito de este artículo es reflexionar sobre el posicionamiento estratégico en línea de las organizaciones hacia la promoción de los derechos humanos a través de la cultura de paz. Para ello, tiene como objeto de estudio la *fanpage* oficial de Facebook en Brasil. Como metodología, se utilizó la investigación bibliográfica, buscando profundizar en temas relacionados con la comunicación de organizaciones, cultura de paz y derechos humanos. Además, se realizó un análisis cuantitativo y cualitativo de la *fanpage* de septiembre de 2017 a febrero de 2018 y de enero a junio de 2019, lo que permitió un estudio comparativo desde categorías basadas en indicadores de cultura de paz y derechos humanos. Se ha encontrado que las posiciones organizacionales brindan una vía prometedor para la promoción de los derechos humanos.

Palabras clave: Organizaciones. Internet. Comunicación. Cultura de Paz. Derechos Humanos.

Introdução

O advento da internet e o crescente acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) permitiram avanços nas formas de se comunicar, acarretando novas práticas sociais. As interações e a propagação de discursos são potencializadas pelo uso das mídias sociais, como o Facebook. Só no Brasil, que ocupa o terceiro lugar no ranking¹ de usuários, 139 milhões de pessoas possuem perfil nessa mídia virtual. Contudo a facilidade na comunicação propiciou também a disseminação de discursos violentos e, com frequência, pessoas e organizações publicam em seus perfis narrativas de ódio.

As organizações, ao difundirem conteúdo de maneira estratégica, precisam alinhar seus discursos às expectativas de seus *stakeholders*, cada vez mais críticos e exigentes. Por isso é necessário que a comunicação organizacional assuma um papel responsável, disseminando conteúdos e atuando em prol da promoção dos direitos humanos para a busca de uma sociedade mais justa.

Conforme Cardoso (2013), o discurso e a prática dos direitos humanos são essenciais para a desconstrução de estruturas sociais que admitem desigualdades entre os indivíduos. Para tanto, o autor reforça a necessidade de debates sobre os direitos humanos em uma perspectiva intercultural, uma vez que a atual comunicação globalizada fomenta a difusão de diversos olhares sobre a dignidade humana.

1 Resultados digitais. “Redes sociais mais usadas”. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

A partir disso, a cultura de paz se insere como um agente imprescindível para que a comunicação das organizações assuma uma postura mais plural, ética e seja capaz de promover os princípios dos direitos humanos.

Diante desse quadro, este trabalho reflete sobre o posicionamento estratégico on-line das organizações perante a promoção dos direitos humanos por meio da cultura de paz. Para isso, utiliza como objeto de estudo a *fanpage* oficial do Facebook no Brasil, que, além de mídia social, é uma organização e faz uso das redes para propagar seus posicionamentos. Como metodologia, utilizou-se pesquisa bibliográfica e a análise quantitativa e qualitativa da *fanpage*, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018 e de janeiro a junho de 2019, a partir de categorias pautadas em indicadores da cultura de paz e de direitos humanos.

Posto isso, ressalta-se que este estudo não é conclusivo, mas se insere em um quadro de discussões realizadas pelo grupo de pesquisa Relações Públicas e Comunicação: Opinião Pública, Educação e Interculturalidade, da Universidade Estadual Paulista “Júlio e Mesquita Filho” (Unesp) *campus* de Bauru, com estudos sobre a responsabilidade das organizações na comunicação.

O posicionamento comunicacional estratégico das organizações no contexto on-line

O crescente acesso às TIC e a suas ferramentas tem como consequência a expansão de redes virtuais caracterizadas

pela desterritorialização e sua formação multicultural. A diversidade e a quantidade de informações produzidas são cada vez maiores, principalmente por causa das possibilidades de participação, compartilhamento e de construções colaborativas por meio das redes sociais on-line. A internet, então, configura-se um espaço importante de representação de ideias, valores, posicionamentos políticos e culturais.

O uso social das redes virtuais implicou para as organizações uma nova postura diante da maior demanda da sociedade em conhecer mais sobre suas ações, notícias, produções, entre outros. Assim, as organizações, mediante os desafios inerentes a esse cenário e à maior criticidade do público ao consumir um produto ou serviço, passam a ter de lidar com sua maior exposição e com a consequente necessidade de aproximação com a sociedade, sendo uma das formas de atender a tais exigências o estabelecimento de espaços de diálogo com seus públicos (JENKINS; GREEN; FORD, 2014).

Um dos impactos desse contexto complexo na comunicação das organizações pode ser observado pelo desenvolvimento de ações estratégicas, que visam a sua legitimação diante de um mercado cada vez mais competitivo. Entende-se que as redes sociais virtuais, ao possibilitarem o aumento nos espaços para cobranças feitas às organizações, tencionam estas a almejem licença social para exercerem suas funções, uma vez que o retorno social é tão importante quanto o aspecto financeiro para o sucesso organizacional (SROUR, 2012).

Assim, os processos comunicacionais se tornam um fator estratégico, uma vez

que que viabilizam esse retorno social ao estabelecerem vínculos com os públicos, o que pode ocorrer por meio da disseminação de princípios e valores expostos em posicionamentos e discursos organizacionais. Ou seja, a comunicação configura uma importante estratégia para promover essa aproximação tão demandada entre organização e públicos. O discurso e a atuação organizacional são elementos fundamentais para apresentar seu posicionamento por meio de seus comprometimentos em relação aos interesses da sociedade, a fim de garantir credibilidade e sucesso junto ao seu público (OLIVEIRA; PAULA, 2010).

Além disso, é necessário pontuar, conforme indicam Lima e Oliveira (2014) e Almeida e Souza (2014), que os discursos refletem o contexto histórico e sociocultural em que estão inseridos, podendo influenciar significativamente na construção de percepções de mundo dos indivíduos. Do mesmo modo, as organizações, enquanto instâncias sociais, utilizam elementos sociais do cenário em que estão inseridas para construir significados sobre elas, a fim de se aproximar de seu público. Portanto:

Considerando que as práticas de comunicação no contexto organizacional são instituídas pelo social e ao mesmo tempo fundadoras dele, percebe-se que suas intervenções simbólicas (materializadas em discurso) expressam um conjunto de normas e valores correntes em nossa sociedade. Os discursos organizacionais são, portanto, expressão da cultura contemporânea e também elementos que a atualizam (LIMA; OLIVEIRA, 2014, p. 90).

Logo a relação entre organizações e discursos, segundo Almeida e Souza (2014),

conforma-se em um círculo, isto é, as organizações pautam seus posicionamentos sobre o contexto em que estão inseridas, em busca de legitimação por meio da construção de significados, ao mesmo tempo em que seus discursos geram novos significados diante do sentido dado pelos indivíduos sobre eles, levando as organizações a enfrentarem os efeitos gerados por suas manifestações. Assim, para se afirmarem na sociedade, as organizações embasam suas estratégias de comunicação pelas percepções e sentidos que circulam conforme seu interesse.

Pires (2008) enfatiza que a comunicação organizacional se estabelece como um agente viabilizador para que as organizações consigam planejar e executar seus posicionamentos estratégicos de modo a se legitimar perante a sociedade. No entanto há de se refletir sobre os impactos na sociedade dessas estratégias de comunicação, sobretudo quando se pautam em posicionamentos fundamentados por valores e ideais que podem intensificar a promoção de discursos de ódio.

Nesse sentido, este trabalho parte da premissa que as publicações das organizações em seus perfis on-line expressam estratégias de comunicação que buscam reforçar posicionamentos organizacionais para construir significados em relação aos interesses, mas também que essas publicações, de certa forma, pautam a agenda pública seja em termos de política, igualdade de gênero, diversidade, questões ambientais, entre outros.

Além disso ressalta-se o papel social que a comunicação das organizações assume, uma vez que as mídias como um todo são em parte responsáveis pela representação

e construção de visão de mundo da sociedade; instituem um sistema por meio do qual pode-se aprender conteúdo e valores; e realizam uma mediação entre a realidade concreta e aquilo que o público conhece dela (ANDRELO et al., 2016).

As organizações também se caracterizam como produtoras de materiais midiáticos, por meio das instituições tradicionais de mídia ou por seus próprios espaços oficiais de comunicação, tendo como destaque os perfis organizacionais on-line em redes sociais. Com isso, pode-se afirmar que as organizações também são responsáveis, em certa medida, em construir representações ao midiaticarem seus discursos e mediar a realidade, instituindo um papel social significativo na difusão de conteúdo.

Logo um dos reflexos desse cenário nas organizações é o aumento de espaços que intensificam a responsabilidade das organizações diante das possibilidades de influências que sua comunicação pode gerar na sociedade. Nesse sentido, considerando a potencialização que o ambiente virtual proporcionou para a comunicação das organizações, de sensibilizar a opinião pública e impactar interesses coletivos, estas precisam se atentar ao contexto social para elaborarem seu conteúdo, visando um posicionamento que busque a desconstrução de práticas violentas, racistas, intolerantes, sexistas etc.

Diante desse quadro, este trabalho discorre sobre o posicionamento estratégico on-line das organizações, em busca de legitimação na sociedade, assim como o retorno social perante a promoção dos direitos humanos através da cultura de paz.

A promoção dos direitos humanos na perspectiva da cultura de paz

A violência está presente em diversos âmbitos da sociedade. No ambiente organizacional, isso não é diferente. Muitas vezes, por meio da comunicação, as organizações se tornam propulsoras de comportamentos violentos e desigualdades que ferem os princípios dos direitos humanos.

A comunicação pode ser tanto um aparato para alcançar o que a Organização das Nações Unidas e alguns autores denominam por cultura de paz e promoção de direitos humanos quanto uma estratégia de controle social e dominação dos grupos hegemônicos. Nesta última ótica, a comunicação das organizações é capaz de legitimar estruturas, práticas e cultura de desigualdade entre gêneros, racismo, violência intercultural, discurso de ódio, xenofobia e outras intolerâncias que impactam negativamente a vida de milhares de pessoas.

Contudo a comunicação pode assumir vertentes plurais e não mais contribuir com a violência. De acordo com Nos Aldás, Seguí-Cosme e Rivas Machota (2008), a comunicação para a paz pode contribuir para novas formas de ação social e discursos de paz. Assim, uma comunicação para a paz pode colaborar com a desconstrução de estruturas violentas e propagar os direitos humanos, e isso é fundamental diante do contexto atual.

Milani e Jesus (2003, p. 20) indicam que “Já não é mais possível entender o fenômeno das violências como unicausal ou composto por fatores que podem ser enfrentados de forma isolada ou pontual”

(MILANI; JESUS, 2003, p. 20). Assim, uma série de esforços deve ser tomada, incluindo a promoção da chamada cultura de paz, para que vários setores da sociedade, como as esferas governamentais, escolas, movimentos sociais e organizações possam entender benefícios e transformações que ela pode ocasionar.

Ernesto e Berliner (2008) afirmam que o respeito pelos direitos humanos é uma das bases da cultura de paz. Por isso, em busca dessas transformações positivas que a ela pode proporcionar, a temática ganhou força com o passar dos anos e importantes órgãos mundiais passaram a reconhecer sua importância. Pureza (2000) indica que, ao proclamar 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz e adotar ações em prol dessa cultura, a Assembleia Geral das Nações Unidas passou a olhar o futuro de forma menos fatalista.

Ainda, a Assembleia Geral da ONU disponibilizou, em 1999, a Declaração sobre uma Cultura de Paz², que buscava fortalecer a temática em governos, organizações internacionais e na sociedade civil. Com esse documento, a ONU define a cultura de paz como um conjunto de valores, modos de agir e estilos de vida baseados no respeito à vida, na não violência, na promoção dos direitos humanos, nos princípios da liberdade, diversidade cultural, justiça, democracia, entre outros aspectos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

² A Declaração sobre uma Cultura de Paz da Organização das Nações Unidas é parte da Resolução A/RES/53/243 de 1999. Cf. Organização das Nações Unidas (1999).

A maior contribuição da proclamação do Ano Internacional da Cultura de Paz é que “a paz só pode ser alcançada pelo comportamento cotidiano” (PUREZA, 2000, p. 41). Com a iniciativa, a ONU enfatizou que “a paz não é apenas uma condição política ou uma aspiração ética, mas uma categoria moral e até cultural” (PUREZA, 2000, p. 41). Dessa forma, a cultura de paz não pode ser alcançada por meio de comportamentos isolados e ações dispersas. Ela deve ser promovida em ações diárias e que envolvam todos os âmbitos da vida. Com isso, é interessante pensar como as organizações, que são foco deste artigo, podem promover esses projetos de ação que disseminem a cultura de paz.

Promover a cultura de paz significa e pressupõe trabalhar de forma integrada em prol das grandes mudanças ansiadas pela maioria da humanidade – justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política (MILANI; JESUS, 2003, p. 31).

Para os autores, a cultura de paz é o elo que interliga os processos de transformação pessoal e social. Com isso, Milani e Jesus (2003) indicam que as transformações e a construção de uma cultura de paz precisam ser pensadas e atuantes em níveis **micro** e **macro**. O nível micro seria composto pelo comportamento do indivíduo, com suas ações, círculos familiares e de amizade. Já para nível macro, o interessante é repensar os processos sociais, definir estratégias de mudança coletiva, criar e implementar políticas públicas, estruturas institucionais e programas educativos e sociais condizentes com os valores da paz.

Nesse sentido é interessante analisar o papel da comunicação para repensar esses processos, pois é com a comunicação que a cultura é estimulada e as pessoas podem se relacionar, criando e ressignificando valores (MARCHIORI, 2008). Ainda, Kunsch (2014, p. 37) salienta que:

No contexto da comunicação organizacional cabe aos gestores de comunicação sensibilizar os dirigentes de que não basta só gerar empregos, pagar impostos e atingir lucros, mas que se deve ir além, contribuir para uma sociedade melhor. Há que existir uma relação sinérgica entre o mundo e as organizações. E, nesse contexto, é a comunicação que viabiliza todo o processo.

Com isso, torna-se evidente que a comunicação exerce um poder notável no mundo e que ela não deve mais ser considerada um instrumento de transmissão de informações, mas como um processo social básico, um fenômeno presente na sociedade e um poder transversal, que perpassa o sistema global, incluindo as organizações.

Como indicam Martínez-Guzmán, Comins-Mingol e Albert (2009), em uma comunicação direcionada à cultura de paz, todas as pessoas têm possibilidades iguais de escutar e serem escutadas. Nesse sentido, a cultura de paz pode ser capaz de contribuir para que as organizações adotem posturas mais responsáveis e que possam promover os direitos humanos, escutando todos os seus públicos e permitindo que eles tenham possibilidades iguais para se expressar.

Para Piovesan (2006), a definição de direitos humanos aponta para uma pluralidade de significados e, tendo em vista

essa pluralidade, é importante considerar a concepção contemporânea que foi introduzida com a Declaração Universal de 1948 e complementada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Para a ONU³, os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho e à educação, entre outros e enfatiza que todos merecem esses direitos, sem discriminação.

O autor ainda aponta que essa concepção é fruto do movimento de internacionalização dos direitos humanos surgida após a Segunda Guerra Mundial como uma resposta aos horrores cometidos pelo nazismo (PIOVESAN, 2006). Com isso, os direitos humanos buscam ser um referencial ético para orientar a ordem internacional contemporânea.

Nickel (2006 apud ERNESTO; BERLINER, 2008) aponta que os direitos humanos podem ser divididos em seis categorias: direitos de segurança, que protegem as pessoas contra assassinatos, massacres, tortura e estupro; direitos processuais, que protegem contra abusos do sistema legal; direitos de liberdade, que dizem respeito à liberdade de crença, expressão, associação, reunião e movimento; direitos políticos, que correspondem à liberdade de participar da política; direitos de igualdade, que garantem cidadania e não discriminação; e direitos sociais, que buscam a educação para todas as crianças e a proteção contra a pobreza extrema e a fome.

Os direitos humanos podem ser entendidos como um conjunto de valores construído historicamente, podendo estabelecer diálogos entre ciência, ética e política nesses tempos de razão instrumental a serviço de fins puramente mercadológicos. Para que os direitos humanos se ampliem e se efetivem como referência ética, é necessário que eles sejam objetos constantes de reflexão historiocrítica e que sejam divulgados, protegidos e vivenciados a cada dia (CARDOSO, 2013).

Como referencial ético, os direitos humanos podem ser promovidos pela cultura de paz para dar novas referências às organizações, para que estas possam repensar suas formas de gestão e comunicação evitando que elas fomentem desigualdades e a violência em busca de superar posturas intolerantes e que não condizem com a pluralidade.

Ainda cabe ressaltar que a comunicação organizacional que adota princípios para a cultura de paz e a promoção dos direitos humanos não pode resolver todos os problemas comunicacionais e sociais, mas pode atenuar os preconceitos, racismo, intolerância e alimentar a comunicação com alguns valores universais e contribuir para a manutenção da paz, buscando que as organizações tomem maior consciência sobre suas formas de atuação.

Dessa maneira, pelo fato de o respeito aos direitos humanos ser considerado uma das essências da cultura de paz e por estas temáticas agregarem transformações que ocorrem em vários âmbitos da sociedade, é interessante refletirmos como as organizações – no caso deste artigo, o Facebook – podem assumir uma postura mais plural,

3 Organização das Nações Unidas (ONU). "Direitos humanos". Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: 20 set. 2019.

ética e ser capazes de promover os princípios dos direitos humanos com a disseminação da cultura de paz ou de conteúdos que dialoguem diretamente com ela.

Metodologia de pesquisa

A metodologia utilizada neste estudo conta com dados de uma pesquisa⁴ realizada pelas autoras em 2018, que consiste na análise quantitativa e qualitativa da *fanpage* do Facebook, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018, a partir de categorias pautadas em indicadores da cultura de paz e de direitos humanos. Assim, a fim de dar continuidade às reflexões em questão, propõe-se neste estudo comparar os resultados iniciais com uma nova análise feita na *fanpage*, de janeiro a junho de 2019, seguindo os mesmos critérios (as categorias, o período de seis meses e investigação quantitativa e qualitativa).

O estudo acerca da atuação de tal empresa foi baseado, conforme categorias indicadas por Milani e Jesus (2003), nos elementos necessários para a promoção da cultura de paz, com ênfase àqueles que dialogam diretamente com os princípios dos direitos humanos abordados no referencial teórico. Ou seja, na análise qualitativa, buscou-se verificar se as postagens abordavam e como abordavam as temáticas ligadas à cultura de paz e aos direitos humanos.

⁴ Resultados parciais desse estudo foram apresentados no IV Seminário Internacional de Comunicação Organizacional (Sico) realizado em Uberlândia (MG), o qual ainda não foi publicado nos anais.

Ao total, foram observadas 26 postagens, sendo que, para cada publicação, analisaram-se as seguintes informações: data, *link* de acesso ao *post*, temas (categorias), posicionamento diante do tema, assunto, fonte (*link* associado), formato, quantidade de reações, visualizações – quando se tratava de vídeo –, compartilhamentos e comentários, e verificação da ocorrência de interações/respostas e do uso de *hashtags*.

As categorias empregadas, conforme Milani e Jesus (2003), foram: justiça social, igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, tolerância religiosa, respeito às minorias, educação universal, equilíbrio ecológico e liberdade política. Ao longo da análise, surgiu a necessidade de criar mais uma categoria, definida como “benefício social”, que consiste em publicações consideradas relevantes para a promoção da cultura de paz, conforme teorias estudadas, mas que não se enquadram nas indicações iniciais. A categoria “benefício social” teve o intuito de englobar ações que proporcionam conscientização a partir de um viés educativo, sobre assuntos relevantes para a sociedade, tais como segurança on-line e reflexões sobre saúde mental.

A informação sobre posicionamento diante do tema teve como objetivo observar se as publicações apresentavam cunho organizacional ou social – ou os dois. As postagens definidas como de cunho organizacional eram aquelas que remetiam a ações do Facebook enquanto organização, já as determinadas como social eram as que divulgavam outras iniciativas sociais, vinculando-se a ONGs e outras instituições. Para o formato, delimitaram-se as seguintes opções: *link*, texto, imagem e vídeo, sendo que com o item fonte buscou-se anotar se

o conteúdo aplicado era autoral, ou uma replicação/promoção de outras iniciativas, até mesmo para avaliar qual era essa fonte.

Após a investigação quantitativa, realizou-se uma análise qualitativa das postagens que se enquadram em alguma das categorias selecionadas. Dentre essas, escolheram-se as com maior número total de reações, comentários e compartilhamentos, visando o aprofundamento do objetivo proposto, sendo que nos dois períodos analisados um vídeo foi a publicação com maior destaque. Realizou-se, então, a análise de conteúdo pautada nas mesmas categorias elencadas para o estudo quantitativo de Milani e Jesus (2003).

A seguir, as análises serão apresentadas em forma comparativa, a fim de facilitar a distribuição do conteúdo e o entendimento.

Análises quantitativas

No mês de março de 2018, a *fanpage*⁵ da organização totalizava 207.956.624 curtidas e 208.022.351 seguidores de sua página, números que aumentaram em outubro de 2019 para 214.562.162 e 214.716.37, respectivamente, configurando um número expressivo de usuários que supostamente acompanham suas atividades.

A coleta no período de setembro a fevereiro apresentou o total de 15 postagens, que somaram um pouco mais de 952 mil reações, 144.628 compartilhamentos e 56.117 comentários. Já no primeiro semestre de 2019,

observaram-se 11 publicações, atingindo 53.004 mil reações, 6.085 compartilhamentos e 18.459 comentários. Diante desses números, percebe-se uma queda drástica da soma das reações, ainda que o resultado de 952 mil se deva em grande parte a uma publicação específica. No entanto, é possível analisar que, proporcionalmente, a quantidade de comentários em 2019 foi significativa, podendo representar um possível indicador de maior interação e preocupação da empresa em se relacionar com seu público. Isso pode ser ratificado pela constatação de que entre todas as publicações estudadas houve respostas do Facebook para os internautas, ainda que nem sempre se relacionavam com o tema proposto.

Durante os dois períodos da análise, notou-se que as postagens eram periódicas. Na primeira etapa, tiveram três *posts* espaçados ao longo de setembro, enquanto em outubro não ocorreu nenhuma publicação e, em novembro, dezembro e janeiro, duas em cada mês. Diferentemente, fevereiro contou com seis postagens em dias seguidos e com casos de mais de uma por dia. Na segunda fase, janeiro e fevereiro tiveram duas publicações em cada mês, sendo ambas em datas próximas. Posteriormente, março e maio tiveram somente um *post* cada mês, enquanto abril teve cinco, dentre os quais dois no mesmo dia. Ressalta-se que, após a última postagem em maio, a página ficou sem qualquer atualização até setembro do mesmo ano, ou seja, três meses sem gestão.

O uso do recurso de *hashtag* para monitoramento de seguidores e promoção das postagens ocorreu em apenas nove publicações do total de 26, sendo em todos os casos relativas a campanhas.

⁵ Facebook. "Fanpage Facebook Brasil". Disponível em: <https://www.facebook.com/FacebookBrasil/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

O posicionamento diante do tema e da fonte foi, em sua maioria, organizacional e auto-ral, respectivamente, com somente três *posts* citando outras iniciativas.

Quanto às categorias empregadas na análise, a observação realizada de setembro a fevereiro constatou nove *postagens* que contemplaram indicadores de promoção de cultura de paz que dialogam com os direitos humanos, sendo que algumas abrangeram mais de uma categoria. Sua divisão pode ser expressa assim: três associadas ao respeito às minorias, três vinculadas à igualdade entre os sexos, três relativas a benefício social, duas sobre justiça social, uma sobre educação universal e uma sobre tolerância religiosa, sendo que seis publicações não tiveram qualquer perspectiva sobre a cultura de paz.

A verificação realizada em 2019 apontou que sete *postagens* estavam relacionadas com as categorias elencadas por este trabalho, sendo que três não dialogam com nenhum dos itens selecionados e uma apresentou cunho educativo, ainda que não se enquadre no tópico de educação universal. Dentre os sete materiais, as categorias encontradas foram: benefício social, educação universal, justiça social, igualdade entre os sexos e respeito às minorias. Com isso, percebe-se que o Facebook manteve coerência em suas pautas trabalhadas, uma vez que, nos dois períodos de análises, as categorias observadas foram as mesmas, exceto para a tolerância religiosa. O Quadro 1 sintetiza a comparação dos resultados quantitativos.

[Quadro 1]
Comparação dos resultados quantitativos

	PERÍODO 1 Setembro 2017 a fevereiro 2018	PERÍODO 2 Janeiro a junho 2019
Total de <i>postagens</i>	15	11
Total de reações	952 mil	53.004
Total de compartilhamentos	144.628	6.085
Total de comentários	56.117	18.459
Posts dentro das Categorias	9	7
Categorias	Respeito às minorias; igualdade entre os sexos; benefício social; justiça social; educação universal e tolerância religiosa	Benefício social; educação universal; justiça social; igualdade entre os sexos e respeito às minorias

Fonte: Elaborado pelas autoras

No período 1, os três *posts* com mais reações, compartilhamentos e comentários associavam-se a categorias de benefício social (segurança on-line) – sendo essa

a de maior destaque, com 495 mil reações e 5,6 milhões de visualizações –; depois, já com 195 mil reações e 3 milhões de visualizações, uma *postagem* que abordou

justiça social, igualdade entre os sexos, educação universal e respeito às minorias; e, por fim, a terceira postagem, com 70 mil reações e 1,6 milhões de visualizações, relativa a respeito às minorias e à justiça social. Salienta-se que essas três publicações eram em formato de vídeo, tornando sua difusão muito maior por causa da quantidade de visualizações, e que todas elas pertenciam às definições de organizacional e autoral, segundo as categorias de posicionamento diante do tema e da fonte.

Já no segundo momento da pesquisa, as duas postagens que mais sobressaíram em relação aos números totais não se enquadraram em nenhuma das categorias propostas neste trabalho, uma vez que se tratavam de atualizações de fotos de capa da página da empresa e do lançamento de uma nova ferramenta na rede social. No entanto, dentre as publicações que abordaram alguma categoria, a de maior repercussão quantitativa (total de 8.182) era referente à de benefício social com cunho educativo, que apresentava como conteúdo um vídeo sobre a segurança na internet, assim como ocorrera na primeira análise.

Os dois outros posts pertenciam a uma parceria feita entre a organização com O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) sobre uma campanha contra o *bullying*, tendo utilizado a hashtag #ÉDaMinhaConta. Novamente, eram materiais de cunho organizacional e que, apesar de apoiar uma iniciativa de outra instituição, a empresa lançou e promoveu conteúdos autorais sobre o tema. O que se pode inferir a partir dessas colocações é que o formato de vídeo consegue maior alcance entre os usuários, já

que todas essas publicações, exceto uma, tratavam-se de vídeos.

De modo geral, percebeu-se que existe uma preocupação do Facebook em abordar e trabalhar em seus discursos com temáticas que, de acordo com nossa análise, evocam princípios da cultura de paz e podem promover os direitos humanos, visto que 16 dentre 26 publicações contemplaram as categorias estipuladas por este estudo. Ainda que a *fanpage* não fosse direcionada especificamente para a publicação de assuntos referentes à disseminação da paz e da promoção dos direitos humanos, a organização deixou evidente seu esforço em difundir reflexões acerca da temática, mesmo que trabalhadas de maneira superficial. Além disso, diante das demandas civis e governamentais sobre a segurança on-line, pode-se notar, a partir das análises comparativas, uma atuação contínua do Facebook para a contenção da violência virtual, por meio de medidas de segurança técnicas ou de conscientização, ainda que o objetivo final de tais discursos seja de cunho organizacional, ou seja, para benefício do próprio negócio.

Há de se observar que muitas das publicações que apresentaram elementos da cultura de paz e dos direitos humanos estavam acompanhadas da divulgação de ações concretas da organização ou de materiais que aprofundaram o tema, tais como o manual educativo sobre como se proteger on-line e palestras com profissionais da área sobre saúde mental. O Quadro 2 ilustra as observações tecidas sobre as três postagens de cada período, que se enquadram em alguma das categorias propostas pelo trabalho, com maior repercussão quantitativa.

[Quadro 2]

As três postagens de cada período com maior repercussão quantitativa

		POSICIONAMENTO	CATEGORIA	FORMATO	TOTAL REAÇÕES
PERÍODO 1	1ª	Organizacional	Benefício Social	Vídeo	495 mil
	2ª	Organizacional	Justiça social; igualdade entre os sexos; educação universal; respeito às minorias	Vídeo	195 mil
	3ª	Organizacional	respeito às minorias; justiça social	Vídeo	70 mil
PERÍODO 2	1ª	Organizacional	Benefício Social	Vídeo	8.182 mil
	2ª	Organizacional	Benefício social; respeito às minorias	Imagem com link	6.305 mil
	3ª	Organizacional	Benefício social; respeito às minorias	Live – transmissão ao vivo	5.340 mil

Fonte: Elaborado pelas autoras

Por fim, destaca-se que, apesar da alta repercussão de suas postagens, além de uma intensa interação com os internautas em sua página, com respostas frequentes, observou-se a falta de planejamento para as postagens em relação a sua periodicidade, ou seja, a empresa não aparentou ter uma gestão estratégica do seu perfil virtual. Tal constatação expõe dois problemas: o primeiro é que o Facebook, enquanto instituidor dessa rede social on-line, deveria ser um referencial sobre o planejamento de sua própria gestão de conteúdo; e, segundo, a ausência desse olhar estratégico evidencia o quanto se poderia potencializar ainda mais as ações e discursos sobre a cultura de paz e promover de forma mais profícua os direitos humanos por meio desse espaço.

A fim de tornar a reflexão sobre o posicionamento do Facebook em sua *fanpage* sobre a cultura de paz mais densa, realizou-se uma análise de conteúdo das duas postagens de maior repercussão ao

longo dos períodos estudados, conforme apresenta-se a seguir.

Análises qualitativas

Para realizar essa análise, definiram-se como categorias de estudo as mesmas utilizadas no trabalho quantitativo, que são, conforme defendem Milani e Jesus (2003), indicadores essenciais para a promoção da cultura de paz. A seguir, apresentam-se as análises referentes às publicações de maior repercussão quantitativa de cada momento da investigação.

Período 1

A publicação do período 1 consiste em um vídeo de autoria do Facebook⁶, com duração de 1 minuto e 42 segundos,

⁶ Facebook. Vídeo analisado no período 1. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FacebookBrasil/videos/1892206657473756/>>. Acesso em: fev. 2018.

relativo à segurança on-line. Seu conteúdo apresenta uma animação que exibe pessoas em uma praça, desde crianças brincando a indivíduos passeando com cachorros e lendo em um banco. Esse cenário é mantido ao longo do material e é construído com cores alegres, como laranja e vermelho, e, ao mesmo tempo, tons mais claros de azul, rosa e branco. A principal ideia, considerando tais elementos, é apresentar um grupo social que forma uma comunidade de convivência harmoniosa, ou seja, um ambiente seguro e acolhedor.

Percebe-se que os personagens são de etnias diferentes, sendo a personagem em destaque uma mulher negra, indicando a preocupação sutil em valorizar o gênero feminino, contemplando as categorias de igualdade entre os sexos, eliminação do racismo e respeito às minorias. Também são exibidos no vídeo homens e idosos, reforçando a ideia de respeito ao representar um minoritário. Nesse sentido, ressalta-se também a simbolização, em mais de uma cena, de mulheres com burca interagindo com pessoas sem esse acessório, sugerindo a tolerância religiosa e o respeito pela liberdade individual.

Além disso, o cenário ao fundo remete à natureza, indicando certa leveza e acentuando a ideia de harmonia e de um possível equilíbrio ecológico. Em contraste ao ambiente natural, elementos textuais do mundo virtual vão surgindo ao longo do vídeo, tais como os sinais gráficos de arroba (@), *hashtag* (#), curtidas e e-mails. Ressalta-se também que o vídeo apresenta diversas características que remetem ao Facebook, sinalizando a representação organizacional por meio da cor (o mesmo tom de azul do *slogan*

da empresa) e das imagens das reações utilizadas nessa plataforma (coração, “joinha”, triste, entre outros).

De modo geral, o áudio do vídeo é coerente a sua imagem, com uma trilha sonora suave. A voz que narra o vídeo é a de uma mulher, acentuando a representação do gênero feminino. A mensagem textual em si traz o intuito de reforçar as ações do Facebook para garantir que tal rede seja um espaço seguro e acolhedor. Para tanto, aponta as realizações da organização para enfatizar esse enredo, como o trabalho de sua equipe, assim como os desenvolvimentos técnicos para monitorar discursos de ódio, violentos e de incentivo ao *bullying*. Esse controle se baseia nos chamados Padrões da Comunidade, que dizem respeito aos critérios sobre o que e quem deve ser removido da rede social. O vídeo salienta, ainda, que a elaboração desses critérios foi pautada em informações de estudiosos, de organizações de direitos humanos e de usuários diários do Facebook em todo o mundo, demonstrando uma aparente preocupação em dar voz para instituições promotoras de direitos e poder às pessoas, conforme sugere a missão da empresa.

Nota-se também, a partir do texto falado, o cuidado em mencionar a interculturalidade associada à rede, pois sempre há uma alusão ao caráter mundial, o destaque para a atuação da organização em mais de 40 idiomas e a importância em considerar o contexto cultural diante dos Padrões da Comunidade. Do mesmo modo, reforça-se a ideia da segurança on-line, a qual, conforme o vídeo, é tratada com prioridade. Ao fim, enfatiza-se a busca da empresa por melhoria contínua, assim como a responsabilidade em dar mais controle ao usuário

sobre o que vê em seu perfil virtual da plataforma, remetendo à missão da organização. O vídeo é finalizado com a exibição de um link para o acesso a mais informações sobre a temática.

Período 2

A outra publicação, também em formato de vídeo, tem 20 segundos de duração, sendo também de autoria do Facebook e relativa ao tema da segurança on-line. O material é uma animação, com os mesmos traços do primeiro vídeo analisado, e se trata de um complemento ao texto publicado junto da postagem, que diz:

Em fevereiro é celebrado o Dia Mundial da Internet Segura – e a segurança das pessoas é uma das prioridades do Facebook. Na nossa Central de Segurança é possível encontrar dicas e materiais educacionais desenvolvidos com especialistas sobre como navegar de maneira segura. Explore esse conteúdo em: [facebook.com/safety](https://www.facebook.com/safety)⁷.

O vídeo se inicia com um rapaz branco de costas em um ambiente montanhoso, sendo apresentadas na cena somente as cores azul (igual à do Facebook), branco e rosa. Igualmente ao primeiro material, nota-se a referência à natureza, podendo-se inferir que exista uma intencionalidade da empresa em sempre contrastar de maneira harmoniosa o espaço natural *versus* o virtual.

Posteriormente, nesse mesmo cenário, um rapaz negro, usando roupas nas

mesmas tonalidades já mencionadas, se junta e ele começam a conversar. Então, o vídeo se fecha em formato de círculo e aparece uma tela com fundo de cor bege, expondo diversos outros pequenos círculos coloridos com personagens realizando atividades distintas. Mostram-se as seguintes ações: um jovem negro sorridente com mochila e boné verdes; uma mulher branca apressada com burca vermelha carregando uma mala; outra mulher negra em cima de um skate com seu cachorro e cabelos ao vento; um menino e uma menina brancos sentados comendo um bolo; os braços de uma pessoa negra segurando um bolo com velas; um homem jovem correndo, como se estivesse praticando esportes.

A partir disso, percebe-se, do mesmo modo do vídeo do período 1, uma aparente preocupação em retratar diferentes etnias e culturas por meio dos personagens (negros, brancos, utilizando burca), assim como em representar o gênero feminino, permeando premissas das categorias de eliminação do racismo e respeito às minorias. Além disso, dentre as ações escolhidas, as mulheres são associadas a atividades de negócios (mulher apressada com uma mala) e de aventura (mulher no skate), aproximando-se da categoria de igualdade entre os sexos.

No decorrer do vídeo, todos esses momentos se tornam retangulares, indicando serem publicações feitas no Facebook. Ao mesmo tempo que isso ocorre, a cor do fundo do vídeo se torna azul, tendo em seu centro um cadeado, indicando o assunto em questão sobre segurança. Nessa mesma transição, outros símbolos também presentes nessa rede social vão surgindo, como o ícone de reações, de localização e de nova solicitação de amizade. Tal composição

⁷ Facebook. Vídeo analisado no período 2. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=288785068479121>. Acesso em: jun. 2019.

também se apresenta no primeiro vídeo, sendo possível observar a preocupação da empresa em utilizar elementos que remetem ao Facebook enquanto organização.

Na passagem seguinte, o vídeo apresenta uma espiral de cores, onde vários tons de azul prevalecem, e finaliza em uma jovem branca, segurando o celular que mostra o momento inicialmente retratado dos dois amigos. Ela aparece feliz e sai caminhando, ao mesmo tempo que aparece o link “facebook.com/safety”, sugerindo aos usuários que cliquem para obter mais informações sobre segurança on-line.

Ressalta-se ainda que o material analisado não apresenta qualquer fala ou tipo de legenda. Ao fundo toca uma música suave e alegre, conforme as imagens vão se transformando. Os tons pastéis prevalecem, sempre dando destaque ao azul. Em sua totalidade, há no vídeo características muito semelhantes ao primeiro material analisado, buscando também transmitir a sensação de que o Facebook é um ambiente seguro e acolhedor, onde pessoas de diversas origens convivem em comunidade.

De modo geral, observa-se que os vídeos estudados demonstram uma preocupação discursiva em trabalhar princípios da cultura de paz e promover os direitos humanos ao contemplar, essencialmente, categorias como igualdade entre os sexos, eliminação do racismo, respeito às minorias, benefício social como um todo e, superficialmente, tolerância religiosa e equilíbrio ecológico. No entanto, considerando que a impulsão à cultura de paz consiste na união das outras categorias de justiça social, educação universal e liberdade política, pode-se dizer que o discurso

organizacional do Facebook falha ao não abranger tais apontamentos.

De maneira semelhante, a análise quantitativa apontou que a atuação da organização de maior frequência consiste em temas sobre igualdade entre sexos, eliminação do racismo, respeito às minorias e benefício social, agindo raramente ou nunca nos assuntos referentes à tolerância religiosa, equilíbrio ecológico, educação universal, justiça social e liberdade política.

Considerações finais

As análises realizadas sobre as atividades do Facebook indicaram que a organização manteve coerência discursiva e apresentou cuidado ao trabalhar com algumas temáticas que podem ser encaixadas nas categorias relevantes para a promoção da cultura de paz, conforme defendido por Milani e Jesus (2003) e, conseqüentemente, dos direitos humanos. Considerando sua missão, o Facebook poderia cumprir de forma mais efetiva seu papel social, cada vez mais demandado pela sociedade e por governos, ao propagar a cultura de paz, principalmente por ser uma organização de comunicação de dimensão global.

Assim, seria interessante que, ao levantar pautas que contribuem para dar voz a algumas exigências sociais, projetos e ações que visam a promoção de direitos humanos, a empresa optasse por posicionamentos comunicacionais mais estratégicos. Isso poderia ser concretizado ao definir uma periodicidade em suas postagens, uma vez

que há meses com nenhuma publicação e, por outro lado, semanas com mais de uma, e ao diversificar suas temáticas abordadas ao contemplar todas as categorias importantes para a cultura de paz e para os direitos humanos, uma vez que ela só ocorre a partir de uma articulação conjunta entre as mudanças desejadas pela sociedade.

Nesse contexto, a cultura de paz configura um agente imprescindível para que a comunicação das organizações assuma uma postura mais plural e ética, de modo a fomentar a discussão e a prática sobre os direitos humanos. No entanto, ações isoladas e projetos dispersos não contribuem de forma profícua para a propagação dessa temática, que é fundamental para lidar com muitos dos problemas dos tempos atuais, assim como para a legitimação social da própria organização.

Milani e Jesus (2003) ressaltam que, para construir a cultura de paz, é necessário promover transformações para que ela governe todas relações humanas e sociais. Considerando o estudo realizado do Facebook, que é uma rede social de abrangência e influência global, por conta de seu grande número de usuários e por sua força econômica e simbólica enquanto organização, é interessante refletir sobre como essa rede social poderia inserir a cultura de paz e os direitos humanos (e seus temas transversais) em posicionamentos discursivos periódicos, para que ela possa promover transformações nas formas de comunicação de maneira mais assertiva e com maior engajamento social.

Além disso, essa organização tem potencial para pautar discussões sociais, influenciar opiniões e na formação de

representações. Se devidamente planejados, os posicionamentos organizacionais, por meio de atuações em ambientes on-line em conjunto com outras ações concretas, possibilitam uma via promissora para a disseminação da cultura de paz e para a promoção dos direitos humanos, podendo atingir diversos internautas e, consequentemente, organizações e instituições. Esse cenário aponta, portanto, os desafios a serem superados na conscientização social para que se consolide a reflexão sobre a cultura de paz e os direitos humanos na atual sociedade. ■

[ALANA CAROLINA GOMES]

Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e graduada em Comunicação Social – Relações Públicas, também pela Unesp. Áreas de atuação: comunicação intercultural, comunicação organizacional e diferenças culturais no ambiente de trabalho.
E-mail: gomesalana55@gmail.com

[RENATA CALONEGO]

Doutoranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauru. Mestra em Comunicação com ênfase em Comunicação Midiática (2018) e graduada em Relações Públicas (2016) pela mesma instituição.
E-mail: rcalonego@gmail.com

[ROSEANE ANDRELO]

Graduada em Jornalismo, mestre em Comunicação e doutora em Educação Escolar pela Unesp. Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp. É autora do livro *As relações públicas e a educação corporativa: uma interface possível*.
E-mail: roseane.andrelo@faac.unesp.br

Referências

ALMEIDA, Ana Luisa de Castro; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de. A construção de sentido do discurso organizacional e o papel das mídias sociais. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Contexto organizacional midiaticado**. São Caetano do Sul: Difusão, 2014.

ANDRELO, Roseane *et al.* Educación para los medios e interculturalidad: una experiencia de enseñanza-aprendizaje para la lectura crítica de los medios. **Razón y Palabra**, Quito, n. 94, p. 1.151-1.165, 2016.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. Direitos humanos na universidade: construindo diálogos entre a ciência e a ética. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 1, n. 1, p. 7-14, dez. 2013.

ERNESTO Anasarias; BERLINER, Peter. Human rights and peacebuilding. In: DE RIVERA, Joseph (ed.). **Handbook on building cultures of peace**. New York: Springer Science & Business Media, 2008. p. 181-195.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação organizacional**: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 35-61, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2PbwGHL>. Acesso em: 15 maio 2019.

LIMA, Fábria Pereira; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. O discurso e a construção de sentido no contexto organizacional midiaticado. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Contexto organizacional midiaticado**. São Caetano do Sul: Difusão, 2014.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**: um olhar estratégico sobre a organização. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

MARTÍNEZ-GUZMÁN, Vicent; COMINS-MINGOL, Irene; ALBERT, Sonia París. La nueva agenda de la filosofía para el siglo XXI: los estudios para la paz. **Convergencia**: Revista de Ciencias Sociales, Toluca, v. 16, p. 91-114, 2009.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias. **Cultura de paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: Inpaz, 2003.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida. Interações na contemporaneidade e mudanças paradigmáticas: organização, comunicação e estratégias. **Revista del Foro Iberoamericano sobre Estrategias de Comunicación**, Buenos Aires, ano 5, n. 14, p. 3151, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace**. New York, 1999. Disponível em: <http://bit.ly/38rjrdu>. Acesso em: 15 set. 2019.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. **Direitos Humanos**, [S. l.], v. 1, p. 15-37, 2006.

PIRES, Teresinha Maria de Carvalho Cruz. Organização e visibilidade político-midiática: considerações preliminares. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (org.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a paz e cultura da paz. **Nação e Defesa**, Lisboa, n. 95-96, p. 33-42, outono/inverno 2000.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

PAPÉIS
DISCURSIVOS
PARA MULHER:
UMA ANÁLISE
DOS CASOS DA
REVISTA VEJA
E DO DISCURSO
PRESIDENCIAL
BRASILEIRO

[ARTIGO]

Samuel Ponsoni

Universidade do Estado de Minas Gerais

Julia Lourenço Costa

Universidade Federal de São Carlos

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O objetivo deste texto é fazer uma análise teórico-comparativa entre estereótipos de mulher contidos em dois discursos diferentes: 1) a reportagem produzida pela revista *Veja* acerca de Marcela Temer, em abril de 2016; 2) o pronunciamento de Michel Temer na ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março de 2017. Buscamos compreender efeitos de sentido ideológicos que aliam e complementam esses discursos. Partimos do arcabouço teórico da análise do discurso de matriz francesa, relacionando duas noções-conceito – a de pré-construído e a articulação de discursos transversos – aos estereótipos mobilizados, a fim de refletir como os dois discursos, dados em tempos distintos, formam essa correlação discursiva.

Palavras-chave: Estereótipos. Pré-construído. Articulação em Discursos Transversos. Efeitos Ideológicos.

The objective of this article is to present a theoretical-comparative analysis between stereotypes of women in two different discourses: 1) the report produced by the *Veja* magazine about Marcela Temer on April 2016; 2) Michel Temer's pronouncement on the occasion of the International Women's Day on March 2017. We seek to understand ideological meanings associate and complement each of these discourses. We start from the theoretical framework of discourse analysis of French matrix, relating two concepts – pre-constructed and transverse discourses – to reflect on how the two discourses, given at different times, form such discursive correlation.

Keywords: Stereotypes. Preconstructed. Transverse Discourses Articulation. Ideological Effects.

En este texto, el objetivo es traer un análisis teórico-comparativo entre los estereotipos de mujeres contenidos en dos discursos diferentes: 1) el informe producido por la revista *Veja*, sobre Marcela Temer, en abril de 2016; 2) el discurso de Michel Temer con motivo del Día Internacional de la Mujer, marzo de 2017. En este sentido, buscamos comprender los efectos de significado ideológico que colocan estos discursos en una relación de alianza y complementación. Partimos del marco teórico del Análisis del discurso de la matriz francesa, que relaciona dos nociones conceptuales –preconstruidos y la articulación de discursos transversales – con los estereotipos movilizados, para reflejar qué forma y cómo los dos discursos, dados en diferentes momentos, forman esta correlación discursiva.

Palabras clave: Estereotipos. Preconstruido. Articulación en Discursos Transversales. Efectos Ideológicos.

Introdução

Neste artigo, buscamos uma análise teórica e comparativa por meio de algumas noções da chamada análise do discurso (AD) de matriz francesa (PÊCHEUX, 1988) acerca de dois acontecimentos midiático-políticos. O primeiro material a ser analisado é a reportagem publicada pela revista *Veja*, em 18 de abril de 2016, que veicula certos estereótipos de mulher; o segundo material é o discurso oficial do então presidente brasileiro, Michel Temer¹, proferido em 18 de março de 2017, a propósito do Dia Internacional da Mulher, que também mobiliza estereótipos que dizem sobre uma dada compreensão social e histórica de mulher.

Nossa observação teórico-analítica acerca desses discursos, por meio da teoria discursiva mencionada, se dá sobretudo em compreender de que maneira(s) os dois discursos, dados em tempos distintos, formam uma espécie de aliança discursiva, que se complementa para reforçar e apresentar estereótipos femininos ideologicamente marcados por diversos elementos de conservadorismos, na medida em que circunscreve às mulheres posições e papéis que certamente encontram fortes contradições com o imaginário de parte da sociedade brasileira.

A partir de uma breve contextualização da noção de estereótipo para as chamadas ciências humanas e também para a análise do discurso, tentaremos uma aproximação

teórica da noção de estereótipo com a noção-conceito de pré-construído (PÊCHEUX, 1988) e a articulação discursiva de discursos transversos em equivalência. Além disso, tentaremos responder, em alguma medida – a do discurso –, como as ideologias, uma força material (PÊCHEUX, 1988, 2010), marcam-se nos discursos ora analisados.

Porém, antes de partir para teorização e análise, é preciso fazer uma observação, a fim de contextualizar a escolha do *corpus* de trabalho deste artigo: na história política recente do Brasil, poucas vezes se viu um ator político envolvido, em variadas ocasiões, em tantas polêmicas decorrentes de seus discursos quanto Michel Temer. De muitas maneiras, tudo que está ligado ao nome de Michel Temer acaba envolto em algum tipo de querela.

Pode-se aventar que Temer e seu entorno pagam certo preço por uma grande crise institucional brasileira – em muito decorrida da atuação de seu círculo político –, com tons agravantes de grande crise econômica e forte repolarização dos embates e contradições de Brasil, inclusive ideológicas².

Talvez eles paguem o preço também das diversas formas e meios de interação comunicativa entre os sujeitos, disponíveis atualmente. A contemporaneidade assiste à proliferação dos meios de comunicação e,

¹ O governo de Michel Temer se deu entre abril e agosto de 2016, provisoriamente, e em definitivo depois do polêmico e bastante controverso processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, entre agosto de 2016 e dezembro de 2018.

² Repolarização, pois compreendemos que a polarização em um país de grandes proporções territoriais, diversidades culturais e políticas como o Brasil, além de evidente grande desigualdade social de todas as ordens entre sua população, esteve desde sempre em grande conflito tenso entre as classes em discrepância. Movimento de polarização este que está sempre à espera de condições de produção político-sociais para reemergir com bastante força.

decorrente deste fato, há diversas formas de circular os discursos e disponibilizá-los, instantaneamente, a qualquer sujeito disposto a dar “sua opinião”. Aliás, o Brasil, sobretudo a partir das disputas eleitorais de 2014³, para presidência da República, incorporou marcas sociais que, certamente, estarão para sempre na história de nosso país.

No caso específico das eleições para a presidência do país, há inúmeros aspectos que corroboram esta asseveração: a narrativa da campanha – peças publicitárias, confronto de declarações, debates acalorados, as chamadas desconstruções dos atores políticos – bastante acirrada e, principalmente, o maior engajamento político de parte da população brasileira, embora, na maior parte dos casos, por vias virtuais. A peleja eleitoral ganhou, então, muita repercussão não somente na chamada mídia tradicional, isto é, os jornais de grande circulação (impressos e/ou digitais), mas principalmente nas redes sociais, de mais variados tipos (Facebook, Twitter, WhatsApp, entre outros).

Por um lado, o engajamento político em si, ainda que muitas vezes marcado por debates que não demonstram a devida profundidade, com a veiculação de informações imprecisas – seja por desinformação ou por desonestidade intelectual – é um saldo positivo. Democracia, apesar de ser a democracia burguesa possível, é também

3 Todavia, há quem advogue que o “ponto de não retorno” desta polarização foram as chamadas jornadas de junho de 2013, uma espécie de “primavera” brasileira, a qual, de início, parecia apontar para um debate mais intenso e amplo sobre as questões políticas nacionais, mas que acabaram reafirmando certas questões, até mesmo de cunho fascista, na sociedade brasileira. Tese esta que em parte concordamos.

isso: engajamento e disputa ideológica o tempo todo⁴.

Por outro lado, entretanto, nas disputas eleitorais, houve também fatores perniciosos do engajamento político, assinalado, por exemplo, nas manifestações de ódio, de não tolerância da alteridade física e intelectual, de preconceitos de toda sorte.

Portanto, ao mesmo tempo em que ressurge o autoconhecimento do povo brasileiro sobre a importância da mobilização e da participação política, emerge também a falta de tolerância e o próprio ódio em relação aquilo que não sou “eu” ou não representa “meu” grupo de pensamento e convívio social; além de diversos outros tipos de preconceito e pensamentos arcaicos.

Parte do processo desse acirramento entre trocas intersubjetivas, mediadas pela linguagem e pelo discurso, está relacionado à cibercultura⁵. Como dissemos, o desenvolvimento e utilização de novas tecnologias propiciou a manifestação virtual do posicionamento político-ideológico do sujeito. Nessa conjuntura, Temer e sua base política estiveram no centro dos acontecimentos mais discursivamente polêmicos, alguns deles relacionados diretamente à concepção de Brasil

4 Vale lembrar isso, ressaltamos, ainda que redundante e amplamente tratado, porque há quem insista no exercício de poder por golpes de toda ordem, o processo fajuto de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, se tratou de um golpe escancarado e a história, mais breve do que imaginávamos, está a provar isso.

5 O que comumente tem sido chamado de “cibercultura” é uma resposta positiva da cultura na criação de uma “nova ordem do real” frente aos novos contextos práticos que desafiam as categorias tradicionais de interpretação da realidade (KIM, 2004, p. 207).

que provavelmente esse grupo tem e do papel que cada sujeito deve ocupar na sociedade.

Desses acontecimentos, uma pequena frase surgida acerca de Marcela Temer, a então primeira-dama, fez emergir uma gama de discursos em discrepância ideológica acerca de seu conteúdo. “Bela, recatada e do lar” é título da reportagem veiculada pela revista *Veja* – um dos veículos midiáticos que mais se engajaram para que o grupo Temer chegasse ao poder – na qual Marcela Temer é o objeto principal de uma descrição que denota diversos estereótipos de mulher, atinados a certos pontos de compreensão social e histórica sobre o lugar que as mulheres podem e devem ocupar na sociedade brasileira.

O enunciado “bela, recatada e do lar”, destacado e elevado a título, está contido no corpo do texto e julga moralmente as características “femininas” positivas de Marcela, tais como a sua beleza (participou de concursos de miss, vai frequentemente ao dermatologista cuidar da pele), o seu cuidado com a família (leva e traz Michelzinho da escola, cuida da casa), a sua educação (é bacharel em direito, apesar de nunca ter exercido) e seu pudor (aparece em público poucas vezes; Temer foi seu primeiro namorado), como podemos verificar nos seguintes excertos:

Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado. [...] Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando

Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). [...]

Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros (LINHARES, 2016).

Marcela é apresentada no texto verbal como modelo a ser seguido, uma vez que a reportagem é construída como espécie de manual, de cartilha, que elenca as características necessárias para a concepção mais eufórica, ou seja, valorizada, da mulher, segundo o ponto de vista estereotipado da revista. Isto é, uma compreensão de lugar histórico e social da mulher que endossa certo posicionamento a ser repetido. Marcela não é apenas a primeira-dama, ela representa metonimicamente a mulher ideal, e sua apresentação, segundo tais categorias, esclarece determinado papel social a ser por elas desempenhado na sociedade.

O enunciado veiculado pela revista *Veja* reproduz e reforça o papel historicamente determinado da mulher na sociedade, sob amplo domínio masculino, a partir do acionamento de estereótipos ligados à figura feminina: a mulher arrumada e feliz, que cuida apenas da casa e dos filhos, que não desempenha sua profissão em detrimento da família etc. Esse enunciado provocou grande polêmica não só nos veículos midiáticos,

mas na sociedade como um todo, que se viu requisitada a tomar posição.

Além disso, a construção do texto visual corrobora com as características descritas no texto verbal: na foto, que faz parte da reportagem, Marcela aparece produzida

(maquiada e com penteado simples, que enaltecem sua beleza); com um sorriso contido (encarnando o recato) e portando roupas escuras e que cobrem grande parte do corpo (que remetem ao seu pudor). A foto de meio-corpo, ademais, não permite o acento em sua silhueta feminina (Figura 1)⁶:

[Figura 1]

Foto da reportagem da *Veja*, de abril de 2016



Fonte: Linhares (2016).

⁶ Outro discurso frequentemente assinalado pela mídia é a oposição de feminilidade entre Marcela Temer e a ex-presidenta Dilma Rousseff. A primeira é construída como ideal feminino pela formação discursiva da revista *Veja* (que ressalta a beleza, a elegância, a feminilidade,

o comportamento conservador de mulher a servir aos maridos e aos lares, certo padrão de família etc.); enquanto a segunda é erigida como a imagem da mulher que é mãe solteira, mal vestida, com jeito de homem e muitas vezes aludida sua suposta homossexualidade.

O enunciado (bela, recatada e do lar) instantaneamente passou a circular nos mais diversos meios, tomando os mais variados contornos e avaliações, sob as mais diversas manifestações semióticas, como memes, matérias de outras revistas e jornais, redes sociais variadas, se colocando tanto a favor quanto contra tal estereótipo veiculado de maneira velada pela revista. Um exemplo, apenas ilustrativo, pode ser encontrado na revista *Piauí*, de setembro de 2016, que ironiza a situação criada pelo enunciado em sua capa.⁷

Se os discursos se constituem a partir de outros discursos e assim constroem as significações, eles carregam em si memórias de passado, presente e futuro e, dessa forma, são capazes de inter-relacionar e conectar diversas partes da estrutura social em seu conteúdo ideológico vinculado. Passam a significar para além das peculiaridades materiais e históricas, sendo repetidos e repetíveis ao longo dos percursos da sociedade e dos

sujeitos. Por isso, é preciso pensar tais relações regidas por um interdiscurso que compreendemos “como conjunto de discursos [...] que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU 2008, p. 286), além de definições mais específicas ainda trazidas neste artigo, mas que por esse mesmo primado de existência de interdiscurso é que a reportagem da revista *Veja* e a capa da revista *Piauí* podem ser colocadas em relação. A correspondência temática evidenciada pela construção dos ideais não só de mulher, mas também de homem e de família, está ancorada nos segmentos verbais e visuais veiculados por esses discursos.

Aliado a esse material da *Veja*, o discurso proferido pelo ex-presidente Michel Temer no Dia Internacional da Mulher (08/03/2017) reforça a construção da figura feminina alinhada ao comportamento estereotipado de Marcela e da mulher “ideal”, sob a perspectiva do então presidente e outros atores e setores sociais que lhe dão suporte. Observemos a seguir:

Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades. Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade

⁷ Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/edicao/120/>, acesso em: 4 dez. 2019. Nesta capa, está representada a típica situação familiar cotidiana, em que a referência de cena fundadora está alocada no clássico “American way of life” como modo de (re) produção ideológica material – a aquisição de bens de consumo, produzidos por empresas do “Atlântico Norte” – e de (re)produção simbólica – um determinado mundo ideal a ser consumido. De forma irônica, assistimos à cena do ex-presidente da República, Michel Temer, chegando em sua casa, com a faixa presidencial, trajado a rigor pela indumentária exigida (terno, camisa social, pasta de documentos, típica de homens de negócios), um pai que retorna à sua casa depois de mais um dia de trabalho. Temer é recepcionado por seu filho, Michelzinho, e por um cachorro vindo também a seu encontro com a bola de brinquedo. A primeira-dama, Marcela, está à porta, sorridente, de braços abertos, denotando um contentamento contagiante ao ver o marido-presidente chegando ao seu “lar doce lar”, como nos mostra os dizeres do avental de cozinha da dona de casa Marcela.

de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. [...] De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor (DISCURSO..., 2017).

Depreende-se, a partir das análises das citações e das imagens, que os dois discursos, (reportagem da *Veja* e o discurso do ex-presidente na ocasião do Dia Internacional da Mulher), de maneiras diferentes, se valem de estereótipos pré-concebidos acerca da mulher, estruturados de acordo com determinada forma de compreender e pensar o Brasil para as mulheres.

Dessa maneira, de um lado, temos Marcela, que representa metonimicamente o estereótipo euforizado de mulher: na imagem veiculada pela revista *Veja* ela é fotografada de frente, levemente sorridente e portando um xale que vela a silhueta de seu corpo. Tais fatores corroboram o discurso da *Veja*, que descreve a primeira-dama como “bela, recatada e do lar”. De outro, define-se, na fala do ex-presidente, certo discurso calcado em estereótipos ideologicamente pré-construídos para definir o papel social

da mulher, que de acordo com ele se resume a cuidar da educação dos filhos e da economia nas compras do supermercado.

Temer profere um discurso que em muitos aspectos retoma o discurso publicado pela *Veja*, cerca de um ano antes, mobilizando a memória discursiva acerca do acontecimento anterior e de tantos outros que com este dialogam. Segundo Pêcheux, a memória discursiva é considerada como um espaço de regularização da materialidade discursiva, espaço potencial de coerência dos sentidos a um determinado direcionamento ideológico (PÊCHEUX, 2007). Na leitura e interpretação dos acontecimentos, a memória vem a preencher os implícitos, permitindo a interpretação do texto e reestabelecendo o que não está dito na enunciação e abrindo espaço a um caminho de rumores públicos (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Portanto, não se pode tratar a memória como algo cristalizado, um fenômeno rígido e fixo, ou um jazigo em que se pode observar os fatos históricos repousantes. A memória social deve ser compreendida como uma construção e, ainda que memória, uma dinâmica tensiva em que se pode observar diversas nuances histórico-sociais por meio das vozes legitimadas, implícitos e outros elementos que contam essas próprias nuances. Todavia, ainda na esteira da argumentação de Pêcheux (2007, p. 52), “a questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que ‘estão ausentes por sua presença’”.

É dessa relação dos discursos de *Veja* e Temer, a partir do imbricamento, em aliança, desses estereótipos ideologicamente pré-construídos sobre articulados no dizer dos discursos sobre as mulheres que

faremos as análises deste artigo e tentaremos responder, ainda que minimamente, a questão posta pelo filósofo francês.

Estereótipos: um preâmbulo

No tocante aos estereótipos, como bem aponta Amossy (1991, 2008) e Amossy e Pierrot (2007), aparentemente estamos lidando com algo que traz memórias pré-concebidas, sempre já-lá a serem usadas, mas de maneira geral e em um senso mais comum em perspectivas negativas e que de alguma forma transformam traços mais ou menos estáveis, mais ainda em certas regularidades negativas. Ou seja, entram e saem quadras históricas e os traços negativos cumprem a função de alimentar pré-conceitos mais ou menos estabilizados – e justamente esse movimento contribui para sua estabilidade – no corpo social. De acordo com a autora, o processo de estereotipagem é

a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica (AMOSSY, 2008, p. 125).

Se, por um lado, ao senso comum, fenômenos ligados a estereótipos estiveram quase sempre associados a traços de negatividade e, até mesmo, como diz Amossy (1991, 2008) e Amossy e Pierrot (2007), considerados como

evidência de banalidade, por outro lado, nos domínios mais científicos, os estereótipos foram frequentemente analisados em suas múltiplas funções nas esferas de atividade social,

O estereótipo aparece, portanto, como objeto transversal e contemporâneo nas reflexões das ciências humanas, e nem sempre tomado como algo ruim. Ele atravessa questões de opinião e de senso comum, de relações com o Outro, de categorizações, permitindo estudar as interações sociais, a relação do discurso com o imaginário social e, mais amplamente, a relação entre língua e sociedade (AMOSSY, 1991, p. 7, tradução nossa).⁸

É o caráter mais amplo, como se vê nessa citação, qual seja, entender a relação entre língua (e também discursos) e sociedade, que nos faz crer na hipótese de que pode o estereótipo ser uma noção-conceito bastante produtiva para a compreensão dos objetos que aqui buscamos analisar.

Segundo Amossy (1991), é após os anos de 1950 que começa a existir uma ampliação de matizes de sentidos para o termo estereótipo. É por via da psicologia social, sobretudo de base norte-americana, ou inspirados na esteira desses estudos, que se questiona estereótipos ligados somente aos critérios depreciativos.

⁸ No original: “Le stéréotype apparaît ainsi comme un objet transversal de la réflexion contemporaine dans les sciences humaines, qui ne le prennent pas toujours en mauvaise part. Il traverse la question de l’opinion et du sens commun, du rapport à l’autre, de la catégorisation. Il permet d’étudier les interactions sociales, la relation des discours aux imaginaires sociaux et plus largement le rapport entre langage et société”.

Com efeito, estereótipos possuem caracteres mais ou menos fixos e rígidos, que esquematizam e categorizam, dão certo padrão a elementos simbólicos e materiais circulantes em um ambiente social. Isso se torna fundamental na inter-relação entre sujeitos ou grupos à luz cotidiana da necessidade de interação⁹. São ainda essenciais à própria cognição, embora possa se questionar o padrão generalizante e simplificador de uma categoria tão ampla como “cognição”, o que evidentemente não cabe à nossa discussão também¹⁰.

Na dimensão da compreensão histórica, os estereótipos nos são dispostos e/ou impostos pelo que temos de modelos já existentes, já-lá, já construídos, para que depositemos nossa compreensão de mundo e, mais ainda, nossa filiação identitária canalizadas nessas formas mais ou menos fixas de significar sujeitos, lugares e grupos sociais.

Do homem ao sujeito, passando por diversas instâncias, buscamos a previsibilidade e o padrão de repetição, aos quais ajustamos nosso comportamento (signos, observação do tempo, espaço, universo, navegação, clima etc.). Assim, ao se tornar objeto de pesquisa mais amplo, isto é, ao se

⁹ A presença e a circulação na sociedade de fórmulas mais ou menos rígidas pelas quais os grupos sociais interagem, como os enunciados concretos e os gêneros à luz do pensamento do círculo de Bakhtin, ou mesmo a noção de fórmula que se inicia, dentro do escopo de estudos da linguagem, nos anos 1970, com Jean-Pierre Faye e, nos anos 1980, com Michel Ebel e Pierre Fiala, todos na França, e posteriormente com Alice Krieg-Planque, também na geografia francesa.

¹⁰ Um trabalho discursivo que discute e problematiza a questão da cognição e outras compreensões, digamos, mais históricas e sociais, se dá nas pesquisas de Marie-Anne Paveau (2013), sobretudo em seus estudos acerca dos pré-discursos, memória e cognição distribuídas.

pesquisar mais aspectos na teoria de estereótipo, como advoga Amossy, o conceito se revitaliza e passa a operar em outras aplicações científicas, que, por sua vez, visam a explicar variados fenômenos, principalmente de cunho social. Tais definições alternativas, como ressalta a autora, têm sido propostas para relativizar ou neutralizar os aspectos degradantes do fenômeno e jogá-lo também em uma dimensão construtiva de interações entre sujeitos, grupos sociais e a história material que os cerca.

Há, nessa esteira de análise, outros estudiosos que empreenderam pesquisas sobre a noção-conceito de estereótipo, especialmente nas ciências da linguagem. Estes estudos se localizam em diferentes escopos, que vão desde a ligação de estereótipos e as palavras que os referem (a forte ligação entre as palavras e os referentes correspondentes) até estudos, por exemplo, da AD, que lidam com questões de formação histórica.

Em uso comum, no entanto, o termo estereótipo continua geralmente sendo usado para designar uma imagem coletivamente fixa, uma vez que, ao pensar na noção-conceito com o descrédito pejorativo, estereótipos estariam numa relação fortemente marcada na causa e efeito, com elementos e expedientes que ligam uma dada visão de mundo à própria cultura de onde ela se originou.

Em uma frente mais contemporânea, Pierre Bourdieu (1996, 2013), trabalhando nos domínios epistemológicos da sociologia, mais precisamente naquilo que ele asseverou como “sociologia dos campos”, trouxe a noção de *doxa* à evidência, para de alguma forma relacioná-la à noção-conceito de estereótipo. De fato, a noção de *doxa*, ainda que nos entornos literários, ganhou força nos

estudos que Bourdieu empreendeu sobre a linguagem dos códigos e seu papel naquilo que se denomina trocas simbólicas, terreno fecundo, em que, heterodoxamente, introduziu-se um novo quadro para o estudo do estereótipo. Para este filósofo e sociólogo francês, são de fato estereótipos que estão em jogo, e não somente elementos de dimensões de cunho estético, tal qual se poderia pensar de um clichê.

O conceito de *doxa*, ainda na geografia francesa, já era conhecido através dos trabalhos de estudos literários na obra de Roland Barthes (1985) sobre mitologias contemporâneas. O citado Barthes, neste caso, se distanciaria em parte de Bourdieu, pois para ele o símbolo é uma força de afirmação. Desta perspectiva, portanto, estereótipos fariam parte de um conjunto amplificado do sentido de *doxa*, sendo esta, por exemplo, uma opinião pública, um pensamento que controla e lidera uma massa, uma voz natural que determina o que pode e deve ser dito, ou mesmo ainda a violência do preconceito. Barthes, com efeito, coloca na centralidade do debate a questão da construção social, via simbolismos dos estereótipos, atrelada, via linguagem, à questão da enunciação, tal qual ele compreende. Portanto, o fenômeno dos estereótipos afeta diretamente a forma de enunciação no nível do enunciador e do coenunciador.

Assim, na enunciação, não poderíamos nos desgarrar da noção de estereótipo sem apresentar um ato enunciativo, que, em si, traz algo já mais ou menos estabilizado em crenças públicas, criando então um movimento “infinito”. De acordo com Amossy, a leitura barthesiana, sobretudo durante os anos 1970 e 1980, encorajou a procura de formas que provassem suas

ideias. Nos estudos literários existiram grandes adeptos, que foram fortemente influenciados pela crítica generalizada de sua ortodoxia, apartados das dimensões de linguagem que, ao contrário da negação, estavam, à época de Barthes, no ápice do desenvolvimento com o advento estruturalista. Mas neste contexto de desconfiança em relação ao já dito, ao já pensado, a crença, a ortodoxia e os estereótipos estão ligados sem distinção real em terminologias.

Seguindo as frinchas teóricas de Barthes, Amossy, principalmente em *Les idées reçues: semilogie du stereotype*, vê essa obsessão generalizada com a ortodoxia uma marca de um dado tempo epistemológico. Nutrida em uma tradição semiológica francesa, majoritária por muito tempo, ela enfatiza não só a bivalência da noção-conceito de estereótipo, mas também suas funções construtivas. Para Amossy, o estereótipo deve ser estudado como um fenômeno separado do clichê e/ou do lugar-comum, por considerá-lo como uma representação social, um esquema coletivo, retratado a um dado tempo, o que, portanto, corresponde a um modelo cultural localizado no tempo-espço, por exemplo, em uma pesquisa.

A análise de enunciação considera o jogo com a crença de que se desenvolve entre o texto e imagens ideológicas implementadas no jogo social, muito em função de desempenhar um papel de interação social por meio de gêneros textuais. Finalmente, Ruth Amossy mostra que os estereótipos modernos provocaram várias estratégias operacionais de sistemas coletivos já previamente estabelecidos, circulando em saberes fixos às ideologias constituidoras das identidades dos sujeitos em interação social.

A partir do exposto, é possível, então, depreender que estereótipos são formas basais daquilo que a AD entende por um já-dito?

Estereótipos: pré-construções ideologicamente marcadas em discursos

No início dos trabalhos que ficaram conhecidos na França e, posteriormente, no mundo, como a escola francesa de análise do discurso, não se colocou abertamente em causa estudos acerca dos estereótipos, embora um dos primeiros investimentos teóricos de Michel Pêcheux tenha sido tentar dar conta das chamadas condições de produção dos discursos, que, em parte baseada nos estudos advindos da psicologia social, trabalhou a formulação das imagens ideológicas que sujeitos, mobilizados em práticas discursivas, faziam de si e de si diante do outro e do universo social. Além disso, essas imagens e outros elementos ligados aos discursos estariam sob a circunscrição de um primado de interdiscurso, um “todo e complexo com dominante” (PÊCHEUX, 1988), conceito este que requer uma análise que tentaremos observar mais à frente neste artigo.

Com efeito, este conceito de condições de produção figura e se articula para substituir questões da ligação entre a circunstância em que um discurso é produzido e a produção de efeitos de sentidos derivados das condições que lhe são pertinentes, levando em conta as formações imaginárias ideológicas e a relação entre sujeitos e sua posição histórica ocupada.

Além disso, essa mesma noção de condições de produção veio a surgir na AD para pensar e romper a mobilização das noções de contexto e sujeito de correntes linguísticas de filiação pragmática e teorias da enunciação¹¹.

Esse movimento que a AD realiza, além de tentar analisar sob outra abordagem as questões de contexto, circunstância, lugar enunciativo, trata de marcar o território epistemológico e institucional de onde ela deseja partir, rompendo, assim, com as abordagens pragmáticas em muitos aspectos. Assinalaremos duas rupturas: em primeiro lugar, a ruptura do entendimento de sujeito em relação às correntes pragmáticas; em segundo lugar, a ruptura da noção de contexto substituída pela argumentação do conceito de condições de produção.

Na análise do discurso, ao contrário de algumas conceituações pragmáticas, o que se leva em consideração na interação comunicacional não são somente elementos da ordem da língua, mas também os elementos que escapam à ordem da língua em aspectos em que estão imbuídos componentes ideológicos e históricos, estes que são construídos nas enunciações a partir da tomada de posição – gerando, então, um posicionamento – a que os sujeitos se condicionam. Isto é, a garantia que sustenta

¹¹ Pensamos aqui nas teorias de ato de linguagem empreendidas principalmente pelos trabalhos de Austin e Searle. Todavia, também esta na crítica de Pêcheux, mesmo que indiretamente, em *Análise automática do discurso*, de 1969, quando de sua análise e reformulação do quadro de funções da linguagem de Roman Jakobson. Outros estudos muito interessantes acerca dessa questão que problematiza as condições de produção, assim como utiliza-se do conceito de estereótipo ligando-o ao conceito de *ethos*, é possível ver em Dominique Maingueneau (2005).

o sentido da posição do enunciador de determinado discurso não está no contexto imediato, ou no próprio ato da enunciação, em que cada sujeito sabe e domina toda a produção enunciativa do que diz, nos ditames da regência de um contrato, mas está materializada em elementos linguísticos e em elementos implícitos dos enunciados.

Esses elementos são postos na enunciação e sustentados por outra ordem, a saber, a ordem ideológica a que sujeitos inscrevem seu dizer e o atualizam de acordo com o que já foi dito antes naquele mesmo lugar, para representar o sistema de imagens que vão sendo construídas conforme as posições ocupadas pelos sujeitos.

Dessa forma, ainda que não tenha tratado diretamente a questão dos estereótipos, a teoria do discurso francesa estabeleceu uma frincha importante e favorável para a prospecção futura da noção-conceito de estereótipo em seu quadro teórico. Para além da sua diversidade atual, a análise do discurso é caracterizada por uma série de pressupostos teóricos que resvalam na noção de estereótipo.

Nesse sentido, Sírio Possenti (2010), em *Humor, língua e discurso*, aponta variados casos em que os estereótipos, traduzidos em simulacros – baseados, entre outros, nas teorias de Maingueneau (2005) –, trabalham, ao serem mobilizados discursivamente, para refutar, chacotear, difamar ou escachar os estereótipos que seriam seus opostos. A tese, consistente e bastante interessante, utiliza como parte mais ampla de suas análises um arquivo de piadas com estereótipos étnicos, regionais, comportamentais característicos. Entre outras coisas, são expostos quase sempre

em uma relação disfórica de estereótipos, concepções e discursos ao que se trata de opostos discursivamente.

É dessa relação que se tem de suas pesquisas a teoria dos estereótipos básicos e dos estereótipos opostos, ligados a um primado de que o discurso vive sob interdiscurso, ou seja, toda ordem enunciativa dessas práticas – e de todas as outras, para a AD – vivem sob a coerção de orientação daquilo que pode e deve ser dito numa dada condição de produção histórica, abalizada, portanto, num universo interdiscursivo da realização dos discursos.

Assim, há de fato indícios que envolvem enunciativamente a articulação linguística e os expedientes sociais, discursivos e interdiscursivos, além da inclusão de restrições genéricas (que em parte lembram estruturas mais ou menos fixas para o uso linguageiro e de conteúdo por parte dos sujeitos) e institucionais que regem a fala encenada nas práticas discursivas, como o são as piadas analisadas por Possenti.

No entanto, diferentemente dos *corpora* trabalhados por Possenti, que parecem estar sempre em relação polêmica, de discrepância, contradição das identificações, em nossos dois objetos de análise há uma relação em aliança, a partir do que é pré-construído de estereótipo de mulher. Esse pré-construído se sustentará na articulação do discurso, um discurso transversal, aos dois objetos discursivos e que resultam em algo conservador, limitando o papel da mulher a espaços subjugados a um também conservadorismo machista, de conformidade familiar, em que a mulher, recatadamente, repousa em um lar e nunca a si mesma ou para si mesma de forma autônoma.

A partir deste ponto de vista, o significado e os efeitos de sentido dos discursos não são separáveis da gestão das condições históricas em que estão inseridos (pensando contextos como as manifestações sintáticas, enunciativas, genéricas); estas últimas relacionadas aos gêneros – como a notícia, a conferência, o editorial, o discurso solene sustentado oralmente etc., ou mesmo o lugar da subjetividade dos sujeitos no campo sócio-histórico e institucional.

Sob essa perspectiva, a noção de pré-construído, introduzida na análise do discurso de Michel Pêcheux, na década de 1970, por outro teórico, Paul Henry, torna-se uma importante contribuição teórica, que pode ter sido, segundo Amossy (1991), subutilizada no estudo dos estereótipos sociais. Pêcheux definiu a noção de pré-construído levando em conta a referência ao trabalho de Henry:

Foi isso o que levou Henry a propor o termo “pré-construído” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático (PÊCHEUX, 1988, p. 99).

Em geral, os pré-construídos procedem de uma concepção de sujeito que não é intencional idealista (ou uma aspiração disso, já que vivemos num mundo liberal-burguês), ao que seria para a pragmática linguística, mas um sujeito tomado em uma linguagem, cindido. Nessa conjuntura, elementos ditos de outra forma, independentemente da enunciação atualizada, “controlam” – talvez, melhor dizendo, direcionam a forma como deve ser enunciado – o que se asseverou discursivamente.

Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da inter-relação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (“o mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” **constitui o sujeito em sua relação com o sentido**, de modo que ele representa, no interdiscurso, **aquilo que determina a dominação da forma-sujeito** (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifo do autor).

Nessa esteira, o estereótipo tangenciaria duas facetas da noção-conceito de pré-construído: o nível da memória dos sujeitos de que ele se refere a um tipo de construção sintática já pré-acordada e implementada, isto é, algo que possa ser trazido para compor a regularidade de identificação discursiva do dizível; e o nível do significado, mais amplo, pois desemboca também em efeitos de sentido. Estes dependem umbilicalmente dos implícitos nos enunciados¹², que são como feixes ideológicos transitando nos pré-construídos circulantes no interdiscurso que circunscrevem o que as formações discursivas oferecem/impõem na instrução individual aos sujeitos daquilo que pode e deve ser dito nos processos enunciativos das práticas discursivas. Tal circunscrição, por seu turno, leva em conta pré-julgamentos ideologicamente formulados, cuja origem está desmarcada

¹² E essa noção de implícito se torna relevante na argumentação mesmo que se toma das teorias argumentativas de Oswald Ducrot, pois Paul Henry (2013) toma suas postulações como a contraposição da noção de pressuposto e subentendido do próprio Ducrot, ao dizer, resumidamente, que as noções de pressuposição dos enunciados não dão conta de compreender os implícitos, se somente se levar em conta o elemento posto no enunciado, ou seja, a argumentação na própria estrutura linguística.

e/ou dissimulada, ou, ainda, em aliança ou contradição ideológica.

E a noção de pré-julgamento nos remete à ideia de estereótipos, até mesmo como representatividade social das interações intersubjetivas. A análise do discurso compreende, especificamente por sua parte em estereótipos, “esquemas” implícitos ou provas compartilhadas subjacentes a discursos localizados, a um discurso enunciado por práticas discursivas e institucionais.

Os discursos que, por primado, estão circunscritos por um interdiscurso que se lineariza em um intradiscurso, mobilizam a noção de estereótipo ao articular a construção já-lá, já construída, que cria efeitos de sustentação em discursos transversos, por exemplo. Aliás, por perspectiva discursiva de análise, não se pode deixar de levar em conta a relação fundamental entre intradiscurso e interdiscurso.

O intradiscurso é definido como o “funcionamento do discurso” em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que eu disse antes e ao que direi depois), logo, o conjunto de fenômenos de “correferência” que asseguram o que podemos chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito. O intradiscurso só pode ser pensado em relação ao interdiscurso” (MALDIDIER, 2003, p. 54).

Estes discursos transversos são, então, evidências discursivas que aludem a uma dada causa e efeito do que se tem pré-construída e o que se pode enunciar em dada posição das formações discursivas.

Veja e Temer: uma aliança discursiva?

Nos dois materiais de análise aqui nesta seção, recortes dos discursos da *Veja* e do pronunciamento de Temer, os quais chamaremos Recorte-1-*Veja* e Recorte-2-Temer, buscamos compreender e refletir acerca da evidência ideológica que determina aos sujeitos o conhecimento e o saber de o que é ser mulher, representar uma mulher, o lugar da mulher e seu papel social.

Recorte-1-*Veja*:

Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele) (LINHARES, 2016, grifo nosso).

Recorte-2-Temer:

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, **o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos.** E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. **E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher [...]** (DISCURSO..., 2017, grifo nosso).

As ideologias que ganham contornos nos estereótipos de mulher trazidos no discurso de ambos os recortes parecem trazer

também certa regularidade de formação discursiva. Diríamos, nesses casos, haver uma conformação discursiva. A regularidade que os discursos apresentam parece ser ofertada/imposta para cada formação discursiva, trazida dos mesmos lugares interdiscursivos, de um certo exterior específico e que se encaixa como evidência de sentidos em ambos os discursos. Tal conclusão é alcançada “ao reconhecermos que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer)” (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

A noção de formação discursiva, central para a análise do discurso francesa, foi introduzida por Foucault (1969) e reformulada por Pêcheux, que a define como “aquilo que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p. 26). Dessa maneira,

Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outros lugares (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”) (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

A formação discursiva aparece, então, inseparável do interdiscurso, ou melhor, de elementos de interdiscurso, como o pré-construído, que determinam o exterior específicos das formações discursivas, como já dissemos, além de ser lugar em que se constituem os objetos e a coerência dos enunciados que provêm de uma formação discursiva que, por sua vez, vem de formações ideológicas.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente com a posição de classes em conflito umas em relação às outras (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p. 27).

Nesse sentido de ideologia, a análise do discurso, via Pêcheux, busca novas compreensões para as descrições e interpretações de ideologia, ao colocá-la como fundamental na relação com a linguagem, materializada na língua, nos processos discursivos. Ideologias, mais comumente teorizadas, são forças materiais e simbólicas que apagam e/ou mitigam as contradições históricas entre as classes sociais. Distorcem, falseiam e dissimulam as condições reais da existência dessas classes, reforçando/forçando as condições entre dominantes/dominados. As ideologias não são algo já dado, mas construídas numa inter-relação entre ideologias predominantes e ideologias não-predominantes, que alinham ou discrepam a própria relação de dominados e dominantes. Essa construção ideológica circunda a conjuntura e as condições históricas do dizer no discurso, em que as ideologias constituem-se em evidências/apagamentos de sentidos para sujeitos também nelas constituídos.

Os sentidos aparecem para os sujeitos como uma evidência/apagamento, como se sempre já estivessem ali, prontos para

serem dispostos e significar o mundo à sua perspectiva. Evidenciam posições-sujeito em contradições com sua condição, formação e posição de classe. Ou seja, a ideologia, como objeto de interpretação dos sentidos para os sujeitos, se manifesta na linguagem como transparência, apagando ou emergindo elementos da ordem da história como algo naturalizado.

As posições do sujeito requerem um preenchimento ideológico, como formas-sujeito inscritas em discursos. A ideologia não é somente a ocultação de sentidos, mas a função de ligação/entrelaçamento entre linguagem e mundo por meio dos discursos.

Nos casos por nós analisados, a dissimulação ideológica do discurso de Temer, por exemplo, está ligada à ordem dos sentidos de seu discurso, uma vez que, ao fazer um pronunciamento em uma data historicamente constituída para as mulheres – como um acontecimento de luta, busca de espaço e afirmação social – Temer, a propósito de lhes ser enaltecido, simpático e reverenciador de suas conquistas e importância, dissimula aquilo que é da ordem historicamente ideológica na sua matriz de sentido, ou seja, de sua formação discursiva, que busca, a partir da circunscrição do complexo de dominância, formas pré-construídas e estereótipos, designar predicções discursivas sobre as mulheres.

Dissimulando e mitigando as contradições ideológicas que circulam historicamente no interdiscurso, fazendo-as parecer evidentes, na transparência do discurso, Temer tenta tornar possível suas palavras como a representação mais adequada, mais consolidada e mais bem formulada acerca do papel da mulher. Assim, ele deixa

aparecer e evidenciar sua posição de classe, esquecendo-se sua real condição no papel de presidente, segundo a qual seria pressuposto lidar com tais questões de forma a agregar e ser o mais inclusivo possível acerca dos direitos e conquistas de todos os cidadãos e, principalmente, neste acontecimento de 8 de março, sobre as conquistas de todas as mulheres.

É interessante observar que os sentidos e predicções discursivas dadas à mulher, tanto por Temer quanto pela *Veja*, circulam ou parecem circular nos mesmos trilhos interdiscursivos, formando, portanto, matrizes ideológicas nas formações discursivas de ambos de forma muito similar. Tão similares que os pré-construídos, dados em estereótipos, são praticamente os mesmos, ditos em processos discursivos que lançam mão de formulações linguísticas distintas, mas que formam perfeitamente uma relação de equivalência. Um sistema de evidências – aceitas e experimentadas – e uma identificação entre os discursos e as formações que os dominam.

Além disso, os dois recortes analisados encontram-se em aliança de complementaridade e equivalência, isto porque no Recorte-1-*Veja* encontramos enunciado que “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo [...]”, algo corroborado pelo discurso do Recorte-2-Temer, como equivalência, principalmente quando este faz referência ao papel social desempenhado pela mulher na criação dos filhos, por exemplo.

Os pré-construídos e discursos transversos na *Veja* são retomados por Temer

e funcionam, em complemento, a favor de seus argumentos discursivos. A noção de estereótipo já construída na revista – que serve para qualquer outrora dito desse mesmo exterior específico das formações discursivas de ambos – pode ser retomado aqui sob o discurso de Temer, no qual ele afirma saber “até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos” (Recorte-2-Temer).

Esse discurso outrora já dito e significado sobre o que é e sobre o que pode e deve ser desempenhado pela mulher na sociedade faz com que esse sujeito do discurso funcione e forneça (e também imponha), por seu turno, as identificações necessárias para que outros tomem a posição:

Observaremos, por outro lado, que o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (PÉCHEUX, 1988, p. 167).

A partir da referida citação é possível depreender que a evidência, nas palavras e ações, das ideologias ligadas aos estereótipos de mulher já-lá significados e já-antes significados funciona não só como efeito discursivo, mas também, para os sujeitos, como forma de adesão e identificação para si e para outros. Os discursos da *Veja* e Temer confundem-se entre o que é dito e aquilo que é a propósito do que foi dito.

O real ideológico-discursivo é determinado e materializado na realização do

interdiscurso em discurso transversal. Os pré-construídos para cada formação discursiva são aceitáveis a depender das condições de produção do que se enuncia. A evidência de sentido de cada formação discursiva é também determinada pelas condições de produção dos discursos, seja levando em conta os pré-construídos, que já foram ditos antes – e estes podem vir em formas de estereótipos –, seja as conjunturas sócio-históricas mais imediatas.

Em outras palavras, os pré-construídos podem ser concebidos como o conhecimento partilhado entre todos. No universo de sentido criado por meio dos discursos de *Veja* e Temer – provavelmente correlatos –, podem e devem saber os estereótipos de papel social da mulher evocados na articulação – discurso transversal – daquela conjuntura sócio-histórica dada, que são concretizados na figura de mulher servil ao homem e recatada às questões do lar.

É bastante significativo Temer, principalmente, em sua posição discursiva, aludir ao estereótipo de mulher bastante ligado à ideia conservadora de compreensão do papel, lugar e função social da mulher, fazendo, neste discurso, coincidir ideologicamente sua posição de classe e sua condição de classe, ambos em conservadorismo machista.

Considerações parcialmente finais

Com a escrita deste artigo, buscamos refletir teórica e analiticamente como *Veja* e Temer trazem os estereótipos de mulher que, pela aliança, se fazem “positivos”,

dignos de serem ditos e escritos, como a mais forte definição e evidência histórica, social e ideológica de mulher brasileira ideal. *Veja* e Temer não observam os estereótipos de mulher de seus discursos como negativos, mas não o fazem justamente pela evidência ideológica de seus discursos. Na proposição discursiva feita, ao contrário, eles enaltecem o *ser* mulher: a causa e o efeito de ser bela, recatada e do lar/boa mãe, aquela que cuida da família, retroalimentando-se na aliança ideológica dos dois discursos proferidos.

A fim de alcançar tal compreensão, relacionamos os estereótipos de mulher trazidos nos discursos como formulações pré-construídas, articuladas em dados discursivos transversos em relação de aliança, complementação e equivalência nos dois casos analisados. Essa relação, em nosso entendimento, se faz de fundamental importância para os efeitos de sentido dos estereótipos pretendidos, que estão no interdiscurso dessas duas formações discursivas analisadas, que determinam, impõem e oferecem as identificações acerca de um conhecimento sobre o papel social da mulher. ■

[SAMUEL PONSONI]

Pós-doutorado, doutorado e mestrado na Universidade Federal de São Carlos. Licenciatura em Letras português-inglês pela Universidade de Ribeirão Preto. Professor designado da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Passos, nos cursos de Jornalismo e Comunicação Social, Publicidade e Propaganda. E-mail: sponsoni@yahoo.com

[JULIA LOURENÇO COSTA]

Pesquisadora de pós-doutorado na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos (Fapesp/ UFSCar), com estágio de pesquisa na Universidade Paris XIII Nord. Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), com de estágio de pesquisa na Universidade Paris-Sorbonne IV. Mestrado em Linguística pela USP. Bacharel em Letras pela UFSCar. E-mail: julialourenco@usp.br

Referências

AMOSSY, Ruth. **Les idées reçues: semiologie du stéréotype**. Paris: Éditions Nathan, 1991.

AMOSSY, Ruth (org.). **As imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008.

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Armand Colin, 2007.

BARONAS, Roberto Leiser. **Comunicação política brasileira em diferentes dispositivos**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2016.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCURSO do presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de comemoração pelo Dia Internacional da Mulher – Brasília/DF. **Biblioteca Presidência da República**, Brasília, DF, 8 mar. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2t8ragt>. Acesso em: 9 dez. 2019.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 13-32.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

KIM, Joo Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 199-219, 2004.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/348UYGE>. Acesso em: 9 dez. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**: sentido, memória e cognição. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 143-152.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

REPRESENTATION
OF RELIGION IN
THE PRINT MEDIA
OF GREAT BRITAIN
AND JAMAICA
AND CULTURAL
BARRIERS TO
COMMUNICATION:
A COMPARATIVE
STUDY

[ARTIGO]

Alton Grizzle

*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Communication and Information Sector*

Felipe Chibás Ortiz

*Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

This research is an investigation of the representation of six religions and secular groups in four newspapers from the UK and one from Jamaica made in 2013. Through content analysis, authors aimed to ascertain, inter alia, which religion was more prominent in the news, which were the sources used and the main discourse or subject about these religions. They conclude that no major differences were found in the representation of religion across these media systems and countries with similar culture and socio-political context. Islam and Christianity received the most 'negative' representation but also 'positive' framing for Christianity and others, while some religions are not represented at all. Freedom of religion and inter-religious dialogue is relative absent from the public and journalistic discourse. This article also analyzes the possible Cultural Barriers to Communication that may be present in the information on religions.

Keywords: Communicative Citizenship. Socio-Cultural Competence. Multicultural Education. Cross-Cultural Study. Religious Communication. Cultural Barriers to Communication.

O presente trabalho reúne uma investigação sobre a representação nos meios de comunicação de massa de seis religiões e grupos seculares em quatro jornais do Reino Unido e Jamaica realizados em 2013. Através da análise de conteúdo, os autores tentam determinar, entre outras coisas, o que era o elemento mais importante nas notícias sobre a religião, se as fontes usadas ou o discurso ou tema principal de cada uma dessas religiões. Conclui-se que não parece haver grandes diferenças na representação da religião por meio desses sistemas de mídia e países com culturas e contextos sociopolíticos semelhantes. O islamismo e o cristianismo receberam a representação mais "negativa", mas também um enquadramento "positivo" para o cristianismo, enquanto algumas religiões não são representadas de forma alguma. Este artigo também analisa as possíveis barreiras culturais à comunicação que podem estar presentes nas informações sobre religiões.

Palavras-chave: Cidadania Comunicativa. Competência Sociocultural. Educação Multicultural. Comunicação Religiosa. Barreiras Culturais à Comunicação.

Este documento reúne una investigación sobre la representación en los medios de comunicación de seis religiones y grupos seculares en cuatro periódicos del Reino Unido y Jamaica realizada en 2013. A través del análisis de contenido, los autores intentan determinar, entre otras cosas, qué fue el elemento más importante en las noticias sobre religión, ya sea las fuentes utilizadas o el discurso o tema principal de cada una de estas religiones. De ello se deduce que no parece haber grandes diferencias en la representación de la religión a través de estos sistemas de medios y países con culturas y contextos sociopolíticos similares. El Islam y el cristianismo recibieron la representación más "negativa", pero también un marco "positivo" para el cristianismo, mientras que algunas religiones no están representadas en absoluto. Este artículo también analiza posibles barreras culturales a la comunicación que pueden estar presentes en la información sobre religiones.

Palabras clave: Ciudadanía Comunicativa. Competencia Sociocultural. Educación Multicultural. Comunicación Religiosa. Barreras Culturales a la Comunicación.

Introduction

The concepts of media and religion combine and collide in the cultural experience of the public (GRIZZLE, 2018), as religion itself has become an object of journalistic examination, for example, by the recent street protests, terrorist attacks or scandals inside Orthodox and Catholic churches, with religious institutions and individuals highlighted in current political and social life (SUTU, 2018). Public discussions of the recent rise in the number of refugees and asylum seekers, commonly referred to as “the refugee crisis,” employ recurrent references to religion (VINCZE, 2018). It is fundamental to study and explore the use of media by minority groups for purposes of self-representation and community-building; and perceptions of social media use among members, for minority communities, such as Muslim, Hinduism, Confucianism and Judaism (BAHFEN, 2018). Clarifying the relationship between media and religion is essential to build democracy, citizenship and wider the role of religion in public discussions (CHUN, 2018; UNESCO, 2017).

Major efforts have been made to approach religion and media, or to break down the traditional boundaries between the “religious” and the “media.” Considering such efforts and many research projects, some have tried to show the necessity of building new bridges between religion and media. These attempts have even made scholars believe that in the “media age,” the

secular is sacred and the sacred is secular (HOSSEINI, 2008). This endeavor aimed to unify two important elements of contemporary human life: religion and media (OBERIRI; ELIF, 2019; O’MAHONY, 2019).

This study explores how major religious faiths and secular groups are generally represented by the print media in Great Britain and Jamaica. This study aims to critically assess the print media, over selected intervals through content analysis, to determine how religions are framed or represented or if they are presented at all. The implications of these results are contextualized drawing on cultural, social, and economic perspectives.

Authors like Ozoliņš (2016) and Figueiras (2017), suggest the need for dialogue between religion and culture, as there is a relationship between religion, culture, media and power, as well as a need to transcend cultural barriers (2016). Those aspects increase with the appearance of digital social networks (ÉLMANO, 2017; PACE, 2017), through the possibility of getting in digital contact with people who was not physically near. Therefore, new rules and norms of communication are being created, especially by young people (JOLLS, 2019) and religious communication systems in both print and digital media. This is becoming increasingly important in the future construction of smart cities worldwide (LEE, 2019). How to build new cities, even using the new communication technologies and print media, do the old cultural barriers remain without religious diversity? That critical appreciation of the

ways media depicts religion is especially relevant to form responsible and educated citizens (HORRELL; O'DONNELL; TOLLERTON, 2018).

Historically, media have always played a key role in national and international social, political and cultural affairs. Media are considered by many as a primary and indispensable social institution that contributes to social order and social change.

This study explores whether some religions may be more prominent in the press for they are more closely related to local cultures. Conversely, others may be omitted because they are not widely practiced in a particular country or region. Yet others may receive much 'negative' or 'positive' media coverage because of controversies surrounding them or major historical events occurring at a particular time.

The relevance of this research project lies on the importance that both media and religion, as they are embedded in cultures and as institutions, transmit cultural practices and contribute to globalizing cultures. As pointed out by Hoover above, we live in a plural world; a pluralism that cannot be escaped. Furthermore, "germane and central to media development is the recognition that if the media are to accomplish their democratic potential, then they should reflect diversity in society" (GRIZZLE, 2012, p.15). This diversity, which encompasses dimensions of inter-religious and media products, is crucial to peace and human development, as it is embodied in

the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. Over 148 countries signed as parties to this legally binding international agreement in 2005.

The association of religion with conflicts in past and present times is relevant. As Silk (2000) posits, "At the turn of the millennium there is, indeed, little question that religion or if one wants to be nice about it, the name of religion, has been increasingly associated with conflict around the globe. From Kosovo to Khartoum, from Jerusalem to Jakarta, the struggle for power and pelf both within and between countries can often now be cast in religious terms" (SILK, 2000, p.1). Sharing the same public space with different religions can be a source of conflicts and cultural barriers to communication (GRIERA; BURCHARDT 2016). Therefore, an understanding of religions and the promotion of religious dialogue in societies, in and through media, is necessary for peace.

This fact is corroborated by the approach and methodology of the 20 Cultural Barriers to Communication, in which one of these barriers is a Religiocentrism. Cultural Barriers to Communication are understood as a set of factors, symbolic or concrete, which go further idiomatic differences and hampers communication for people or organizations from different ethnicities, values, countries, regions, religions or cultures (CHIBÁS ORTIZ, 2017). Conceptualizing those factors has helped us understand, prevent, and deal with conflicts

(RAJABI, 2015). According to a research carried out in 11 countries by Chibás Ortiz, religion is the second Cultural Barrier to Communication regarding frequency and importance (2017).

Therefore, this study will contribute to the question whether the media is sufficiently diverse regarding religious content and representation. The main objective of this article is to diagnose what are the similarities and differences observed in the manifestation and communicative representation of religions studied in Jamaica and the United Kingdom through a content analysis of some of the main newspapers of both countries.

Materials and methods

Methodologically, the study uses quantitative content analysis to analyze the manifest features of religious representations in so-called 'Quality' and 'Popular' newspaper in the countries studied with 'high' and 'medium circulation.' These cardinals are defined later in the article. The focus on print newspaper is to facilitate a deeper analysis over a longer period (past to modern era) and across two countries to detect important trends. The decision to focus on two countries is aimed at a comparative analysis of certain media systems in countries with similar historical, cultural and social comets of media representation.

The study seeks to answer the following question: How are major religions represented in the press in Britain and Jamaica? To answer this question, the main thrust of the study was done primarily through content analysis of national press in UK and Jamaica. The study includes an analysis of six major religions (Buddhism, Christianity, Confucianism, Hinduism, Islam, and Judaism) of the world and secular groups. The top five religions and the secular groups were chosen on the basis of "followers." Judaism was chosen over Sikhism as the sixth religion, though the number of adherents for the latter is greater than the former, for the relevance that the Jews have on global geopolitics (DODDS; ATKINSON, 1998). Religion of the World Ranked by Adherents are shown in Chart 1 and Table 1, which show some interesting data about this.

[Chart 1]

Religions/keywords used for searching

1.	Christianity (Protestantism and Catholicism); Christian; catholic; pope; priest; protestant; bible
2.	Islam; Muslim; Islamic; Quran or Koran
3.	Secular/Nonreligious/Agnostic/Atheist
4.	Hinduism, Hindu
5.	Confucianism (Confucius), Confucian
6.	Buddhism, Buddhist
General keywords	Religion, religious, fundamentalist, fundamentalism (monk, god, temple, church, mosque)

[Table 1]
Religion of the world
ranked by adherents

Number	Religion	Adherents
1.	Christianity (Protestantism and Catholicism)	2.1 billion
2.	Islam	1.5 billion
3.	Secular/ Nonreligious/ Agnostic/Atheist	1.1 billion
4.	Hinduism	900 million
5.	Confucianism	394 million
6.	Buddhism	376 million
7.	Judaism	15 million

Source: Major (2010).

There are many definitions for religion. For this study, Dobbelaere's definition is used, religion is "a unified system of beliefs and practices relative to a supra-empirical, transcendent reality that unites all those who adhere to it into a single moral community (SILK, 2000, p. 48)." Each of the religions and secular groups considered are a classification of multiple distinct movements, sects, divisions, denominations etc (Major, 2010).

The study explores how religions are represented in print media in the referenced countries. The decision to focus on print media is to facilitate deeper analysis over a longer period and across two countries to detect important trends including relationship with reporting religion and major historical

events. Secondly, the large majority of television stories emanate out of print stories, particularly wireless services (SCHUDSON, 2005, p. 153). According to Schudson (2005), news outlets, television equally to print depend overwhelmingly on services such as *Agence France-Presse*, Associated Press and Reuters. Finally, as this is a study of limited period and the lead researcher was living outside the countries approached in the research, the decisions were also based on ensuring the highest accessibility and availability to the research material needed.

Procedures

Through a multistage sampling, newspaper titles were chosen according to two key dimensions, so called "quality" and "popular." Popularity is further divided into high and medium circulation (SEYMOUR-URE, 1996). This supported the organization in codes and analytical categories to facilitate the analysis and compare different types of newspapers. Four newspaper titles (*The Gleaner*, *The Guardian*, *The Times*, and *Daily Mail*) were analyzed to obtain a representative sample of newspaper coverage of religion in these countries. Table 2 summarizes the titles, sample issues and their classification. Table 2 shows the synthesis of these procedures.

[Table 2]
Sample titles and their classification: issues and periods considered

Number	Newspaper titles	Life of newspaper	Country	Classification	Years considered	Number of issues per year
1.	<i>The Guardian</i>	1821-Present	UK	Quality with low circulation (358,844)	1989, 1993, 1997, 2001, and 2011	60 (12 per year)
2.	<i>The Daily Mail</i>	1896-Present	UK	High circulation (2,400,143)	"	60
3.	<i>The Times</i>	1785-Present	UK	Quality with medium circulation (617,483)	"	60
4.	<i>The Gleaner</i>	1834-Present	Jamaica		"	60
Total						240

Sources: Various

For the selection of issues/dates, a composite week sampling procedure was used, following four-year time intervals (plus the year 2011): 1989, 1993, 1997, 2001 and 2011. The year 1989 was used as a starting date to ensure that the fourth period coincides with the year 2001 (9/11). The leap from 2001 to 2011 was necessary to track trends in the aftermath of the Arab Spring while limiting the sample

for greater focus. Tables 2 and 3 show time periods and dates of issues for each title reviewed. Twelve issues were selected per year. A total of 629 articles were reviewed: 116 in the *Gleaner*; 200 in the *Guardian*; 210 in the *Times*; and 103 in the *Daily Mail*.

Chart 2 and Table 3 complement this information.

[Chart 2]
Dates of issues for each period and titles considered

1989	Sunday	January 1 st ; August 13 th
	Monday	February 6 th ; September 11 th
	Tuesday	March 7 th ; October 10 th
	Wednesday	April 5 th ; November 8 th
	Thursday	May 4 th ; December 14 th
	Friday	June 2 nd
	Saturday	July 1 st
1993	Sunday	January 17 th ; August 22 nd
	Monday	February 15 th ; September 27 th
	Tuesday	March 16 th ; October 26 th
	Wednesday	April 21 st ; November 24 th
	Thursday	May 20 th ; December 23 rd
	Friday	June 16 th
	Saturday	July 17 th

[Table 3]
Number of articles considered per year for each newspaper

Newspapers	Years Considered					Total
	1989	1993	1997	2001	2011	
<i>The Gleaner</i> , Jamaica (quality)	11	19	26	33	27	116
<i>The Guardian</i> , UK (quality)	31	45	37	47	40	200
<i>The Times</i> , UK (medium circulation)	37	42	45	44	42	210
<i>The Daily Mail</i> , UK (high circulation)	-	14	17	31	41	103
Total	78	120	125	155	150	629

Newspaper content relating to the following categories/genres were measured: hard news reports, headlines, editorials, letters to the editor, feature articles and religious sections of these newspapers, when present. Articles included in the sample satisfied the following requirements: 1) the primary, secondary or “passing” subject of the article would be about one of the religions analyzed and not just religion in general; 2) if the article was about economic, social or cultural issues but frequently referred to at least three occurrences or if it dedicated at least a quarter of its content to the relationship of a particular religion with the issue discussed. Such articles were included in the sample; 3) if the article is about an event organized or to be organized by a specific religion and any form of subjective description or opinionated statement is made, it was analyzed; 4) all articles that fit these criteria were used regardless of size.

These included: 1) Articles satisfying the content description outlined above; 2) Adjectival descriptors and descriptive phrases; 3) type of sources of these articles when available; 4) each article genre 5) subject of the articles.

Analytical categories used to address the main themes of the study

These categories composed the basis of the coding used, and it is based on literature review and our own interest in global development priorities, such as intercultural dialogue and (encompassing inter-religious dialogue and its necessity for peace), freedom of speech (including freedom of religion).

- Type of newspapers in which relevant text about religions appear.
- Day, month and year the article appears.
- Type of article/item.

- Which religion is approached by the article?
- Who or what are the sources of the article presented?
- Who and/or what is the subject of articles about religion?
- dominantly about individuals or the institutions;
- What is the prominence of the religion in the article?
- Is the article about a negative or positive event, occurrence or situation?
- Is the article a direct report of an event, occurrence etc or does it present a negative, positive, neutral or balanced/fair (mixed) context? An article is neutral if it is about a release of official religious documents or press releases, typically describing an announcement or event without any particular direction. It is positive if it proposes arguments for a particular religion or religious situation. It is negative if it argues against a religion. It is balanced/fair if it has arguments both for and against.
- Descriptive words or statements. How are these persons or situations framed/defined by media?
- Does the article encourage or promote interreligious dialogue? By this I mean any form of discourse about religious tolerance, intercultural dialogue respect, freedom of religion etc.
- What signs or symbols are evident in these articles or what signs or symbols accompany them?

- Major national, regional or international events linked to the report in the article.

The main statistical method used in our analysis are percentages and difference in proportions as comparisons between type of newspapers and countries were drawn. The entire methodology was tested with a sample of representative content to identify problems and to refine certain elements when necessary.

The subject of the articles studied was a crucial cardinal used in this study. It served as a pointer to general framing of religion in the newspapers assessed and associated with the category Tone of the Articles and actual quotes taken from selected articles helped to find out what was said about these religions, what they were associated or whether a particular religion was endorsed or rejected – their representation. The comparison offered below between newspapers and countries focuses on the main subject of news articles concerned with religion. The findings described below in association with this category are based on the main subject of the articles reviewed. In other successive articles, we will explore further the other variables studied in this research.

Results

In this article, we present the results of the *Daily Mail* (UK), which has the most

representative and important information about the main topic of our research.

Religious officials, adherents of religions and document or official statement

of non-religious bodies were predominant sources used by *Daily Mail* in the articles reviewed – 25%, 41% and 47%, respectively. Table 4 shows these findings.

[Table 4]
Subject of the article: *The Daily Mail* (UK) – out of 103 articles reviewed

Subject of the article	Main	Secondary	Passing
Action of the official of a particular religion	19	3	1
Action of religious scholar	1	0	0
Content in official statement or documents for a religious body	7	2	0
Action of 'adherents' of the religion being reported	43	18	1
Victim of an action carried out by a particular individual or institutions of the religion	9	7	2
Benefits adherents claim to receive from being a member of a particular religion	1	0	0
Positive influence of a particular religion or religions on politics, economics, cultural practices or other social issues	0	2	1
Negative influence of a particular religion or religions on politics, economics, cultural practices or other social issues	1	4	2
Interreligious dialogue	0	2	3
Intrareligious dialogue	1	0	1
Freedom of Religion	0	0	2
Interreligious conflict	4	2	1
Intrareligious conflict	1	6	1
Other (If the main subject is other and = war: X)	7		

The actions of adherent of religions occurred most frequently as the main subject in 42% of the articles. This was followed by the action of religious officials in 18% of the articles considered. No article highlighted the positive influence of a particular religion and less than 1% presented positive influence as

the main subject. Subjects relating to inter/ intra religious dialogue, and freedom of religion were between 0 and 1% of articles as main subjects. Interreligious conflict occurred as main subject in 4%.

Actions of officials or adherents of religions were common subjects relating

to religion in all four papers with little difference across country and type of newspapers. The former occurred in 24% of the articles in the *Gleaner*, Jamaica; 24% in the *Guardian*, UK; and 18% in the *Daily Mail*, UK. *The Times*, which is a medium circulation paper, stood out with action of religious officials occurring in 35% of the articles – one and half to twice the others. These findings are not surprising as many studies show that news about political elites, public figures, rich and famous people, and heads of powerful economic and social organizations receive much coverage in news despite the medium (HANSEN; COTTLE; NEGRINE; NEWBOLD, 1998; PALOUTIZIAN, 2017; SCHUDSON, 2005; ZELIZER, 2005). At the time of writing these articles, Pope Benedict XVI announced his resignation as head of the Catholic Church, the first occurrence in the last 600 years. This fact made cover story, editorial or feature story in almost every major newspapers around the globe (WORLD, 2013).

Actions of members of religious groups were also recurrent as subjects occurring in 35% of the articles in the *Guardian*; 26% in the *Times*; and an extraordinary 42% in the *Daily Mail* which is a high circulation paper. Whereas this subject was the lowest in the *Gleaner* at 17%, this newspaper was the only covering the positive effects of a religion as a subject – in 26% of the articles. The research showed that in 99% of these cases the articles were about the commendable contribution of Christianity (including Protestantism and Catholicism)

to social and economic development in Jamaica as mentioned earlier. For the three UK newspapers, the positive effect of a religion ranged between 0 and 4% of articles with this as subject.

The total of 14% of the articles in the *Gleaner* were concerned with the negative influence of religions. This was significantly high in comparison to the 4% in the *Guardian*, 0% *Times* and 1% *Daily Mail*. Once more, most articles in the *Gleaner* were about negative effects of Islam. However, Catholicism, was not far behind regarding negative criticism or discourse.

Jamaica and UK encompass the necessity for intercultural dialogue, mutual understanding and respect of cultures. As religion is a cultural meme,¹ it is also relevant to this important agreement. However, this research showed a recurrent absence of inter-religious dialogue and freedom of religion in the four newspapers. Whether this can be extended to the public sphere, as a whole, requires further research. Freedom of religion and interreligious dialogue was among the least covered subject in all four newspapers: 0% and 3% respectively for the *Gleaner*; 0% and less than 4% for the *Guardian*, respectively; less than 2% for both in the *Times* yet inter-religious conflict was 6%; and 0% and 1% for the *Daily Mail*, respectively.

1 Dawkins defines meme as a basic unit of cultural transmission or imitation. See Brodie (2011).

Discussion and conclusions

This study has confirmed that the two largest religions, Islam and Christianity, received more coverage in the four newspapers reviewed. Both were subjected to 'negative' reports albeit more articles underscored some positive aspects of Christianity, especially in Jamaica, comparing with Islam. Islam was almost never presented positively. These religions were followed by Judaism. Confucianism received zero coverage with the other religions following somewhere between the two. This may reflect cultural barriers to communication regarding the approach of these religions through the press printed in both countries.

The study also confirmed that the news sources are usually the same, despite the topics covered; in the case of religion, it is religious officials. Religious stories are also largely about the actions of religious officials though adherents of religions are frequently used as sources and they are subject of religious news. The results show that no significant differences occurred in the representation of religion across the two countries with similar histories and cultures. No major differences were found across the two countries in the so-called Quality and Popular newspapers. Scholarships were used to theorize and validate some findings. However, audience research and news production studies are necessary to enhance empirical insights in

the influences and potential effect the representation has on religions in these countries.

The similarities across both media systems and countries need to be highlighted. As pointed out earlier, both countries have interrelated histories as Jamaica was colonized by Britain. The development of press in Jamaica emanated in such colonization. Both countries have similar political system; both connected strongly to the Christian Church. While the two countries differ regarding state influence with the media, like in Britain, the print media in Jamaica tend to be politically aligned – although this alignment can and often changes. All these factors coupled with the fact that the four newspapers are also similar, might contribute to the largely similar representation of religion in them (HALLIN; MANCINI, 2005).

Media and religion have a lot in common. Since one may love them, other may hate them for what they are, stand for and represent. And we do not intend to make wordplay by using 'represent.' Concerning representation in media, many may argue that religions also 're-present' reality. Both have a form of 'sanctity'. For media, both freedom of the press (FOP) and freedom of expression (FOE) are sanctity. And it is from the very same FOE and FOP that the sanctity of freedom of religion (FOR) flows. It is ironic, however, that this study has found that there is not much public discourse on FOR. Freedom of religion unifies both the religious and the non-religious making

it, to some, more important that the inherent metaphysical sanctity with which adherents hold religion. On one hand, there are authors like Hansen et al. (1998) who posit, "The romanticised image on news workers as independent watchdogs challenging government and powerful vested interests may say more about a self-projected image than what remains a highly bureaucratic and less than critical professional practice" (HANSEN; COTTLE; NEGRINE; NEWBOLD, 1998). This is quite pointed and might be more of a generalization; on the other hand, it was the renowned economist, Amartya Sen who famously argued that there has never been mass famine where free media exist (GRIZZLE, 2018).

Therefore, in the end, it may not be about the media or religions by themselves that make representation of religion in media relevant or that has led to so many studies in this area. Certainly, for some adherents it is about their sacred religion. But perhaps it is also about the diversity, ethic, fairness, objectivity, balance, truth and professionalism (all ideals?) that are expected to emanate from the privileged and protected Fourth Estate, the media. If the media upholds these ideals, then fair representation of religion is a fair demand. The polemic lies in where this demand contravenes FOP. Public policy on cultural diversity and more specifically policies on pluralism and diversity in media must toe this line carefully.

The discussion about whether religions are promoted when others are

relegated or censored by mass media should be further studied. Another necessary discussion is whether religion and its communication by the mass media contributes to the emergence of barriers to communication. In this sense, this study is only a starting point. No closed conclusions are offered regarding whether one religion censures or forbids another. But there are questions and points of reflection, leaving the debate open.

Nowadays, for peace, it is necessary a religious pluralism with an appropriate balance between the elements of religion, culture, politics, globalization, technology and media, without or with fewer cultural barriers to communication. It is necessary to diagnose the Cultural Barriers to Communication faced by different religions and in the media. The quick diagnosis of Cultural Barriers to Communication helps prevent conflicts as well as the implementation of policies, innovative communication strategies, as well as in conflict management and acceptance of multiple diversities (CHIBÁS ORTIZ; YANAZE; FLORES, 2019).

In general, even though it was not the main focus of this research, both countries presented similar Religious Cultural Barriers. The similarities between media systems and countries need to be highlighted. As we pointed out, both countries have interrelated histories, as Jamaica was colonized by Britain. The development of press in Jamaica emanated from this colonization. Both countries have similar political system; both connected strongly to the Christian Church.

Much of what we have today on religious representation in the press is constructed by and has behind it several cultural barriers, which can be re-evaluated. In any case, we recommend repeating comparative research such as ours in other countries, using qualitative-quantitative methodologies and diagnosing the Cultural Barriers to Communication that may be affecting the inter-religious and intercultural dialogue of the various media with its different audiences. This is necessary to build new, more culturally diverse cities and to provide the critical thinking and creativity of their citizens through the print press and digital media in a sustainable way. ■

[**ALTON GRIZZLE**]

Alton Grizzle is a programme specialist in the Media Information Literacy Sector (MIL) at the Communication and Information Sector of the United Nations for Education, Science and Culture (UNESCO). He has conceptualized and spearheaded many international initiatives connected to MIL and has published in this area. This article does not necessarily reflect the views of UNESCO.
E-mail: altongrizzle@gmail.com

[**FELIPE CHIBÁS ORTIZ**]

Associate professor of the Universidade de São Paulo (2015). Researcher of the Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Doctoral degree in Communication Studies. Universidade de São Paulo (USP). Coordinator of the study group Toth-Criarcom (Creativity, Innovation, Communication and Marketing) and Representative for Latin America at Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy (GAPMIL) of UNESCO.
E-mail: chibas_f@yahoo.es

References

BAHFEN, Nasya. The individual and the ummah: the use of social media by Muslim minority communities in Australia and the United States. **Journal of Muslim Minority Affairs**, London, v. 38, n. 1, p. 119-131, 2018.

BRODIE, Richard. "Memes" and "cultural viruses". In: VACKER, Barry (ed.). **Media environments**. San Diego: Cognella, 2011. p. 39-47.

CHIBÁS ORTIZ, Felipe. Media and Information Literacy (MIL) approach for sociocultural projects: a research on Cultural Barriers to Communication and Creativity in Brazil and Cuba and another countries. In: GLOBAL MEDIA AND INFORMATION LITERACY WEEK, 2017, Kingston. **Proceedings** [...]. Paris: Unesco, 2017.

CHIBÁS ORTIZ, Felipe; YANAZE, Mitsuru; FLORES, Valeria. Construindo cidades MIL com a metodologia das Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade: um estudo na Educação com jovens do Brasil e de Cuba (2019). In: YANAZE, Mitsuru; CHIBÁS ORTIZ, Felipe (org.). **Marketing, comunicação, tecnologia e inovação nas cidades MIL**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 197-220.

CHUN, Christian W. EAP students co-constructing alternative narratives: classroom discursive representations of Islam and democracy. **TESOL Quarterly**, Alexandria, v. 53, n. 1, p. 158-179, 2018.

DODDS, Klaus; ATKINSON, David (ed.). **Geopolitical traditions: critical histories of a century of geopolitical thought**. London: Routledge, 1998.

ÉLMANO, Ricarte. The undeniable and growing. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 289-294, 2017.

FIGUEIRAS, Rita. **A mediatização da política na era das redes sociais**. Lisboa: Alêtheia, 2017.

GRIERA, Mar; BURCHARDT, Marian. Religión y espacio público: el conflicto en torno a la regulación del velo integral islámico. **Papeles del CEIC**, Leioa, n. 2, p. 1-28, 2016.

GRIZZLE, Alton (ed.). **Gender-sensitive indicators for media: framework of indicators to gauge gender sensitivity in media operations and content**. Paris: Unesco, 2012.

GRIZZLE, Alton. **Assessing citizens' responses to media and information literacy competencies through an online course: an empirical study and critical comparative**

analysis of experts' views. 2018. Tese (Doutorado) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2018.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing media systems. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (ed.). **Mass media and society**. London: Hodder Arnold, 2005.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph; NEWBOLD, Chris. **Mass communication research methods**. London: Palgrave Macmillan, 1998.

HORRELL, David G.; O'DONNELL, Karen; TOLLERTON, David. Religion and the media in GCSE and A-level syllabuses: a regrettable gap and proposals to fill it. **British Journal of Religious Education**, Abingdon-on-Thames, v. 40, n. 2, p. 114-123, 2018.

HOSSEINI, S. H. Religion and media, religious media, or media religion: theoretical studies. **Journal of Media and Religion**, Abingdon-on-Thames, v. 7, n. 1-2, p. 56-59, 2008.

JOLLS, Tessa. Censura e adequação: um chamado de negociação para a alfabetização midiática. In: YANAZE, Mitsuru; CHIBÁS ORTIZ, Felipe (org.). **Marketing, comunicação, tecnologia e inovação nas cidades MIL**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 361-373.

LEE, Alice. Uma estrutura MIL para notícias construtivas e o uso de informações para a construção de cidades MIL na Ásia, In: YANAZE, Mitsuru; CHIBÁS ORTIZ, Felipe (org.). **Marketing, comunicação, tecnologia e inovação nas cidades MIL**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 243-255.

MAJOR religions of the world ranked by number of adherents. **Adherents.com**, [S. l.], 2007. Available from: <https://bit.ly/39Zfzkr>. Access on: May 25, 2010.

MURDOCK, Graham, GOLDING, Peter. Culture, communications and political economy. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (ed.). **Mass media and society**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 60-83.

NEWBOLD, Chris. Approaches to cultural hegemony within cultural studies. In: NEWBOLD, Chris; Boyd-Barrett, Oliver. **Approaches to media: a reader**. London: Arnold, 2007. p. 21-43.

OBERIRI, Destiny Apukea; ELIF, Asude Tunca. A comparative content analysis of television and blog coverage of internally displaced persons in Nigeria. **The Social Science Journal**, Amsterdam, v. 56, n. 2, p. 168-182, 2019.

OZOLIŅŠ, Jānis Tāļivaldis. **Religion and culture in dialogue: East and West perspectives.** Basel: Springer, 2016.

O'MAHONY, Eoin. Connecting the local and the global in post-secular urban settings. **Geographical Review**, New York, v. 109, n. 1, p. 3-26, 2019.

PACE, Enzo. System theory and religion. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359, 2017.

PALOUTIZIAN, Raymond F. Psychology of religion in the world. **Pistis & Praxis**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 15-30, 2017.

RAJABI, Samira. Media portrayals of religion and the secular sacred: representation and change. **European Journal of Communication**, Thousand Oaks, v. 30, n. 2, p. 230-233, 2015.

SCHUDSON, Michael. Four approaches to the sociology of news. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (ed.). **Mass media and society.** London: Hodder Arnold, 2005. p. 172-191.

SEYMOUR-URE, Colin. **The British press and broadcasting since 1945.** Oxford: Blackwell, 1996.

SILK, Mark (ed.). **Religion on the international news agenda.** Hartford: Trinity College, 2000.

SUTU, Rodica Melinda. Religion and political system: representation of the Romanian orthodox church in the media coverage of the "colectiv" incident. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, Cluj Napoca, v. 17, n. 51, p. 100-114, 2018.

UNESCO. **Global Media and Information Literacy (MIL) Week 2017:** Unesco calls for papers and presentations. Paris: Unesco, 2017. Available from: <https://bit.ly/2IQ2TjX>. Access on: Aug. 29, 2017.

VINCZE, Hanna Orsolya. Religious references in Romanian and Hungarian news and comments on the refugee crisis. **Journal for the Study of Religions and Ideologies**, Cluj Napoca, v. 17, n. 51, p. 85-99, 2018.

VREESE, Claes H.; BANDUCCI, Susan A.; SEMETKO, Holli A.; BOOMGAARDEN, Hajo G. The news coverage of the 2004 European parliamentary election campaign in 25 countries. **European Union Politics**, Thousand Oaks, v. 7, n. 4, p. 477-504, 2006.

WHITE, Aidan. **To tell you the truth:** the ethical journalism initiative. Brussels: IFJ, 2008.

WILSON, Mark; WARNOCK, Kitty. **At the heart of change**: the role of communication in sustainable development. London: Panos London, 2007.

WIMMER, Roger D.; DOMINICK, Joseph R. **Mass media research**: an introduction. Boston: Wadsworth, 2006.

WORLD media speculates over pope's successor. **Daily Nation**, Nairobi, 12 fev. 2013. Available from: <https://bit.ly/2x6PMYJ>. Access on: Mar. 17, 2020.

ZELIZER, Barbie. The culture of journalism. In: CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (ed.). **Mass media and society**. London: Hodder Arnold, 2005. p. 198-210.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL E DIREITO À CIDADE

[ARTIGO]

Elena Maria Rezende

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Alan César Belo Angeluci

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Nas cidades travam-se grandes conflitos urbano-ambientais, fazendo repercutir igualmente grandes disputas por narrativas em territórios informacionais. Este estudo aborda o fenômeno sociocomunicativo com foco em suas literacias de mídia e informação com jovens moradores do Núcleo Pintassilva, uma favela localizada dentro de um parque natural municipal em Santo André (SP), e tem por objetivo compreender como o mapeamento participativo digital pode articular de modo interdisciplinar os conceitos de direito à cidade, de literacias midiáticas e informacionais e a cartografia social. O processo de desenvolvimento como educação informal se mostrou promissor como metodologia ao promover a conciliação entre as literacias de mídia e informação como as percepções socioambientais no contexto de conflitos urbano-ambientais. Permitiu dialogar com as potencialidades entre direito à cidade para compreender o direito à cidadania digital.

Palavras-chave: Cidade. Literacias de Mídias e Informação. Mapeamento Participativo Digital.

Great urban-environmental conflicts are waged in the cities, as well as great disputes over narratives in informational territories. This study addresses the socio-communicative phenomenon focusing on its media and information literacy with young residents of Núcleo Pintassilva, a slum area located within a municipal natural park in Santo André (SP), and aims to understand how participatory digital mapping can articulate the concepts of the Right to the City, Media and Information Literacies and Social Cartography in an interdisciplinary way. The process of development as informal education was promising as a methodology by promoting the reconciliation of media and information literacies as socioenvironmental perceptions in the context of urban-environmental conflicts. The experience enabled the dialogue with the potentialities between Right to the City to an understanding of the Right to Digital Citizenship.

Keywords: City. Media and Information Literacy. Digital Participatory Mapping.

Hay grandes conflictos urbano-ambientales en las ciudades, así como grandes disputas sobre narrativas en territorios informativos. Este estudio aborda el fenómeno socio-comunicativo enfocándose en su alfabetización mediática e informativa con jóvenes residentes del Núcleo Pintassilva, una favela ubicado dentro de un parque natural municipal en Santo André (SP), y tiene como objetivo comprender cómo el mapeo digital participativo puede articular interdisciplinariamente los conceptos del derecho a la ciudad, la alfabetización mediática e informativa y la cartografía social. El proceso de desarrollo como educación informal se ha mostrado prometedor como metodología para promover la reconciliación de los medios de comunicación y las alfabetizaciones informativas como percepciones socioambientales en el contexto de conflictos urbano-ambientales. Permitió dialogar con las potencialidades del derecho a la ciudad para comprender el derecho a la ciudadanía digital.

Palabras clave: Ciudad. Alfabetización en Medios e Información. Mapeo Digital Participativo.

Introdução

Sob a constatação da sociedade da informação por excelência, que se consolida neste século, um olhar mais acurado inegavelmente perceberá a extensão quase ilimitada dos processos de digitalização da vida. Esse fenômeno é, ao mesmo tempo, inexorável e emblemático, tendo em vista todas possibilidades e limites que operam suas transformações nas culturas das relações pessoais, comunitárias, econômicas e políticas.

Na perspectiva da digitalização massiva da vida individual e social, na qual tudo pode ser representado de múltiplas maneiras e versões, a vida digital nos captura numa cibercultura, em que nossas informações são tratadas e utilizadas como mercadoria de alto valor, por meio das tecnologias da informação e Comunicação (TICs). Pelo meio georreferenciado, os indivíduos se transformaram em não sujeitos do seu lugar, de seu tempo e de seu espaço geográfico.

Nesse sentido, os mapas cartográficos e georreferenciados têm se expandido tanto como ferramenta de gestão pública e corporativa como na palma das mãos, por meio da telefonia móvel, incutindo e popularizando uma “cultura dos mapeamentos digitais”. Mas poucos se perguntam: o que dizem esses mapas sobre nós mesmos, sobre nosso lugar social em face das desigualdades socioeconômicas e digitais?

É nessa ambiência da infosfera¹ que se destaca a reflexão de dois desafios estruturais para o tema: de um lado, o acesso e

desenvolvimento das literacias de mídias e informação (MIL) e, de outro, o desenvolvimento de práticas digitais e presenciais no aperfeiçoamento democrático.

Considerando que o lugar privilegiado de ação cidadã ocorre no meio urbano, cabe compreender a cidade como espaço histórico e socialmente construído e sua dinâmica urbana, como expressões de sua virtualidade, onde o território funda um lugar (LEMOS, 2009). Segundo Lemos (2009), o fenômeno comunicativo se expande com rapidez e de modo complexo. O acesso às TICs cria novas arenas e esferas públicas com maior debate e embates, além de atores em rede, que teoricamente produzem e compartilham informações e se expressam de modo atemporal e simultâneo.

Nesse sentido, observa-se que o tema da aprendizagem de novos conhecimentos midiáticos e suas interações e participações como expressão de cidadania tem recebido grande atenção conforme o conceito de MIL, defendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No âmbito da comunicação social, compreendida no engajamento por causas comuns e de interesse público, podem ser realizadas grandes transformações sociais e culturais, potencializando, em muito, a esfera pública, com vistas a aprimorar um diálogo entre vários segmentos da própria sociedade civil e governos para a formulação de políticas públicas, reinventando, dessa maneira, as práticas de e-democracia e uma cidadania digital.

Lemos (2007, p. 19), refletindo sobre como os processos comunicacionais se inter-relacionam, observa que “é na relação entre cidade, no urbano que as tecnologias

1 Conforme definição de Floridi (2014).

dão forma às cibercidades ou cirberurbe”, e essas são mediadas entre seus atores em rede, numa relação muito intensa entre comunicação e espaço urbano.

David Harvey (2012) – o geógrafo britânico e professor na University of New York, que estuda a geografia urbana em seu livro *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, que tratou de identificar a centralidade que ocupa o espaço público das cidades como um lócus político de interesse público –, ao considerar a obra de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade”, assevera que esse direito é coletivo, e não individual, no entanto o exercício desse direito é uma ação política de *refazer a cidade* e, a um só tempo, de se refazer.

Ainda segundo esse autor, mudar a cidade depende do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização em contraposição à lógica da reprodução do capital global, que absorve as cidades como uma mercadoria, impondo-lhes modelos de macroempreendimentos imobiliários, associados a projetos de urbanização promovidos pelo Estado, produzindo mais desigualdades, desdobradas em gentrificação e favelização.

Lefebvre (2001) afirma que a cidade é um espaço percebido e um espaço concebido e vivido. Toma como base que o espaço é uma produção social, assim como a cidade é um lugar social construído historicamente que representa e espelha forças, interesses políticos, econômicos e socioculturais, carregado de dicotomias e contradições, assim como exclusões sociais.

Diante dessa cena urbana, o que cabe aos discordantes da lógica do mercado digital global é a rebeldia civil dos

movimentos sociais, a fim de recuperar a esfera pública de debate da cidade que se deseja (HABERMAS, 1997). Como exemplo podemos citar algumas manifestações de cidadania ativa, exercidas pelo ativismo do Movimento Passe Livre, mobilizadas pelas redes sociais em 2013, ou pelas convocações globais por Greve Geral Pelo Clima, liderada por Greta Thunberg em 20 de setembro. Trata-se de ações políticas que rediscutem um lócus que ao mesmo tempo é social, geográfico e político.

É nesse contexto que se insere a disputa de narrativas dos mapas georreferenciados, estabelecida entre os mapas técnicos de grandes plataformas e os mapeamentos participativos, sendo estes os que privilegiam os saberes locais e de culturas tradicionais para descrever seus embates e conflitos sobre o uso do solo rural e urbano. Em grande medida são mapas temáticos ou situacionais que dão voz aos “rebeldes” das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas ou às populações de periferias das grandes cidades. São tecnologias sociais que propiciam um processo de percepção do espaço apreendido e de registro do conhecimento de determinado grupo ou comunidade em uma dada paisagem ou localidade, cujos resultados tanto de natureza subjetiva e simbólica como de natureza objetiva apresentam descrições de usos do solo, de atividades sociais e econômicas desenvolvidas.

Para inserir a dinâmica comunicacional nas cidades, é importante a compreensão de Lemos (2007, p. 19) para os territórios informacionais que, segundo o autor, são “áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano”, acessando, por meio de dispositivos móveis e redes

Wi-Fi, em que um “usuário se coloca neste território de modo imbricado no território físico (e político, cultural, imaginário etc.)” (Ibidem, p. 14). Para o autor, o fenômeno da geolocalização, amplia os sentidos de lugar, fato que impacta e remodela as práticas sociais no espaço urbano, ganhando qualidades informacionais que alçam a dimensão do fluxo e as mudanças da sociedade da informação. O que era apenas narração passa a ser cartografia e seus modos de mediação em lugares concretos do espaço urbano.

[...] as mídias locativas, pelas trocas informacionais no espaço urbano, criam novos sentidos dos lugares. Se a mobilidade era um problema na fase do upload do ciberespaço (ir ou sair do local de conexão), a atual fase do download (ou da internet das coisas), a mobilidade é uma oportunidade para usos e apropriações do espaço para diversos fins (lazer, comerciais, políticos, policiais, artísticos). Aqui, mobilidade informacional, aliada a mobilidade física, não apaga os lugares, mas os redimensionam. Com o ciberespaço “pingando” nas coisas, não se trata mais de conexão em “pontos de presença”, mas de expansão da computação ubíqua em “ambientes de conexão” em todos os lugares. Devemos definir os lugares, de agora em diante, como uma complexidade de dimensões físicas, simbólicas, econômicas, políticas, aliadas a banco de dados eletrônicos, dispositivos e sensores sem fio, portáteis e eletrônicos, ativados a partir da localização e da movimentação do usuário. Esta nova territorialidade compõe, nos lugares, o território informacional (LEMOS, 2009, p. 33).

Admitindo-se a existência de várias versões dos dados georreferenciados sobre

o mesmo território, coube aqui estudar a literacias de mídia e informação por meio de uma prática de mapeamento participativo digital com moradores de uma comunidade de favela, o Núcleo Pintassilgo, localizado dentro de um parque natural municipal em Santo André (SP), a fim de compreender as percepções socioambientais de seu território. O recorte do perfil etário (jovens entre 12 a 29 anos) foi adotado por serem reconhecidos como os expoentes mais imersos no ambiente digital. São considerados *nativos digitais* os jovens nascidos após 2004 que interagem com as TICs de modo mais intensivo e dinâmico. Por esse motivo a pesquisa se ajustou ao olhar desse público, com intenção de observar como esses jovens percebem, leem, descrevem e apreendem sua cidade como um lugar geográfico onde vivem, e como lidam com suas literacias das mídias e informações, por meio da situação de aprendizado wdo mapeamento participativo digital, a fim de que experimentem suas observações urbano-ambientais desde seu território informacional.

A cartografia social, a comunicação e o direito à cidade

Para Lussault (1995, p. 170) “todos os mapas são uma abstração, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista”, assim como o foram os mapas imaginários, antes mesmo da escrita. Consequentemente, “após as invenções técnicas de suas medições de territórios plurais e polissêmico, aberto e aleatório e não controlável, foram sendo transformadas em instrumento controlado a serviço da ação política” (LUSSAULT, 1995, p. 170)

apud ACSELRAD, 2013, p. 2). Nessa perspectiva, todo mapa elaborado – seja com qual for a técnica – é permeado e mediado por decisões políticas.

De modo a compreender como os nativos digitais conectados em plataformas globais leem seu território local, buscou-se na cartografia social meios que visam a construção de multissubjetividades ao propor aos seus participantes identificar e refinar seu olhar para a realidade, exercendo interpretação, comunicação, interação social e construções de cenários consensuais e dialógicos compreendidos na natureza espacial, recriando no mapa a realidade representada, com seus simbolismos, sentimentos e expectativas. Essa visão crítica apontada por Acselrad (2013) aborda um novo campo de disputa, além dos modelos técnicos cartográficos, agora modelos simbólicos e articuladores de narrativas, contrastando o saber-poder.

Entre pesquisadores da comunicação e cultura, Martin-Barbero (2003) afirma não poder analisar os problemas da comunicação sem considerar os aspectos relacionados às sociabilidades e identidades, à produção material, às políticas institucionais, aos círculos de informação, às matrizes culturais, aos modos político-econômico e político de organização e a todas as mediações que resultam destas relações complexas e diversas.

Disso se deriva reconhecer o campo da comunicação e da cartografia mais do que nunca, na atualidade, como campos híbridos e convergentes, transdisciplinares ou interdisciplinares. Nesse sentido, compreendemos e concordamos com Morin (2005) e com os demais estudiosos

que vêm desenvolvendo trabalhos sobre essa nova prática, que é transdisciplinar (inter/trans/disciplinar), em que se consolida uma episteme complexa. Esta, sim, poderá dar conta de compreender os processos comunicativos presentes no mundo atual.

É possível afirmar, então, que coexistam processos de cartografias como sistemas de comunicação simbólica e gráfica, que veiculam narrativas e as expressam conforme sua percepção e olhar crítico sobre a realidade local e global, singular ou temática, destacando geografias físicas, humanas e econômicas.

À luz das observações McLuhan (2001, p. 161) de que “nós moldamos nossas ferramentas e somos moldados por elas” – dada a condição dessa esfera pública, dessa polis-digital ou dessa aldeia-global-digital –, é necessário buscar compreender a mutação cultural de tais transformações no âmbito individual e coletivo, com suas singularidades, o que se retratará neste fragmento das dinâmicas da cidade.

No Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana que, na prática, nega direitos, em especial aos “invisíveis” no processo de planejamento e produção do espaço urbano – inclusive seus direitos de cidadania digital. Condições como gênero, raça, idade, etnicidade, renda e local de moradia distribuem desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização.

As desigualdades ainda são relevantes entre as classes socioeconômicas e entre áreas urbano e rural. Mostra disso é

o dado demonstrado em 2018 que aponta que 19% dos domicílios conectados não possuem computador, contrastando com 4% em 2014, o que revela acentuado grau de desigualdades digitais. Em contrapartida, metade da população conectada teve seu acesso exclusivamente por meio de telefone celular, representando 58,7 milhões de pessoas conectadas, entre usuários de classe D, E e em áreas rurais. Esses indicadores demonstram que a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) ainda não tem surtido efeitos práticos de melhorias, especialmente para as populações de periferias digitais.

Quanto às oportunidades para cidadania e engajamento, considerando os tipos de uso, os resultados indicam a predominância de atividades ligadas à comunicação e ao entretenimento, entre elas: 79% mensagens instantâneas, 77% assistir a vídeos, 75% ouvir música e 73% redes sociais. Pôde-se identificar “novas oportunidades de práticas on-line, como aquelas que consideram participação social, educação e acesso à informação” (CETIC.BR, 2017, p. 26).

Para Van Deursen (2010), a desigualdade do acesso, assim como das habilidades nesse consumo midiático, se configura como exclusão digital, o que, por consequência, se configura em uma lacuna participativa. Assim, embora existam acessos públicos, o uso e o manejo determinam consumidores precários e consumidores de elite dessa cultura de mídia digital, demonstrando o quanto a sociedade da informação ainda não está completamente preparada para lidar com a complexidade e as contradições das transformações da cultura digital.

A Nova Agenda Urbana (NAU) para a Conferência Habitat III (2016)², intitulada “Direito à Cidade e Cidades para Todos”, fundamentou-se pelo entendimento de que as cidades são um bem comum e devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, cumprindo sua função social, com espaços públicos, com respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente e com economia inclusiva. Nessa oportunidade houve um alinhamento também com outro protocolo global, a Agenda 2030, por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o nº 11: “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, garantindo acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Os territórios de periferias das grandes cidades – como é o caso de Santo André e, particularmente, do Núcleo Pintassilgo – se sujeitam à condição de “não-cidade”, conforme definida por Maricato (2002, p.140, grifo da autora) ao argumentar que “parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas [...] para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias” (MARICATO, 2002, p. 122).

Ao reconhecer essa assimetria da cidade, reconhece-se também a necessidade de empreender esforços para conhecer e

2 Conferência Habitat III. Disponível em: <http://bit.ly/2QRhAqh>. Acesso em: 11 setembro 2019.

“religar” parte dessa cidade que é historicamente negligenciada. Para tanto, remete-se à *hibridação cultural* que, segundo Canclini (2011), indica caminhos para uma compreensão mais dinâmica e diversa dos processos comunicativos. As narrativas e apreensão das percepções dos grupos de periferia podem, nesse sentido, sanar lacunas de vozes não escutadas e afirmar a necessidade de identificar as ordens habituais e suas possíveis desconstruções para revelar as rupturas e justaposições, entre as noções de cidade tradicional e a cidade insurgente, que se viceja nas práticas de comunicação das periferias da cidade de Santo André.

As literacias de mídia e informação no mapeamento participativo digital

As principais sustentações teóricas estão ancoradas na concepção de Yoram Eshet-Alkalai (2004), que utiliza categorização das literacias em cinco tipos que se inter-relacionam: (1) literacia foto visual (proporciona a interação com representações visuais e interfaces gráficas, especialmente a partir da decodificação de imagens); (2) literacia de reprodução (desenvolve habilidades que possibilitam a descoberta e recombinação de conteúdo, além da disseminação de informações criativas); (3) literacia da informação (permite identificar e filtrar as informações mais qualificadas); (4) literacia ramificada (importante para indivíduos que tenham interesse em desenvolver o pensamento abstrato para participar da construção do conhecimento no ambiente hipermídia); e (5) literacia

socioemocional (precisa que o indivíduo possua alto grau de outras literacias já mencionadas e possibilita a identificação de obstáculos e armadilhas digitais, o que facilita a interação e, por consequência, a troca de experiências, emoções e informações estruturadas).

De maneira geral, essas literacias de mídias e informação lidam com um acervo diverso de competências e habilidades – que não se referem somente ao uso de computadores e da web, mas, também, da compreensão e aplicação de tecnologias, além de consumo, gestão, recombinação e disseminação de informações – para desempenhar atividades em ambientes digitais de maneira eficaz, por meio de raciocínio crítico, autônomo e independente, construindo sentidos e narrativas por meio do uso de TIC (CAPOBIANCO, 2010; ESHET-ALKALAI, 2004; PASSARELLI; JUNQUEIRA, 2012).

Observa-se que o tema da aprendizagem de novos conhecimentos midiáticos, suas interações e participações como expressão de cidadania, tem recebido grande atenção e esforços para preparar as sociedades para uma inclusão qualitativa no mundo digital, com fins de preparar e possibilitar cidadãos e cidadãs digitais (Figura 1).

No âmbito internacional, especialmente no continente europeu, surgem manifestos em forma de declarações, como a Carta Europeia para a Literacia dos Media³, cujos objetivos visam promover expressões culturais e incentivo a uma

³ Disponível em: <http://bit.ly/2tAENVK>. Acesso em: 9 set. 2018.

aprendizagem permanente e, principalmente, uma participação e cidadania ativa por meio de uma democracia abrangente a todos os setores da sociedade e iniciativas de políticas públicas a exemplo da adoção de uma educação para os media.

Tendo como referência alguns protocolos internacionais, representados aqui pela Unesco, tem sido pautado ao longo dos últimos anos o papel estratégico da comunicação social como valor emergente e contemporâneo, diante das TICs.

[Figura 1]
Importância de inclusão qualitativa no mundo digital



Fonte: Imagens de Carolina Góis, Mariana Guarnieri e autora (2019)

Desde 2018, a Unesco vem disponibilizando para o Brasil uma série de volumes sobre padrões de competência em TIC. Em 2013, lança uma publicação de sugestão de currículo para alfabetização midiática e informacional⁴, para formação de professores. Esses documentos, têm manifestado um grande empenho para promoção das

MIL como essencial para as relações entre a educação, cultura e cidadania.

Contudo, no contraponto de uma visão global do tema, apresenta-se uma visão local, especialmente no contexto das cidades, onde todos habitam e convivem. Nesse sentido cabe considerar nesta análise o conceito de direito à cidade,⁵ de Henri Lefebvre (2001), que continua a

4 Publicação da Unesco: *Alfabetização midiática e informacional*. Disponível em: <http://bit.ly/2MZ-VrVY>. Acesso em: 18 abr. 2018.

5 Conferência Habitat III. Disponível em: <http://bit.ly/2QRhAqh>. Acesso em: 11 setembro 2019.

influenciar a análise do espaço urbano e o papel das cidades na gestão democrática.

Lefebvre (2001) concebe que a cidade é um *espaço percebido* e um *espaço concebido e vivido*, e toma como base que compreender a cidade como um lugar social, construído historicamente, que representa e espelha forças de interesses políticos, econômicos e socioculturais, carregado de dicotomias e contradições, exclusões sociais, é compreender que a cidade é que pulsa no coração de quem a habita.

No que diz respeito ao diálogo entre o poder público e os segmentos denominados excluídos, seja por sua condição ou local de moradia, principalmente os moradores da periferia muitas vezes são tratados com negligência. A administração pública, que é fortemente marcada pela cultura patrimonialista, tecnocrática e avessa à transparência – sobretudo ao debate público de seus projetos, frequentemente manifesta seus preconceitos ou inseguranças. Talvez por não saber lidar com este público, excluído economicamente, sempre se teme essa comunicação direta. Assim, via de regra, os processos dialogicamente construídos com a população são substituídos por cooptações e ações populistas, enfraquecendo sua cidadania.

O mapeamento digital e suas literacias aplicadas

A partir do uso da plataforma do Knight Lab⁶, se estabeleceu um processo de aprendizagem digital entre os jovens

⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2QtfaIM>. Acesso em: 19 nov. 2019.

participantes. Após duas oficinas, estes decifraram a compreensão e o manejo operacional e cumpriram com a tarefa de digitalizar o mapeamento participativo. Nesses procedimentos de produção de informações, capturaram e editaram de imagens e redigiram textos com suas narrativas em uma base de georreferenciamento. A análise dos resultados se baseou no modelo de Eshet-Alkalai (2004) sobre as literacias e processos cognitivos, tratado como um exercício de um saber digital no qual se avalia de modo holístico e sincrônico todas as cinco literacias, podendo se destacar as capacidades e competências cognitivas, de habilidades como a da leitura espacial e geográfica.

Os aspectos da proteção e conservação ambiental e as urgências de saneamento ambiental foram o que mais chamaram atenção dos participantes.

O mapeamento digital realizado possibilitou um olhar aéreo e na totalidade de um território informacional. Destaca-se o fato de os aspectos cognitivos da percepção terem sido aguçados pela oportunidade dos jovens se verem e se reconhecerem no mapa, no contexto de sua comunidade, experienciando o pertencimento e a identidade do lugar. Nesse sentido, foram estimulados de forma indelével sua cotidianidade, como assim tratou Martim-Barbero (2003).

Considerações finais

Na tradição de planejamentos urbanos das cidades os mapeamentos participativos ainda são raros, seja por desconhecimento, seja por não haver interesse por esse tipo de

diálogo. Por vezes, apesar de bem-intencionadas as iniciativas que em boa medida se utilizam de abordagens metodológicas que ainda se definem a partir de dados estatísticos de fonte secundárias, estas dão conformação a uma participação tutelada, como se todo o processo de produção dialógica fosse restrito a registrar uma fotografia, “comunicar” a população e convidá-la a tecer apenas breves comentários, mantendo-a em uma condição passiva que em nada propiciará alterar sua realidade social.

A fim de ler o mundo das comunidades de periferias na concepção freiriana – homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, de múltiplas etnias e singularidades culturais habitantes das grandes cidades – todos têm à frente o desafio da inclusão às literacias de mídias e informação, tão incompletas e deficitárias.

Talvez o principal enfrentamento desse desafio para a cibercidades seja ampliar o entendimento da dimensão política e democrática da gestão, bem como o manejo dos territórios informacionais e, assim, possibilitar que segmentos excluídos, sem conexão digital, sem voz e invisibilizados do processo de urbanização das cidades, sejam efetivamente transformados em sujeitos passíveis do direito à cidade, uma vez que atores-sujeitos em rede têm propostas, visões e versões sobre a cidade que desejam criar.

Esses resultados subsidiam as instituições acadêmicas, governos e outras instituições ou entidades não governamentais do campo democrático, no sentido de iniciar uma compreensão de como o fenômeno da cibercultura impacta e se recria com as comunidades de periferia. Dessa forma

propicia a esses setores da sociedade participarem, de forma mais equânime, da esfera pública na formulação e execução das políticas públicas, especificamente no campo temático socioambiental, tornando-se mais visíveis, audíveis em prol da sua qualidade de vida e, por que não, atores sociais capazes de formular indicadores territoriais de sustentabilidade local e global.

Foi possível constatar no mapeamento que o olhar dos jovens sobre o espaço geográfico e social em que vivem se transformou. Quando eles se identificam nos fragmentos, conseguem apreender o todo do “lugar”. Suas histórias e percepções demonstraram que sabem quem são, de onde vieram, sabem o que têm direito, a condição onde estão, seus limites e suas qualidades. Destaca-se, como impacto sociocomunicativo relevante, a mudança de postura das participantes pois, a partir do momento em que se identificam e se percebem no todo do lugar, despertam para a busca da organização comunitária.

De modo sutil e pouco verbalizado, mas mediados pelas legendas e os símbolos contidos nos PINS (Personal Identification Number)⁷, foi possível afirmar que a maioria dos jovens participantes sabem que têm direito à cidade, tanto que manifestaram, por meio da crítica social, seus desejos de mudanças e de transformações sociais. Como bem ressaltou Santos (2008, apud PINHO; GIRARDI, 2017, p. 11), “o espaço, enquanto estrutura da sociedade tem poder explicativo sobre ela, por ser capaz de agir e

⁷ Para atividades georreferenciadas, utiliza-se um PIN como descrição de coordenadas cartográficas e identificação de um lugar no mapa. Disponível em: <http://bit.ly/2sHPtIF>. Acesso em: 15 set. 2019.

reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre essa como um todo”.

Diante do paradigma dessa sociedade da comunicação – enquadrada em um capitalismo cognitivo contemporâneo – novas culturas emergem e vão transformando cada vez mais os sujeitos das produções das informações e de suas narrativas. Nesse contexto, como diz o filósofo Hans Jonas (2006), um dos maiores desafios é garantir consistência e envergadura ética para alimentar a liberdade, a emancipação, a fraternal dimensão da responsabilidade digital ou o alargamento do que se pode denominar como construção da cidadania digital para as futuras gerações.

Em síntese, todas as literacias de mídias e informação – de foto-visual, reprodução, pensamento hipermídia, informação, socioemocional – foram utilizadas, em menor ou maior grau, no mapeamento participativo digital. As participantes demonstraram um nível de desenvoltura e rapidez para a apreensão dos procedimentos técnicos, a empatia com o lugar geográfico, onde o aspecto afetivo e identitário foram propulsores do desejo de continuar a mapear e gerar informações com a comunidade. Tais saberes adquiridos proporcionam ampliação do conhecimento da realidade social levando à práxis social e política. Evidências foram um maior grau de percepções diante de seu habitat, antes invisível⁸ “aos seus olhos”, na expressão de

uma das participantes, criaram interações presenciais, desenvolveram maior empatia social, manifestaram o desejo de transformação da realidade urbano-ambiental e, acima de tudo, desenvolveram um olhar também para o exercício de sua cidadania ativa e de sua cidadania digital.

O desafio do aumento das ações que possibilitem os parâmetros e indicadores de literacias de mídias e informação de qualidade, a partir da concepção da Unesco das MIL, está intimamente correlacionado às condições socioeconômicas que criam as desigualdades abissais no Brasil e dificultam ou impedem o acesso à cidadania plena, a um agir comunicativo e ao pleno exercício democrático.

Na ausência de políticas públicas de comunicação social institucional, de processos de educação para as literacias midiáticas, desenvolver um produto que possa colaborar com o controle e a transparência das informações pode ser uma contribuição inovadora e absolutamente necessária em tempos de retrocessos de conquistas de direitos, no marco neoliberal da globalização.

Chega-se à conclusão de que as capacidades, competências e atitudes próprias das MIL são elementos fundamentais que podem convergir para ampliar e potencializar processos participativos iniciados ou não por meio digital.

8 Essa invisibilidade é reconhecida como desafio pelo marco legal das cidades, por meio do Estatuto da Cidade e pela *Carta Mundial pelo Direito à Cidade* (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006), que compreende: “É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis

e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequada”.

Em tempos de alardeados projetos de “cidades inteligentes” que prometem “tudo”, contando apenas com as tecnologias como eixo propulsor de melhor qualidade de vida, persistem os processos de literacias no contraponto hegemônico das forças que dominam esses processos. Apesar das alienações e apatias presentes, ainda é possível verificar experiências de apropriações de lugares e espaços que desenham um novo espaço público de habitar e interferir na agenda das cidades, em que, certamente, vivenciar um lugar territorial que depois, de modo virtual, promoverá outras perspectivas capazes de articular significados e entendimentos para novas relações sociais e culturais para uma cidade digital singular e plural, global e local, na qual não sejam mais necessários processos de literacias, mas que a educação e a cidadania sejam plenas. ■

[ELENA MARIA REZENDE]

Mestranda em Inovação na Comunicação
de Interesse Público da Universidade
Municipal de São Caetano do Sul (USCS).
E-mail: eleninha.sp@gmail.com

[ALAN CÉSAR BELO ANGELUCI]

Professor Doutor do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Municipal de São Caetano do Sul.
E-mail: aangeluci@gmail.com

Referências

ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2011.

CAPOBIANCO, Ligia. **Comunicação e literacia digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA-SP – PONLINE. 2010. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CETIC.BR. **TIC Domicílios 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2sSC4Hd>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ESHET-ALKALAI, Yoram. Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era. **Journal of Educational Multimedia and Hypermedia**, Waynesville, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution**: how the infosphere is reshaping human reality. London: Oxford University Press, 2014.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://bit.ly/37GYn1C>. Acesso em: 10 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HARVEY, David. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. London: Verso, 2012.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, André. Locative media in Brazil. **Wi**: Journal of Mobile Media, Toronto, Summer, 2009.

LEMOS, André. Mídias locativas e territórios informacionais. *In*: ARANTES, Priscila; SANTAELLA, Lucia (org.). **Estéticas tecnológicas**: novos modos de sentir. São Paulo: PUC, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/39J78df>. Acesso em: 22 dez. 2019.

LUSSAULT, Michel. La ville clarifiée: essai d'analyse de quelques usages carto- et iconographiques en oeuvre dans le projet urbain. *In*: CAMBRÉZY, Luc; DE MAXIMY, René (ed.). **La cartographie en débat**: représenter ou convaincre. Paris: Karthala – Orstom, 1995. p. 157-195.

MARTIN-BARBERO, Jésus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**: understanding media. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2001.

MORIN, Edgar. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 6 v.

PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antonio Hélio. **Gerações Interativas Brasil**: crianças e adolescentes diante das telas. São Paulo: Escola do Futuro, 2012.

PINHO, Talita Guimarães Fonseca de; GIRARDI, Giseli. Construção de proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana: estudo no “território do bem” – bairro São Benedito – Vitória/ES. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 241-277, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/302cwnq>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

VAN DEURSEN, Alexander Johannes Aloysius Maria. **Internet skills**: vital assets in an information society. 2010 Thesis (Doctorate in Social Sciences and Technology) – University of Twente, Twente, 2010.

O FACEBOOK
ENQUANTO
“VERDADE
SEDUZIDA”:
UM ENSAIO
CRÍTICO DE SUA
COMUNIDADE
GLOBAL

[ARTIGO]

Gabriel Alarcon Madureira

Universidade de São Paulo

Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O ensaio tem por objetivo discutir criticamente a rede social Facebook, especificamente a sua intenção de construir uma comunidade comunicacional global. Assim, a partir de uma abordagem teórica multiperspectivística, mobilizando a sociologia comunicacional de Muniz Sodré; as interfaces analíticas dos estudos culturais; a teoria crítica da cultura; e as discussões interdisciplinares da comunicação, analisamos o discurso do fundador e CEO da rede, Mark Zuckerberg, consubstanciado na nota “Building Global Community”, publicada em fevereiro de 2017. Desta forma, esta reflexão incide sobre as questões relativas aos conceitos de cultura e de diversidade cultural, cuja elaboração no Facebook, na verdade, fomenta o surgimento de uma comunidade comunicacional distópica e contrária aos direitos humanos e ao diálogo intercultural.

Palavras-chave: Comunicação. Facebook. Muniz Sodré.

This essay aims to critically discuss the social network Facebook, specifically its intention to build a global communication community. Thus, from a multiperspective theoretical approach, mobilizing the communicational sociology of Muniz Sodré; the analytical interfaces of cultural studies; the critical theory of culture; and the interdisciplinary discussions of communication, we analyze the speech of the founder and CEO of the network, Mark Zuckerberg, embodied in the note “Building Global Community”, published in February 2017. This reflection focuses on issues related to the concepts of culture and cultural diversity, whose elaboration on Facebook actually fosters the emergence of a dystopian communication community that is contrary to human rights and intercultural dialogue.

Keywords: Communication. Facebook. Muniz Sodré.

El ensayo tiene como objetivo discutir críticamente la red social Facebook, específicamente su intención de construir una comunidad de comunicación global. Así, desde un enfoque teórico multiperspectivo, movilizand o la sociología comunicacional de Muniz Sodré, las interfaces analíticas de los estudios culturales, la teoría crítica de la cultura y las discusiones interdisciplinarias de comunicación, analizamos el discurso del fundador y CEO de la red, Mark Zuckerberg, plasmado en la nota “Building Global Community”, publicada en febrero de 2017. Por lo tanto, esta reflexión se centra en cuestiones relacionadas con los conceptos de cultura y diversidad cultural, cuya elaboración en Facebook, de hecho, fomenta el surgimiento de una comunidad de comunicación distópica que es contraria a los derechos humanos y al diálogo intercultural.

Palabras clave: Comunicación. Facebook. Muniz Sodré.

Introdução

O escopo deste ensaio é analisar criticamente a rede social Facebook, recortando o tema na especificidade de sua intenção de construir uma comunidade comunicacional global. Na medida em que esta rede social se torna cada vez mais onipresente¹ – tanto no que tange ao seu alcance, mas, principalmente, no que se refere aos seus impactos cada vez mais reais e tangíveis

na sociedade –, consideramos pertinente tomá-la como objeto de reflexão.

Com esse intuito, optamos metodologicamente por debater a nota “Building Global Community”², publicada em fevereiro de 2017 pelo fundador e atual CEO (*Chief Executive Officer*), Mark Zuckerberg. Consideramos pertinente a leitura crítica desse texto de Zuckerberg na medida em que o Facebook, enquanto corporação privada de comunicação, se consubstancia na própria rede social e se personaliza em sua figura.

[Figura 1]

Printscreen da nota pública publicada por Zuckerberg



Building Global Community

 MARK ZUCKERBERG · QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2017

To our community,

On our journey to connect the world, we often discuss products we're building and updates on our business. Today I want to focus on the most important question of all: are we building the world we all want?

Fonte: Perfil pessoal de Mark Zuckerberg no Facebook

¹ O Facebook possui 2,38 bilhões de usuários ativos em todo o mundo e 71,9 milhões de usuários ativos no Brasil (STATISTA, 2019).

² Por razões do escopo do ensaio e de sua extensão, não reproduziremos a nota de Mark Zuckerberg na íntegra, mas excertos (com tradução nossa) selecionados especificamente para o debate. O texto completo está disponível ao público e pode ser acessado em endereço eletrônico citado nas referências.

Para tal finalidade analítica, utilizaremos uma perspectiva da cultura e da diversidade cultural alicerçada na crítica sociológica-comunicacional de Muniz Sodré e referenciais teóricos inseridos nas interfaces dialógicas dos estudos culturais, da sociologia da cultura (através de autores da tradição marxista-gramsciana e da Escola de Frankfurt) e das discussões interdisciplinares da comunicação. Com isso, temos em vista realizar uma ensaística fundamentada numa abordagem multiperspectivística que procura mobilizar as diversas teorias sociais como ferramentas para a inteligibilidade de fenômenos contemporâneos marcados pela complexidade e pela infinitude de focos interpretativos (KELLNER, 2001).

Desta forma, nosso ponto de partida analítico é o início da nota, onde o auto-proclamado empreendedor e filantropo do Vale do Silício se pergunta a questão mais importante de todas (a partir de seu próprio ponto de vista): “Nós estamos construindo o mundo que todos nós queremos?”³

Na medida em que Zuckerberg coloca a questão utilizando o pronome “nós” em duas situações específicas – em “nós estamos construindo” e em “o mundo que todos nós queremos” –, temos a leitura de que ele sintetiza toda a estruturação argumentativa da nota e dos objetivos do Facebook enquanto corporação midiática, propondo uma comunidade global fundada em visões de mundo e em epistemologias situadas no âmbito do capitalismo e da modernidade ocidental (HALL, 2015), as quais são, entre tantas outras, apenas uma possibilidade de estruturação da vida entre outras miríades possíveis de variadas formas de organização sociocultural, econômica e política (QUIJANO, 2005). Mais do que isso, observamos que no

discurso há a naturalização de uma hegemonia do desejo e do querer um mundo possível calcado nos referenciais dos Estados Unidos e da agenda californiana da sociedade em rede informacional (CASTELLS, 2000; HARARI, 2016), a qual desconsidera a polifonia de culturas contra-hegemônicas (CANCLINI, 1988; KELLNER, 2001) que podem ter epistemologias e sistemas simbólicos desejan-tes de outros mundos, de outras sociabilidades e/ou de outros arranjos sociais antagônicos às tais premissas universalistas (HALL, 2013).

A partir dos conceitos que Muniz Sodré (2005) utiliza para analisar a sociedade e a modernidade midiaticizadas, podemos situar o Facebook como vetor corporativo global que pretende sequestrar a subjetividade individual e a esfera intersubjetiva, estabelecendo um espaço comunicativo privado-corporativo que impõe um determinante específico à história e aos discursos a partir de sua própria racionalidade e regras morais. Assim, a rede social de Zuckerberg pode ser lida como a grande demiurga contemporânea de “verdades seduzidas”, como máquina algorítmica de legitimação de imperativos simbólicos e semânticos geradora de semiocídios de outros modos comunicativos e culturais.

Assim, é justamente no que tange a essas considerações estruturais que reside também a crítica ao Facebook enquanto corporação que publica uma nota expondo diretrizes de erigir uma comunidade global que se pretende universal, mas que, na verdade, é apenas a concretização de uma visão hegemônica que não considera a diversidade cultural enquanto conceito estruturante das potências criativas e disruptivas da espécie humana,

³ No original: “Are we building the world we all want?”.

reproduzindo, assim, desigualdades estruturais fundamentadas nos conceitos de cidadania e de igualdade formais que realizam uma gestão política apaziguadora das assimetrias e dos conflitos do tecido social (EAGLETON, 2005).

É exatamente acerca dessas iniquidades materiais da sociedade que Sodré (2002) aponta com acuidade a convergência entre reprodu o do capital, sociedade da informa o e tecnologias p s-midiáticas (tendo no nosso ponto de vista, como maior expressão, o próprio Facebook). Segundo Sodré (2002), essas três vertentes da contemporaneidade comunicacional traduzem um turbocapitalismo e seus desdobramentos: acelera o da produ o-distribui o-acumula o de capitais e informa es; transnacionaliza o do sistema produtivo; globaliza o e intensifica o do neoliberalismo; financeiriza o e muta o tecnológica. Em suma, a partir de Sodré (2002; 2005), a informa o e a própria cultura emergem como elementos-chave para a emergência de um modo operativo cognitivo-financeiro-matemático que reproduz a lógica mercantil sob uma aparente est tica de autonomia comunicacional, a qual se efetiva, ao contrário, como simulacro de individualidade e protagonismo na rede social. Por conseguinte, a cultura, então sequestrada de sua dimensão potente e engendrada enquanto universal de verdade, atua como instrumento de rela es de poder em uma ordem tecnocrática:

A partir dessa opera o, cultura passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas a es e atitudes [...] ocultando a arbitrariedade histórica de sua inven o.

  preciso não esquecer, assim, que os instáveis significados de cultura atuam concretamente como instrumentos das modernas rela es de poder imbrincadas na ordem tecnoeconômica e nos regimes políticos, e de tal maneira que o domínio dito “cultural” pode ser hoje sociologicamente avaliado como o mais dinâmico da civiliza o ocidental (SODRÉ, 2005, p. 8).

Facebook e o conceito de cultura

O Facebook   uma rede social caracterizada por perfis e comunidades de interesse nas quais os usuários podem compartilhar conteúdos midiáticos diversos, como fotos, vídeos, textos etc. Através da linha do tempo,   possível explorar conteúdos criados por outros usuários, tendo a op o de simplesmente fruir e/ou reagir através de *likes* (curtidas) e/ou compartilhar o *post*, alimentando, assim, – através de volumes gigantescos de dados gerados na utiliza o – uma sofisticada engrenagem de programa o baseada em algoritmos de predile o, cuja principal fun o   fornecer ao usuário conteúdos cada vez mais alinhados às suas escolhas pessoais, inclina es políticas e gostos est ticos (HARARI, 2018)⁴.

4 Esta   apenas uma descri o superficial da complexidade do Facebook enquanto rede social. Há disponível uma enorme produ o jornalística e da própria teoria social acerca de diversos outros aspectos não só desta rede social, mas das grandes corpora es de m dia que moldam a sociabilidade contemporânea, como o Google, a Amazon, a Apple, a Microsoft, entre outras.

De fato, a partir da abordagem “antropológica do espelho” (SODRÉ, 2002), a rede social de Zuckerberg materializa em si uma eticidade estetizante, incorporando costumes, condutas, cognições, sensorialismos imagéticos e virtuais numa tecnocultura de simulação e fluxo. Por conseguinte, o Facebook opera a “representação apresentativa” como própria forma de vida, na qual o indivíduo emerge como alvo-vetor-motor de um exercício de poder calcado no infocontrole e na datavigilância (SODRÉ, 2002).

Assim, a questão fundamental que tange à discussão proposta aqui é o Facebook enquanto rede social onipresente que vem se afigurando como sistema global de circulação de formas simbólicas – compreendidas como toda a miríade de produtos culturais relativos a textos, imagens, ações e construtos variados que emergem e/ou se relacionam com as variadas linguagens discursivas e simbólicas da ação humana (THOMPSON, 2011).

O seguinte trecho da nota de Zuckerberg aponta para a estreita correlação entre o controle desse sistema de circulação de cultura com a construção de uma comunidade comunicacional global:

Nós podemos observar as muitas atividades pela ótica da construção de uma comunidade. Assistir vídeos dos nossos times ou programas de TV favoritos, ler nosso jornal ou jogar nosso jogo favorito não são apenas entretenimento ou informação, mas uma experiência compartilhada. Nós podemos projetar essas experiências não para um consumo

passivo, mas para fortalecer conexões sociais⁵.

Este discurso nos remete à questão de uma vontade de engenharia do consumo cultural e da fruição de determinadas formas simbólicas, transbordando assim uma noção bastante estreita de cultura, cuja definição, ao contrário, deve partir sempre da maior amplitude possível, contemplando absolutamente a integralidade dos construtos materiais e imateriais produzidos por uma sociedade ou grupo social para muito além das linguagens artísticas ou das formas midiáticas comunicacionais, lastreando valores, tradições, crenças e, principalmente, narrativas que dão significação contextual à existência e ao mundo (UNESCO, 2009). Para além disso, como aponta Canclini (1988), a perspectiva crítica de análise da cultura não pode deixar de considerar a agência dos indivíduos receptores dos conteúdos culturais, os quais significam e ressignificam as mensagens e as intencionalidades de forma híbrida e contraditória, mobilizando tendências de reprodução da hegemonia e/ou de contestação contra-hegemônica. Tal perspectiva é convergente com a leitura de Kellner (2001) sobre a indissociável relação entre cultura e comunicação, na qual o Facebook seria um expoente da cultura da mídia, atuando como um grande conglomerado e agente de socialização repleto de tendências contraditórias com

5 No original: “We can look at many activities through the lens of building community. Watching video of our favorite sports team or TV show, reading our favorite newspaper, or playing our favorite game are not just entertainment or information but a shared experience [...]. We can design these experiences not for passive consumption but for strengthening social connections”.

uma gama de discursos e narrativas conflitantes entre si, que refletem a complexidade desigual da própria estrutura de classes da sociedade.

Zuckerberg, ao destacar que sua rede social tem como objetivo “projetar experiências” em seus usuários, elabora uma plataforma com a potência distópica contemporânea de controle político-cognitivo, podendo atuar como regime autorrepresentativo e de visibilidade pública de si mesmo, mesclando os tempos reais e virtuais, hibridizando em si o espaço-tempo e a esfera público-privada, blindando, por consequência, possibilidades disruptivas de questionamento, criação e transformação inerentes à cultura (SODRÉ, 2002).

Dessa forma, no afã de legitimar o papel de sua rede social como operadora da nova esfera pública do ciberespaço, Zuckerberg enfatiza, no limite, uma virtual separação entre comunicação e ideologia, a qual, no âmbito do Facebook, se estende para a intenção de dissociar cultura e política:

Eu quero enfatizar que a vasta maioria das interações no Facebook são sociais, não ideológicas. Aumentando a diversidade de nossas ideias e fortalecendo o entendimento comum, nossa comunidade pode ter um enorme impacto positivo no mundo⁶.

6 No original: “[...] I want to emphasize that the vast majority of conversations on Facebook are social, not ideological. [...] By increasing the diversity of our ideas and strengthening our common understanding, our community can have the greatest positive impact on the world”.

Por mais que a UNESCO (2009) aponte para um diálogo intercultural que reconheça e amplifique a multiplicidade dos saberes, tradições e conhecimentos através de um espaço comunicativo culturalmente neutro e provedor da livre expressão, consideramos tal proposta uma impossibilidade conceitual por definição, justamente na medida em que toda ação cultural e comunicacional carrega em si intencionalidades políticas e epistemologias norteadoras de concepções de mundo (CANCLINI, 1988; THOMPSON, 2011).

Mais do que isso, como aponta Eagleton (2005, p. 19), é justamente na definição de cultura como politicamente neutra e comprometida formalmente com a pluralidade que se revela seu caráter político: “[...] moldando os sujeitos humanos às necessidades de um novo tipo de sociedade politicamente organizada, remodelando-os com base nos agentes dóceis e moderados [...] conciliadores e desinteressados dessa ordem política”.

Assim, é nesta perspectiva que a narrativa de Zuckerberg se enquadra, mobilizando diversidade e entendimento comum para justificar um espaço hipoteticamente não ideológico capaz de “impactos positivos no mundo”, quando, na verdade, procura apenas legitimar o monopólio no estabelecimento de parâmetros valorativos que são, por definição, permeados de ideologia. Pois, como aponta Nogueira (2010), a suposta neutralidade ou a-historicidade de um construto cultural é um efeito ideológico que se traduz enquanto ato político na medida em que a própria cultura só poder ser lida atrelada ao poder – enquanto processo e conflito –, como produção de bens simbólicos em

dialogismo com a estrutura social, na qual a cultura não se separa de seu potencial político-humanista, o que está bastante distante de uma insípida leitura neutra, objetiva e a-política. Como sintetiza Sodré (2005), a cultura é um fenômeno discursivo intrincado com a ideologia e com os efeitos sociais de poder sobre os sentidos comunicacionais e organizadores das esferas econômica, política e social.

Complementando essa discussão, consideramos pertinente a perspectiva ampliada de Canclini (1988), em que as noções de dominação e de imperialismo cultural são demasiadamente simplistas para a compreensão dessa sociedade em rede baseada em fluxos de informação e comunicação, elucidando que o foco analítico mais potente reside sim no conceito de hegemonia, no qual a dominância de um determinado grupo social se legitima exatamente onde há interações recíprocas, ambíguas e dialógicas entre os poderes hegemônicos e os subalternos. É assim que o Facebook se mostra pontualmente disruptivo para a ação social e política, mas estruturalmente reprodutor do *status quo* (EAGLETON, 2005) e das condições hegemônicas e desiguais da estrutura socioeconômica (THOMPSON, 2011).

Justamente a partir dessas considerações, faz sentido Muniz Sodré (2002) preferir usar o termo mutação tecnológica em detrimento do termo revolução informacional, já que em sua leitura ela se mostra conservadora das velhas estruturas de poder – uma “ciberocracia” baseada na midiaticização e na virtualização das realizações humanas, onde as tecnointerações seriam apenas uma “prótese” tecnológica de

reprodução do mercado na sistemicidade das mídias:

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, da “prótese”, ocultando a sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas. Essas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados transnacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado (SODRÉ, 2002, p. 22).

Facebook e a diversidade cultural

Dar voz a todos tem sido historicamente uma força muito positiva para o discurso público porque aumenta a diversidade das ideias compartilhadas. É nossa responsabilidade amplificar os efeitos bons e mitigar os ruins – para continuar a aumentar a diversidade.⁷

Há duas sérias questões nessa afirmativa da nota de Zuckerberg acerca da diversidade cultural: a primeira diz respeito a considerá-la reificada e essencializada, enquanto a segunda concerne a citar o Facebook como agente midiático

⁷ Giving everyone a voice has historically been a very positive force for public discourse because it increases the diversity of ideas shared. It is our responsibility to amplify the good effects and mitigate the bad -- to continue increasing diversity [...].

responsável por selecionar efeitos hipoteticamente bons ou ruins para aumentar a diversidade (como se ela fosse quantificável ou substancializável).

Dessa forma, cabe apontarmos que a diversidade cultural não se caracteriza como um bem, como um ente, ou como uma “coisa” a ser preservada, aumentada ou amplificada em seus efeitos valorativos, como pressupõe Zuckerberg, mas sim como uma processualidade criativa, um recurso simbólico e significativo em constante transformação e em contínuo desenvolvimento (UNESCO, 2009). Por conseguinte, é a noção estendida de cultura como processo dinâmico de inflexão das diferenças que ativa a própria diversidade cultural em sua forma recursiva e autorreflexiva (GIDDENS, 2009), em sua historicidade não teleológica e não previsível. Mais do que tudo, a diversidade cultural se inscreve como pedra angular para a compreensão do multiculturalismo que vem transformando as identidades dos Estados-Nação e dos indivíduos no contexto de globalização, onde se espriam fragmentações e recomposições híbridas – a partir da “*différence*”, de Jacques Derrida, e do “tempo liminar das minorias”, de Homi Bhabha – de meta-narrativas, instituições, valores, padrões econômicos, arquiteturas sociais, arranjos políticos e padrões comunicacionais (HALL, 2013; 2015).

Na verdade, a noção de diversidade cultural de Zuckerberg também emerge como verdade e discurso “seduzidos”. Como aponta Sodré (2006), há uma distinção fundamental entre diversidade e diferença. A primeira – **diversidade** – deve ser considerada como coexistente em sua lógica própria, portadora de epistemologias e

paradigmas tecno-científicos próprios. A segunda – **diferença** – emerge apenas como o diferente-exótico sempre relacional a um universal metafísico e valorativo hegemônico. Se há diferença, há um referencial; se há diversidade, há coexistência de referenciais. Sodré (2006) aprofunda a questão apontando que o mero reconhecimento da diferença é apenas uma abstração vazia diante da prática ético-política de aceitar a diversidade de outras possibilidades humanas. O Facebook, ao operar por algoritmos de predileção, não consegue nem ao menos lidar com a diferença de pontos de vista ao radicalizar as opiniões e leituras de mundo a partir das “bolhas” de interesse, quanto mais tocar no cerne de uma diversidade de fato neste sentido ampliado trazido por Muniz Sodré, no qual a diversidade emerge como radicalidade e pluralidade da razão comunicacional e como potência de criação de singularidades e destinos existenciais. Nesta perspectiva (SODRÉ, 2006), resta a Zuckerberg a incidência da crítica de que sua “diversidade” discursiva da comunidade global almejada se configura enquanto razão comparativa ancorada na economia e na técnica ocidental e eurocêntrica, sujeitada à reprodução econômica e técnica.

Por isso, na sua autoproclamada prerrogativa de criar uma comunidade global, o Facebook incorre em uma noção limitada da própria globalização:

Nossas melhores oportunidades são agora globais – disseminando prosperidade e liberdade, promovendo a paz e o entendimento, alçando as pessoas para fora da pobreza e desenvolvendo a ciência. Progresso agora requer que a humanidade se reúna não só como

*idades e nações, mas também como uma comunidade global.*⁸

Nesta narrativa discursiva apontada por Zuckerberg, ficam claramente explícitos os pilares de uma visão de mundo ocidentalizada, eurocêntrica e iluminista baseada na ideia de progresso e de valores liberais, como prosperidade, liberdade e crença inabalável na racionalidade científica, ancorados na democracia formal e no ordenamento jurídico e internacional dos Estados-Nação – elementos estes que se configuram, na verdade, como uma modernidade ou alta-modernidade ou pós-modernidade hegemônica e dominante na história (EAGLETON, 2005; GIDDENS, 1991).

Por conseguinte, como aponta Quijano (2005), esta tal modernidade se fundou no século XIV com a descoberta da América, mas não a partir de uma excepcionalidade europeia oriunda dos mitos greco-romanos, e sim por conta da própria América, que forneceu as bases materiais para a reprodução da forma capital-salário em um Sistema-Mundo dominado pelo Centro-Europa, modelando assim um arcabouço de cultura, política, economia e sociedade como referencial valorativo, reproduzindo até a contemporaneidade a desigualdade entre dominados e dominadores, colonizados e colonizadores, brancos e negros, índios, mestiços e amarelos. Assim é que Quijano

(2005), com seu conceito de colonialidade do poder, prossegue apontando que, consequentemente, esta modernidade ocidental apaga as identidades desses grupos a partir da inferiorização e invisibilização de suas epistemologias, criando uma intersubjetividade capitalista global que emerge como referencial da produção simbólica humana.

De fato, ao reduzir a diversidade cultural e a noção de cultura, bem como suas interfaces com o próprio processo de globalização, Zuckerberg, a nota “Building Global Community” e, por extensão, o próprio Facebook ficam autorrefenciados em sua legitimação como agente monopolizador dos poderes comunicacionais dessa rede social onipresente no ciberespaço contemporâneo:

*Situados aqui na Califórnia, não estamos na melhor posição para identificar as normas culturais ao redor do mundo. Dessa forma, nós precisamos de um sistema onde todos nós poderemos colaborar para estabelecer parâmetros. A abordagem é criar um processo democrático de larga escala para determinar esses parâmetros com inteligência artificial.*⁹

A questão que se coloca é o reconhecimento do Facebook, de sua localização e imersão em um caldo de cultura específico que se reconhece como agente ativo e gestor de uma esfera pública digital – a rede social – que

⁸ No original: “Our greatest opportunities are now global – like spreading prosperity and freedom, promoting peace and understanding, lifting people out of poverty, and accelerating science. [...] Progress now requires humanity coming together not just as cities or nations, but also as a global community”.

⁹ No original: “Sitting here in California, we’re not best positioned to identify the cultural norms around the world. Instead, we need a system where we can all contribute to setting the standards [...] The approach is creating a large-scale democratic process to determine standards with AI (Artificial Intelligence) [...]”.

mobiliza formas simbólicas, narrativas e discursos de 2,38 bilhões de pessoas, forjadas nas identidades híbridas e traduzidas das políticas da identidade e do multiculturalismo (HALL, 2013). Dessa forma, para lidar com tal “diversidade cultural” compreendida mais como um recurso de reprodução do seu próprio capital e valor, Zuckerberg aponta para o horizonte de um processo democrático fundado na inteligência artificial – alimentada gratuitamente pelos próprios usuários e capaz de gerar um incomensurável e valioso volume de informação que permitirá aos algoritmos traçar perfis detalhados dos usuários, fazendo com que, no limite, emergja um horizonte sócio-comunicacional muito mais sombrio do que as mais distópicas estruturas panópticas (FOUCAULT, 1987).

Assim, quando Harari (2018, p. 83) aponta que “quando a autoridade passa de humanos para algoritmos, não podemos mais ver o mundo como o campo de ação de indivíduos autônomos esforçando-se por fazer as escolhas certas”, é a rede social Facebook que se singulariza nessa agenda prometeica de atrelar o destino humano à técnica e, mais especificamente, à inteligência artificial fundada nos algoritmos e nos aprendizados de máquina, exemplificando a extrapolação do campo estritamente científico para a esfera social dos valores, da moral e do simbólico. Zuckerberg prossegue:

Nós precisamos que a nossa comunidade tenha padrões que reflitam nossos valores coletivos referentes ao que deve ser, ou não, permitido. Isso tem sido doloroso para mim porque eu frequentemente concordo com aqueles que nos criticam a partir dos erros que cometemos. Esses erros não são decorrentes de posições

ideológicas nossas em desacordo com a comunidade, mas ao contrário, são questões operacionais de escala¹⁰.

Neste caso, emerge a referência à sua comunidade global ter um padrão estandarizado capaz de dizer (bem como predizer e pós-dizer) quais construtos comunicacionais-culturais são permitidos ou não, aceitos socialmente ou não. Isso implica em trazeremos à reflexão os mecanismos que esta rede social utiliza para analisar e, eventualmente, censurar todo o conteúdo produzido ou compartilhado pelos usuários, atuando como um poder moderador, como um grande irmão (ORWEL, 2009) onisciente e onipresente através de *bites*, dados e códigos de processamento. Como aponta Sodré (2002), a *mídia-medium* – em nossa leitura, radicalizada e expressa no Facebook – atua como “anjo mensageiro” do poder instantâneo, global e veloz, exercido num espaço etéreo de “sintaxe universal que fetichiza a realidade e reduz a complexidade das antigas diferenças” (SODRÉ, 2002, p. 11).

Assim, quando o discurso de construção da comunidade global aponta que existem “erros operacionais de escala” não ideológicos, o texto está se referindo aos mecanismos de censura existentes dentro da própria rede social, operados pelos algoritmos e por agentes humanos moderadores de casos específicos, os quais têm os

¹⁰ No original: “[...] We need Community Standards that reflect our collective values for what should and should not be allowed. [...] This has been painful for me because I often agree with those criticizing us that we’re making mistakes. These mistakes are almost never because we hold ideological positions at odds with the community, but instead are operational scaling issues”.

pressupostos de alinhar o que é aceitável/desejável ou não no âmbito da “diversidade” ansiada pelos padrões da comunidade.

Dessa forma, destacamos, entre uma miríade incontável de outros exemplos, a censura realizada pela rede social a uma foto que compunha a reportagem especial “Sebastião Salgado na Amazônia”, produzida pela Folha de São Paulo, em 3 de setembro de 2018. De fato, a série fotográfica

(FACEBOOK..., 2019) destacava, na época, uma série de fotos dos índios Suruwaras, tendo recebido a seguinte mensagem do Facebook após três horas do compartilhamento: “sua publicação viola nossos Padrões da Comunidade sobre nudez ou atividade sexual. Ninguém mais pode ver a sua publicação”. Assim, em nossa leitura crítica, a questão é muito mais profunda do que nudez ou atividade sexual, incidindo sobre a própria diversidade cultural enquanto conceito.

[Figura 2]

Em primeiro plano e ao centro, Kwakway leva cesto cheio de massa de mandioca ao igarapé Pretão, ajudado por Baxihywy e Warubi (esquerda)



Fonte: Serva (2017)

Como podemos observar a partir da foto de Sebastião Salgado, há na verdade a representação artística da própria diversidade cultural, materializada em um modo de vida complexo e repleto de camadas de significado humano simbólico referente ao modo de produção, ao corpo, ao trabalho, à vida e ao gênero. Em síntese, a outra epistemologia não ocidental.

O próprio “Pensar Nagô” de Muniz Sodré (2017) atua como chave reflexiva para termos em conta que existem outras *arkhês* – princípios operacionalizantes da cognição e do simbólico dos *Sapiens* – que fundam culturas incomparáveis e irredutíveis entre si. É assim que a dimensão do corpo, no caso da foto, ultrapassa a questão da nudez e da sexualidade, já que estas são categorias

centradas no referencial epistemológico não só da rede social, mas de toda civilização ocidental. Quando Sodré (2017) reflete sobre a própria *arkhé* africana, ele nos exemplifica que o corpo físico é um corpo social, onde ambos enlaçam a mesma simbologia e o mesmo tecido social. O corpo opera como sensível físico permeado pelo mundo histórico e místico, como singularidade ritualizada de uma liturgia corporal que conecta o existencial ao não devir.

Por conseguinte, no caso da foto dos índios Suruwara, há também uma profunda significação corporal inalcançável para os referenciais valorativos e censuradores dos algoritmos do Facebook. Em que medida as cosmologias indígenas e africanas, enquanto dois eixos potentes de diversidade cultural, conseguem circular no dispositivo comunicacional e no regime de controle de cultura erigidos pela rede social? Como os padrões de comunidade e os códigos de programação do Facebook interpretariam, por exemplo, o ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe (IPHAN, 2006, p. 14)?

O Yaokwa articula os domínios distintos, porém, indissociáveis e interdependentes da Sociedade, da Cultura e da Natureza. Está orientado pela cosmologia – visão de mundo – do Povo Enawene, e regulado pelos ciclos próprios da natureza através de um calendário socioeconômico que integra complexas relações de ordem simbólica. Ao mesmo tempo, o Yaokwa se inscreve no cotidiano, nos sentidos de pertença e enraizamento desse povo que expressa na execução desse rito suas concepções sobre si e sobre os outros – os termos de sua identidade – vinculados à memória,

aos mitos e ao lugar privilegiado que o canto, o sopro (flautas) e a música ocupam nessa operação.

Construindo uma comunidade global distópica

Dessa forma, encerramos este ensaio argumentando que o Facebook pretende construir uma comunidade global distópica do ponto de vista dos sentidos conceituais de cultura e diversidade cultural, a apresentando – e nos utilizamos de licença poético-conceitual com Muniz Sodré – como “verdade seduzida”. Pois, quando Zuckerberg afirma:

Nós podemos construir uma infraestrutura social para ajudar nossa comunidade a identificar problemas antes que eles aconteçam. Quando pensar em cometer suicídio ou se ferir, nós teremos construído uma infraestrutura para dar aos seus amigos e à comunidade ferramentas que poderão salvar suas vidas. Indo além, haverá ainda mais casos onde nossa comunidade deverá ser capaz de identificar riscos relativos à saúde mental, doenças ou crimes¹¹.

¹¹ No original: “[...] we can build social infrastructure to help our community identify problems before they happen. When someone is thinking of suicide or hurting themselves, we’ve built infrastructure to give their friends and community tools that could save their life [...] Going forward, there are even more cases where our community should be able to identify risks related to mental health, disease or crime”.

Nós observamos que, como destaca Kellner (2001), a cultura da mídia e suas formas virtuais, como o Facebook (que faz a convergência entre mídia, comunicação e cultura), criam um fluxo intenso de informações que reordenam o espaço-tempo, anulam as separações entre realidade e imagem e, mais do tudo, forjam experiências e subjetividades preditivas e controladas.

Em contrapartida, como pontua Sodré (2005), a cultura e a diversidade cultural sempre escaparão às relações de poder e nunca serão inteira e inexoravelmente recobertas e totalizadas, emergindo como possibilidades de esvaziar, questionar, deslegitimar e desestruturar paradigmas, regimes e dispositivos que promovem, totalitariamente, estabilidades de sentidos.

Assim, gostaríamos de ter nossas intersubjetividades amalgamadas nos conceitos de “cultura” e de “diversidade cultural” do Facebook, ou utilizaremos a potência disruptiva e contra-hegêmica da cultura e da diversidade cultural para criarmos outras comunidades, outros globalismos, outras modernidades e outras epistemologias sociocomunicacionais?

Enquanto refletimos, Zuckerberg apresenta o seu lugar de fala:

É uma honra estar nessa jornada com vocês. Obrigado por fazerem parte da comunidade e obrigado por tudo que vocês fazem para fazer o mundo mais aberto e conectado¹². ■

¹² No original: “It’s an honor to be on this journey with you. Thank you for being part of this community, and thanks for everything you do to make the world more open and connected. Mark”.

[GABRIEL ALARCON MADUREIRA]
Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara, Mestre em Sociologia pela UFSCar e aluno do CELACC no curso de Gestão de Projetos Culturais. Atualmente é Assistente Técnico da Gerência de Estudos e Programas Sociais do Sesc São Paulo.
E-mail: gabriel_madureira@yahoo.com.br

Referências

CANCLINI, Nestor. Cultural transnacional y culturas populares: bases teórico-metodológicas para la investigación. *In*: CANCLINI, Nestor; RONCAGLIOIO, Rafael (org.). **Cultural transnacional y culturas populares**. Lima: Ipal, 1988. p. 18-76.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHEVALIER, Stéphanie. Number of Facebook users in Brazil from 2017 to 2023 (in millions). **Statista**, New York, 26 nov. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2STeEMJ>. Acesso em: 27 maio 2019.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FACEBOOK censura fotos de Sebastião Salgado de tribo indígena da Amazônia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 set. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/39L2fQM>. Acesso em: 3 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HALL, Stuart. A questão multicultural. *In*: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 51-100.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IPHAN. **Dossiê IPHAN: Yaokwa Povo Enawene Nawe**. (2006). Disponível em: <http://bit.ly/2QvjX3o>. Acesso em: 3 jun. 2019.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais – identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

NOGUEIRA, Silas. Poder, cultura e hegemonia: elementos para uma discussão. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/36smiRX>. Acesso em: 3 jun. 2019

ORWEL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2tv3G5t>. Acesso em: 27 maio 2019.

SERVA, Leão. Fortes, livres e suicidas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2T3SYgG>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilla, n. 3, p. 5-16, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2FqHFY8>. Acesso em: 3 jun. 2019.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNESCO. **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**: relatório mundial da Unesco – resumo, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/37GeKey>. Acesso em: 20 maio 2019.

ZUCKERBERG, Mark. Building Global Community. **Facebook**, São Francisco. 17 fev. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2sSH7Yb>. Acesso em: 22 maio 2019.

FUSÕES E AQUISIÇÕES NA INDÚSTRIA JORNALÍSTICA BRASILEIRA NA VISÃO DO JORNALISTA

[ARTIGO]

Leandro Vieira

Escola Superior de Propaganda e Marketing

Fabiano Rodrigues

Escola Superior de Propaganda e Marketing

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho visa compreender como, na visão do jornalista, processos de fusões e aquisições na indústria jornalística podem trazer uma nova lógica de gestão positiva às empresas do setor. Para isso, foi utilizada fundamentação teórica multidisciplinar, abrangendo áreas de conhecimento como Administração, Gestão, Estratégia, Sociologia do Jornalismo, Economia da Mídia e *Media Management*. Dentre os principais resultados alcançados por este estudo, destaca-se a percepção de que o jornalista está aberto, em um sentido positivo, a movimentações de fusões e aquisições na indústria informativa. Lateralmente, detectou-se que os jornalistas estão dispostos a fazer jornalismo com olhar voltado à obtenção de resultados que vão além dos editoriais. Uma pesquisa respondida por aproximadamente 90 jornalistas foi utilizada para obter os resultados deste estudo.

Palavras-chave: Gestão jornalística. Negócio jornalístico. *Media management*. Fusões e aquisições.

This study aims to understand how journalists observe the merger and acquisition processes in the journalistic industry, and how such processes may bring a new logic of positive management to companies in the sector. This study used a multidisciplinary theoretical foundation, covering areas such as Administration, Management, Strategy, Sociology of Journalism, Media Economics and Media Management. Among the main results achieved, we highlight the perception that journalists are positively open to mergers and acquisitions in the information industry. We also found that journalists are willing to practice journalism with a focus on achieving results that go beyond editorial ones. A survey answered by approximately 90 journalists was used to obtain the results.

Keywords: Journalistic management. Journalistic business. Media management. Merger and acquisitions.

El objetivo de este trabajo es comprender cómo –en opinión del periodista– los procesos de fusión y adquisición en la industria periodística pueden aportar una nueva lógica de gestión positiva a las empresas del sector. Para esto, se utilizó una base teórica multidisciplinaria, que abarca áreas de conocimiento como Administración, Gestión, Estrategia, Sociología del Periodismo, Economía de los Medios y Gestión de los Medios. Entre los principales resultados logrados por este estudio, destacamos la percepción de que el periodista está abierto, en un sentido positivo, a movimientos en fusiones y adquisiciones en la industria de la información. Más tarde, se descubrió que los periodistas están dispuestos a hacer periodismo con enfoque en lograr resultados que van más allá de los editoriales. Se utilizó una encuesta respondida por aproximadamente 90 periodistas para obtener los resultados de este estudio.

Palabras clave: Gestión periodística. Negocio periodístico. Gestión de medios. Fusiones y adquisiciones.

Introdução

Em praticamente todo o mundo, a indústria jornalística debate meios para conseguir financiar suas atividades à luz das mudanças radicais desencadeadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Plataformas digitais assumiram o papel de editores e rogaram para si a capacidade de hospedar, distribuir e monetizar a informação. Interferindo em gráficos, linguagens, padrões, segmentação de público e na velocidade da disseminação da notícia, passaram, notadamente, a cumprir um papel editorial (BELL; TAYLOR, 2017). Esse cenário trouxe um desafio à indústria jornalística: sobreviver em meio a uma cornucópia de mídias que, assim como os veículos jornalísticos, também informam, e a um custo muito menor.

O objetivo geral deste estudo – que não ambiciona esgotar o assunto – pretende explorar como fusões e aquisições (F&A) podem ser, na percepção do jornalista, oportunidade para empresas jornalísticas se posicionarem mais estrategicamente nesse novo e desafiador cenário. Como objetivos específicos, busca-se identificar as tensões em processos de F&A, amear percepções de jornalistas sobre as oportunidades desencadeadas por essas operações (melhorar produto, aumentar investimento, adquirir competências etc.) e, por fim, identificar se, diante de um processo de F&A, o profissional de jornalismo pode enxergar oportunidade para uma mudança de mentalidade em relação à função social do jornalismo e ao compromisso intrínseco de contribuir para a sobrevivência da empresa em que trabalha.

Fusões e aquisições (F&A)

Fusão é definida como o resultado de combinação de duas organizações independentes, dando origem a uma terceira e nova entidade (DUARTE; SAYÃO; TANURE, 2006). A aquisição, por sua vez, é o processo pelo qual uma empresa compra o controle de outra empresa, transformando a adquirida em subsidiária de seu portfólio. Nessa situação, a empresa adquirida tem de prestar contas à administração da adquirente (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011).

Hitt, Ireland e Hoskisson (2008) dizem que fusão é a integração da operação de duas empresas em base relativamente igual, por terem juntas recursos e capacidades que podem criar uma vantagem competitiva mais significativa; ao passo que a aquisição é uma estratégia em que uma companhia compra participação em outra com o intuito de se aproveitar de sua competência essencial mais eficiente.

Operações de fusões e aquisições têm como base a expectativa de que a empresa resultante da combinação de outras duas gere valores maiores do que aquele que seria obtido se cada uma delas permanecesse em voo solo. Em suma, trata-se de uma estratégia de crescimento rápido, pois parte-se do princípio de que “um mais um é maior do que dois” (CASTRO, 2010) (CASTRO, 2010).

Dentre as principais razões que motivam as F&A, Bender e Ward (2005) destacam o suporte ao crescimento da criação de valor que não seria alcançada por meios orgânicos; complementação de estratégia de negócios por meio do preenchimento de

hiatos no portfólio de produtos; segmentos mercadológicos, área geográfica ou tecnologias específicas.

Panorama de F&A nos EUA, América Latina e Brasil

O mercado de mídia norte-americano é notadamente um dos mais pujantes do mundo quando o assunto é consolidação de conglomerados por meio de operações de F&A. Na década de 1980, 90% do mercado de mídia dos EUA estava nas mãos de 50 empresas. Na década seguinte, em 1992, esse número caiu praticamente pela metade. Nos anos 2000, impulsionados pelo Telecommunications Act do governo Bill Clinton, o cenário se reverteu notavelmente: 90% da mídia norte-americana (incluindo emissoras abertas e a cabo de TV, rádios, jornais, revistas, estúdios de cinema e fonográficos) se concentrou em seis empresas, dentre elas, AT&T/Time Warner, News Corporation, Viacom e Disney (LUTZ, 2012; MOLLA; KAFKA, 2019).

Na América Latina, foram significativos os números de operação de compra e venda de participações entre empresas de mídia. Desenvolveram-se, nas últimas décadas, conglomerados regionais com relações e parcerias estratégicas entre si (LOZANO, 2005).

Embora inserido na América Latina, o Brasil teve experiências diferentes na consolidação de seus grupos de mídia. No país, não se assistiu a vultuosos movimentos de F&A. Em linhas gerais, pode-se

dizer que os maiores conglomerados brasileiros cresceram organicamente, criando novos veículos de comunicação dentro de uma estrutura já existente, em vez de correr a mercado para adquiri-los (VIEIRA, 2019).

O Grupo Globo, por exemplo, o maior do Brasil em seu segmento, fez poucos movimentos de compra e venda de outras empresas do setor. O mais notório foi a aquisição integral do jornal *Valor Econômico* e do serviço de notícias Valor PRO, do qual o grupo, antes, detinha 50% das ações. A outra metade pertencia ao Grupo Folha da Manhã, que edita a *Folha de S.Paulo* (GRUPO GLOBO..., 2016).

O conglomerado também se envolveu em diversas operações pontuais nas décadas de 1980 e 1990, época em que a estratégia do conglomerado era de diversificação de negócios. Esse posicionamento fez que o grupo investisse em empresa de satélite, na companhia de equipamentos NEC, na emissora italiana de televisão Tele Monte Carlo e, em Portugal, na Sociedade Independente de Comunicação (SIC). Aliou-se a Rupert Murdoch, e o grupo se fez controlador da Sky por meio de uma parceria com a News Corp, TCI e Televisa. De mãos dadas com Bradesco, AT&T e grupo Vicunha, vislumbrou um quinhão da Telebras, quando foi privatizada. Para constituir a Globo Cabo, associou-se à Microsoft. E, para fazer a Globo.com, firmou parceria com a Telecom Italia. Por sinal, cumpre lembrar que o próprio nascimento da Rede Globo só foi possível em decorrência de um acordo com a norte-americana Time-Life, que viabilizou um investimento contestado no Congresso Nacional por ferir, de acordo com os deputados, dispositivo constitucional que veta

capital estrangeiro em empresas nacionais de comunicação (CAPARELLI, 1986; CASO..., 2018).

O Grupo Folha foi outro conglomerado que cresceu mais por vias orgânicas do que por operações de fusão e aquisição (F&A). Exemplo disso foi a criação do portal UOL, da gráfica Plural e de uma operadora logística que integra o grupo (VIEIRA, 2019).

Proprietário de duas TVs abertas, seis canais por assinatura, onze emissoras de rádio e de jornais impressos, o Grupo Bandeirantes de Comunicação também cresceu sem comprar outras empresas. Única movimentação que fugiu ao padrão de expansão das empresas jornalísticas foi a *joint venture* com a Metro Internacional para a criação do Metro Jornal (LINHA..., 2018; METRO JORNAL..., 2018).

Uma das empresas mais famosas do Grupo Estado, a Agência Estado, é fruto de uma operação de aquisição. Em 1991, a *holding* controlada pela família Mesquita comprou a Broadcast Teleinformática, empresa que transmitia informações de cotações de bolsas de valores nacionais e internacionais para o mercado financeiro. Com a aquisição, a surgida Agência Estado passou a oferecer a seus clientes, além das cotações em tempo real, análises de fatos e conjunturas com potencial de impactar os negócios de seus assinantes (CONHEÇA..., 2007).

Além disso, em 1995, o Grupo Estado teve de recorrer ao World News para poder entrar na internet e, em uma investida para amplificar a disseminação de notícias da Agência Estado, fez diversas alianças

com empresas de *pager*, fax, painéis luminosos, *bulletin board system* (BBS) e telefone (HÁ VINTE ANOS..., 2015).

Potencial das F&A na indústria jornalística

Processos de F&A podem ser adotados como estratégias pelas organizações para ganho de competitividade e de competências em uma velocidade mais rápida que por via orgânica.

A título de exemplo, muitas empresas de jornalismo impresso investiram, em diversos países, na aquisição de companhias de tecnologia como meio de resposta às mudanças de mercado. De 2002 a 2007, em nível global, as indústrias de publicações impressas adquiriram mais de 350 empresas de tecnologia da informação. O impacto dessas junções será sentido no âmbito da criação de conteúdos digitais, distribuição eletrônica e novos serviços.

A emergência da convergência digital requer que reconheçamos a existência de pontos comuns entre as empresas de publicações impressas e as de serviços de TI. A convergência digital é a combinação ou fusão de aspectos digitais que, antes, eram totalmente distintos. Isso permite que as companhias aprimorem seus recursos, serviços e produtos e ampliem o leque de opções a novas indústrias e mercados, desfazendo as fronteiras convencionais entre esses setores (DUCHESSI; BISWAS, 2013, p. 213).

Respostas das organizações jornalísticas

Muitas empresas do setor viram nas F&A e em sistemas de colaboração cruzada oportunidades de dar repostas a esse novo ecossistema midiático (ANDERSSON; WIJK, 2014). Modelos de governança que privilegiem uma gestão profissional em vez de familiar também são factíveis diante desse novo cenário.

A experiência internacional, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, indica que há uma tendência, conforme se consolida a fusão de veículos rumo à convergência dos meios de comunicação, de as tradicionais empresas de famílias compostas por jornalistas darem lugar a gestores profissionais e, num segundo momento, com a abertura de capital, a acionistas vindos de fora. Essas mudanças nas modalidades de gestão e de propriedade têm implicações importantes sobre a cultura da empresa e sobre sua política de investimentos na atividade-fim, o jornalismo. Executivos formados em outros setores tendem a demonstrar menos propensão a aceitar investimentos que não garantam rentabilidade a curto prazo e que configurem “caprichos de jornalistas”, como grandes reportagens, custosas coberturas, manutenção de redes de correspondentes, cadernos e suplementos culturais (SANT’ANNA, 2008, p. 10).

Uma senda de oportunidades inestimáveis pode ser aberta com mais operações de F&A. No cenário brasileiro, em que movimentações dessa natureza são pouco conhecidas, é possível encontrar casos em

que a aquisição, total ou parcial, de uma companhia jornalística por outra empresa acabou surtindo efeitos positivos a ambos os lados.

Um deles foi a aquisição do portal InfoMoney pela corretora XP Investimentos, sócia do grupo Itaú. À época do investimento no InfoMoney, em 2011, a XP disse esperar que o número de contas abertas triplicasse, chegando a 300 diariamente (KAHIL, 2011). Isso em virtude do poder de alcance que o portal tem em relação a uma audiência qualificada para os fins de prospecção de negócios da XP.

O aporte recebido pelo InfoMoney foi de R\$ 5 milhões, destinados à modernização do portal e ao desenvolvimento de novas funcionalidades e ferramentas. Por meio desse investimento, também se fomentou a expectativa de o jornalístico alavancar outras fontes de renda, como cursos on-line e presenciais, palestras gratuitas e *webinars*.

Outro case nacional foi a compra de metade d’O Antagonista, um dos principais *blogs* de cobertura política do país, pela casa de publicações financeiras Empiricus. Os valores da transação não foram divulgados.

Com a sociedade, a Empiricus pode ter acesso aos e-mails de mais de cinco milhões de visitantes do *blog*, construindo uma base para divulgar seus materiais de análise econômico-financeiras (SCIARRETTA, 2016).

Pelo lado d’O Antagonista, observam-se as mudanças incrementais feitas no *blog* depois da operação com a Empiricus. Inicialmente, em 1 de janeiro de 2015, o noticiário era tocado apenas por seus fundadores, os jornalistas Mário Sabino e Diogo

Mainardi, ambos ex-*Veja*. Após o processo de aquisição parcial do *site* pela Empiricus, em março de 2016, a equipe do *blog* aumentou, expandindo a oferta de conteúdos inclusive para o formato webTV.

Outro empreendimento anunciado pelo *blog* foi o lançamento da revista digital *Crusoé*, em formato pensado exclusivamente para internet (CRUSOÉ, 2018; SCARDOELLI, 2018).

Novo perfil profissional

Se o novo cenário não permite às empresas ficarem inermes, os profissionais que as integram se veem diante do mesmo desafio. Aqui, contudo, entra um componente particularmente delicado quando o assunto é mudança: o fator humano. Tratando-se de jornalistas, então, há pela frente uma história de identidade profissional forjada ao longo de décadas de atuação com base em valores como isenção, verdade, liberdade e autonomia – princípios estes que, em resposta ao mercado hodierno, precisam ser visto por outra perspectiva.

Por muito tempo, os jornalistas pareciam sujeitos distantes da realidade econômica de suas próprias empresas. A autonomia com que sempre contaram se confundia com uma licença para que seu trabalho e seus esforços fossem direcionados apenas à produção de notícia. Nesse sentido, em linhas gerais, poucos jornalistas se deixavam contagiar por eventuais metas concebidas no plano gerencial ou da alta gestão da empresa (VIEIRA, 2019).

As placas tectônicas dessa realidade começam a se desnivelar, descortinando aos profissionais – em especial àqueles que chefiam redações ou equipes de jornalistas uma nova forma de encarar suas atividades e suas funções dentro das organizações jornalísticas (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013; ANDERSSON; WIIK, 2014; BELL; OWEN, 2017; PICARD, 2004, 2009; WIIK, 2010).

Nesse contexto, principalmente na última década, muitas redações viram se acentuar a negociação entre duas forças dentro do negócio jornalístico, conforme apontam Andersson e Wiik (2014): o discurso profissional e o discurso gerencialista (*managerial discourse*). O primeiro caracteriza a identidade pelo ideal jornalístico, cujas tônicas residem na autonomia profissional e na satisfação de uma autorregulação; o segundo esboça a globalização dos valores econômicos nos mercados de trabalho, vislumbrando modelos organizacionais e introduzindo um pensamento comum para muitas indústrias: envolver os indivíduos das empresas em uma perspectiva empreendedora. Assim, as organizações jornalísticas funcionariam em uma zona fronteira, tensionada entre a política da profissão e o mercado, combinando duas diferentes lógicas em sua governança.

Ao discorrer sobre a realidade dos jornais na Suécia, Andersson e Wiik (2014) comentam que uma série de fusões e aquisições havidas naquele país constituíram oportunidades para uma nova lógica de comando editorial.

Desde a década de 1950, os departamentos das empresas, como o editorial, a administração, as vendas, a tecnologia e a distribuição, foram governados por

uma liderança de dois níveis: uma liderada pelo diretor de redação, a outra pelo CEO (Ohlsson, 2012). Como as condições estruturais da mídia [...] mudaram ao longo das últimas décadas, a perspectiva econômica espalhou-se cada vez mais das unidades administrativas e econômicas para as redações. Um exemplo é encontrado na aplicação do termo “indústria”, usado frequentemente para descrever o trabalho nas organizações de mídia (Ohlsson 2012). O uso deste termo indica claramente que os meios de comunicação são vistos como empresas que produzem e vendem produtos jornalísticos para públicos específicos em mercados específicos. Embora a liderança de dois níveis ainda exista em muitos jornais, é claro que as perspectivas gerenciais estão cada vez mais integradas ao trabalho dos editores-chefes. [...] A linha previamente clara entre jornalismo e gestão administrativa que surgiu durante os primeiros dias da profissionalização jornalística deve, portanto, ser considerada muito menos distinta hoje (ANDERSSON; WIJK, 2014, p. 707).

O vão histórico entre o lado editorial e o de negócios dentro das organizações jornalísticas tem sido descrito como uma linha vertical que os separa. Segundo os autores, tal visão não se sustenta mais. O que antes era uma linha vertical de separação se tornou horizontal e passou a integrar as visões.

É claro que os jornalistas não querem estar no mercado de trabalho contemporâneo, e muito menos no mercado de informação altamente competitivo. Eles preferem justificar o valor que criam nos termos da filosofia moral do valor

instrumental. A maioria acredita que o que eles fazem é tão intrinsecamente bom e que eles devem ser compensados para fazê-lo, mesmo que não produza receita. Este ponto de vista é incorporado no profissionalismo do jornalismo, especialmente nos esforços para melhorar a prática e atividades comerciais e editoriais separadas que desenvolveram ao longo do século 20 e foram projetados para proteger a criação de valor moral. No entanto, os jornalistas também usaram o profissionalismo para criar empregos e condições econômicas relativamente confortáveis para si próprios, evitar qualquer responsabilidade pelo desempenho de suas empresas e proteger-se das mudanças no mercado (PICARD, 2004, p. 5).

Neveu (2006), por sua vez, critica a interferência do lado de negócio das empresas no fazer jornalístico, argumentando que o aumento dos “imperativos comerciais” fragilizou a autonomia dos jornalistas, contribuindo para a degradação de sua imagem como agente social. Como resultado dessa lógica, a produção de notícia também é afetada.

Analisando também a qualidade da informação sob os novos modelos de gestão, Pereira (apud TOGNOLLI, 2007) examinou o impacto exercido na produção de notícias pelos movimentos de fusões e aquisições, em especial no que se refere à cobertura dos noticiários internacionais.

A ideia sobre o tema “O impacto dos conglomerados de imprensa na qualidade e na quantidade dos noticiários internacionais” surgiu da experiência de meu trabalho na ABC News, emissora que é uma das várias empresas pertencentes

ao Grupo Disney. Em maio de 2000, a Disney iniciou negociações com a AOL/Time Warner e com o Grupo Viacom para uma possível fusão entre as suas organizações de imprensa – ABC News, CNN e CBS News. A fusão entre essas organizações nunca se concretizou, porque não houve consenso sobre quem teria o controle editorial das matérias. Todavia, durante o período de negociações, vários funcionários da ABC News receberam incentivos para deixarem a empresa ou foram demitidos. Como consequência, a carga horária de trabalho dos que permaneceram na empresa praticamente dobrou, pois as vagas abertas com as demissões não foram preenchidas. Isso afetou a quantidade e a qualidade dos noticiários internacionais (TOGNOLLI, 2007, p. 61-62).

Segundo a pesquisadora, que focou sua análise apenas no mercado norte-americano, depois dos movimentos de F&A notou-se um aumento do uso de “recursos secundários na apuração de notícias”, caso de *freelancers*, por exemplo, principalmente nas coberturas internacionais – extremamente onerosas às televisões. Captar um profissional *ad hoc* para esse fim abala menos as finanças das corporações.

A imparcialidade das empresas resultantes de F&A também é discutida pela autora. Como exemplo, menciona o programa *20/20*, veiculado pela rede ABC News, que em uma das pautas discutia a segurança em parques da Disney. Como o grupo Disney também é dono da emissora, a reportagem não foi ao ar.

Siegert, Gerth e Rademacher (2011) são menos pessimistas. Procuram

desmistificar o consenso de que o crescimento em importância da orientação de negócios nas companhias de mídia implica o debacle da qualidade editorial.

Como observou McManus (1994), a orientação da qualidade [editorial] e a orientação comercial não são mutuamente excludentes, em princípio: “Seguir uma lógica mercadológica nem sempre é incompatível com servir o público com frequência” (p. 327). Alguns meios de comunicação, como *The New York Times* (Estados Unidos), CNN (Estados Unidos), *Le Monde* (França), *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (Alemanha) ou *Neue Zürcher Zeitung* (Suíça) ainda lucram com suas marcas historicamente cultivadas, ao mesmo tempo que também oferecem qualidade. Eles ainda implementam a qualidade como elemento central da identidade da sua marca – ou seja, ela ainda pode ser uma escolha. No entanto, o ambiente em que as marcas de qualidade operam hoje pode tornar-se mais complexo e desafiador (SIEGERT; GERTH; RADEMACHER, 2011, p. 55).

Seria candidez em demasia acreditar que o produto jornalístico passaria incólume à avalanche dos novos modelos de negócio. Picard (2004), inclusive, afirma que não deveria ser surpresa que o público começasse a encarar a imprensa como apenas mais um negócio preocupado com seus próprios interesses econômicos em vez de ocupar-se com os interesses daqueles que, supostamente, por ela seriam servidos.

Operações de fusões e aquisições – apesar de serem analisadas frequentemente por viés negativo, quase sempre em tom fúnebre – podem ser oportunidades para a

reinvenção das lógicas de gestão do jornalismo. Com essas operações, há o potencial de abrir novas veredas à criação de valor para ambos os lados.

Os rearranjos possibilitados pelas F&A podem contribuir, inclusive, para que as empresas tradicionalmente jornalísticas façam transição para um novo ecossistema mais alinhado às práticas mercadológicas capazes de sustentar o negócio. Uma cultura mais empreendedora nas redações, possibilidade de ampliar investimentos em tecnologias que resultem em melhores conteúdos, visão orientada para o leitor como se fosse um cliente, visão da empresa jornalística como um todo, não apenas como redação, são algumas das mudanças que, potencialmente, podem ser catapultadas (ANDERSSON; WIIK, 2014).

No trabalho “Predictions for journalism 2019”, organizado pelo NiemanLab, Renée Kaplan, *head* de audiência e engajamento do *The Financial Times*, comenta esse fenômeno. Na visão da executiva, antes, havia uma barreira inamovível entre o lado de produção de notícias de um jornal e o lado de fazer dinheiro. Ela reconhece a legitimidade de tal separação, tendo em vista a proteção que assegurava ao jornalismo diante de pressões externas. Sintoma disso é a dificuldade de muitos jornalistas, de acordo com ela, não se identificarem com áreas como marketing, publicidade, desenvolvimento de negócios, estratégia, análise, atendimento ao cliente ou até mesmo desenvolvimento de produto. Para eles, suas funções atinam-se claramente com um atributo: fazer jornalismo produzindo notícia, o que, em tese, não guardaria relações com nenhuma das competências exigidas para o exercício das demais áreas.

Acrescenta a executiva que a palavra “receita” passa a ser cada vez mais ouvida nas redações. Jornalistas estão cada vez mais familiarizados com termos que antes lhes eram alienígenas. Expressões como “crescimento digital”, “engajamento” e “desenvolvimento de produto” dia a dia incorporam-se ao trabalho das redações, integrando os resultados a serem por ela atingidos.

Estratégias de marketing e alinhamento com demais áreas da empresa são chave para atingir essas finalidades. “Editores e repórteres [... estão] despertando para os méritos de todas essas outras alavancas de impacto e engajamento que eles nunca souberam que poderiam acessar”, afirma Kaplan (2018, não paginado), adicionando que isso tudo é possível “através daquele colega que eles sempre veem no elevador, mas nunca souberam o que ele faz”.

Exemplo de como esse esquema de colaboração e convivência das redações com outras áreas pode ajudar as companhias é o do *The Washington Post*, notadamente após o processo de aquisição por Jeff Bezos, CEO da Amazon.

Desde 2014, o jornal oferece às empresas jornalísticas de publicação impressa um conjunto de ferramentas destinado ao uso de editores e redatores de notícias que, antes, era de manipulação exclusiva do *Post*. Denominado Arc Publishing, o serviço se assemelha ao WordPress, mas é particularizado às necessidades de jornais.

Los Angeles Times, *The Globe and Mail*, *New Zealand Herald* e outros jornais de menor porte, como *Alaska Dispatch News* e *Willamette Week*, são algumas das empresas que contrataram o serviço do *Post*.

Como resultado, alguns dos clientes dessa ferramenta turbinaram o número de leitores em seus *sites*, potencializado a produção de notícias. Conforme Scot Gillespie, vice-presidente de Tecnologia do *The Washington Post*, relatou ao Fast Company, ao se desvencilharem da criação de ferramentas de publicação e de hospedagem de *sites*, “as empresas de mídia podem se concentrar no jornalismo em si, e não nos requisitos técnicos para colocá-lo na frente dos leitores”. Segundo ele, a proposta da Arc é: “deixe-nos executar o CMS [sistema de gerenciamento de conteúdo] para você, e ver o melhor jeito de fazer circular esse conteúdo. Você se concentra na diferenciação [do seu produto]”¹.

Para o *Post*, a receita adicional com a venda do Arc pode chegar à casa dos US\$ 100 milhões (MCCRACKEN, 2017). O sucesso desse negócio foi possível graças ao aumento da convivência do time de tecnologia do jornal com os jornalistas dentro das redações. Em virtude da sintonia criada entre essas áreas, o Arc pode ser aperfeiçoado vez a vez, não unicamente pela ótica de um engenheiro de *software*, mas também pelos adendos de quem faz uso intenso da tecnologia – no caso, os jornalistas do *Post*, que ajudaram a tornar o produto palatável ao mercado.

Na sede do *Post*, em Washington, D.C., “porque o pessoal de tecnologia, repórteres e editores costumam se sentar lado a lado, às vezes podemos identificar as necessidades com menos formalidades”, explica [Jeremy] Gilbert, [diretor de iniciativas

estratégicas do *Post*]. “Um tecnólogo pode ver quando um repórter ou editor está tendo problemas com algo e, por isso, nem sempre é preciso ‘registrar uma reclamação’, ‘enviar um e-mail para um local anônimo’”. Por exemplo, quando os membros da equipe editorial perguntavam se era possível para o site do *Post* disponibilizar visualização de vídeos com um clipe em movimento em vez de uma foto estática, um desenvolvedor de vídeo criou rapidamente uma ferramenta para permitir que editores criassem snippets. “Nós vemos uma taxa de cliques muito maior quando as pessoas usam esses GIFs animados do que quando usaram as imagens estáticas de antes”, diz Gilbert. Produto criado por uma empresa jornalística nativa fornece mais soluções em termos de assertividades (MCCRACKEN, 2017, não paginado).

Metodologia de pesquisa

Este estudo tem o objetivo geral de entender a visão do jornalista sobre as movimentações de fusões e aquisições na indústria informativa. Especificamente, concentraram-se esforços na busca pela compreensão, do ponto de vista dos pesquisados, de como as F&A podem pavimentar caminhos para novos processos dentro das organizações jornalísticas, quais sejam: oportunidades de explorar novos mercados, aumento de competitividade, incremento de capacidades, desenvolvimento de uma nova lógica de gestão, mudança de mentalidade do jornalista e importância das F&A para a sustentabilidade das empresas informativas.

¹ Disponível em: <https://www.fastcompany.com/40495770/the-washington-post-is-a-software-company-now>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Para coletar dados e informações necessários, o pesquisador utilizou métodos quantitativos. Estruturou-se, para isso, um conjunto de afirmações emolduradas no formato de escala Likert, que objetiva aferir o nível de concordância do pesquisado em relação à sentença que lhe fora apresentada. Consiste em um conjunto de itens apresentado em forma de afirmações, ante os quais se pede ao sujeito que externar sua reação, escolhendo um dos cinco ou sete pontos de uma escala. A cada ponto, associa-se um valor numérico. Assim, o sujeito obtém uma pontuação para cada item, e o somatório desses valores (pontos) indicará sua atitude favorável ou desfavorável em relação ao objeto ou representação simbólica que está sendo medida (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

As afirmações visam qualificar de forma positiva ou negativa o objeto medido, devendo expressar uma lógica apenas entre um sujeito e um complemento. Os pontos da escala partirão de 1 e irão até 5, cada um equivalente a uma gradação de aderência do respondente à sentença, sendo: 1 – discordo totalmente; 2 – discordo parcialmente; 3 – nem discordo, nem concordo; 4 – concordo parcialmente; e 5 – concordo completamente.

A escala foi aplicada de forma autoadministrada pelo respondente – ele mesmo lê as sentenças e assinala seu grau de concordância em relação a elas. Envios por e-mail e disponibilização da pesquisa em redes sociais (Facebook e LinkedIn) foram os canais utilizados para a coleta dos dados. A coleta foi feita durante 30 dias no mês de outubro de 2018.

Para a construção das inferências da Likert, recorreu-se ao conjunto teórico vindo da revisão de literatura, inserindo-os nas em

categorias de análise emergidas do conteúdo, quais sejam: tensões em F&A, oportunidades de F&A e nova mentalidade potencialmente emergida de F&A. O Apêndice 1 desta pesquisa traz as inferências apresentadas aos respondentes, devidamente categorizadas em suas unidades de análise, bem como suas correlações com os autores apresentados na revisão de literatura.

As respostas dos jornalistas foram colhidas via questionário disponibilizado na internet, em grupos de redes sociais com membros jornalistas. A intenção da pesquisa também foi divulgada por veículos especializados em comunicação direta com jornalistas. O próprio pesquisador enviou o questionário diretamente a jornalistas, e estes tiveram a liberdade de encaminhá-lo a colegas de redação.

O recorte territorial escolhido para validação da amostra foi a cidade de São Paulo e os municípios da Grande São Paulo e do litoral paulista. Isso se justifica porque, nessa região, encontra-se a imensa parte das redações dos maiores veículos de imprensa do Brasil.

Obtidas as respostas da *survey*, fez-se uma análise descritiva dos resultados, destacando achados preponderantes para os fins desta pesquisa, bem como inferências estatísticas por meio de análises de correlação entre respostas.

Análise da amostra

Foram recebidas 93 respostas, das quais 100% são de jornalistas. Do total de

peças que responderam, 88,2% atuavam, no momento em que respondiam à *survey*, como jornalistas. A maioria tem entre 26 e 35 anos de idade (39,8%), seguida pelos de faixa etária entre 36 e 45 anos (20,4%). Os respondentes estavam todos dentro do recorte territorial estabelecido pela metodologia.

Entre as funções que exercem, redação (43%), reportagem (39,8%), edição (37,6%) e mídias sociais (31,2%) são as que mais aparecem. Ocupavam cargos de gestão no momento em que responderam à pesquisa 23,7% dos jornalistas. A somatória dessas competências é superior a 100% em razão de os respondentes terem assinalado mais de uma função – podendo ser profissional de audiovisual e de mídias sociais ao mesmo tempo, por exemplo.

Em relação a ter ou não vivenciado processos de fusões e aquisições ao longo de suas carreiras, 63% da amostra diz já ter participado de operações como essas, seja em empresas que compraram outras ou em companhias que foram adquiridas. Dos que participaram de F&A, 60,3% afirmam que a experiência foi positiva;

29,3% dizem ter sido neutra (nem positiva, nem negativa); e, para 10,4%, o processo foi negativo.

Discussão de resultados

Tensões em F&A

Quando jornalistas ouvem a respeito de F&A, o primeiro aspecto que lhes vem à mente não é, necessariamente, algo danoso a eles ou a suas empresas. “Criação de novas competências” (68,5%) é o atributo que mais comumente é apresentado como consequências de F&A, seguido por “demissões” (35,9%) e por “aumento de competitividade” (35,9%), conforme Figura 1.

Para a maioria dos pesquisados, processos de F&A demandam novas competências de jornalistas, perfazendo uma média de 4,57 de concordância. Essa, por sinal, é a afirmação com maior adesão entre todas as demais da pesquisa.

[Figura 1]
Percepção sobre processos de F&A



Para a maioria dos jornalistas, a linha editorial do veículo adquirido sofrerá modificações para atender aos interesses da compradora. A média geral é de 4,36, com desvio-padrão entre as respostas de apenas 0,74 – ou seja, a convergência tende a ser acentuada.

Por parte da redação, a recepção a essas mudanças pode ser menos conflituosa, uma vez que os jornalistas acreditam ser possível readequar a linha editorial do veículo para atender aos interesses da empresa compradora e, ainda assim, preservar a qualidade da informação fornecida ao consumidor. A média geral de adesão a essa ideia é de 4,09.

Nesse aspecto, isolando-se da amostra apenas aqueles jornalistas que tiveram experiência prévia em F&A, percebe-se uma considerável diferença. Aqueles que tiveram vivência positiva em F&A concordam mais (média de 4,37) que é possível mudar diretriz editorial e manter qualidade do jornalismo. Quem teve experiência negativa, por sua vez, fica neutro (média de 3), distante também de quem nunca vivenciou F&A (média 4,03).

Alinhada à expectativa de criação de novas competências em decorrência de processos de F&A, jornalistas acreditam que é, sim, possível a eles contribuir com a geração de receitas para a empresa por meio de uma visão que abranja não apenas o apelo social do jornalismo, mas também a necessidade de obtenção de lucro (Figura 3). A média geral performada com as respostas a essa afirmativa é de 3,97.

Isolada a amostra apenas com profissionais que já passaram por F&A, aqueles com experiência positiva destoam, concordando

mais com essa premissa (média 4,31), ligeiramente acima daqueles que tiveram experiência negativa (média 3,17).

Exemplo de como essa colaboração pode ser dada é visto no Washington Post, em que a redação acabou envolvida no processo de aperfeiçoamento da ferramenta de CMS Arc, comercializada a diversos outros jornais e cujas receitas podem alcançar US\$ 100 milhões. O impulso mais veemente a essa pivotada foi dado justamente após a aquisição do jornal por Jeff Bezos.

Para os jornalistas pesquisados, esse tipo de simbiose entre atividades jornalísticas e atividades voltadas à obtenção de resultados financeiros não é danoso à profissão – pelo menos para 54,3% da amostra, que diz concordar total ou parcialmente com essa premissa.

Esse engajamento para além de funções tipicamente jornalísticas pode ser resultante de outra constatação desta pesquisa: a de que 75% dos pesquisados discordam total ou parcialmente de que não cabe ao jornalista se preocupar com a situação financeira de sua empresa.

Oportunidades em F&A

A maioria dos jornalistas pesquisados concorda que operações de aquisições são alternativas para que companhias jornalísticas obtenham mais recursos e façam mais investimentos em diversas frentes essenciais para se modernizar. Cerca de 90% da amostra concorda total ou parcialmente com essa ideia; 8,7% ficou neutra; e apenas 2% discorda parcialmente dessa premissa. Ninguém discordou totalmente. Cumpre frisar que essa asserção é a segunda mais aderente quando se considera a média geral entre todas as

demais assertivas apresentadas aos respondentes (4,40).

Quando se fala de aquisição de novas competências úteis ao jornalismo, tais quais design, tecnologia, desenvolvimento de aplicativos, UX, CMS, entre outros, os pesquisados também concordam que recorrer a F&A é mais viável para obtê-las do que tentar criá-las internamente. Cerca de 80% da amostra concorda total ou parcialmente com essa possibilidade; 7,6% ficou neutra; e 13% disse discordar total ou parcialmente.

Nova mentalidade

Quando se observa a média geral decrescente das respostas obtidas, percebe-se que uma nova lógica de cultura organizacional parece permear, ainda que de soslaio, a consciência dos jornalistas. A “saudade dos velhos bons tempos”, como se refere Wiik (2010) – em que a redação parecia desfrutar de caráter quase totêmico –, começa a dar lugar para consciência mais atenta a questões que extrapolam a realidade jornalística nas empresas.

Jornalistas concordam parcialmente com a ideia de que é possível a ele contribuir a geração de receita por meio de uma visão que abranja simultaneamente a preservação da qualidade jornalística.

Essa percepção é especialmente importante quando retratada no contexto de operações de F&A, em que, comumente, se inicia um processo de adaptação a nova cultura, de modo a incrementar competências e impulsionar ganhos de mercado.

Como, no Brasil, operações de F&A ainda não são tão disseminadas quando

em outras economias, pode-se deduzir que, em um eventual cenário em que essas operações se iniciem com mais vigor, os profissionais que passarão por elas o farão já com espírito mais receptivo a mudanças.

Interessante notar, também, que, na média (2,86), a função social do jornalismo tende a ser elemento neutro nas operações de F&A; isto é, para os jornalistas, o propalado valor cívico da atividade e sua destinação ao serviço da sociedade podem não ter impactos relevantes, em suas visões, para a realização de negócios de F&A.

Contrariando o que presume parte dos autores presentes na revisão bibliográfica, 65,2% dos jornalistas discordam total ou parcialmente da possibilidade de a qualidade do produto jornalístico ficar em segundo plano em processos de F&A. A média geral performada foi de 2,27.

Na média geral (2,0), os jornalistas também discordam parcialmente de que não lhes cabe preocupar-se com a situação financeira de suas empresas. De acordo com os percentuais obtidos, 48,9% discorda totalmente dessa premissa, e 26,1%, parcialmente. Essa visão denota uma evolução de pensamentos mais ortodoxos, os quais sustentam que, ao jornalista, cabe focar apenas em sua atividade-fim. Logo, se o que exerce em seu dia a dia tem ou não repercussão positiva ou negativa no resto da companhia, pouco teria de importar-lhe.

Quando se considera o índice de correlação entre respostas, alguns se destacam. A correlação é uma medida de associação estatística entre duas variáveis, com uma faixa de variação entre -1 e 1; ou seja, negativa ou positiva. Correlações (em módulo)

entre 0.00 e 0.30 são consideradas baixas, entre 0.30 e 0.70 médias e altas acima de 0.70. Cabe ressaltar que existe possibilidade de correlação alta sem que haja necessariamente relação de causa e efeito entre as variáveis.

É caso, por exemplo, da correlação negativa (-0,69) existente entre as afirmativas “Não cabe ao jornalista se preocupar a situação financeira de sua empresa” e “É possível ao jornalista contribuir com a geração de receitas para a empresa por meio de uma visão que abranja não apenas o apelo social do jornalismo, mas, também, a necessidade de obtenção de lucro”. Isso pode indicar que quanto mais os jornalistas discordam do primeiro asserto, mais tendem a concordar com o segundo.

Há, também, uma correlação positiva (0,49) entre as sentenças “Não cabe ao jornalista se preocupar a situação financeira de sua empresa” e “Misturar as atividades do jornalismo com outras voltadas à obtenção de resultados financeiros da empresa é danoso à profissão”. Pode-se inferir que, em média intensidade, quanto mais os jornalistas concordam com a primeira afirmativa, mais concordarão com a segunda. Em suma, quanto mais os respondentes acham que misturar atividades jornalísticas com práticas geradoras de receitas não é maléfico, mais acham que lhes cabem, sim, se preocupar com a saúde financeira de suas empresas.

Essas correlações reforçam a percepção de que as redações não estão mais alheias à realidade global de suas empresas. Ainda, evidencia que há, sim, disposição por parte desses profissionais para colaborar com a geração de receitas para além do viés social de suas funções.

Interessante correlação negativa (-0,65) também existe entre a afirmação de que misturar atividades do jornalismo com outras voltadas à obtenção de resultados financeiros da empresa é danoso à profissão e aquela que preconiza que é possível ao jornalista contribuir com a geração de receitas para sua empresa, abrangendo visão vá além das funções sociais de sua atividade. Isso sinaliza potencial associação de que quanto mais os jornalistas discordam da primeira, mais concordam com a segunda. Em suma, enquanto acreditam não ser nocivo à profissão misturar jornalismo e negócios, também creem que podem, eles mesmos, serem fontes de geração de receitas.

Há, também, correlação negativa (-0,43) entre a premissa de que é ruim ao jornalismo misturar práticas editoriais e ações voltadas à geração de receitas e a afirmação de que é possível readequar a linha editorial do veículo adquirido de modo a atender aos interesses da empresa compradora e, ainda assim, preservar a qualidade editorial. Quanto mais discordam da primeira sentença, mais concordam com a segunda. Esta última afirmação, por sinal, também tem correlação negativa (-0,40) com aquela que isenta o jornalista das preocupações financeiras de sua empresa. Em tese, quanto mais concordam com a hipótese de que é possível fazer mudanças editoriais, manter a qualidade jornalística e atender à compradora, mais discordam de que não cabe ao jornalista preocupar-se com as finanças da companhia.

Em cenários de F&A, essa sinalização é fundamentalmente favorável à empresa resultante do processo de aquisição. Se os jornalistas estão abertos à possibilidade de incorporar a seus afazeres atividades que vão além das editoriais para suportar

eventuais ações de obtenção de receita, e, ao mesmo tempo, acreditam que mudanças editoriais podem ser efetuadas respeitando a qualidade do produto, abre-se, assim, margem para a exploração de meios, formatos, empacotamentos, linguagens, iniciativas tipicamente digitais (gamificação, por exemplo) e mais uma sorte empreendimentos que possa unir diferentes padrões editoriais e, com eles, ganhos financeiros.

Considerações finais

Está mais do que evidente que o modelo tradicional de negócio jornalístico precisa ser repensado. Não basta restringir as mudanças em formatos, empacotamentos e linguagens do produto em si. Há, também, de se revisitar a cultura organizacional das empresas e entender como isso tudo pode ser recebido pelos jornalistas.

Uma das alternativas para fazer frente a esse cenário, conforme se viu ao longo deste estudo, é que as organizações jornalísticas volvam seus olhos a oportunidades potenciais trazidas pelos movimentos de F&A.

Felizmente, conforme apurado pelos resultados desta pesquisa, o jornalista brasileiro tende a ser favorável às F&A na indústria jornalística, com certas restrições comuns a alguns autores da pesquisa – principalmente no que se refere à preservação do interesse jornalístico mediante a pressões de outras ordens. Espirar essa percepção à identidade profissional de outros países, como Portugal, não seria exagero algum, uma vez que, como comprova a

revisão de literatura, as lutas identitárias desses profissionais foram forjadas em matrizes que são comuns à atividade em diversos países.

As principais tensões identificadas no campo da F&A dizem respeito à preservação do papel do jornalista como agente social e sua liberdade intrínseca. Os jornalistas do *The Washington Post*, por exemplo, não ficaram menos livres ou deixaram de prestar serviços relevantes à atividade porque participaram da concepção de um novo produto/serviço da companhia, o Arc Publishing. Em vez disso, tanto a empresa saiu ganhando com o incremento de receita como a própria redação, que passou a ter convivência com áreas que, antes da aquisição pelo CEO da Amazon, lhe eram distantes. Não há, em suma, sinalização de obstáculos intransponíveis ao florescimento de F&A.

É positivo, também, notar que os jornalistas têm ciência de que esses processos podem ser oportunidades para mais investimentos, para aquisição de competências e para o aprimoramento do produto jornalístico. Ou seja, esses profissionais concordam que é mais viável recorrer ao caminho das F&A para angariar expertises e recursos (tecnológicos, humanos, financeiros) do que tentar criá-los organicamente. Essa premissa se alinha ao que os autores em Administração Estratégica elencados nesta pesquisa afirmam: F&A pode ser atalho para aquilatar produtos e serviços e ganhar novos mercados.

Por fim, cumpre destacar que os jornalistas pesquisados parecem estar abertos a negociar com outras demandas que, até há pouco, lhe eram estranhas, tais como a visão orientada para o negócio, preocupação com salubridade financeira, visão

empreendedora e disponibilidade para cooperação comercial com outras áreas.

Esta pesquisa espera ter contribuído para ampliar essa visão, evidenciando que jornalistas estão em sintonia com as necessidades que orbitam em torno da nova economia da informação.

Algumas limitações foram encontradas ao longo deste trabalho, como o recorte territorial escolhido. Nada, porém, que comprometa a substancialidade dos resultados obtidos.

Este estudo, que de maneira alguma ambiciona esgotar o assunto, também espera ter contribuído com o necessário debate acerca da readequação da indústria jornalística e dos meios para alcançar esse intento. Como restou evidente que jornalistas não são mais ilhas dentro de suas empresas, conceber estratégias que os atraiam para pensar esse novo mundo sob o prisma de visão orientada para o negócio se torna cada dia mais factível.

Academicamente, este trabalho vislumbra incrementar os estudos de *media management*, campo cuja potencialidade de exploração se mostra extremamente fértil. Com essa multidisciplinaridade da pesquisa, unindo campos da estratégia, da gestão e do jornalismo, também se avança no pensamento sobre o fazer jornalístico aproximado de outras áreas do conhecimento.

Outras pesquisas que possam ampliar o horizonte deste trabalho – com robustecimento estatístico de amostra, hipóteses acerca da decisão em investimento em empresas jornalísticas após F&A, entre outros – serão bem-vindas. ■

[LEANDRO VIEIRA]

Mestre em Produção Jornalística e Mercado pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo.
E-mail: leandrovieira.40@gmail.com

[FABIANO RODRIGUES]

Doutor em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Mestre em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica (POLI-USP) e Engenheiro de Produção pela POLI-USP. *Head* do Centro de Gestão e Transformação de Negócios da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-ADM). Docente na graduação e no Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo da ESPM e na pós-graduação da Fundação Instituto de Administração (FIA-USP). Pesquisador do Núcleo Decide da FEA-USP, grupo de pesquisa sobre Teoria e Análise de Decisão.
E-mail: frodrigues@espm.br

Referências

ANDERSON, Chris W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 51, p. 30-89, abr./jun. 2013.

ANDERSSON, Ulrika; WIJK, Jenny. News demands on editorial leadership: perceived changes in Swedish newspaper management. **Observatorio**, Lisboa, v. 8, n. 2, 1-16, 2014.

BELL, Emily; OWEN, Taylor. A imprensa nas plataformas. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 20, p. 48-83, jul./dez. 2017.

BENDER, Ruth; WARD, Keith. **Corporate financial strategy**. 2. ed. Oxford, UK: Butterworth-Heinemann, 2005.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.

CASO Time-Life. 1962/1971. **Memória Globo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://globo/2ZbCyEb>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTRO, Denise Maria Fanhani de. **Criação de valor em fusões e aquisições**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CONHEÇA a história da Agência Estado. **Estadão**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/34IQXJn>. Acesso em 10 mar. 2019.

CRUSOÉ. Equipe. **Crusoé: uma ilha no jornalismo**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/35AqyhU>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEUZE, Mark. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, Thousand Oaks, v. 6, p. 442-464, 2005.

DUARTE, Roberto Gonzales; SAYÃO, Anna Carolina Maia; TANURE, Betania. Mudanças na cultura pós-aquisição: o caso da Empresa Alfa. **In: ENCONTRO DA ANPAD**, 30., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Anpad, 2006.

DUCHESI, Peter; BISWAS, Rita. Value creation in publishing industry: the impact of acquiring IT services firms between 2002 and 2007. **The International Journal of Media Management**, Abingdon, v. 15, p. 211-218, 2013.

EVETTS, Julia. **The management of professionalism: a contemporary paradox**. London: School of Sociology and Social Policy University of Nottingham, 2005.

GRUPO GLOBO adquire controle do jornal “Valor Econômico”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2PE6AgU>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HÁ VINTE ANOS, Grupo Estado entrava na era da internet. **Estadão**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2S8xkrl>. Acesso em: 10 mar. 2019.

HITT, Michael; IRELAND, Duane; HOSKISSON, Robert. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

HITT, Michael; IRELAND, Duane; HOSKISSON, Robert. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KAHIL, Gustavo. XP Investimentos compra portal financeiro InfoMoney. **Exame**, 8 set. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2s5nFHj>. Acesso em: 10 mar. 2019.

KAPLAN, Renée. Our future could lie within our own organizations. **NiemanLab**, Cambridge, MA, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2E8w27B>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LINHA do tempo. **Band.com**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2PCU7K1>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LOZANO, José-Carlos. Conglomerados de mídia e fluxos audiovisuais na América Latina. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, p. 91-121, nov. 2005.

LUTZ, Ashley. These 6 corporations control 90% of the media in America. **Business Insider**, New York, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2MbI9oK>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MCCRACKEN, Harry. The Washington Post is a company software now. **Fast Company**, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://bit.ly/34Hmwmt>. Acesso em: 10 jan. 2019.

METRO JORNAL: sobre a mídia. **Meio & Mensagem**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2Sb5RoS>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MOLLA, Rani; KAFKA, Peter. Here's who owns everything in Big Media today. **Vox**, Washington, DC, 18 jun. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2Q6VWho>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PICARD, Robert. Commercialism and newspaper quality. **Newspaper Research Journal**, Thousand Oaks, v. 25, p. 54-65, 2004.

PICARD, Robert. Why journalists deserve low pay. **Reuters Institute**, Oxford, UK, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/34CCFK0>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SANT'ANNA, Lourival. O destino do jornal. **Revista UFG**, Goiânia, n. 5, p. 9-15, dez. 2008.

SCARDOELLI, Anderson. Exclusivo: Veja perde editor executivo para O Antagonista. **Comunique-se**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2s2VI2X> /. Acesso em: 10 mar. 2019.

SCIARRETTA, Toni. Polêmica e direta, consultoria cresce apesar de seus antagonistas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2Mb9ffO>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SIEGERT, Gabriele; GERTH, Matthias; RADEMACHER, Patrick. Brand identity-driven decision making by journalists and media managers: The MBAC Model as theoretical framework. **The International Journal on Media Management**, Thousand Oaks, v. 13, p. 53-70, 2011.

TOGNOLLI, Claudio. **Mídias, máfias e rock'n'roll**: bastidores do jornalismo e outros segredos indispensáveis para estudantes, profissionais e leitores. São Paulo: Clara, 2007.

VIEIRA, Leandro. **Fusões e aquisições na indústria jornalística brasileira**: trade offs e visão do jornalista. 2019. Dissertação (Mestrado em Produção Jornalística e Mercado) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.

WIJK, Jenny. **Journalism in transition**: the professional identity of Swedish journalists. 2010. Thesis (Doctoral thesis for PhD degree) – Gothenburg University, Gothenburg, 2010.

Apêndice

Quadros com questões que compuseram a pesquisa, em formato de escala Likert direcionada aos jornalistas.

[Quadro 1]
Afirmações da categoria “Tensões em F&A”

CATEGORIA: TENSÕES		
Autor(es)	Objeto de análise	Afirmção
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Evetts (2005); Wiik (2010); Neveu (2006); Tognolli (2007).	A relevância com que é tratada a qualidade jornalística da empresa adquirida.	A qualidade do produto jornalístico tende a ficar em segundo plano em processos de fusões e aquisições.
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013).	Dilema: crescimento orgânico/crescimento via M&A.	Crescer organicamente é uma estratégia mais viável para a empresa jornalística, do ponto de vista de financeiro, do que realizar operações de F&A.
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013).	Dilema: crescimento orgânico/crescimento via M&A.	Crescer organicamente é uma estratégia mais viável para a empresa jornalística, do ponto de vista da qualidade editorial do produto, do que realizar operações de F&A.
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Evetts (2005); Wiik (2010); Neveu (2006); Tognolli (2007).	<i>Trade-off</i> entre função social do jornalismo e jornalismo como objeto de geração de lucro.	A função social do jornalismo é um obstáculo à realização de fusões e aquisições na indústria informativa.
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Evetts (2005); Wiik (2010); Neveu (2006); Tognolli (2007).	<i>Trade-off</i> de interesses das empresas envolvidas no que se refere ao tratamento editorial pós-aquisição.	A linha editorial do veículo adquirido, em um processo de aquisição, sofrerá alterações para atender a demandas da empresa compradora.
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Evetts (2005); Wiik (2010); Neveu (2006); Tognolli (2007).	<i>Trade-off</i> de interesses das empresas envolvidas no que se refere ao tratamento editorial pós-aquisição.	É possível readequar a linha editorial para atender aos interesses da empresa compradora e, ainda assim, preservar a qualidade da informação fornecida ao consumidor.
Wiik (2010); Deuze (2005); Neveu (2006); Picard (2004, 2009); Andersson e Wiik (2014).	<i>Trade-off</i> : jornalismo/ <i>business</i> .	Misturar as atividades do jornalismo com outras voltadas à obtenção de resultados financeiros da empresa é danoso à profissão.

[Quadro 2]
Afirmações da categoria “Oportunidades em F&A”

CATEGORIA: OPORTUNIDADES EM F&A		
Autor(es)	Objeto de análise	Afirmação
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).	Motivação de F&A por qualidade jornalística intrínseca.	A qualidade editorial das empresas jornalísticas do Brasil é atrativa para operações de fusões e aquisições.
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Castro (2010).	Motivação por potencial de geração de receita.	O potencial financeiro das empresas jornalísticas do Brasil é atrativo para operações de fusões e aquisições.
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Duchesi e Biswas (2013); Castro (2010).	F&A como forma de preencher lacunas de competência.	Para uma empresa jornalística, é mais viável recorrer às fusões e aquisições para adquirir novas competências úteis ao jornalismo (<i>design</i> , tecnologia, desenvolvedores de <i>apps</i> etc.) do que tentar criar essas expertises internamente (a partir de seus jornalistas, equipe de tecnologia, área comercial etc.).
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Castro (2010).	Motivação por potencial do mercado nacional aos olhos de <i>players</i> internacionais.	A indústria jornalística brasileira tem potencial para entrar na rota de investimentos internacionais.
Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Castro (2010).	F&A como meio de obtenção de capacidade de investimento para aprimoramento do produto jornalístico.	Operações de aquisições são alternativas para que companhias jornalísticas obtenham mais recursos e façam mais investimentos em diversas frentes essenciais para se modernizar.
Castro (2010); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).	Atratividade do mercado de jornalismo segmentado perante o <i>mainstream</i> da indústria de mídia.	<i>Startups</i> de jornalismo são frequentemente adquiridas por veículos maiores, visando ao aumento da capacidade de investimento (dos veículos maiores).
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011).	Visão do jornalista a respeito da sustentabilidade do negócio jornalístico.	A indústria jornalística é autossuficiente para encontrar alternativas de financiamento para suas atividades. Não precisa recorrer a fusões e aquisições para vislumbrar novas oportunidades.

[Quadro 3]
Afirmações da categoria “Nova mentalidade”

CATEGORIA: NOVA MENTALIDADE		
Autor(es)	Objeto de análise	Afirmção
Wiik (2010); Deuze (2005); Neveu (2006); Picard (2004, 2009); Andersson e Wiik (2014); Anderson, Bell e Shirky (2013).	Novas competências exigidas dos jornalistas depois de um processo de M&A.	Processos de fusão e aquisição demandam novas competências para os jornalistas envolvidos. Exemplo: visão orientada para o negócio e olhar mais abrangente sobre sua atividade e seus impactos (inclusive financeiros) na organização como um todo.
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, Ireland e Hoskisson (2011); Evetts (2005); Wiik (2010); Neveu (2006); Tognolli (2007).	<i>Trade-off</i> de interesses das empresas envolvidas no que se refere ao tratamento editorial pós-aquisição.	É possível readequar a linha editorial para atender aos interesses da empresa compradora e, ainda assim, preservar a qualidade da informação fornecida ao consumidor.
Wiik (2010); Deuze (2005); Neveu (2006); Picard (2004, 2009); Andersson e Wiik (2014).	<i>Trade-off</i> : jornalismo/ <i>business</i> .	Misturar as atividades do jornalismo com outras voltadas à obtenção de resultados financeiros da empresa é danoso à profissão.
Wiik (2010); Deuze (2005); Neveu (2006); Picard (2004, 2009); Andersson e Wiik (2014); Anderson, Bell e Shirky (2013).	<i>Trade-off</i> : jornalismo/ <i>business</i> .	É possível ao jornalista contribuir com a geração de receitas para a empresa por meio de uma visão que abranja não apenas o apelo social do jornalismo, mas também a necessidade de obter lucro.
Wiik (2010); Deuze (2005); Neveu (2006); Picard (2004, 2009); Andersson e Wiik (2014); Anderson, Bell e Shirky (2013).	<i>Trade-off</i> : jornalismo/ <i>business</i> .	Não cabe ao jornalista se preocupar com a situação financeira de sua empresa.
Picard (2009); Anderson, Bell e Shirky (2013); Hitt, et. all (2011)	Visão do jornalista a respeito da sustentabilidade do negócio jornalístico	A indústria jornalística é autossuficiente para encontrar alternativas de financiamento para suas atividades. Não precisa recorrer a fusões e aquisições para vislumbrar novas oportunidades.

MESTRES DO
SABER ORAL:
A ESCUTA
POÉTICA DA FALA

[ARTIGO]

Edison Luís dos Santos

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo aborda o tema da memória como base do desenvolvimento das coletividades e dos indivíduos, operando na fronteira entre inclusão e exclusão, entre lembrança e esquecimento. A escuta sensível da fala pode ajudar-nos a restaurar o pensamento diante do inominável. A trama conceitual contempla o jogo de forças sociais, disputa de formas, possibilidades, arranjos e ordenamento do conhecimento, por meio de abordagem que perpassa pelo reconhecimento ontológico das bibliotecas vivas (*griôs*); por sua contribuição pedagógica na “produção compartilhada de saberes” como solução de demandas por apropriação de memórias e circulação social de informações. Por meio da escuta e convívio com os mestres, experimenta-se uma nova relação com o saber, voluntária e coletiva, cuja materialização se dá no fazer prático (*savoir-faire*) por meio do qual os sujeitos do conhecimento aprendem a se informar, a conhecer o que é saber e fazer colaborativamente.

Palavras-chave: Cultura. Memória. Tradição Oral. Educação. Direitos Humanos.

This paper addresses memory as the developmental basis of collectivities and individuals, operating on the frontier between inclusion and exclusion, remembering and forgetting. Sensitive listening to speech can help us restore thought when faced with what cannot be named. The conceptual net contemplates the complexities involving social forces, dispute of forms, possibilities, arrangements and ordering of knowledge, with use of an approach that permeates the ontological recognition of living libraries (*griôs*), for its pedagogical contribution in the “shared production of knowledge” as a solution of demands concerning the appropriation of memories and the social circulation of information. Through listening and socializing with the educators, a new relationship with knowledge can be observed that is voluntary and collective, whose materialization occurs in the practical doing (*savoir-faire*) through which the subjects of knowledge learn to inform, learn to know what it is to know, and what it is to know and act collaboratively.

Keywords: Culture. Memory. Oral Tradition. Education. Human Rights.

Este texto aborda el tema de la memoria como la base del desarrollo de colectividades y de individuos, operando en la frontera entre inclusión y exclusión, entre recordar y olvidar. La escucha sensible del habla puede ayudarnos a restaurar el pensamiento al innombrable. La trama conceptual contempla el juego de fuerzas sociales, disputas de formas, posibilidades, arreglos y ordenamiento del conocimiento, utilizando un enfoque que impregna el reconocimiento ontológico de las bibliotecas vivas (*griôs*); por su aporte pedagógico en la “producción compartida de conocimiento” como solución a las demandas de apropiación de recuerdos y circulación social de información. Al escuchar y socializar con los maestros, experimentamos una nueva relación con el conocimiento, voluntaria y colectiva, cuya materialización se produce en la práctica (*savoir-faire*) a través del cual los sujetos del conocimiento aprenden a informarse, aprenden a saber qué es saber y hacer en colaboración.

Palabras clave: Cultura. Memoria. Tradição Oral. Educación. Derechos Humanos.

Introdução: sobre o caráter deletério da memória

O sucessivo apagamento de memórias coletivas por intermédio da expropriação cultural e simbólica se opera mormente por civilizações em constantes lutas pela memória em que os vencedores quase sempre determinaram o que devia ser lembrado e o que deliberadamente deveria ser apagado da memória.

Somos hoje uma cultura que se consome em informação. Como decorrência dos infortúnios do pós-guerra, as nossas defesas foram destruídas, com a explosão de sons, textos e imagens sem sentido (refugos), excesso de informação sem filtros e o colapso causado pela perda da capacidade de memória. A deificação da tecnologia, em detrimento da experiência, afastou a humanidade dos significados da existência. Com o advento dos novos modos de viver, a invasão de dispositivos diferenciados de produção, guarda e transmissão de informações produziu mudanças contundentes que afetaram diferentes níveis da esfera global; condenou “saberes” da tradição oral ao esquecimento ou, quando muito, relegou-os à esfera do folclore, do popular, do nostálgico...

As artes da memória foram paulatinamente lançadas nas águas profundas e esquivas do esquecimento. Uma das razões do desaparecimento das artes da memória se deve à queda de sua estima, cujo interesse foi declinando lentamente ao longo da história:

Em boa parte por razões objetivas: rubricas, horários, fichários, guias, dicionários,

enciclopédias em ordem alfabética, manuais de todo gênero, excessos de papel e, mais tarde, bancos de dados, computadores, conexões entre computadores e bancos de dados tornaram supérflua e inútil a arte da memória. [...] ela sobrevive, como uma espécie de fóssil inútil (ROSSI, 2010, p. 66).

O apagamento da experiência

Com o advento dos novos modos de viver, a invasão de dispositivos diferenciados de produção, guarda e transmissão de informações e conhecimentos produziu mudanças contundentes que afetaram diferentes níveis da esfera global. O dilúvio informacional gerado pelo crescente desenvolvimento científico e tecnológico, aliado aos interesses de um mercado tirânico e um estado impotente (atualmente bem mais inábil, ignaro e incompetente), tem condenado os saberes e fazeres da tradição oral ao *esquecimento*, relegando-os à esfera do folclore, do popular, do nostálgico etc.

Na experiência dos mestres do saber oral, por exemplo, encontram-se sintetizadas as sucessivas incorporações de saberes e fazeres elaborados e reelaborados por gerações. A experiência está ligada a processos de acumulação de um saber interessado em valores construídos durante a existência, não se tratando de um saber especializado. Ao contrário, o conceito de “experiência” se refere ao saber elaborado pouco a pouco – feito e refeito –, ao longo da vida, pressupondo determinado contexto que também permita sua transmissão. Mesmo que uma cultura

esteja em franco processo de mudança, os vínculos com o passado ainda podem ser conservados por meio do contato com os mais velhos, especialmente nas sociedades que mantêm e valorizam a cultura oral. Existem sociedades orais nas quais o ancião é o maior bem social, ocupa um lugar privilegiado e sua voz é honrada¹. Sua fala atua como instrumento capaz de dar forma às realidades interiores, tanto quanto conectar outras realidades na relação entre os interlocutores com a experiência.

Luta pela memória na contemporaneidade

A memória está essencialmente na base do desenvolvimento das coletividades e dos indivíduos. Operando entre inclusão e exclusão – entre lembrança e esquecimento –, ao serem escolhidos os conteúdos e formas de expressão que deverão ser retidos e transmitidos, trava-se o que Le Goff (1984) denominou como “luta pela memória”. Tal “luta” resulta na reintrodução,

1 Uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhuma avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de tronco para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados, os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles perderam a experiência. Um velho que havia sido escondido pelo neto aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado (BOSI, 1994).

pela linguagem, do repertório das experiências humanas dos vários grupos sociais ao patrimônio simbólico. Sob esse enfoque, as memórias dos sujeitos podem constituir arsenal de força e resistência, “forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292). Malgrado as tentativas de relegar a memória e a experiência à condição de “fósseis intelectuais”, a transmissão de sistemas artificiais de memórias deixou vestígios e partículas de sabedoria que testemunham a existência de uma cadeia infinita que liga o contexto atual aos circuitos que o precederam. Ora, desse modo, cada indivíduo, cada grupo, comunidade, segmento, quer tornar público seus modos de ver e compreender o mundo – expressar-se – buscando escapar e contingenciar o peso da existência, da ingrata presença da morte que ameaça todos os seres.

Contudo os reflexos do caráter deletério da memória geraram rupturas entre as vivências individuais e o legado cultural construído e acumulado pela humanidade; e de tal forma preocupante que levou o filósofo Walter Benjamin, na década de 1930, a denunciar a instalação de uma nova espécie de barbárie dos tempos contemporâneos, advinda da miséria cultural provocada pelo desprezo às memórias e experiências individuais. No ensaio “Experiência e pobreza”, Walter Benjamin discute a problemática sociocultural implicada na crise da experiência no mundo contemporâneo.

Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem

nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1987, p. 114-119).

O fato de as histórias humanas (memórias, relatos, experiências, testemunhos) não encontrarem meios de circulação no todo social, submete as novas gerações ao abandono, à própria sorte, por se encontrarem privadas de referências “sensíveis”, sem contato com experiências² que as ajudem a conhecer e a se inserir no mundo.

Na maioria das comunidades de matriz africana no Brasil, as mulheres são lideranças que tomam a maior parte das decisões do dia a dia, já as mulheres mais velhas são as que acumulam saber e conhecimento – por isso geralmente são requisitadas pelos membros da comunidade – constituem uma referência estrutural na existência e manutenção do espaço da tradição oral. Não há muito tempo, as “conversas” faziam parte da esfera do cotidiano. Quando os espaços públicos (rua, escola, igreja, feiras, festas comunitárias etc.) constituíam extensões dos circuitos privados das relações interpessoais, os grupos sociais estavam mais expostos uns aos outros, criando redes espontâneas de ensino-aprendizagem. Nessas redes tecidas na esfera do cotidiano, a inclusão de conhecimentos e saberes capazes de

² Walter Benjamin fala sobre o rompimento dos vínculos com o passado e a atual situação de miséria em que vivemos, configurada, segundo ele, pela “subtração da experiência”.

“alimentar” o próprio grupo permitia que se aprendesse vivendo, ou seja, em situação real e cotidiana, trocando-se experiência e conhecimentos com os pares sociais.

Da “Gente viva”: a epistemologia do senso comum

De acordo com o projeto iluminista, as questões relacionadas à memória e à imaginação, por dedução, passaram a fazer parte do reino das sombras, ilusão e superstição, tendo sido preteridas por seu valor residual, contingente. Em outras palavras, para a “clareira da ciência” do século XVII, o conhecimento comum era o das crenças tradicionais (considerado superficial, ilusório e falso), de modo que tudo o que carecia de objetividade, tudo que não tinha método, enfim, tudo isso pertencia à esfera da vida cotidiana, da superficialidade dos saberes ordinários que brotam do *common sense*³.

Na contramão do discurso racionalista que subestima a “discursividade primordial do vivido” e ofende seriamente os valores da “ancestralidade” dos povos

³ O pensador napolitano Giambattista Vico (1668-1744) rejeitava o “apelo à autoconsciência” contido no *Cogito*, bem como o princípio que faz das ideias claras e distintas o critério universal da verdade. Para ele, o homem só conhece verdadeiramente aquilo que faz ou cria; contrapõe à razão cartesiana o *Engenho* – faculdade de descobrir o verossímil e o novo: “Onde Descartes dera ênfase à necessidade de ‘ideias claras e distintas’, Vico afirmava que o conhecimento aparentemente claro e distinto é um vício, não uma virtude do entendimento humano” (BURKE, 1997, p. 34).

tradicionais de matriz africana⁴, autores como Geertz e Maffesoli apontam novos horizontes de estudo a partir de uma reflexão sobre o caráter epistêmico do saber local. Embora tenha se tornado foco de maior atenção, a esfera do senso comum continua sendo um fenômeno desdenhado; ou seja, apesar de presumido, não costuma ser analisado, é pouco explorado. Clifford Geertz admite a dificuldade de formular as especificidades do senso comum, pois não existe um vocabulário já elaborado com o qual expressá-lo. De acordo com o autor, suas principais propriedades (um tanto ou quanto incomuns) são as seguintes: naturalidade, praticabilidade, leveza, não-metodicidade e acessibilidade (GEERTZ, 2014).

Em termos práticos, Geertz faz a seguinte comparação: “a religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade” (GEERTZ, 2014, p. 79). Já não podemos

negligenciar o caráter prático do “conhecimento comum”, que é um sistema constituído por tradições, ocupações, técnicas, interesses, pensamento cíclico. De acordo com Michel Maffesoli (2010, p. 16),

o conhecimento ordinário chama à baila a surpresa e o abalo que, há muito, instituem e constituem os fundamentos de toda obra de pensamento. Ele prepara as armas, polindo-as para sutis partidas de caça que, aqui e agora, dizem respeito ao que se vem procurando: a vida em seu eterno recomeço, a vida em sua dimensão eterna.

Sabemos da importância dos estudos de Roger Bastide, Darcy Ribeiro, Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo: desenvolveram pesquisas férteis e trabalhos etnográficos de observação e registro das diversas formas de vida sociocultural, as quais usualmente eram classificadas como “folclóricas” ou “populares”: alimentação, redes de dormir, jangada e jangadeiros, literatura oral, gestos, expressões cotidianas, superstições, práticas e crenças de feitiçaria, cachaça, vaqueiros e cantadores, festas populares, festas religiosas. Sobre a sabedoria prática e a imaginação do “senso comum”, Luís da Câmara Cascudo destaca o significado das relações entre memória e tradição, em seu livro *Tradição, ciência do povo*, uma reunião de investigações sobre a ciência (saberes e fazeres) da gente viva. Segundo ele, nessa obra quem fala é “o brasileiro dos sertões, cidades-velhas, e praias, sem constrangimento e disfarce”:

A memória é a imaginação do povo, mantida comunicável pela tradição, movimentando as culturas, convergidas para o uso, através do tempo. Essas

4 Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil recebeu aproximadamente cinco milhões de africanos e africanas, na condição de homens e mulheres escravizados: trouxeram para o país, além de sua força de trabalho, tecnologias agrícolas e de mineração, culturas, saberes, tradições e valores civilizatórios. Esses povos são originários de diversas regiões do continente africano que compreende os países de Angola, Congo, Moçambique, Benin, Togo, Gana, Guiné, Nigéria, Senegal, entre outros. A despeito de toda a violência do sistema escravista e do racismo pós-abolição, eles mantiveram vivas suas tradições e práticas culturais. Três grandes matrizes culturais – Yorùbá, Bantu e Ewé Fon – conseguiram preservar muito de suas cosmovisões e saberes tornando-os marcas indelévels na história e no modo de ser e viver brasileiros. Essas matrizes culturais se reelaboraram originando territórios tradicionais, com diversas denominações, de norte a sul do país (COSTA, 2014).

culturas constituem quase a civilização nos grupos humanos. Mas existe um patrimônio de observações que se tornam normas. Normas fixadas no costume, interpretando a mentalidade popular. [...] Não lhe sentimos a poderosa e onímoda influência como não percebemos a pressão atmosférica em função normal. Nem provocam atenção porque vivem no habitualismo quotidiano (CÂMARA CASCUDO, 1971, p. 9).

Na introdução da obra, o autor potiguar também faz questão de fazer referência ao método usado: “Não bibliotecas, mas convivência”. De antemão, adverte o leitor de que a tradição, entendida como “ciência do povo”, é caracterizada pela permanência, por ser quase intangível pelo tempo e por remeter, por meio de cada particular, ao Universal. As falas dos poetas e repentinistas populares são comumente marcadas por observações sutis; são impressões e expressões espontâneas que “fixam imagens sem idade, resultados de longos e obscuros processos de raciocínio, critérios-soluções, herdadas, indeformáveis, e reproduzidas íntegras [...]. Gestos, frases, que perderam explicações e resistem na velocidade anterior, quase sem os atritos do tempo” (CÂMARA CASCUDO, 1971, p. 10).

Mestres do saber: os donos da voz e do feitiço

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que

os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação (HALBWACHS, 2006, p. 142).

Os velhos mestres e griôs são personagens importantes que remetem à tradição oral da África negra, especialmente nas sociedades do Noroeste africano, em que a *oralidade* (e não a palavra escrita) é o principal meio de manutenção das culturas. Em vez do registro em livros e arquivos, é a circulação do conhecimento que garante que as culturas permaneçam vivas. De acordo com Amadou Hampâté Bâ (2010, p. 169), estudioso do tema,

A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.

A palavra *griô* tem sua origem em *bamanan* (língua do Noroeste da África, antigo Império do Mali) e significa “o sangue que circula”. Conforme explica

Amadou Hampâté Bâ, os griôs são como trovadores ou menestréis, considerados agentes que dão continuidade à cadeia da transmissão oral, fazendo circular os saberes tradicionais. Existem várias categorias de mestres griôs. Eles podem ser músicos, adivinhos, contadores de história, “embaixadores”, que atuam na mediação de conflitos entre as famílias nobres, e poetas, historiadores ou genealogistas que percorrem os países para descobrir e contar as origens dos troncos familiares. Nessa categoria, também podemos incluir um rol de mestres capoeiristas, antigos e atuais, como corresponsáveis pelas lutas e conquistas de reconhecimento da cultura negra no Brasil.

Na verdade, o termo griô é universalizante, porque é um abasileiramento do termo *griot* que, por sua vez, define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra *creole*, ou seja, crioulo, a língua geral dos negros na diáspora africana; uma recriação do termo “gritadores”, reinventado pelos portugueses quando viam griôs gritando em praça pública. Também foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam em língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo “griô” tem origem em músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, no qual o livro não tem papel social prioritário,

que guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país⁵.

Em “A tradição viva”, capítulo de especial interesse para a compreensão da tradição oral, justamente porque produzido por um *insider*, “de dentro” da tradição, Hampaté Bâ explica que, nas sociedades tradicionais africanas, existe forte ligação entre o homem e a palavra. O homem é a palavra que profere. A coesão social repousa no valor e no respeito pela palavra. A palavra falada tem valor moral e caráter sagrado devido à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. A fala materializa as vibrações das forças vitais. No universo, tudo fala! A fala pode ser vista, ouvida, cheirada, saboreada, tocada. A tradição oral, que se constrói sobre a concepção da palavra como sacralidade, não se limita ao *corpus* de histórias e lendas ou de relatos mitológicos e históricos. São histórias, mitos e lendas que se tornam conhecimento vivo e de enorme eficácia pedagógica na vida das comunidades, abrangendo a totalidade de sua existência:

5 Em África, existem termos distintos em cada grupo étnico: *Dioma, Dieli, Funa, Rafuma, Baba, Mabadi*. Os povos originários do Brasil também reconhecem no termo griô a definição de um lugar social e político na comunidade para transmissão oral dos saberes e fazeres, exemplo dos Kaingang do Sul, dos Tupinambá das aldeias Tucum e Serra Negra (BA), e dos Pankararu de Pernambuco, dos Macuxi em Roraima e tantos outros que participam da Rede Ação Griô Nacional, incluindo Morubixabas, Kanhgág Kanhró etc. Vale dizer que o termo “griô” contempla todos. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/acao-grio-nacional/o-que-e-grio/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Na tradição africana, a fala, que tira do sagrado o seu poder criador e operativo, encontra-se em relação direta com a conservação ou com a ruptura da harmonia no homem e no mundo que o cerca. [...] Nas sociedades orais, não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra (BÂ, 2010, p. 168).

A conversa evocativa de um “ancião” ou “mestre da tradição oral” se caracteriza quase sempre por uma experiência profunda:

repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 1994, p. 82).

Com base no legado do saber ancestral, em diversas práticas da tradição oral o lugar físico (fixo) é imprescindível e permanente, mas algumas práticas constroem o lugar, ou seja, os elementos sagrados também se fazem lugares. Para o professor Milton Santos (2014, p. 270),

o lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da

diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa.

A ancestralidade não é desvinculada do corpo; este é um elemento importante para expressá-la. Pode-se, então, conceituar que o corpo também é seu lugar, sendo o principal instrumento de resistência das práticas de tradições orais⁶. Considera-se, pois, a possibilidade de levar na memória e no próprio corpo determinado inventário e tornar sagrada a prática, como “dádiva da presença” e matriz vital a perpetuar a tradição.

Pedagogia griô: direito à reinvenção da vida

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 é essencial para eliminar a desigualdade presente no sistema educacional brasileiro, pois alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.396/1996, e incluiu a obrigatoriedade do estudo da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes pública e privada do país. Está de acordo, portanto, com os princípios da Constituição de 1988 que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e

⁶ O sujeito epistêmico é o sujeito encarnado em um corpo: “o corpo é um lugar de apropriação do mundo, um conjunto de significações vivenciadas, um sistema de ações em direção ao mundo, aberto às situações reais, mas também virtuais. O corpo é o sujeito enquanto engajado no ‘movimento da existência’, enquanto ‘habitante do espaço e do tempo’” (MERLEAU-PONTY apud CHARLOT, 2000, p. 69).

culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

Em 2008, a LDB foi alterada pela Lei nº 11.645/2008, que também incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e da indígena. Com essas alterações, a instituição escolar foi concebida legalmente como espaço central na discussão e superação do racismo e de outras formas de discriminação. Nesse contexto foi concebida a “pedagogia griô”. Trata-se de uma prática pedagógica que convida a descobrir a imensa liberdade que é poder ser quem se é dentro da escola, ou seja, em vez de impor um saber como correto, opta por construir – sem limitações *a priori* – vias de saber que digam respeito diretamente às pessoas que, de fato, estão ali vivenciando o processo educativo com suas tradições culturais, seus saberes ancestrais, enfim, junto com suas famílias e, ao mesmo tempo, com seus interesses de conhecer outros mundos e outras realidades, de desenvolver o saber crítico sem com isso cortar suas raízes, sua identidade.

Em outros termos, para retomar uma expressão do Paulo Freire, significa abrir-se para “ser mais”, e não diminuir-se e submeter-se a um conhecimento externo, que provavelmente serve a outros grupos sociais, econômicos e políticos.

O que é invisível para uns é a escola da vida para outros. Nas capoeiras, candomblés, sambas-de-roda, torés, cirandas, nas escolas de samba, nas caminhadas de reis, nas mãos de rendeiras e parteiras, no encontro com griôs... Vemo-nos em rodas, rituais, coros e cantos ancestrais chamando para responder...

Cores e movimentos fluidos, seguros, quentes e leves como a água, a terra, o fogo e o ar. As idades e os gêneros juntos em caminhadas e conversas com todas as linguagens artísticas e afetivas da corporeidade humana. Contadores de histórias, heróis e mitos que dão sentido aos mistérios de cada idade da vida. O grupo como colo, ninho, família, comunidade e o princípio da partilha como economia. A palavra como poder divino e o universo como expressão, fala, forma, música e dança – da vida em evolução (PACHECO, 2006, p. 83).

O saber do Mestre Griô é um nome-síntese de trajetórias agregadoras, múltiplas, híbridas, mestiças e inovadoras do povo brasileiro. Esse saber não representa uma unidade cultural, ao contrário, expressa a diversidade de um povo que aprendeu a construir sua identidade com o Outro. O saber do Mestre Griô é um nome que age como uma metáfora de que o “eu” é sempre o resultado do diálogo com o “outro”, ou melhor, o eu é também o outro (LAZANEO et al., 2016).

O termo “griô” simboliza uma forte expressão tanto da valorização dos saberes orais oriundos dos recônditos rurais e das cidades do Brasil quanto da valorização do encontro entre a brasilidade e o mundo diverso que a compôs. Assim, o saber do griô está calcado na tradição oral, definida como um saber transmitido de geração em geração e que reinaugura a cada novo nascimento a reprodução de si própria. A tradição oral pode ser entendida como um saber que habita o corpo e que se expressa pelo contar histórias, pelo encantamento sonoro e por objetos que carregam uma longa historicidade (LAZANEO et al., 2016).

As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história por falta de documentos e fontes, mas sua riqueza “está fundamentalmente baseada no diálogo entre indivíduos e na comunicação entre comunidades ou grupos étnicos” (PACHECO, 2006, p. 41), e “os Griôs são os agentes ativos e naturais” das conversações que acontecem ao longo das gerações, nesse movimento de afirmação contínua da ancestralidade. Ou seja, a construção se faz por meio das histórias do seu povo no interior da rede de histórias dos povos. De um lado, a sabedoria do Mestre Griô reconhece que sua existência só foi possível graças aos antepassados que a criaram, por meio de um movimento dinâmico de culturas em frequente formação. Por outro, tal sabedoria expressa total entrega ao mundo de sua comunidade. Sua cultura é mais que sua casa, é sua habitação. Uma habitação reconstruída pelas narrativas dos Mestres Griôs, feita de lendas, mitos, origens e cosmologias locais, mas também de troca intensa, aprendizado e diálogo com outras histórias.

O saber do Mestre Griô é uma forma de definirmos tudo que nos é familiar, e é por meio das histórias dos mestres que os objetos da cultura adquirem vibração. Tambores, redes, tapetes, vasilhas, muzuás, artesanatos etc. adquirem vibração e vida graças às histórias (re)contadas pelos Mestres Griôs. Essa cultura que se reproduz sem capitalizar, ou seja, sem intencionar a dominação do tempo, tem seu grande fundamento na intenção de compartilhar vivências. Atua como um saber ainda não sabido pela escola, que reinaugura a arte de contar histórias como uma arte de moldar percursos e trilhas (LAZANEO et al., 2016)

O saber do Mestre Griô não é periférico, mas é o centro da espiral da cultura. O Mestre Griô revela o que há de mais vivo e ancestral no mundo, mas também socializa e atualiza para todos nós as tradições de seu povo. Não por acaso, na África os Mestres Griôs eram poupados de participar das guerras, pois, se morressem, não significaria a morte de uma pessoa, mas do fundamento de uma cultura. Em algumas regiões da África Ocidental, ao morrerem, os Mestres Griôs eram “enterrados” no interior das árvores (baobás, por exemplo), para que suas narrativas continuassem a fertilizar a cultura, assim como as folhas de uma árvore fazem com seu entorno.

O saber do Mestre Griô não é simplesmente uma voz elaborando uma *performance*⁷, mas um saber corporal, visual, sonoro e verbal que espirala a cultura. É a metáfora da abertura da brasilidade ao mundo e o simbólico da necessidade de inserção das culturas orais na educação. O saber do Griô é definido pela historicidade das trilhas e caminhos, que agem como transveredas culturais e é levado pelo desejo de compartilhar suas narrativas, promovendo o encontro com outras histórias e compondo um verdadeiro conhecimento partilhado. O saber do Mestre Griô é rede, laços que sobrepõem nações, culturas, corporeidades e que tem muito o que colaborar na educação e na cidadania brasileiras (LAZANEO et al., 2016).

Esse saber oral tem como primordial fundamento a intenção de compartilhar

7 “Performance é reconhecimento. A performance realiza, concretiza, faz passar algo que eu reconheço, da virtualidade à atualidade” (ZUMTHOR, 2000, p. 36).

vivências, que podem estar inscritas em diferentes contextos, nos rituais religiosos, nas festas, danças, musicalidade, rodas de capoeira, de samba, rodas de conversa etc.⁸ O sagrado está presente em toda a parte. Da preparação das comidas ao momento das celebrações, festejar juntos é reverenciar os antepassados e pertencer, portanto, a uma unidade comunitária com interesses comuns, um forte componente do sistema simbólico eficiente das culturas de tradição oral⁹.

Considerações finais

As várias modalidades de ensino tradicional, centradas na transmissão de informações pelo professor, estão cada vez mais em descrédito, superadas por novos modos de ensinar e aprender, sobretudo baseados em premissas que tomam o aprendiz

como sujeito, e não como simples objeto dos processos de conhecimento. Em face dos quadros histórico-culturais da contemporaneidade, o transmissivismo pedagógico vai perdendo o sentido e a centralidade que teve no passado, substituído por modalidades que têm os processos de construção de conhecimento como categoria organizadora da nova ordem pedagógica (SANTOS, 2012, p. 97-98).

Será preciso fomentar a construção de lugares de memória que promovam a “polifonia dos sentidos das coisas”, a multiplicidade de visões de mundo e o respeito às diferenças culturais (étnica, social, linguística, ideológica, de gênero, credo, orientação sexual etc.). Não se trata apenas de assimilar objetos, sinais, imagens e símbolos, tampouco de absorver valores externos sem qualquer filtro, mas de facilitar a leitura e a transformação do mundo: é o que a “educação para a informação” do futuro pode desempenhar em favor dos sujeitos.

O respeito às diferenças, à ecologia social e ao estatuto sociocultural dos sujeitos do saber é condição *sine qua non* para os processos de produção partilhada de saberes em territórios simbólicos diferenciados.

O que parece estar em jogo é a abertura para a compreensão dos valores, fazeres e saberes da tradição oral, por meio de uma postura metodológica que possa substituir o discurso *sobre* ela por um diálogo *com* ela, de tal modo que leve ao reconhecimento dos protagonistas sociais em sua dignidade e alteridade plenas – sem recair numa visão fetichizada e triunfalista da autenticidade popular –, e a formas mais descentradas, plurais e inclusivas de identidades coletivas. Nesse gesto de abertura para a diferença

⁸ Veja a entrevista de Sérgio Bairon, professor da Universidade de São Paulo (USP) que fala sobre a Lei Griô. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IuYfzkdFRqQ&feature=plcp>. Acesso em: 8 abr. 2018.

⁹ No universo da tradição oral, as referências são as práticas construídas em territórios simbólicos diferenciados: terreiros de candomblé, capoeiras, torés, sambas de roda, reisados, folias de Reis, cantos de trabalho, festas populares, literários dos cordelistas e repentistas, na ciência das parteiras, na habilidade das rendeiras, na antevisão dos pais e mães de santo, na brincadeira dos bonequeiros, na medicina dos curadores, das erveiras, benzedeadas e dos xamãs; no jongo, no congo, no cacuriá, no carimbó, na ciranda, no maracatu, no coco, no cavalo-marinho, no siriri; nas artes do circo, teatro de rua, mamulengo, catira, pastoril; na biblioteca viva dos contadores de histórias e em todas as artes integradas aos mitos e às ciências da cultura oral (PACHECO, 2015).

residiria a potência democrática de transformação das relações sociais pelo exercício da solidariedade, que tem no diálogo a forma mais absoluta de conhecimento da alteridade étnica e cultural. Assim já dizia Mário de Andrade (1984, p. 10): “Do fundo das imperfeições de tudo quanto o povo faz, vem uma força, uma necessidade que, em arte, equivale ao que é a fé em religião. Isso é que pode mudar o pouso das montanhas”¹⁰.

A prática dos mestres griôs integra uma espécie de fazer antropológico cujo saber ancestral prepara os participantes para um estado de prontidão, para as novas leituras do mundo, a recepção de informações legíveis no seu entorno, alimentando e ampliando o repertório para potencialmente criar autorias. A conversa trocada na roda, não escrita, tem o corpo como porta-voz, o que amplia a capacidade dos participantes de lerem melhor seus pares e a própria interação no jogo. Essas leituras “ágrafas” dão condições de se desenvolver cognitivamente e, o mais importante, formam o indivíduo, fazem-no sentir-se parte integrante de um grupo. Nesse sentido, toda roda de conversa é formadora, pois o aprendizado vai do “micro” ao “macro”, da família para a sociedade ou da roda para as relações sociais, num ressoar em ondas que não pode ser invertido. A hierarquia, o conhecimento e a sabedoria dos mais velhos são muito importantes para essa cultura e extrapolam o âmbito da memória.

As relações sociais em culturas de tradição oral são mais empáticas que

contratuais. As relações são vinculantes porque são relações de afeto, são guiadas por interesses comuns e gostos compartilhados, a exemplo das rodas de capoeira, rodas de conversa, rodas de samba e as giras (no idioma quimbundo *nijra*, caminho) dos terreiros de umbanda etc. Esses lugares de memória são o suporte territorial de comunidades litúrgicas no qual se afirma a cultura do antigo escravo africano diante da produção simbólica hegemônica e se apresenta como o lugar de materialização, construção e reconstrução do modo cultural negro-brasileiro ou afro-brasileiro.

Não existem barreiras suficientes para impedir as diversas expressões violentas de expropriação material e simbólica em curso no país. Uma favela aqui, um quilombo ali, uma aldeia acolá – não importa o lugar, vivemos um momento de depreciação dos saberes ancestrais do mestre griô: trata-se de um retrato metonímico de uma realidade mais ampla e complexa, que remonta à nossa condição colonial. No microcosmo do saber oral, socioculturalmente cambiante e volátil, há espaço para diálogo, experimentação do saber e apropriação social de informação. Mas outras tantas intervenções também atuam como “mediações”, produzindo transformações nas comunidades (até mesmo formas de desagregação social) que alteram seu cotidiano. Objetos, crenças e valores simbólicos produzidos na lida cotidiana para celebrar o tempo de plantar, colher, cantar, dançar (manifestações culturais como torés, jongs, cirandas, batuques etc.), às vezes são transformados em fonte de cisão, discórdia e desunião.

A expropriação cultural encontra terreno fértil em ambientes vulneráveis:

¹⁰ Frase extraída da primeira linha do prefácio do inacabado *Na pancada do ganzá: subsídios para conhecimento da vida popular brasileira, especialmente do Nordeste*, de Mário de Andrade.

afeta negativamente seu tecido social e não contribui para gerar união no enfrentamento da pobreza, dentre outras privações impostas ao modo de vida local, baixo índice de escolaridade, ausência de saneamento e serviços públicos de saúde. Além da cidadania mutilada pelas situações de violência e expropriação (material e simbólica), comumente deparamos com outras formas sutis de expropriação: são posturas com forte tendência ao assistencialismo e à expropriação da representação política (ARRUTI, 2009).

Por fim, a mediação cultural pode facilitar a ação transformadora se lançar mão de ações pedagógicas que favoreçam a leitura do mundo, papel decisivo que a “educação para a informação” pode desempenhar a fim de diminuir as barreiras das desigualdades em contextos de alta vulnerabilidade social, econômica e cultural. ■

[EDISON LUÍS DOS SANTOS]

Doutor e mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bacharel em Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e em Biblioteconomia (ECA). Pesquisador colaborador do Grupo de Estudos de Ontologias do Departamento de Biblioteconomia e Informação (CBD/ECA), onde desenvolve projeto de pós-doutorado para criação de referenciais teóricos e metodológicos no campo da Ciência da Informação. E-mail: edisonlz@usp.br

Referências

ANDRADE, Mário de. **Os cocos**. Preparação, introdução e notas de Oneyda Alvarenga. São Paulo: Duas Cidades; Brasília: INL: Fundação Pró-Memória, 1984. p. 10.

ARRUTI, José Maurício. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos. In: CRUZ, Cassius Marcelus; SOARES, Edimara Gonçalves (org.). **Educação escolar quilombola**: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2009. v. 1, p. 13-31.

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). **História geral da África I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília, DF: Unesco, 2010. p. 167-212.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Vico**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Tradição, ciência do povo**. Pesquisas na cultura popular do Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Carmen Cira Lustosa da. **Comunidades tradicionais de matriz africana**. 09/04/2014. Disponível em: <https://bit.ly/2O9Cb8I>.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 77-97.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LAZANEO, Caio *et al.* Fundamentos da produção partilhada do conhecimento e o saber do Mestre Griô. **Revista Diversitas**, São Paulo, n. 3, p. 246-65, 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: GIL, Fernando. (org.). **Memória - história**. Porto: Imprensa Nacional, 1984. (Enciclopédia Einaudi 1).

MAFESSOLI, MICHEL. **O conhecimento comum**: introdução à Sociologia Compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia griô**: a reinvenção da roda da vida. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.

PACHECO, Lillian. A pedagogia griô: educação, tradição oral e política da diversidade. **Revista Diversitas**, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 22-99, 2015.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Edison Luís dos. Infoeducação e cultura quilombola: uma perspectiva de diálogo entre sujeitos e saberes. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 95-111, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2RzM4ip>. Acesso em: 10 set. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHMIDT, Maria Luisa; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

Zumthor, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Educ, 2000.

CONSTRUÇÃO DO NORDESTE NO TELEJORNALISMO: UM ESTUDO DO JORNAL HOJE

[ARTIGO]

Sarah Dantas do Rego Silva

Universidade Federal do Maranhão

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Michele Goulart Massuchin

Universidade Federal do Paraná

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo traz uma análise sobre como a região Nordeste é enquadrada e representada pelo *Jornal Hoje* (JH), da Rede Globo. De acordo com a literatura, por muito tempo a região foi caracterizada por diversos estereótipos construídos socialmente e reforçados pelos meios de comunicação. Deste modo, para cumprir com os objetivos propostos e verificar se essa construção a respeito do Nordeste se repete, esta pesquisa utiliza-se da análise de conteúdo, quantitativo e qualitativo. Foram analisadas 75 edições, quantificando 157 matérias sobre ou com menções à região, nos meses de fevereiro, junho e setembro de 2018 de todo o conteúdo do JH. Os principais resultados mostram que há representatividade e visibilidade restrita e a presença de alguns dos estereótipos abordados previamente na literatura acerca do Nordeste, no JH.

Palavras-chave: Nordeste. Representação. Visibilidade. Regionalismo. Telejornalismo.

This article analyzes how the Northeast region is framed and represented by the news program *Jornal Hoje* of Rede Globo. As stated in the literature, for a long time the region was characterized by stereotypes built socially and by the media. Thus, in order to comply with the proposed objectives and verify that this construction regarding the Northeast is still reproduced, this study is grounded on quantitative and qualitative Content Analysis. A total of 75 editions of *Jornal Hoje* (JH) were analyzed, rendering 157 articles about it or with references to the territory, in the months of February, June and September of 2018. The results show that there is restricted representation and visibility in JH as well as the presence of some of the stereotypes previously discussed in the literature about the Northeast.

Keywords: Northeast. Representation. Visibility. Regionalism. Telejournalism.

Este artículo hace un análisis sobre cómo la región Nordeste es comprendida y representada por el *Jornal Hoje* (JH), de la Rede Globo. De acuerdo con la literatura, por mucho tiempo se caracterizó esta región según diversos estereotipos construidos socialmente y reforzados por los medios de comunicación. De este modo, para cumplir con los objetivos propuestos y verificar si esa construcción al respecto al Nordeste todavía se repite, esta investigación tiene como base metodológica el análisis de contenido, cuantitativo y cualitativo. Se analizan 75 ediciones, cuantificando 157 materias sobre o con menciones a la región, en los meses de febrero, junio y septiembre de 2018 de todo el contenido del JH. Los principales hallazgos de la investigación muestran que hay una representatividad y visibilidad restringida y la presencia de algunos de los estereotipos abordados previamente en la literatura acerca del Nordeste, en el JH.

Palavras clave: Nordeste. Representación. Visibilidad. Regionalismo. Teleperiodismo.

1 Introdução

Os meios de comunicação são responsáveis, em grande medida, pela representação social e formação da percepção que os cidadãos possuem sobre diversas questões e temas. Pressupõe-se, portanto, que neles sejam abordadas questões que proporcionem visibilidade, neste caso estudado, das regiões brasileiras na programação cotidiana, especialmente por meio do jornalismo. Entretanto, por muitas vezes, os aspectos regionais e suas peculiaridades são convertidos em uma cobertura estereotipada e bastante restrita.

Neste sentido, a região Nordeste já foi retratada pelos meios de comunicação, durante muito tempo, como uma região homogênea, caracterizada pela seca, pobreza, alto índice de analfabetismo e elementos ligados ao tempo do cangaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011; LIMA; FILHO, 2015; LUSVARGHI, 2012;). Mesmo que algumas dessas temáticas ainda estejam ligadas ao território, o intuito desta pesquisa é analisar se a produção jornalística ainda permanece voltada exclusivamente para esses assuntos. Embora a generalização, homogeneização e simbolização ocorram em outras regiões brasileiras (FELIPPI; PICCININ, 2012), a pesquisa optou por este recorte com o objetivo de verificar como aparecem quando se faz referência ao Nordeste. É uma forma de complementar e dialogar com estudos já existentes sobre essas características estereotipadas da região e, também, a sua reduzida visibilidade no contexto nacional.

O estudo tem como objeto o *Jornal Hoje* (JH), da emissora Rede Globo, tendo em vista que se trata de um telejornal com característica de revista eletrônica, apresentando

possibilidades mais amplas de cobertura e abordagens. Dessa forma, procurou-se identificar as frequências e características das narrativas sobre o Nordeste no jornal, e, principalmente, verificar quais assuntos relacionados à região têm mais destaque no JH. Para este trabalho, foi utilizado como metodologia a análise de conteúdo defendida por Bauer (2002) que está dividida em duas partes: quantitativa e qualitativa.

A primeira consiste em analisar matérias relacionadas à região Nordeste a partir de seis variáveis definidas *a priori*, sendo referentes ao tema, presença de estereótipos, estados que mais aparecem, formato, abordagem e presença de repórter local. A parte qualitativa baseou-se em analisar como ocorre o processo de representação e visibilidade da região Nordeste no JH, a partir das falas dos jornalistas, observando as principais características e o modo como transpareciam os estereótipos. O período de análise escolhido corresponde aos meses de fevereiro, junho e setembro de 2018. Antes da apresentação dos dados, o artigo traz – ainda que de forma sintética – aspectos da literatura sobre a produção jornalística e como o Nordeste tem sido retratado pela mídia televisiva.

2 Nordeste e a produção das notícias sobre a região

A região Nordeste é composta por nove estados, sendo eles: Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí. No total, a estimativa é de uma população que alcança 57.254.159 habitantes

(IBGE, 2017), com área de 1.558.000 km². De acordo com a pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste¹, em 2015 a região alcançou o PIB *per capita* de R\$15 mil, apresentando um crescimento de 33,6% em relação a 2002.

Em virtude de condições adversas, ao longo de sua história o Nordeste vivenciou fenômenos que até hoje repercutem no modo de vida, na cultura e, de modo geral, na forma como é representado, especialmente por meio da mídia, sendo que neste trabalho observam-se aspectos da produção jornalística. Com o processo de modernização das culturas produtivas e a derrocada econômica que a região enfrentou no fim do período colonial e início da monarquia no Brasil, o Nordeste passou a ser representado por aspectos ligados à miséria e longas temporadas de seca que levaram aos movimentos migratórios (NEVES, 2012).

No âmbito jornalístico, é válido considerar o processo de construção da notícia, que depende de inúmeros fatores até chegar ao seu produto final, sendo que a produção jornalística interfere diretamente no modo como os conteúdos ganham visibilidade na sociedade. Todavia, Silva (2005) defende que, apesar de os valores-notícia fazerem parte da matéria-prima do conteúdo (seleção) e da hierarquização desse material (construção), eles não agem sozinhos, muito pelo contrário, “eles participam ativamente da construção noticiosa, mas a produção da notícia e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade” (SILVA, 2005, p. 99). Lino e Francisco (2010) ponderam que os critérios de noticiabilidade se modificam de acordo com o tempo, com o

lugar nas quais as redações estão inseridas, a abrangência, o público, entre outros fatores.

Nessa mesma situação, encontra-se a discussão de enquadramento trazida por autores como Goffman (2006) para o meio jornalístico de produção. De forma resumida, pode-se dizer que o enquadramento jornalístico, como abordado por Carvalho (2009), é a forma que um conteúdo é enquadrado, um recorte do total, não se caracterizando como a verdade de um todo. O autor complementa que esses enquadramentos jornalísticos promovem assuntos cotidianos em narrativas noticiosas apresentadas pela mídia.

A partir dessa perspectiva sobre a construção jornalística – aliando valores de construção e enquadramento – tem-se determinada forma de representação e, o que se percebe é que a visão que se construiu do Nordeste é de um território marcado pela pobreza, altos índices de analfabetismo e subdesenvolvimento. Leitão e Santos (2012) asseveram que a escassez da água ligada ao fator da seca, por exemplo, é reforçada pela mídia. Muitas dessas visões foram e ainda são retratadas pelos meios de comunicação, mesmo que de forma sutil, fato que “influencia na construção de um discurso de Nordeste, que ‘passa’ na TV” (ECHEVERRIA, 2015, p. 2). Isso se dá pelos mesmos assuntos selecionados e quase sempre enquadrados a partir de fatores negativos.

Quando há repetição de determinadas imagens, isso caracteriza a construção de estereótipos, que aparecem como uma imposição das classes dominantes, com o poder de modelar toda a sociedade de acordo com o que acham, seus valores e visão de mundo, cristalizando e fazendo parecer aceitável as definições atribuídas

1 Disponível em: <https://bit.ly/2TEWhZE>. Acesso em: 19 jun. 2018.

a cada categoria social (BIROLI, 2017). E são os meios de comunicação de massa os instrumentos centrais para a sua multiplicação.

Outro fator que pode ser representado pela mídia acerca da região Nordeste é o alto índice de violência, que marca os estados com o estigma da selvageria, do cangaço e do perigo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Esse fato pode estar ligado ao que apresenta o Mapa da Violência em 2016, estudo realizado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), no qual comprovou que as principais capitais brasileiras que ocupam o topo do ranking com maior número de mortes por arma de fogo estão inseridas na região Nordeste. Sabendo-se que há critérios de noticiabilidade empreendidos nestes fatos, pode-se esperar uma cobertura significativa sobre o tema, o que reforça e estigmatiza a região. Ou seja, os próprios critérios contribuem para a atribuição de estereótipos.

Como é enfatizado pela pesquisa de Echeverria (2015), há pouca exploração dos assuntos diversificados sobre o Nordeste, no qual as matérias que mais são retratadas na mídia nacional, pela Rede Globo, em termos culturais, exploram assuntos relacionados ao Carnaval. Ou seja, quando a região aparece, aparece como um bloco homogêneo. Lusvarghi (2012) complementa dizendo que o São João também tende a ser bastante explorado pela mídia nacional em relação à região. Ela afirma que “a política da cobertura regional da Globo vem elegendo como produto regional principal o São João” (LUSVARGHI, 2012, p. 10). Entretanto, da mesma forma que o Brasil é considerado um país que possui uma diversidade cultural considerável, o Nordeste também vai além do Carnaval e do São João. Por isso, ele “deve ser estudado por partes, já que cada região cresceu em

contextos histórico-culturais diferentes, para evitar uma visão prévia e generalizada da imensa região” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2011, p. 2). Aqui, mesmo sendo um aspecto cultural, há construção de estereótipos pela repetição de um mesmo discurso amplo e generalista do São João e do Carnaval.

Lima e Filho (2015) mostram também que a região Nordeste vem sendo representada pela mídia com imagens novas, mas estão sempre atreladas a estigmas e velhos conceitos considerados à região. Oliveira e Araújo (2011) declaram que a identidade do nordestino acaba sendo construída na condição de como é vista simbolicamente pelos outros, sendo aqui através dos meios formadores de opinião, que estabelecem pré-conceitos no imaginário social. Por isso, é importante entender se essas imagens ainda são enquadradas e como recebem atenção dos meios de comunicação, especialmente da mídia nacional, a partir do jornalismo televisivo do JH, objeto deste estudo.

3 Metodologia

Para atingir os objetivos da pesquisa, o estudo se consolida, a partir da parte empírica, pela análise de conteúdo (BAUER, 2002). A análise e coleta de dados desta pesquisa, foram baseadas no telejornal *Jornal Hoje*, da Rede Globo, e realizadas nos meses de fevereiro, junho e setembro de 2018. No primeiro mês o Nordeste possui visibilidade em virtude da programação de Carnaval, por suas tradicionais festividades ocorridas em alguns estados da região. Junho é caracterizado culturalmente pelo movimento

típico nordestino, o São João, e assim supõe-se que nesse período o Nordeste tenha maior destaque pelo *Jornal Hoje*. Já em setembro não há nenhum evento ou fato que represente a região em termos culturais, presumindo um mês comum na programação do telejornal. Neste sentido, optou-se por mesclar períodos de maior ênfase com de menor ênfase que se poderia dar à região, ainda que isso pudesse levantar alguns estereótipos na cobertura.

Foram analisadas 75 edições, totalizando 157 produções que diziam respeito à região. A escolha do telejornal se deu por ser um jornal de abrangência nacional, da emissora considerada com maior audiência no país e pela tipificação de revista eletrônica (SANCHES, 2010), que ofereceria abordagens mais amplas e menos factuais do jornalismo.

Desse modo, a técnica de Análise de Conteúdo adotada está dividida em duas partes, quantitativa e qualitativa. A primeira consiste em separar e contabilizar quais são as matérias relacionadas à região Nordeste. Para isso, foram definidas variáveis *a priori*, sendo referentes a: tema, presença de estereótipos, estados que mais aparecem, formato, abordagem e presença de repórter local.

As categorias relacionadas ao tema têm como base a pesquisa de Echeverria (2015), que definiu algumas que foram utilizadas neste trabalho. São elas: manifestações culturais, desastres e calamidade pública; e outras ajustadas pelas autoras deste estudo, que são: violência, meio ambiente, corrupção, belezas naturais, política, tempo e outros (para casos não identificados com as anteriores).

A variável presença de estereótipos se relaciona aos assuntos elencados na literatura pautados pela mídia como a seca, a presença da violência nos estados da região, o subdesenvolvimento, o São João e o Carnaval. Também se observou o estado de referência no conteúdo produzido. O formato é classificado em link, reportagem, nota coberta e nota seca, destacados por Siqueira e Vizeu (2014), e outros definidos pela autora do trabalho, como serviço.

Quanto a variável abordagem, baseia-se em verificar como são construídas as narrativas das matérias que se relacionam à região, analisando se são caracterizadas por tons positivos, negativos ou neutros. Por último, verifica-se se os repórteres dos links e reportagens são locais.

Na parte qualitativa da pesquisa, foram levados em consideração como ocorre o processo de representação dos estereótipos por meio das falas dos apresentadores e repórteres, das características textuais, identificando, os possíveis tipos demarcados pelo telejornal. Isso é feito a partir da transcrição das falas.

4 Visibilidade, enquadramento e representatividade do Nordeste no *Jornal Hoje*

A análise está dividida em três tópicos. No primeiro, são apresentados dados quantitativos sobre formato, quantidade e duração das notícias sobre a região para

discutir visibilidade. Na segunda parte são abordadas questões temáticas, de abordagem e tom da narrativa das matérias, a partir de uma perspectiva do teor do conteúdo. Por fim, no terceiro tópico, é discutido, de forma mais precisa, como esses estereótipos aparecem no conteúdo e/ou falas dos repórteres e como ocorre a representação da região Nordeste no *Jornal Hoje*, a partir de um viés qualitativo.

4.1 Formatos, quantidade, duração das matérias e estados que mais aparecem

Este tópico traz dados quantitativos sobre a visibilidade da região Nordeste. A Tabela 1 mostra o percentual de matérias que apareceram no período de análise, relacionadas à região. Ao todo, se tem um *corpus*

de 75 edições assistidas e 157 matérias coletadas que mencionavam a região, sendo 57 em fevereiro, 40 em junho e 60 em setembro.

Logo, esses dados já contradizem a hipótese levantada neste trabalho, que os meses de fevereiro e junho trariam maior visibilidade para a região, por conta das manifestações culturais que caracterizam alguns estados do Nordeste, como o Carnaval e São João, e, em contrapartida, o mês de setembro, por não haver nenhum movimento específico no Nordeste, não daria tanta visibilidade. No entanto, ocorreu o contrário. Setembro foi o mês de maior destaque e veiculação de matérias direcionadas aos assuntos que faziam referência ao Nordeste. Isso se deve, em boa medida, ao período eleitoral.

[Tabela 1]

Quantidade de matérias coletadas nos três meses de análise

Meses	Frequência	Percentual	Média/Tempo (segundos)
Fevereiro	57	36,3%	139,42
Junho	40	25,5%	126,97
Setembro	60	38,2%	116,45
Total	157	100,0%	382,84

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

Contudo, ainda que tenha ocorrido tamanha visibilidade do Nordeste no mês de setembro, o espaço destinado para a região ainda é minoritário. O *Jornal Hoje* tem, em média, 40 minutos de duração. No período de análise apareceram, no máximo, quatro matérias por dia relacionadas aos estados do Nordeste, sendo que a maioria apenas mencionava a região; nas quais todos os dias, pelo menos uma, se tratava da previsão do tempo.

Mesmo que ainda não tenha sido analisado o teor das notícias, a baixa visibilidade da região é evidente. Destaca-se, ademais, que as matérias jornalísticas não eram tão longas, chegavam a 2 minutos de duração, em média, salvo uma única vez que houve uma série de reportagens sobre o saneamento básico no Brasil, que durou cerca de 6 minutos.

Ao dividir o tempo destinado à região no telejornal por mês de análise, observa-se,

que, mesmo setembro sendo o mês com maior quantidade de referências sobre o Nordeste, o tempo para esses assuntos não era tão longo, com matérias com média de menos de 2 minutos de duração (116,45 segundos), se tratando, em grande parte, de temáticas ligadas à política, nas quais a região era mencionada quando havia atos de campanha. A programação do telejornal esteve voltada aos assuntos relacionados à fatos políticos, com acompanhamento da agenda dos candidatos à presidência da república e a decisão do TSE sobre a inelegibilidade do ex-presidente Lula.

Em fevereiro, por conta do carnaval, o espaço no telejornal se tornou maior, mesmo que com menos matérias do que em setembro. As notícias tinham em média dois minutos e meio de duração (139,42 segundos). Junho foi o mês que apresentou uma quantidade menor de menções, mas tendo uma duração de, em média, dois minutos (126,97 segundos), muito por conta do serviço de previsão do tempo, que leva em média três minutos por dia, pois trata de todas as regiões do país e não de uma cobertura ampla sobre a região². Em junho, o telejornal deu destaque para a Copa do Mundo, ocorrida na Rússia e, no caso do *Jornal Hoje*, a Copa do Mundo ocupava, em média, cerca de 30 minutos todos os dias.

Assuntos relacionados aos esportes, principalmente futebol, ganham grande destaque pelos meios de comunicação. Faez et al. (2006), após um estudo da predominância

do futebol na imprensa campineira, comprovam a espetacularização deste na mídia. Os autores relatam que “o interesse do público pelo futebol, após sua popularização, motivou a mídia a dedicar um espaço maior para ele em detrimento a outros esportes” (FAEZ et al., 2006, p. 54). Mas essa ação não interfere somente em outras modalidades de esportes, pois também compromete as temáticas variadas, especialmente que contemplem as diversas regiões do país, no caso do trabalho realizado neste artigo. Isso tem relação também com os critérios de noticiabilidade. Embora muitos outros fatos pudessem ter valor-notícia, perdiam espaço para o esporte no processo de hierarquização e interesse mercadológico e político da empresa de comunicação.

Desse modo, nota-se que a agenda do jornalismo do JH prioriza outros assuntos, o que faz com que a representação regional na cobertura perca espaço. Somado a esse contexto, quando se tratava de temáticas relacionadas ao Nordeste, a maioria eram de menções à região. Como foi contextualizado no detalhamento do *corpus* da pesquisa, o serviço de previsão do tempo foi considerado pela autora deste trabalho após análise teste³. Se tirarmos o espaço da previsão do tempo, haverá menos menção à região. Até aqui, portanto, é mais adequado falar sobre menções e referências do que propriamente das abordagens à região. Na análise, será possível observar a cobertura propriamente dita sobre os fatos e acontecimentos regionais.

2 Mais adiante, a análise vai tratar exclusivamente do conteúdo noticioso sobre a região e não apenas quando havia menção sobre os estados. Porém, no início, cremos que seja importante mostrar todas as referências, especialmente porque mesmo quando matérias não falem amplamente sobre a região, apresentam citações atreladas aos estereótipos, o que será avaliado adiante.

3 Foi nesse utilitário que a região apresentou maior destaque e, muitas vezes, era importante observá-lo porque resquícios de estereótipos – a ser discutido mais à frente na análise – apareceram.

Dando continuidade, a Tabela 2 reitera que o formato “serviço de previsão do tempo” foi o que mais obteve menções aos estados do Nordeste no *Jornal Hoje*, com 47,1% do total, ocupando espaço de quase metade do que foi coletado acerca da região. O formato “reportagem” ficou em segundo lugar, com 25,5%, no qual a maioria eram factuais e negativas, mas, mesmo assim, é o formato jornalístico em que se obtém matérias mais elaboradas e com maior espaço para representação da região. “Nota coberta” teve 17,8% do total, seguindo a mesma linha das reportagens, com a diferença de que eram mais curtas e apenas com imagens ou vídeos do assunto tratado e lidas pelo apresentador(a) do telejornal. “Link”, que incorpora diversos elementos na narração e de forma mais próxima ao público (SIQUEIRA; VIZEU, 2014), ficou com 8,3%, e quase sempre feitos fora do território nordestino. A maioria ocorria em Brasília, quando se tratava de assuntos políticos e que, de alguma forma, citava a região, como por exemplo, a operação da Polícia Federal na casa do ex-governador da Bahia, Jaques Wagner. Vale ressaltar, no entanto, que uma matéria dessas, embora não feita na Bahia, relaciona o estado com uma questão negativa, a corrupção, o que justifica mais uma vez a inclusão das menções. “Nota seca” teve somente 1,3% do total, com apenas duas notas ligadas a assuntos políticos e a morte de três presidiários, no estado do Ceará.

Ramos e Zamberlan (2005, p. 9) comentam que a previsão do tempo na mídia não é separada do jornalismo, e que “ela contracena, nele, empreendendo diálogos com as notícias diárias. A Natureza se configura como um personagem do palco cotidiano, com interatividade social”. Fato que ganha notoriedade na apresentação

do clima de alguns estados do Nordeste, como é o caso, por exemplo, do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, em que as condições climáticas são, de imediato, associadas às praias e pontos turísticos destes locais.

[Tabela 2]

Formatos de notícia nas matérias da região Nordeste no *Jornal Hoje*

Formatos de Notícia	Frequência	Percentual
Serviço de previsão do tempo	74	47,1%
Reportagem	40	25,5%
Nota coberta	28	17,8%
Link	13	8,3%
Nota seca	2	1,3%
Total	157	100%

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

Neste sentido, esta pesquisa manteve na análise a presença deste formato para depois observar, de modo mais detalhado, as reais representações da região para além apenas da referência na parte qualitativa. Porém, a previsão do tempo apenas menciona a região, não se caracterizando como uma matéria propriamente dita. Logo, não há possibilidades diversificadas para representação social ou regional neste espaço. Ao tirarmos da tabela de formatos o “serviço de previsão do tempo”, tem-se somente 83 entradas de conteúdos mais amplos. Esses conteúdos – nesta quantidade reduzida – não permitem a real e atual representação do local, reafirmando o que já foi dito a respeito da região em épocas passadas. Guareschi (2000, p. 38) elucida que “as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas”, porém sem

a mínima cobertura esse processo é inviabilizado. Outro aspecto intrinsecamente ligado à visibilidade e representação do Nordeste se encontra na presença de repórteres locais nas matérias que tratam de assuntos sobre a região, o qual apareceu em somente 35 vezes das 53 matérias⁴. A falta do repórter da região acontece quando ela é apenas mencionada em reportagens realizadas fora do Nordeste, quando tratavam de assuntos ocorridos em outros locais, mas, de alguma forma, remetiam à região, como por exemplo; a reportagem realizada em São Paulo sobre a febre amarela em que a Bahia foi um dos estados citados na reportagem.

Com efeito, essa discrepância entre a presença e ausência do repórter de cada estado da região nas matérias que tangenciam temáticas a respeito do Nordeste, prejudica a identificação e representação da região em contexto nacional. Bazi (2001) explica que na linguagem da televisão, sendo universal, os assuntos abordados das regiões devem, de alguma forma, comunicar-se com as pessoas de cada parte do território. Isso acontece por meio de diversas formas, sendo uma delas a presença do repórter local nessas matérias, pois, assim, é possível trazer a “cara” da região, seja por meio de suas falas ou pelo conteúdo, inclusive por meio de melhor conhecimento do contexto do qual se fala.

Além de perceber a falta de visibilidade da região, é pertinente verificar se todos os estados do Nordeste ganham espaço no *Jornal Hoje* ou se existem sobreposições. Os estados da Bahia, Maranhão e Rio Grande

do Norte foram os três que mais se destacaram no JH no período de análise, embora isso reflita, em grande parte, nas menções desses estados no serviço de previsão do tempo. Os dados (Tabela 3) desconsideram a previsão do tempo, que diminui o recorte apenas para menções e permite entender um pouco melhor as produções. Bahia continua sendo o estado que mais aparece, porém Pernambuco e Ceará se sobressaem a frente do Maranhão e Rio Grande do Norte, por exemplo. Bahia foi o estado com maior número de menções no período de análise, totalizando 24 vezes. O estado teve bastante destaque no período de fevereiro, por conta das festividades carnavalescas. Em junho, a unidade federativa esteve ligada, em sua maioria, a matérias factuais. Em setembro, o estado da Bahia teve espaço ao falar sobre as agendas políticas dos candidatos à presidência do país.

[Tabela 3]
Estados que mais aparecem,
desconsiderando a previsão do tempo⁵

Estados	Menções
Bahia	24
Pernambuco	19
Ceará	14
Maranhão	9
Rio Grande do Norte	9
Alagoas	6
Sergipe	6
Piauí	5
Paraíba	3
Total	95

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

⁴ Neste caso, foram consideradas somente as reportagens e links que poderiam de fato trazer a presença do repórter local nas matérias.

⁵ Vale ressaltar que, nesse item tiveram casos em que uma mesma reportagem incluía a menção de mais de um estado.

As 19 menções referentes a Pernambuco estiveram relacionadas, em grande parte, ao carnaval, no mês de fevereiro, pois a cidade Olinda e a capital Recife são consideradas como pontos turísticos no período das festividades. Nos meses de junho e setembro, as matérias eram de assuntos mais factuais e também a agenda de campanha política dos candidatos à presidência do Brasil, respectivamente. O Ceará apareceu em 14 vezes do total das matérias. Nos meses de fevereiro e junho o estado esteve relacionado à assuntos sobre violência, como, por exemplo, a reportagem que abordava o crime organizado. Em setembro eram, também, matérias factuais. Os demais estados não tiveram tanto destaque na programação do telejornal em comparação às outras unidades federativas da região.

Este desequilíbrio na cobertura pode estar ligado ao que Traquina (2012) aborda em suas discussões a respeito da produção e construção da notícia. O autor explica que as estruturas das praças existentes em cada território interferem no que pode ser noticiado na mídia nacional, haja vista que, quando se tem uma equipe de profissionais mais qualificados, bons equipamentos, e relação direta com a 'cabeça' da rede, a probabilidade da notícia regional/local virar nacional é maior.

Mas, além de verificar essa desigualdade entre os estados do Nordeste no período de análise, percebeu-se também discrepância na cobertura sobre os municípios de cada estado. Por exemplo, boa parte dos assuntos referentes à unidade federativa se relacionavam somente à capital, onde está inserido e centralizado, em sua maioria, as praças afiliadas da

rede globo. Aguiar (2016, p. 104) ressalta que “‘regionalizar’ não significa apenas dividir, recortar espaços, mas, principalmente, ocupar, requalificar ou ressignificar parcelas de territórios, por meio de intervenções midiáticas que busquem diferenciar-se daquelas já desenvolvidas nas áreas centrais”.

Consequentemente, toda essa discussão sobre a quantidade reduzida de menções e, menos ainda, de matérias sobre a região Nordeste, assim como o pouco tempo médio destinado às coberturas, a restrita presença do repórter local e a sobreposição de alguns estados nordestinos levam a posteriores questionamentos a serem discutidos no tópico seguinte: Quais eram os principais temas das matérias e os tons de abordagem predominantes sobre a região? E os estereótipos construídos acerca do território, ainda aparecem?

4.2 Temáticas, abordagens das narrativas e existência de estereótipos

Este tópico apresenta os principais temas e a abordagem das narrativas das matérias que tratavam do Nordeste, pois considera-se que os temas e enquadramentos são responsáveis, em boa medida, pelas formas de representação social reforçadas pela mídia de massa. Além disso, foi quantificada as vezes que se percebeu a presença de estereótipos, seja nas falas ou no conteúdo das narrativas, trazidos pelos autores trabalhados no decorrer desta pesquisa. A Tabela 4 mostra a primeira variável proposta para a análise deste trabalho: os temas que mais destacaram a região no telejornal.

[Tabela 4]
Temas que caracterizaram o Nordeste no período de análise

Categorias	Frequência	Percentual
Tempo	74	47,1%
Outros	20	12,8%
Política	15	9,6%
Corrupção	14	8,9%
Manifestações Culturais	11	7,0%
Violência	10	6,4%
Desastres	6	3,8%
Calamidade Pública	5	3,2%
Meio ambiente	1	0,6%
Belezas Naturais	1	0,6%
Total	157	100,0

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

“Tempo” foi a categoria definida para encaixar as matérias relacionadas à previsão do tempo na programação do *Jornal Hoje*. Assim como na tabela de formatos, a categoria foi a que mais obteve quantidade de menções aos estados do Nordeste, com 47,1% do total.

Na categoria “Outros” foram inseridas matérias que não entravam em nenhuma das definidas *a priori*. Com 12,7% do total, as matérias eram desvinculadas uma das outras e não tinha como formar uma nova categoria para unificá-las. Apareceu, por exemplo, reportagem que falava sobre gastos dos brasileiros no carnaval, e link para falar sobre a reunião para discutirem a ideia do uso da Base de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de satélites nos Estados Unidos.

A temática “Política” apareceu em 9,6% do total, com matérias que falavam, em grande parte, do período eleitoral no Brasil.

Omês de setembro foi marcado pelas campanhas dos candidatos em todo o país. A região Nordeste era mencionada quando o apresentador do telejornal falava sobre as agendas dos candidatos à presidência da república em alguns estados da região. “Corrupção” teve espaço em 8,9% das matérias, e estava relacionada aos assuntos que falassem, principalmente, sobre desvio de dinheiro, tanto por parte de políticos, como por empresários e estelionatários, como foi o caso ocorrido no estado do Piauí, onde mais de 60 famílias de baixa renda do Programa Minha Casa Minha Vida, foram vítimas de uma quadrilha de estelionatários.

A temática “Manifestações culturais” teve maior destaque no período do carnaval, no mês de fevereiro. Com 7% do total, as matérias dessa categoria falavam majoritariamente sobre as festividades

nos estados da Bahia e Pernambuco. Foram links, reportagens e notas cobertas como forma de divulgação do evento nas principais cidades dos estados.

As matérias inseridas na categoria “violência” estavam relacionadas à criminalidade nos estados do Nordeste. Esse é um assunto recorrente na mídia quando se trata da região, pois, como dito previamente, o Nordeste é demarcado por traços do cangaço, da selvageria e do lugar de perigo. Essa categoria teve 6,4% de aparições no período analisado. Uma das matérias falava sobre um assalto a banco, casa lotérica e correios, no Maranhão. Outra contava a guerra entre quadrilhas no estado do Ceará, que deixou diversas pessoas feridas e o crescimento do número de mortes no estado. Essa cobertura frequente da temática violência relacionada a região Nordeste pode reforçar estereótipos construídos historicamente.

Os demais temas aparecem de forma bastante restrita. “Desastres” teve 3,8% do total, com matérias que abordavam algum tipo de acidente, catástrofe ou tragédia na região. Sobre “calamidade pública”, destaca-se matérias que, de alguma forma, mostravam precariedades e descasos nos estados do Nordeste, que afetasse a população. Tem-se como exemplo a reportagem sobre a seca em Sergipe, provocando desemprego no campo e na cidade. “Belezas Naturais” e “Meio Ambiente” tiveram somente 0,6% de espaço nas matérias acerca da região Nordeste na programação do *Jornal Hoje*, no período de análise. A única matéria referente a categoria de belezas naturais falava sobre as praias dos lençóis maranhenses, no estado do Maranhão, enaltecendo suas belezas

e a atração de turistas para o local. Sobre meio ambiente, tem-se a reportagem a respeito da implantação de uma torre de energia eólica no mar, no estado do Rio Grande do Norte.

Constata-se, assim, que a maioria das matérias estiveram relacionadas a temas negativos ou menções do fator climático no formato de serviço de previsão do tempo, que ainda assim, em alguns casos, traziam resquícios de estereótipos ligados à seca, sendo também um fator negativo para a região. Percebe-se a falta de temas que pudessem enaltecer a diversidade cultural do Nordeste, com espaço somente para as manifestações carnavalescas, resumidas em cobertura do evento de Carnaval nos estados Bahia e Pernambuco. Esses resultados se aproximam do que Galtung e Ruge (1965) afirmam, de que as notícias negativas entram com mais facilidade na mídia porque elas levam menos tempo de produção do que as positivas. Os autores relatam que “há uma assimetria básica em vida entre o positivo, que é difícil e leva tempo, e o negativo, que é muito mais fácil e leva menos tempo” (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 69, tradução nossa)⁶.

Nesta perspectiva, outro aspecto atrelado à discussão dos principais temas que caracterizaram a região Nordeste no período analisado é a verificação da abordagem e tom das narrativas nas matérias referentes à região, a partir do enquadramento em temas negativos,

⁶ Texto original: “There is a basic asymmetry in life between the positive, which is difficult and takes time, and the negative, which is much easier and takes less time”.

positivos e neutros. A Tabela 5 mostra que, das 83 vezes em que os estados do Nordeste foram mencionados ou representados em reportagens (retirando-se aqui as menções ao tempo), 16 eram positivos, 46 negativos e 21 neutros.

[Tabela 5]
Duração das matérias (em segundos)
e os tons das narrativas⁷

	Positivo	Negativo	Neutro
Quantidade	16	46	21
Média de tempo das reportagens (em segundos)	99,44	123,17	74,86
Total de tempo (em segundos)	1591	5666	1572

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

O tom negativo foi o que mais apareceu nas matérias. Isso pode estar interligado ao que propõe os valores-notícias, sendo que o negativismo é um dos critérios a ser considerado na hora da produção da notícia (SILVA, 2005). No entanto, há uma disparidade entre negativo e positivo não apenas na quantidade, mas no tempo destinado a cada tipo de abordagem. O telespectador passa muito mais tempo vendo notícias de abordagens negativas referentes à região, com, em média, dois minutos de duração cada, do que matérias com teor positivo, tendo em média um minuto e meio cada. Isso pode refletir na imagem que se tem do Nordeste, já enraizada no inconsciente, como demarcada apenas pela violência, descaso público, altos índices de

analfabetismo e pobreza; pouco explorando suas diversidades culturais, belezas naturais, desenvolvimento econômico e educacional.

Olhando para cada mês de análise, em fevereiro a predominância foi do tom negativo nas narrativas das matérias, por estarem ligadas à quase todas as temáticas de categorias propostas, como “violência”, “calamidade pública” e “desastres”. Já em junho e setembro, “neutro” foi o de maior destaque, caso evidenciado no serviço de previsão do tempo e na menção aos estados da região na agenda de campanha dos candidatos à presidência da república.

Além dessa distribuição e da presença evidente de tons negativos na cobertura, é possível ver quais estados predominaram em matérias positivas, negativas e neutras. Somente os estados do Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia tiveram aspectos positivos destacados em suas narrativas. Sobre o Rio Grande do Norte, tem-se como exemplo de matéria positiva a implantação da energia eólica no mar do Polo Guararé. Sobre o Maranhão, destaca-se a reportagem para enaltecimento da beleza natural dos lençóis maranhenses. Ceará pelo crescimento na exportação de redes fabricadas no estado, onde são vistas com material de qualidade. Pernambuco e Bahia se destacaram nas festividades de carnaval, além de outros assuntos pontuais.

Todos os estados da região apresentaram, de alguma forma, abordagem negativa em suas matérias ou menções. Sobre o estado da Bahia totaliza-se 13 matérias negativas. Em relação a Pernambuco, com 10 matérias negativas, tem-se o relato das mortes ocorridas no estado. Como exemplo de matérias de cunho negativo a respeito do Ceará,

⁷ Ressalta-se que o serviço de previsão do tempo foi desconsiderado nesta tabela por, em grande parte, serem considerados apenas neutros, por estar tratando apenas de fatores climáticos de forma rápida.

que também totalizam 10, ressalta-se os casos de violência no estado e o incêndio na tríade dos correios, em Fortaleza. Sobre o estado do Maranhão, que obteve seis matérias de cunho negativo, apresenta-se como exemplo a reportagem na qual falava da morte de uma idosa que não recebeu atendimento na porta de um hospital do estado.

Logo, verifica-se que há predominância do tom negativo nas matérias que se relacionam aos estados do Nordeste, confirmando o que a literatura aborda sobre o fator negativo ter relevância na produção e construção da notícia. Foi constatado que, no período de análise, pela maioria das matérias estarem relacionadas à violência, calamidade pública e desastres, a abordagem se concentrava no negativismo, tendo em vista que este é um dos critérios de noticiabilidade considerado pelo jornalismo, nos quais se encaixam no valor-notícia de tragédia apontado por Silva (2005). É importante destacar, no entanto, que apesar do valor negativo dos fatos para a noticiabilidade, esse aspecto ajuda a reforçar estereótipos como mostra a literatura.

Paralelo à discussão das temáticas que sinalizam para a caracterização do Nordeste na mídia e a abordagem das narrativas que discutem esses temas, é válido averiguar a existência de estereótipos, demarcados durante muito tempo sobre a região, na programação do *Jornal Hoje*. Como já foi debatido, os autores Albuquerque Júnior (2011), Leitão e Santos (2012) e Lima e Filho (2015) expõem que a seca, a violência, o subdesenvolvimento social, o analfabetismo, entre outros, são ainda estereótipos remetentes à região Nordeste. Estes foram, então, buscados ao longo da cobertura. A Tabela 6 quantifica a presença de estereótipos no conteúdo

das matérias ou nas falas dos jornalistas e ou repórteres. Como verifica-se, das 157 aparições do Nordeste, em 21 houve, de alguma forma, a presença desses estereótipos trabalhados na literatura. Em alguns casos do serviço de previsão do tempo, embora seja apenas uma citação rápida da região, há a presença deles nas falas da jornalista responsável por apresentar os fatores climáticos da região, mesmo que de forma sutil, por retomar o fator da seca como algo ainda persistente em todo o território nordestino. Nas matérias, é recorrente falar sobre a violência e alto índice de criminalidade nos estados da região, ou sobre tradição e devoção dos nordestinos.

O próximo tópico elucidava esses questionamentos e disserta a respeito do teor da representação da região no telejornal, trazendo uma abordagem qualitativa, especialmente às reportagens que apresentam estereótipos. O objetivo é verificar se essas abordagens aparecem de forma concreta e palpável, como sugerida por Moscovici (1979), além de discutir sobre o fato de essas representações serem supérfluas por haver somente menções sobre a região, sobre casos factuais; ou se aproximarem mais de reportagens mais elaboradas que abordem peculiaridades de cada estado do Nordeste.

[Tabela 6]
Presença de estereótipos nas
matérias acerca da região

Estereótipos	Frequência	Percentual
Ausência	136	86,6%
Presença	21	13,4%
Total	157	100,0%

Fonte: Elaboração das autoras (2019)

4.3 Construção de estereótipos e representatividade limitada

Este último tópico discorre a respeito da presença dos estereótipos nas falas ou conteúdo das matérias e como aparecem as questões de representação social da região no *Jornal Hoje*. Os estereótipos se caracterizam dentro das narrativas já trabalhadas há muito tempo na mídia acerca da região ou nas próprias falas carregadas dos profissionais, sendo que em alguns casos o próprio tema reforça um estereótipo historicamente construído.

Notou-se a presença de seis estereótipos, que são: seca, violência, manifestações culturais, restritas somente ao carnaval, tradições religiosas, subdesenvolvimento e belezas naturais das praias nordestinas. Esses estereótipos considerados na análise têm suporte teórico advindo do que a literatura aborda. Além disso, essas construções podem aparecer de três formas: pelas imagens, pela fala e no próprio tema. Neste último caso, a abordagem reforça, principalmente, estereótipos já construídos.

Durante a análise percebeu-se a ocorrência de poucos estereótipos nas matérias. Porém, mesmo que tenha havido 21 casos dentre 157 matérias com referências à região, é importante que sejam analisados de modo aprofundado porque, como já se observou na discussão teórica, são falas que tendem a se repetir, como é o caso da permanência de cobertura sobre a violência nos estados da região.

Como primeiro exemplo, ressalta-se a matéria sobre o problema da seca em Sergipe, veiculada no mês de setembro. Mesmo que seja algo notavelmente possível, a matéria não isenta traços do passado,

trazendo imagens de famílias carentes, do rachar do sol e a escassez no local, dando a ideia de que a região não evoluiu desde a primeira seca ocorrida em alguns estados do Nordeste, entre 1580 e 1583⁸. Além disso, tamanha exposição negativa atinge a região em geral, não somente lugares específicos, por não ser mostrado mudanças temporais sobre a questão. A reportagem, neste caso, tanto pelo tema quanto pelas imagens, generaliza um problema.

A presença de estereótipos nas falas dos jornalistas é destacada, de modo mais evidente, na previsão do tempo, por ser neste serviço que são retomadas as características já “conhecidas” sobre a região, como por exemplo, o predomínio do calor de forma generalizada, como se isso ocorresse em todos os estados do Nordeste, apesar de que em algumas cidades dos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte há o predomínio do frio, por exemplo, justamente pelas diferenças geográficas existentes. Essa questão não foi abordada nenhuma vez e, ao contrário, sempre que apareceu alguma sentença que retomasse uma construção histórica, era sobre a seca, sem qualquer delimitação sobre ela.

No mês de fevereiro, ao falar sobre a previsão do tempo da região, a jornalista responsável pela apresentação do clima diz a seguinte frase: “vamos falar do Nordeste, porque, no Nordeste, o que vai predominar é o sol, claro”. Em outro caso, também se tratando do fator climático da região, a jornalista fala: “vou começar pelo destaque do início da semana, que, olha, por incrível que pareça, é a

8 Disponível em: <https://bit.ly/38mf96a>. Acesso em: 12 nov. 2018.

chuva lá no Nordeste”. Observa-se, portanto, resquícios de uma ideia generalizada sobre a região nas falas dos jornalistas, sempre retomando e ligando essas “novas representações” a fatos antigos, como se ainda predominasse em todo o território geográfico, social e econômico. Albuquerque Júnior (2011) explana que, em relação ao Nordeste, o que mais interessa aos que não moram no local é o sofrimento, a miséria nas comunidades e a recorrente tragédia da seca. E isso se reforça com a cobertura e falas descontextualizadas e pouco explicativas.

Porém, não é somente a seca um estereótipo marcado sobre a região, a violência também é um dos aspectos que perpetuam durante anos a respeito do Nordeste. O Atlas da Violência⁹ mostra que, de 2010 a 2016 a taxa no índice de homicídio cresceu na região Nordeste, atingindo 24.863 casos. Das 83 matérias coletadas nos três meses de análise – excluindo-se a previsão do tempo –, dez eram voltadas para a violência nos estados do Nordeste, com a duração de, em média, um minuto e meio cada. Apesar do real aumento da criminalidade e da cobertura, especialmente por conta dos valores-notícia contidos nos fatos, especialmente pelo negativismo (GALTUNG; RUGE, 1965), a literatura mostra que a presença do tema já é um reforço de uma imagem historicamente construída.

As matérias que falavam sobre violência, no período de análise, estavam relacionadas a crime organizado, homicídios, vandalismo, assaltos a bancos, casas lotéricas e correios. Tem-se, como exemplo complementar do que já foi destacado no decorrer

desta análise, a notícia sobre a morte de suspeitos, por policiais, que estavam tentando roubar um avião de transporte de valores na cidade de Salgueiro, a 500 km de Recife. Apesar do reconhecimento de que tais fatos possuem valores-notícia, como já abordado, é preciso ressaltar que mesmo com o passar do tempo, o Nordeste ainda é ligado a traços do cangaço e da pistolagem quando é retratado o índice de violência no local, ainda que esse movimento tenha ocorrido entre os séculos XIX e XX. No entanto, o cangaço ia além do “banditismo”, como era e ainda é traçado por muitos. O fenômeno representava a luta de indivíduos sociais pela procura de uma nova realidade para os que eram vistos como minoritários (SÁ, 2009). Porém, a falta de conhecimento contextualizado associado ao negativismo da cobertura, tem-se ideia estereotipada da região, caracterizada pela violência.

Outro aspecto interligado à essa luta social se concentra nas festividades juninas que, de acordo com Belém (2010), tem origem histórica ligada a rituais que as pessoas faziam para tornar a produção e o cultivo agrícola férteis. Com o tempo, essas festividades se integraram à devoção aos santos comemorados no mês de junho, Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo, advindos de uma cultura europeia e espalhados em todo território brasileiro, sendo no Nordeste o lugar de maior centralização da comemoração dos festejos juninos (BELÉM, 2010). Soma-se a isso a importância do movimento cangaceiro para os nordestinos, além da forte devoção e comemoração aos santos religiosos. Lusvarghi (2012, p. 10) sustenta que “o São João ajuda a recriar o mito romântico e revolucionário da esquerda nos anos 1960, que via no homem simples do campo a esperança da revolução”.

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2RDMDQq> Acesso em: 31 out. 2018.

Assim, o São João se tornou uma característica alusiva à região. Lusvarghi (2012) defende que as festividades juninas são um produto regional elegidas pela Rede Globo como referência ao Nordeste.

Entretanto, no período que se esperava a considerável representação da região sobre esses movimentos culturais, não houve sequer uma reportagem ou nota para falar das festividades na programação do *Jornal Hoje*. Apenas citação à uma das festas juninas no serviço de previsão do tempo, ocorrida na cidade de Caruaru, Pernambuco. A profissional responsável por apresentar as condições climáticas das regiões do país assim noticiou: “e como vai ser dia de São Pedro, trouxemos a previsão para Caruaru, Pernambuco, que tem uma das festas mais tradicionais do país”. Desse modo, foi preciso analisar se há espaço para as representações culturais em outro período considerado tradicional nos estados da região, o Carnaval, pois as festividades carnavalescas são consideradas também como algo demarcado sobre alguns estados do Nordeste.

Echeverria (2015, p. 8) em sua pesquisa sobre a região, salienta que “o que se vê [na mídia] é um modelo padronizado de edição e grande repetição temática. Em Salvador, os trios elétricos; no Recife o Galo da Madrugada, os Bonecos Gigantes de Olinda; os bois do Maranhão”. A autora ainda questiona a falta de cobertura em outros estados do Nordeste, como, por exemplo, no Piauí. Esse resultado é corroborado por este artigo, em que foi averiguado que houve somente espaço para essa manifestação cultural nos estados da Bahia e de Pernambuco, não havendo nenhuma menção sobre os festejos em outras unidades federativas da região, o que reforça o achado

anterior de Echeverria (2015). Ao falar sobre a festividade, a mídia, na maioria das vezes, remete-a somente aos dois estados citados, sendo que isso é resultado, de acordo com Lusvarghi (2012), da Globo privilegiar o carnaval carioca, com apenas inserções sobre os carnavais de Salvador e Recife. Neste sentido, apesar da abordagem, tende a ser muito pontual e também desequilibrada.

Conjuntamente, Lima e Filho (2015) abordam a cobertura midiática acerca das praias e belezas naturais encontradas no território nordestino, como um estereótipo já conhecido na mídia. Ressalta-se, assim, que nem sempre o estereótipo está atrelado a aspectos negativos. Este se caracteriza também em abordagens de cunho positivo, mas, neste caso, resume-se a pontos turísticos de praias existentes em alguns locais da região, já reforçados pelos meios de comunicação. Por consequência, na análise havia somente uma matéria que falasse sobre essa temática na programação do telejornal, que foi a reportagem sobre os lençóis maranhenses. Fora isso, foi citado, no serviço de previsão do tempo, as praias existentes no Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, que atraem turistas de vários lugares.

Outro aspecto explanado pelos autores da literatura diz respeito ao subdesenvolvimento. No mês de setembro, o JH realizou uma série de reportagens para falar sobre a falta de saneamento básico em alguns lugares do Brasil. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD¹⁰ realizada em 2018, apenas 66,3% de domicílios no Brasil possuem rede de

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/38kU2BA>. Acesso em: 17 jan. 2020.

esgotamento sanitário ou fossa ligada à rede. Na série, um episódio inteiro foi destinado para falar sobre esse problema em alguns estados do Nordeste, relatando que a rede de esgoto atende apenas 26,8% dos moradores da região em geral. Na reportagem, foi falado e mostrado os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco. Entretanto, ao falar sobre os dados, depreende-se que o problema afeta todos os estados da região, mesmo havendo maior índice de alguns em relação a outros.

Visto isso, nota-se que, de forma geral, os estereótipos acerca do Nordeste estão ligados a pontos negativos, prejudicando um novo olhar sobre a região. No período de análise, as peculiaridades positivas existentes nos estados do Nordeste, sobre as quais se esperava coberturas mais amplas e abrangentes, não foram consideradas pelo telejornal. O São João não teve visibilidade no mês esperado, as belezas naturais da região foram pouco consideradas e as festividades do Carnaval se restringiram a cobertura do evento nas capitais Salvador e Recife, e na cidade Olinda.

Com efeito, essa permanência de assuntos vistos corriqueiramente e a “dizibilidade” de outras temáticas afetam o significado de representação regional, pois, como fundamenta Guareschi (2000), as representações sociais não são permanentes e imutáveis, pois elas se alteram e se modificam de acordo com as situações e evoluções do objeto. Barbalho (2004) e Albuquerque Júnior (2011) respaldam que o discurso acerca do Nordeste é visto e enraizado no imaginário social como lugar de tradição, onde não há mudanças, evoluções, novas imagens e identidades; como se ainda fosse um lugar do passado. Consequentemente, o que se extrai da análise é que este problema ainda afeta a

representação da região, por transparecer na cobertura um enquadramento negativo e de traços ligados ao passado, como visto na matéria a respeito da seca na Paraíba, por exemplo. Assim, Barbalho (2004) fundamenta que a mídia colabora para a fixação da ideia que se tem do Nordeste, muito por conta do que é produzido em outro local, como no eixo Rio-São Paulo, por serem vistos como regiões de desenvolvimento e centrais do país. Em contrapartida, regiões como Norte e Nordeste se caracterizam pelo contrário.

5 Conclusão

Este artigo analisou – a partir de diferentes elementos – como a região Nordeste é representada a partir da construção jornalística do JH. A pesquisa – de viés quantitativo e qualitativo – trouxe diversos resultados e reflexões sobre a homogeneização, sobre o reforço de estereótipos e a negatividade dos quadros elencados. Apesar da valorização da regionalização midiática na década de 1990, o que se percebe de início, a partir da análise desta pesquisa, é a desigualdade na cobertura de assuntos relacionados à região Nordeste.

Com base no *corpus* de 157 matérias coletadas em 75 edições dos meses de fevereiro, junho e setembro, destaca-se a baixa quantidade de matérias que falaram sobre o Nordeste no *Jornal Hoje*. Dos três meses de análise, 74 reportagens tratavam do serviço de previsão do tempo. Assim, a cobertura é quase ausente demonstrando uma quebra com a proposta de ser um jornal de abrangência nacional. Sobre o

enquadramento, 83 matérias tinham teor negativo. Além disso, 21 matérias continham estereótipos (neste caso, considerando a previsão do tempo, por ter sido percebido com mais assiduidade neste serviço falas dos jornalistas com resquícios dessas marcas já “conhecidas”). A respeito da representatividade da região, ainda há problemas que interferem na presença do Nordeste na mídia nacional. De 83 matérias (excluindo-se a previsão do tempo), 48 foram realizadas fora do território nordestino, ou seja, a maioria se resumia a menções de algo que ocorreu no Nordeste, se restringido ao factual.

Dessa forma, a pesquisa reitera que o modo como se faz jornalismo ainda reforça problemáticas pertinentes de serem discutidas no ambiente acadêmico, pois existem visões estereotipadas, enquadramentos generalizados, visibilidades limitadas e pouco espaço identitário. Sobre aspectos mais amplos da pesquisa, ressalta-se a relevância de se pesquisar como ocorrem os processos de representação na mídia, tendo em vista a importância da regionalização, seja do ponto de vista econômico e estratégico, além da centralidade que a produção jornalística possui como forma de mediação social.

Em relação aos resultados trazidos pela pesquisa, nota-se que o estudo contribui para os trabalhos que envolvem a representatividade da região Nordeste, tendo em vista que este é um assunto inesgotável e pode ser trabalhado a partir de diversas perspectivas. Aqui uniu-se os vieses quantitativo e qualitativo para ampliar o escopo analítico. Em termos de limitação, sabe-se que o ano escolhido para a análise teve diversos acontecimentos que interferiram na representatividade da região, entretanto, é justamente este um dos

pontos a serem considerados, como o caso da hierarquização de outros assuntos em detrimento de conteúdos regionais. Por fim, cabe frisar que o estudo da representação do Nordeste contribui com pesquisas já existentes e futuras, haja vista que a perspectiva analítica pode ser trabalhada de forma comparativa e observando, até mesmo, outras regiões ou a mídia local e regional como alternativa à ausência da representação na mídia nacional. ■

[SARAH DANTAS DO REGO SILVA]

Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Capes, campus Imperatriz. Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição.
E-mail: s.dantassarah@gmail.com

[MICHELE GOULART MASSUCHIN]

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) e do Departamento de Comunicação (DECOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail: mimassuchin@gmail.com

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo**: geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 156-167, 2004.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **TV Regional**: trajetórias e perspectivas. Campinas: Alínea, 2001.

BELÉM, Vitor Curvelo Fontes. **Arraiá na tela**: a construção midiática das festas juninas em Sergipe. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BIROLI, Flávia. A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de referências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 117-145.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2009.

ECHEVERRIA, Renata. Quando o estado do Maranhão virou Sergipe no Jornal Nacional: uma análise do discurso do Nordeste no telejornal da Globo. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE JORNALISMO, 13, 2015, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: UFMS, 2015, p. 1-17

FAEZ, Ana Paula *et al.* A chuteira na mídia: a predominância do futebol na imprensa campineira. **Iniciacom**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 51-57, 2006.

FELIPPI, Angela Cristina Trevisan; PICCININ, Fabiana Quatrin. As representações do território: as regiões do Rio Grande do Sul no programa Jornal Nacional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 154-167, 2012.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of peace research**, Oslo, v. 2, n. 1, p. 64-90, 1965.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Representações sociais e ideologia (social representations and ideology). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 2, p. 33-46, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018**. Rio de Janeiro, 2018 Disponível em: <http://bit.ly/2TGiJUT>. Acesso em: 17 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. Homicídios. **Atlas da violência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2NJLuwe>. Acesso em: 31 out. 2018.

LEITÃO, Juliana Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões. **Intercom**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 133-155, 2012.

LIMA, Edgley Duarte; FILHO, Pedro Oliveira. Discurso e identidade: a construção discursiva do Nordeste na mídia paraibana. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 497-514, 2015.

LINO, Eduardo; FRANCISCO, Nicole. **Critério de noticiabilidade: o factor proximidade!**. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2010, p. 1-9.

LUSVARGHI, Luiza Cristina. A reinvenção do Nordeste: estratégias dos grupos de mídia para o jornalismo audiovisual regional. **Alterjor**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-18, 2012.

MOSCOVICI, Serge. La representación social: un concepto perdido. **In: MOSCOVICI, Serge. El psicoanálisis, su imagen y su público**, Buenos Aires: Huemul, 1979, p. 27-44.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 5, n. 10, p. 6-24, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/35O2KX3>. Acesso em: 31 maio 2018.

OLIVEIRA, Vanessa Silva; ARAÚJO, Robéria Nádia Nascimento. Concepções e estigmas regionais do Nordeste no programa "Globo Rural. **In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 34., 2011, Recife. **Anais** [...]. Recife: Unicap, 2011, p. 1-15.

RAMOS, Roberto; ZAMBERLAN, Liége. Mídia e previsão do tempo: uma questão de interpretação. **Intexto**, Porto Alegre, n. 13, p. 35-46, 2005.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Memória do Cangaço no Sertão do São Francisco. **Textos de História**. Brasília, v. 17, n. 1, p. 133-142, 2009.

SANCHES, Carla Junqueira. **Jornal Hoje**: a convergência de mídias e a possibilidade de interatividade com o público. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de; VIZEU, Alfredo. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos de notícias na TV. In: VIZEU, Alfredo *et al* (org.). **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 53-76. (Coleção Jornalismo Audiovisual v. 3)

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

AS NARRATIVAS SOBRE OS INDÍGENAS BRASILEIROS NOS MEGAEVENTOS MUNDIAIS DO SÉCULO XXI

[ARTIGO]

Daniel Malanski

Université Paris III – Sorbonne Nouvelle

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Megaeventos internacionais têm como objetivo transmitir uma narrativa favorável para nações anfitriãs e seu povos. No caso do Brasil, a organização da Copa do Mundo da Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016 proporcionou ao país uma poderosa exposição midiática capaz de apresentar novas narrativas de sua história em um período de apenas dois anos. Este artigo descreve como os comitês organizadores dos eventos mencionados representaram os primeiros habitantes do país, os ameríndios, com a seleção de diferentes narrativas construídas ao longo da história intelectual brasileira. Portanto este artigo busca, por meio de um apanhado histórico, expor os movimentos culturais e eventos políticos que culminaram no entendimento que parte da sociedade brasileira – na qual os comitês supracitados estão inseridos – tem sobre os ameríndios e seu papel na construção da nação.

Palavras-chave: Megaeventos. Representação. Ameríndios.

International mega-events generally seek to convey a favourable narrative for the hosting nation and its people. In the case of Brazil, the organization of the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Summer Olympics provided the country with a powerful media exposure able to retell the nation's history within a two-year time-span. This paper sets an account on how the organizing committees of the aforementioned events represented the country's first known inhabitants, the Amerindians, with the selection of different narratives built throughout Brazil's intellectual history. This article uses a body of historical data to expose cultural movements and political events that lead to the understanding that part of Brazilian society as well as the aforementioned organizing committees has about Amerindians and their role in the nation's construction.

Keywords: Mega-events. Representation. Amerindians.

Los megaeventos internacionales tienen como objetivo transmitir una narrativa favorable a las naciones anfitrionas y sus pueblos. En el caso de Brasil, la organización de la Copa Mundial de la FIFA 2014 y los Juegos Olímpicos de verano de 2016 han proporcionado una valorosa exposición del país en los medios de comunicación para la presentación de nuevas narrativas de la historia nacional en un periodo tan solo de dos años. Este artículo describe cómo los comités organizadores de los eventos mencionados representaron a los primeros habitantes del país, los amerindios, utilizando la selección de diferentes narrativas construidas a lo largo de la historia intelectual brasileña. Por lo tanto, desde una visión histórica se busca exponer los movimientos culturales y los acontecimientos políticos que culminaron en la comprensión de que parte de la sociedad brasileña, en la cual se insertan los comités mencionados anteriormente, tiene que ver con los amerindios y su papel en la construcción de la nación brasileña.

Palabras clave: Mega eventos. Representación. Amerindios.

Introdução¹

Neste artigo, analisaremos como a imagem do ameríndio brasileiro foi utilizada nos dois maiores megaeventos realizados no Brasil do século XXI: a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Para isso, ele será dividido em duas partes. Na primeira, faremos um apanhado histórico a respeito da construção social e cultural de dois movimentos artísticos fundamentais para a representação do ameríndio brasileiro, assim como a de seu papel dentro do nacionalismo e da identidade brasileira. Tais movimentos são as versões nacionais do romantismo e do modernismo, de onde surgem o indianismo e o conceito cultural moderno da antropofagia.

Discutiremos, portanto, como o indianismo, um movimento artístico e literário inspirado no romantismo europeu, foi bem-sucedido na criação e popularização da figura mitológica ameríndia – que incorpora feitos heroicos e peculiaridades românticas aos nativos brasileiros e a um ambiente natural e pré-moderno idealizado. Veremos, na sequência, como a antropofagia difere do movimento literário romântico ao libertar tal figura alegórica do seu passado lendário, trazendo à tona uma narrativa que destaca a importância sociocultural ameríndia à sociedade brasileira contemporânea e que,

¹ Uma versão anterior a este artigo, chamada “Brazil 2014 and Rio 2016, in-between Mythological Amerindians narratives and the Tupi Alter-Modern Project”, foi apresentada no 56º Congresso Internacional de Americanistas na Universidad de Salamanca (Espanha) em julho de 2018.

ao mesmo tempo, serve como narrativa nacionalista que transforma o Brasil e seus primeiros habitantes em figuras centrais dentro da cena mundial pós-moderna.

Na segunda parte, faremos uma análise de conteúdo das cerimônias de abertura da Copa do Mundo da Fifa 2014 e das Olimpíadas de Verão de 2016 para poder avaliar como tais eventos retrataram os ameríndios brasileiros – e como os dois movimentos artísticos mencionados – o romantismo e a antropofagia – podem ter influenciado tais representações. Em seguida, compararemos as representações dos ameríndios de ambas as cerimônias de abertura para entender o papel que foi reservado para os indígenas dentro das narrativas de construção identitária nacional assim como a narrativa das contribuições do Brasil para o projeto moderno.

Contexto histórico

Entre 1815 e 1822, antes mesmo de sua independência com relação ao Reino Unido de Portugal e Algarves, o Brasil viu na combinação de “elementos da realeza europeia, como coroas, vestes, mantos e cetros” com “elementos da natureza brasileira, como o arbusto de café e a plumagem dos pássaros brasileiros” (SANTOS, 2003, p. 187) a possibilidade de construir uma narrativa adequada para estabelecer sua identidade como uma monarquia ocidental entre os trópicos. No entanto, quando a independência foi finalmente proclamada (1822), a *intelligentsia* brasileira se arriscou na busca de uma narrativa histórica

nacional que rompesse seus laços coloniais com Portugal.

Essa tarefa, no entanto, não era simples. Qualquer tentativa de narrativa que desvinculasse a identidade brasileira da influência portuguesa também poderia comprometer a associação entre o Brasil e a sociedade ocidental – e, portanto, entre um jovem Brasil e a ideia de uma civilização moderna com raízes na Europa clássica. Essa ruptura entre o Brasil e Portugal poderia, deste modo, ser um verdadeiro problema para a imagem de um país tão jovem, diverso e longínquo, já que, para grande parte da elite brasileira do século XIX, a civilização europeia moderna era, sem dúvida, “o culminar de uma trajetória civilizadora que partia de um estado natural” (QUIJANO, 2000, p. 542). Em outras palavras, a Europa ocidental era considerada como recipiente do *Espírito* (HEGEL, 2011).

Uma das consequências de tal pensamento eurocêntrico era o fato de que os habitantes do continente americano, que não eram descendentes do velho continente, eram considerados mais próximos da ideia de natureza, do primitivo, do que do conceito de civilização. Isso fez que ameríndios e afro-brasileiros fossem considerados pelas elites latino-americanas como “pertencendo ao passado no progresso das espécies” (QUIJANO, 2000, p. 542).

Além disso, essa desvantagem socialmente construída, dentro da dualidade natureza/civilização, ou natureza/espírito (HEGEL, 2011), era frequentemente estendida também aos territórios em que esses povos habitavam. América do Sul, África e Ásia eram, portanto, continentes comumente associados à natureza (MIGNOLO, 2005, p.

82), por isso pareciam mostrar o que Hegel considerava ser “uma imaturidade física” (HEGEL, 2011, p. 81) – enquanto a Europa era considerada o centro da *civilização*.

Como resultado desta lógica do “*the west and the rest*” (HALL, 1992), os membros da elite econômica e intelectual brasileira do século XIX – em boa parte descendentes de portugueses – sentiram que, ao menos internacionalmente, também estavam sujeitos ao mesmo tipo de preconceito que eles praticavam em casa – o preconceito com base no determinismo geográfico e étnico (SCHWARCZ, 2012). Dessa maneira, como eles poderiam criar uma narrativa nacional que os separaria de um passado colonial e marginal sem causar uma ruptura indesejada na associação entre a sociedade brasileira e a civilização moderna?

O indígena dentro da narrativa nacionalista brasileira

Para responder a essa pergunta, na década de 1840, o recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) prometeu pagar um prêmio ao autor da melhor monografia sobre como a história brasileira deveria ser escrita. Essa monografia deveria apresentar ao instituto “um plano para escrever a história antiga e moderna do Brasil, levando em consideração seus aspectos políticos, civis, eclesiásticos e literários” (RODRIGUES, 1966, p. 157). O prêmio foi concedido ao autor alemão Karl Friedrich Von Martius, com seu ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843).

As principais ideias de seu ensaio podem ser resumidas em dois aspectos principais: 1. o fato de que a sociedade brasileira foi formada por três etnias: os portugueses, os africanos e os ameríndios; e que, por meio do cruzamento desses três povos, 2. o Brasil estaria destinado a ser um ator importante na cena mundial, “exercendo uma poderosa influência sobre as classes mais elevadas” (VON MARTIUS, 1956, p. 443).

Ao apresentar essas ideias, “Como se deve escrever a história do Brasil” deveria ser usado como um contra-argumento histórico/filosófico capaz de transformar a mistura cultural e étnica do Brasil – uma característica que muitos escritores do século XIX consideravam uma “degeneração genética” (GOBINEAU, 1915) ou mesmo um obstáculo ao desenvolvimento da nação (SKIDMORE, 1969) – em uma questão de excepcionalismo e orgulho nacional.

Durante as décadas seguintes muitas das ideias de Von Martius foram revisitadas por diferentes gerações de artistas, escritores e intelectuais brasileiros comprometidos com a criação e/ou a compreensão de diferentes narrativas brasileiras – como em Oswald de Andrade (1928) e Freyre (1933, 1940). No entanto mais importante para a nossa discussão é o fato de Von Martius ter estabelecido uma nova narrativa em relação ao ameríndio brasileiro. Tal narrativa reconhece a importância dos nativos brasileiros para a construção da nação como uma parte importante de uma experiência multiétnica única que, um dia, levaria o Brasil à materialização de um futuro promissor.

Para Von Martius, a ideia de que o Brasil estaria fadado a um futuro promissor

advinha da crença de que essa mistura étnica entre povos tão distintos não teria acontecido por uma simples obra do acaso. Para o autor, “o gênio da história [...] muitas vezes lança mão em cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem mundial” (VON MARTIUS, 1956, p. 442). Segundo essa narrativa, um dia o Brasil viria a ser uma grande potência global, “exercendo influência nas classes mais elevadas” (Ibidem, p. 445).

No que diz respeito ao papel do ameríndio nesse futuro, o autor alemão busca no passado justificativas para mostrar como os primeiros habitantes da terra poderiam colaborar com o futuro da nação. Dessa maneira, Von Martius lança mão da teoria de que as diferentes tribos ameríndias que habitavam o Brasil antes do seu descobrimento uma vez formaram um “único e grande povo” (VON MARTIUS, 1956, p. 445).

De acordo com essa teoria, esse povo teria sido conhecido posteriormente já separado em diferentes tribos em um estado de “dissolução civil e moral” (Ibidem, p. 444), vivendo, portanto, num período parecido com a idade das trevas da Europa. Os defensores dessa teoria se baseiam no fato de que vários povos ameríndios, do norte ao sul do continente sul-americano, se comunicavam em línguas advindas do mesmo ramo linguístico: o tupi-guarani. Essa crença acabou levando Von Martius a defender publicamente a necessidade de expedições exploratórias para os sertões do país com o intuito de encontrar ruínas que provariam a existência de uma “civilização superior” (Ibidem, p. 447), que seria semelhante aos povos encontrados em “Papilanta, México, Uxmal, Copán, Quito, Tiaguarano etc.” (Ibidem).

Indianismo: o ameríndio mítico na literatura brasileira e nas exposições universais

Se dentro da academia brasileira do século XIX os ameríndios desempenhavam papel importante na construção de uma narrativa histórica emancipacionista em relação ao antigo colonizador, nos domínios das artes visuais e da literatura, o papel dos nativos brasileiros não poderia ser diferente. Afinal, o Brasil ainda era um país escravista que tentava separar sua imagem da de seu antigo colonizador. Dessa maneira, afrodescendentes e portugueses teriam de ser excluídos da narrativa nacional. Portanto “apenas um índio idealizado poderia ser o símbolo da nova nação” (SCHWARCZ, 2006, p. 30).

É importante ressaltar que o indianismo foi um gênero artístico e literário inspirado no romantismo europeu, o qual substituiu a figura heroica do cavaleiro, que se encontrava em um cenário europeu medieval, por ameríndios nobres e selvagens, intimamente ligado ao mundo natural do Éden pré-cabraliano. Assim como o cavaleiro medieval, o ameríndio mitológico apresentado pelo indianismo também foi retratado como heroico, nobre e altruísta – “um símbolo de pureza, um modelo de honra” (SCHWARCZ, 2006, p. 34). Infelizmente, como seu equivalente europeu, o ameríndio mitológico também estaria destinado ao desaparecimento, absorvido pela civilização moderna.

Além disso, dentro do indianismo, o ameríndio não era apenas uma figura nobre, mas muitas vezes, como é comum em narrativas fictícias e nacionalistas, ele

também era lendário, pois possuía características heroicas e, às vezes, até mesmo super-humanas. Essas características, desdobramentos domésticos do mito do *bon sauvage* de Rousseau, ajudariam na criação de um ameríndio mitológico que viria a ser útil à agenda nacionalista brasileira do século XIX.

No século XIX, mesmo as elites acadêmicas e artísticas da época que reconheciam a importância dos ameríndios para a formação da nação, também expressavam sua crença no inevitável destino ameríndio: seu desaparecimento. Duas das analogias que melhor definem a percepção dos nativos brasileiros na época são encontradas em metáforas que relacionam o porvir dos nativos brasileiros com o destino de rios tributários. Enquanto Von Martius compara os elementos ameríndios e africanos do Brasil com afluentes que se juntariam ao poderoso rio português (VON MARTIUS, 1956), José de Alencar – no início de seu *magnus opus* – o *Guarani* (publicado pela primeira vez em 1857) – faz uso de uma analogia semelhante por meio da descrição do rio Paquequer, um dos afluentes do Paraíba. Dentro dessa analogia, Alencar comparava o Paquequer aos ameríndios, pois eles deveriam ser admirados em toda sua força e esplendor anteriormente a seu contato com a civilização ocidental – já que, uma vez o contato realizado, eles se tornariam submissos e perderiam sua “beleza selvática” (ALENCAR, 2010, p. 3).

Ambas as alegorias – metáforas do papel que as elites acadêmicas e artísticas do século XIX dão aos ameríndios – revelam uma característica que pode ser observada em diferentes movimentos indianistas no continente americano: a

frequente preferência em relação ao ameríndio histórico em detrimento ao contemporâneo, também conhecido por *passadismo* (DEGREGORI, 1978).

De acordo com Treece (2000), no Brasil, a preferência por essa figura histórica é fruto da impossibilidade da *intelligentsia* nacional em encontrar um meio termo entre duas alternativas – extermínio ou integração – para os ameríndios que viviam no Império do Brasil (1822-1889). “Entre essas alternativas, não poderia existir nenhuma área cinzenta questionando o valor da assimilação na sociedade branca do ponto de vista da própria integridade e identidade cultural do índio ou denunciando a natureza exploradora da economia imperial por seus elementos mais marginalizados” (TREECE, 2000, p. 80).

Como resultado de tal inclinação para o ameríndio histórico, o Império do Brasil usou essa figura mítica – presa ao passado – como meio de expor sua própria imagem nas Exposições Universais do século XIX (SCHWARCZ, 2006; SCHUSTER, 2018). Como já vimos, a escolha da imagem do ameríndio era a única alternativa para um país que queria, até certo ponto, separar sua imagem da de Portugal e desviar a atenção do fato de que, no final do século XIX, os afro-brasileiros ainda continuavam sendo escravizados no país (SCHWARCZ, 2006).

Além disso, tal imagem ameríndia mítica – nobre, pura e forte, mas marginal à sociedade ocidental – também ajudou o país a se expor como um paraíso semelhante a um novo Éden. O Brasil se mostrava, portanto, como uma terra ainda pouco explorada pelos homens ocidentais e, por isso, possuidor de muitas terras

férteis esperando para serem cultivadas. Esses elementos em conjunto apresentavam o Brasil como “a terra do futuro”, ainda virgem, à espera de braços europeus “para se tornar uma das maiores nações do mundo” (COMITÊ BRASILEIRO PARA PARIS 1867, p. 3).

Relativização da modernidade ocidental na República do Brasil

O consenso ideológico entre membros da *intelligentsia* brasileira de que o ameríndio era essencialmente um selvagem – sendo ele nobre ou não – cuja própria existência, conhecimento e *ethos* seriam completamente obsoletos ao mundo moderno, começou a mudar gradualmente no início do século XX. Pode-se ressaltar a monografia de Euclides da Cunha (2010) sobre a Guerra de Canudos (1896-1897) como uma das obras literárias mais influentes do Brasil do início do século XX. *Os sertões* (1902) coloca a modernidade em perspectiva, reconhecendo, enfim, algum valor no conhecimento de grupos excluídos da sociedade brasileira. Apesar do preconceito racial do autor em relação a grupos étnicos não europeus, o livro apresenta a seus leitores elementos para a compreensão do porquê foi tão difícil para o exército republicano brasileiro lutar contra uma milícia formada por ameríndios, ex-escravos e camponeses empobrecidos. Em sua narrativa, Cunha explica como a falta de treinamento militar formal da milícia foi contrabalançada pelo conhecimento de seus combatentes sobre a terra e a sua melhor adaptabilidade às duras condições ambientais do sertão brasileiro.

A relativização da modernidade ocidental, que pode ser encontrada em *Os sertões*, foi ainda impulsionada por eventos históricos que ocorreram na Europa durante as décadas iniciais do século XX. De acordo com alguns historiadores, como Olivier Compagnon, o advento da Grande Guerra (1914-1918) colaborou com a sensação de que as culturas da Europa Ocidental não deveriam ser o único modelo para a recém-proclamada República do Brasil. Devido à guerra, “a Europa tornou-se objeto de profunda desilusão entre as elites latino-americanas [...]. Terminando assim uma era que começou com a ruptura do cordão colonial que unificava o novo mundo à península Ibérica” (COMPAGNON, 2013, p. 203).

O ameríndio antropófago

Essa relativização do projeto moderno – como um processo contínuo que teve a Europa ocidental como principal líder e modelo – influenciou uma nova geração de artistas e intelectuais brasileiros na criação de diferentes narrativas de modernidade que tentariam levar o Brasil das margens da sociedade moderna ao seu núcleo. Entre essas narrativas, uma causou grande impacto em meio à elite do país. O “Manifesto antropófago”, escrito por Oswald de Andrade (1928), transformou o ritual do canibalismo em uma narrativa que redefiniria o *ethos* brasileiro e, ao mesmo tempo, colocaria o país e seus habitantes como atores principais em um projeto de modernidade revisitada.

O manifesto possui referências a homens europeus como Rousseau, Napoleão e Goethe. O fato de uma narrativa nacionalista conter tantas referências europeias poderia inicialmente ser visto como uma contradição. No entanto o aparente paradoxo seria esclarecido pela sentença mais famosa do manifesto: “Tupy, or not tupy that is the question” (ANDRADE, 1928, p. 3). A frase capta a essência do ameríndio retratado por Andrade já que, segundo a tradição antropofágica dos tupis, ao alimentar-se do *Outro*, o *Eu* evolui por ter absorvido suas qualidades físicas, intelectuais e espirituais. Desta forma, o ameríndio busca “ampliar sua condição humana, ou até mesmo superá-la” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 206). Portanto, ao subverter uma das suas frases mais famosas de William Shakespeare, o autor mostra ter devorado metaforicamente o espírito autoinquisitivo do célebre autor inglês.

Dentro da narrativa antropofágica, o tupi deveria ser visto como uma figura semelhante ao antepassado espiritual de um país culturalmente miscigenado. Assim, com o manifesto, Oswald de Andrade criou uma narrativa decolonial de um país que, contrariamente à historiografia ocidental, não é exclusivamente latino – ou luso-americano –, mas também é ameríndio, afro-americano, ítalo-americano ou qualquer coisa que deseje ser, pois, de acordo com o manifesto, a inconstância da alma ameríndia foi a constante que orientou o *Volksgeist* brasileiro ao longo dos séculos.

Além disso, de acordo com o autor, a apropriação e, portanto, a aceitação cultural do *Outro* pelo *Eu* seria uma característica

inerente aos ameríndio e, conseqüentemente, aos brasileiros. Em constante expansão, a “fome” pelo outro serviria à sociedade ocidental como uma forma de evolução que viria por resultar numa transformação de caráter mundial. Tal transformação, chamada por Andrade de “Revolução Caraíba”, seria ainda “maior do que a revolução francesa” (ANDRADE, 1928, p. 3).

A importância do manifesto antropófago como narrativa decolonial é, portanto, múltipla, pois sua contribuição vai muito além das artes liberais e cênicas. No entanto, dentro da discussão que se apresenta através desse artigo, é importante destacar o significado do manifesto para a imagem socialmente construída do ameríndio. A concepção de De Andrade a respeito dos nativos brasileiros acaba por causar uma certa ruptura com a narrativa apresentada durante o romantismo tanto na ontologia ameríndia como na temporalidade de sua importância na construção da nação (MALANSKI, 2018, p. 183).

O “Manifesto antropófago” é, portanto, um texto primordial que simboliza o início de uma visão alternativa sobre os ameríndios e seu papel na formação da sociedade brasileira. Poderia se dizer, portanto, que até o início do século XX era praticamente um consenso entre as elites brasileiras a ideia de que os ameríndios eram representantes de uma era pré-moderna e obsoleta – cujo destino era o desaparecimento na concha de retalhos da cultura brasileira. Por isso o ameríndio – visto sob o olhar indianista – não poderia vir a contribuir para o desenvolvimento da nação rumo ao progresso e à modernidade.

No entanto, com o advento do “Manifesto antropófago”, essa imagem do ameríndio passou a contar com uma narrativa alternativa. Nessa narrativa, o ameríndio deixou de ser tratado como simples vítima do processo de modernização do país para passar a ser considerado um ator ativo na construção na sociedade brasileira. Portanto, para os modernistas brasileiros, a lógica da modernidade ocidental foi subvertida: o colonizado “devorou” o colonizador.

Ao assim fazê-lo, dentro da narrativa da antropofagia, os ameríndios foram retratados à matriz do *ethos* nacional. Tal passagem – dos livros de história para o cotidiano nacional e o futuro do país – buscou a relativização da imagem do ameríndio mítico que havia sido previamente influenciada pelo indianismo, liberando-o, assim, de seus grilhões pré-cabralianos e/ou coloniais e inserindo-o em uma narrativa nacionalista – mas não xenófoba – e moderna.

Com relação ao desdobramento final da antropofagia – ou seja: a “revolução Caraíba”, que acabaria por estabelecer o país como ator principal dentro do projeto moderno –, pode-se dizer que Oswald de Andrade deu continuidade ao pensamento de Von Martius: o Brasil estaria destinado a desempenhar um papel importante na cena mundial devido ao encontro de diferentes povos no interior de suas fronteiras. Entretanto os autores diferiram no personagem principal por trás do futuro promissor do Brasil – para Von Martius, esse papel estaria reservado aos portugueses.

Brasil, a terra do futuro

Após “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843) e “Manifesto antropófago” (1928), a ideia do Brasil como candidato a protagonista dentro do cenário mundial – também anunciada pelo Império do Brasil nas exposições mundiais do final do século XIX – foi mais uma vez explorada em 1941, quando o livro *Bresilien, ein land der zukunft* (Brasil, um país do futuro) foi simultaneamente publicado em português, alemão, sueco, francês e inglês. Seu autor, Stefan Zweig – que havia fugido da Europa durante a Segunda Guerra Mundial para viver seus últimos anos com sua esposa em uma América do Sul tropical e sem guerra – ficou impressionado com a exuberância do Brasil e do brasileiro. Para o famoso escritor austríaco, que ficou desapontado com a segunda guerra na Europa em menos de um quarto de século (ZWEIG, 2006, p. 12), o país tinha tudo o que precisava, desde recursos físicos até capital humano, para se tornar um importante protagonista global no futuro. Além disso, Zweig viu no Brasil algo que a faltava em sua Europa contemporânea: uma maneira pacífica de pensamento e uma atitude humana com o próximo. Ademais, Zweig também ficou particularmente impressionado com a natureza do país, que, segundo ele, estava “sempre em estado de clímax” (Ibidem, p.82).

Um aspecto comum às obras de Von Martius (1843), Andrade (1928) e Zweig (1941) é o uso do futuro como uma época capaz de materializar uma civilização brasileira próxima ao ideal. Segundo Carvalho (2006, p. 32), “assim como o passado (*illo tempore*), o futuro é também um tempo mítico, no qual tudo irá se realizar, é o tempo da

esperança”. Da mesma maneira, o futuro (à beira de se tornar o presente) é a força que nos impulsiona à modernidade, que nos move através do desejo de estar em pé de igualdade com o nosso tempo, assim como o futuro longínquo – compreendido como um tempo utópico e distante – seria o destino final da modernidade, quando o espírito se torna absoluto (HEGEL, 2011).

Portanto, quando o Brasil é tido como a “terra do futuro”, subentende-se que, um dia, o Brasil se encontrará na vanguarda da modernidade ocidental (ou seja, completamente adaptado ao projeto de modernidade norte-americano e/ou eurocêntrico) ou então que essa modernidade será, de alguma forma, moldada pelo povo brasileiro, resultando em uma forma de altermodernidade tupiniquim. Para muitos, a realização de ao menos uma dessas promessas parecia estar próxima de ser realizada na primeira década dos anos 2000, quando, após décadas de ditaduras militares e fortes recessões econômicas, o crescimento econômico brasileiro foi finalmente acompanhado por uma democracia política e certo progresso em direção à inclusão social de grupos outrora excluídos.

Com o intuito de consolidar a posição do Brasil como uma potência mundial emergente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiou oficialmente as propostas do país para sediar a Copa do Mundo da Fifa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O apoio do presidente Lula, realizando um discurso emotivo na 121ª sessão do Comitê Olímpico Internacional em Copenhague (10/2009), foi decisivo na escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. As reações efusivas por parte dos membros do Comitê Olímpico Brasileiro, assim

como boa parte da sociedade civil brasileira, podem ser explicadas pela sensação de que, tendo recebido a Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos de Verão num intervalo de apenas dois anos, o país teria a sua frente dois importantes eventos que materializariam o surgimento do Brasil como uma nova potência mundial e a chegada de um futuro prometido.

A Copa do Mundo da Fifa de 2014, o ameríndio entre a natureza e a civilização

No dia 12 de junho de 2014, em meio a protestos contra as despesas excessivas nas construções de novas arenas de futebol que deram início a uma profunda crise política, a Copa do Mundo da Fifa teve início na cidade de São Paulo. Como de costume, havia grande expectativa em relação a como o país seria retratado na cerimônia de abertura da competição. A apresentação foi dividida em quatro atos que podem ser divididos em: 1. natureza brasileira; 2. a diversidade da civilização nacional; 3. o futebol e a sociedade do Brasil; e um último ato 4. musical contendo a canção oficial da competição (MALANSKI, 2016).

A apresentação – que durou o total de 21 minutos e 28 segundos – procurou contar a história do país em certa ordem cronológica. Os ameríndios foram, portanto, o primeiro povo a ser representado no estádio. Apesar disso, seu papel na cerimônia foi bastante secundário à medida que os ameríndios apareceram, remando sobre um rio imaginário, durante apenas cerca de 90

segundos. Neste curto período, seu papel na cerimônia foi o de elemento coesivo que encerraria o primeiro ato (natureza brasileira), antecipando o que viria a seguir: o ato sobre a diversidade cultural nacional.

Dessa maneira, os ameríndios são os únicos seres humanos a aparecerem em cena durante o primeiro ato. No entanto a falta de qualquer referência simbólica, seja ela direta ou indireta, ao povo ameríndio durante o segundo ato – que fora reservado à exibição da diversidade da cultura brasileira – é sintomática da ausência da participação dos nativos brasileiros na concepção do que os organizadores da cerimônia consideram ser elementos constituintes da cultura nacional.

Ademais, o papel como elemento de transição entre o primeiro ato – natureza (ou a fauna e a flora) – e o segundo ato – brasileiros (ou civilização) – os posiciona diretamente entre esses dois grupos, isto é, no papel de pessoas incivilizadas ou primitivas, cuja cultura está em perigo e sua própria existência mal pode ser notada dentro de um Brasil moderno. Além disso, pode-se também dizer que o fato deles serem retratados se movendo por um rio aumenta o sentimento de que os ameríndios desempenharam um papel transitório na história do país – além, é claro, de terem sido retratados como povos nômades, intimamente ligados à natureza, que ocupavam a totalidade da terra hoje chamada Brasil. Vale lembrar que esse tipo de representação foi vista muitas vezes nas representações ameríndias do século XIX, na literatura e nas artes visuais do indianismo, e que foi difundida de maneira sistemática pelo Império do Brasil durante as exposições mundiais da época (BARBUY, 1996).

Portanto sua posição como elemento coeso entre os dois atos, bem como sua total ausência na apresentação da diversidade cultural brasileira – ou seja, o segundo ato – reforçam a ideia de que os ameríndios são frequentemente relegados a um papel secundário na construção da nação: ao de distantes antepassados, os primeiros habitantes do Brasil. Desse modo – assim como nas suas representações românticas durante o século XIX – o ameríndio da Copa do Mundo da Fifa de 2014 está confinado no passado, dentro de um Brasil colonial ou mesmo anterior à chegada do homem branco ao país. Assim, de acordo com essa narrativa, como povos quase extintos, os índios não têm nenhum papel a desempenhar no futuro da nação.

Rio 2016: o ameríndio antropofágico como elemento central da altermodernidade tupiniquim

No dia 5 de agosto de 2016, a cerimônia de abertura do Rio-2016 se desenrolou no Estádio do Maracanã. Durante mais ou menos 3 horas e 40 minutos, o Comitê Olímpico Brasileiro fez apelos em prol de um melhor futuro para as próximas gerações com a redução das emissões de CO₂ e maior tolerância em relação ao próximo.

Dadas as mensagens apresentadas na cerimônia, ficou claro que, para seus organizadores, a modernidade como projeto falhou com relação ao desenvolvimento industrial sustentável e à tolerância étnico-cultural.

No entanto, nesses dois temas, o Brasil foi apresentado como tendo sua própria parcela histórica de responsabilidade. Isso fica claro nas cenas do desmatamento da Floresta Amazônica e na maneira como afro-brasileiros foram retratados trabalhando nos campos de cana-de-açúcar no Brasil pré-republicano.

Todavia, como é de se esperar de uma nação anfitriã, de maneira geral, o país foi representado de forma relativamente positiva. Assim, o Brasil também foi retratado como uma das nações industrializadas menos poluentes do mundo (ao menos no que diz respeito aos níveis de emissão de dióxido de carbono na atmosfera) e como um dos lugares mais multiculturais do planeta (MALANSKI, 2019).

É importante ressaltar que, na cerimônia, tais características positivas do país foram amplamente atribuídas ao *ethos* do ameríndio brasileiro. O primeiro ato da cerimônia começa com a formação e transformação da porção continental de terra hoje conhecida como Brasil. O ato tem o meio ambiente brasileiro como elemento coesivo. Dessa maneira, o solo nacional é o único componente a aparecer integralmente no decorrer do primeiro ato.

O solo, portanto, é visto pela primeira vez num período que remonta à pré-história, em que a vida começa a se transformar lentamente, até a chegada dos dias de hoje. Dentro dessa narrativa cronológica, os ameríndios são, naturalmente, os primeiros seres humanos a pisarem em uma espécie de paraíso verde, onde as plantas crescem rapidamente e os animais são abundantes e se movem livremente pela floresta.

A rápida transformação do cenário é realizada por meio de projeções de luz das cores da bandeira nacional – o verde representa a flora e o amarelo, a fauna. Assim, com a projeções de luzes amarelas, um bando de incontáveis pássaros representa o reino animal. De repente, algo faz o bando de pássaros se dispersar. No entanto eles não vão muito longe, pois ainda podem ser ouvidos. Logo vemos a sombra do animal que parece ter espantado os pássaros: ele parece ter asas, ser imenso e canta uma canção diferente da dos pássaros. À medida em que ele se aproximam da floresta, pode-se ver que a sombra do animal é, na verdade, formada por um grupo de vários ameríndios correndo, em fila, Brasil adentro. Seus movimentos imitam o movimento dos pássaros, suas asas se movem em sincronia quase perfeita.

Devido à característica ameríndia descrita por jesuítas como proveniente de sua “inconstância” (VIEIRA, 1957, p. 216), pode-se supor que, nesse momento, os ameríndios representados na cerimônia se encontram dentro de um ritual onde eles se transfiguraram, se transformando em uma única entidade, um único pássaro. Um poderia dizer que os ameríndios presentes na apresentação parecem estar conectados, em harmonia, unidos em encarnar os pássaros, no que poderia ser uma tentativa de superar sua condição humana (VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

Na cena seguinte, os ameríndios passam a se mover agilmente através da floresta – como se fizessem parte dela. Passados alguns segundos, eles se espalham pela floresta, que parece representar

o todo do Brasil. Em seguida, eles se dividem em três grupos distintos – o que pode ser entendido como uma referência à teoria presente no ensaio de Von Martius (1853) de que todos os ameríndios que falam línguas com base na árvore linguística do tupi-guarani fazem parte do mesmo grupo étnico.

Os índios passam a manipular a flora local. No entanto, apesar deles a utilizarem, vemos que ela, representada por filamentos verdes, ainda se encontra bem preservada. Pouco depois, as tribos se misturam novamente, carregando tais filamentos verdes com eles. Enquanto eles correm em direções opostas, os fios se sobrepõem tal qual uma cesta de vime, representando o artesanato ameríndio e o *patchwork* de suas culturas. Após esse breve momento, os indígenas começam a se mover em círculos, entrelaçando os fios no topo. Seus movimentos coordenados dão forma a três gigantescas ocas.

Embora os ameríndios utilizem madeiras e folhas para construir suas ocas, seu impacto na floresta é bastante limitado à medida que suas residências são compartilhadas e que eles usam os recursos naturais de forma sustentável. Durante a cerimônia, o comitê organizador deixa essa característica evidente por meio da analogia com suas pegadas no solo da floresta: enquanto os ameríndios caminham, o solo se torna temporariamente amarelo – mostrando o desmatamento controlado. No entanto, rapidamente, o solo se torna verde novamente, numa representação da relação harmônica entre homens e natureza.

O impacto da chegada dos portugueses em Pindorama e a formação do povo brasileiro

De repente, trovões e relâmpagos anunciam a chegada de um temporal no palco montado no centro do Maracanã. As três tribos parecem inquietas devido à chegada da tempestade. Elas correm em diferentes direções e acabam por desmantelar suas ocas – em uma possível referência ao impacto da chegada portuguesa sobre os habitantes locais. Ao mesmo tempo, três caravelas portuguesas aparecem no horizonte. Elas representam a chegada dos treze navios da frota de Pedro Álvares Cabral em 1500.

A linguagem corporal dos capitães das caravelas portuguesas sobre o convés – mais elevados que todos os outros e com os braços abertos – dá uma ideia da glória portuguesa durante a Era das Descobertas (entre os séculos XV e XVII). No entanto, ao mostrar os africanos escravizados empurrando os navios portugueses, a cerimônia de abertura do Rio-16 deixou claro que um passado tão glorioso também teve um lado sombrio (MIGNOLO, 2005), dando a entender que muitas das explorações europeias – que resultaram em expansões territoriais e que alimentaram o desenvolvimento da era moderna no ocidente – foram alcançadas por meio da opressão de diferentes grupos étnicos, como os africanos e os próprios ameríndios.

Voltando à representação dos ameríndios na cerimônia, depois de um momento de confusão com a chegada portuguesa, os nativos brasileiros se reorganizam, recuperando-se do seu hiato musical e restabelecendo suas ocas. Quando o fazem, cada

uma das caravelas, com portugueses e africanos em seu interior, começa a ser cercada pelos filamentos que compõem as ocas dos tupis-guaranis. Tal configuração da cena pode ser entendida como 1. uma alusão ao desejo do indígena à incorporação do seu *Outro* epistemológico: tal qual expresso pelo manifesto de Oswald de Andrade em 1928; ou mesmo 2. como uma referência à prática tupi-guarani do *cunhadismo*, na qual membros externos à tribo são incorporados através do matrimônio com membros da comunidade, estabelecendo assim múltiplas relações de parentesco com, virtualmente, todos os seus integrantes (RIBEIRO, 1997).

Ambas as leituras são reforçadas pelo desenvolvimento do ato: o momento no qual as ocas finalmente cercam completamente os recém-chegados ao território. Nesse momento, as câmeras mostram as primeiras interações entre portugueses e ameríndios. O homem europeu parece um tanto desconfortável com a situação, pois mantém seus braços para trás e seus pés quase imóveis; o nativo, no entanto, parece bastante ativo e curioso, movendo-se rapidamente e buscando novos ângulos para observar o estranho.

Uma leitura adicional do referido encontro multiétnico dentro das ocas leva à narrativa da formação da população brasileira, expressa por Von Martius em 1843. Na cena, portugueses, africanos e ameríndios são vistos compartilhando o mesmo ambiente pela primeira vez, um ambiente que é o habitat original dos indígenas – o Brasil. Portanto, a partir desse momento, todos se tornam brasileiros, na medida em que as ocas representam o Brasil como o espaço físico e espiritual (multicultural) dos ameríndios.

Após esse breve porém significativo momento dentro da ocas, os membros dos três principais grupos étnicos brasileiros partem em diferentes direções. À medida que os portugueses se afastam da cena, em direção à exploração da terra, eles imediatamente deixam uma trilha de desenvolvimento na região selvagem, mudando permanentemente o meio ambiente com seu desmatamento. Os africanos são levados, escravizados, pelos portugueses. Os ameríndios, por sua vez, permanecem por mais alguns instantes, segurando os fios verdes enquanto ainda cantam, mantendo suas tradições por mais um tempo até que eles finalmente deixam a cena.

Em última análise, no contexto das representações dos países anfitriões nas cerimônias de aberturas dos jogos olímpicos, as principais mensagens apresentadas pelo Rio-2016 – o apelo a um futuro mais tolerante e autossustentável – também pode ser interpretadas como uma das contribuições do Brasil para o projeto moderno (MALANSKI, 2019). A respeito disso, os ameríndios foram identificados como elementos-chave na construção do Brasil como uma sociedade culturalmente tolerante e ligada à natureza.

Conclusão

Neste artigo, vimos que, através da história do Brasil, diferentes narrativas foram criadas para os primeiros habitantes do país. Os ameríndios – como membros de uma cultura estranha à modernidade ocidental, originalmente despida da ideia

de progresso e do desejo de acumulação de riquezas (LARRAIN, 2005) – serviram aos homens modernos como uma espécie de espelho reverso. Assim, suas características opostas às características dos homens “civilizados” expuseram as falhas e as virtudes da sociedade ocidental. Dessa forma, muitas narrativas a respeito dos ameríndios foram criadas pelo homem ocidental com o intuito de destacar suas próprias características por meio da exposição de dualidades como selvagem/culto, livre/cativo, nobre/ganancioso, obscuro/respeitável e assim por diante.

No Brasil do século XIX, algumas dessas dicotomias deram sustentação à criação do indianismo. Já no século XX, tais contrastes foram subvertidos pela antropofagia de Oswald de Andrade. Na segunda narrativa, os ameríndios já não eram mais fundamentalmente o oposto da civilização, porém uma parte fundamental da sociedade brasileira. O indianismo e a antropofagia foram, portanto, movimentos artísticos bastante distintos na maneira como eles entendiam o ameríndio e retratavam seu papel dentro da sociedade brasileira. No indianismo, os nativos eram figuras nobres e míticas que estariam destinadas ao desaparecimento, absorvidas pelo projeto moderno. Já o ameríndio do modernismo antropofágico, com sua curiosidade inerente e seu impulso interminável para o multiculturalismo, era considerado um exemplo para uma modernidade mais inclusiva.

Apesar dessas representações datarem de séculos já passados, elas ainda parecem influenciar as diferentes visões que se tem dos indígenas brasileiros e, de tempos em tempos, são usadas como

base para narrativas nacionalistas. No que diz respeito às semelhanças entre as representações dos indígenas nas cerimônias de abertura da Copa do Mundo Fifa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, embora ambas tenham exibido a forte ligação entre ameríndios e a natureza, elas divergiram na maneira como confrontaram a população ameríndia com o projeto moderno. Enquanto o comitê da Copa de 2014 adotou uma representação semelhante àquela do *indianismo* – que também foi adotada pelo Império do Brasil durante as Exposições Universais do século XIX –, na qual a mensagem implícita é de que o indígena está fadado a um tempo pré-moderno, o Comitê dos Jogos Olímpicos de 2016 baseou sua narrativa no ideário modernista, no qual os indígenas são protagonistas de um Brasil que é aberto a todas as culturas; um país onde diferentes etnias se encontram e onde a modernidade é – ou, ao menos, deveria ser – livre da xenofobia e do ódio racial. ■

[DANIEL MALANSKI]

Doutor em História Cultural pela Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e em Comunicação Audiovisual pela Universidade Autônoma de Barcelona. Realizou doutorado sanduíche no King's Brazil Institute do King's College de Londres e foi Senior Research Assistant na City University de Hong Kong. Mestre em Comunicação e Mídia pela Universidade de Estocolmo e pesquisa temas relacionados à modernidade/colonialidade, nacionalismo, identidades regionais, estudos culturais e mega-eventos mundiais.
E-mail: danielmalanski@gmail.com

Referências

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 3 e 7, maio 1928.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-261, 1996.

CARVALHO, Vinícius de. Brasil, um país do futuro: projeções religiosas e leituras sobre um mote de Stefan Zweig. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 30-42, 2006.

COMITÉ BRASILEIRO PARA PARIS 1867. **L'Empire du Brésil a l'Exposition Universelle de 1867 à Paris**. Rio de Janeiro: Typographie Universelle de Laemmert, 1867.

COMPAGNON, Olivier. **L'adieu à l'Europe: L'Amérique latine et la Grande Guerre**. Paris: Fayard, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Rebellion in the Backlands**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

DEGREGORI, Carlos Iván. Ocaso y replanteamiento de la discusión del problema indígena (1930-1977). In: DEGREGORI, Carlos Iván et al. **Indigenismo, classes sociales y problema nacional: la discusión sobre el "problema indígena"**. Lima: Ediciones Cetals, 1978. p. 227-251.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Globo, 1933.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. v. 28.

GOBINEAU, Arthur. **The inequality of human races**. London: William Heinemann, 1915.

HALL, Stuart. The west and the rest: discourse and power. In: MAAKA, Roger; ANDERSEN, Chris. **The indigenous experience: global perspectives**. Toronto: Canadian Scholars' Press, 1992. p. 165-173.

HEGEL, George. **The philosophy of history**. Kitchner: Batoche Books, 2011.

LARRAIN, Jorge. **Identity and modernity in Latin America**. Cambridge: Polity Press, 2005.

MALANSKI, Daniel. "Juntos num só ritmo": FIFA World Cups of 1950 and 2014 as milestones of Brazil's advances towards regional representation within Brazilian-ness. **Sport in Society**, Abingdon, v. 19, n. 10, p. 1518-1536, 2016.

MALANSKI, Daniel. Brazil 2014 and Rio 2016, in-between Mythological Amerindians narratives and the Tupi Alter-Modern Project. *In*: ALCÁNTARA, Manuela; GARCÍA MONTERO, Mercedes; LÓPEZ, Francisco Sánches. **Antropología**: memorial del 56° Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca: Aquilafuente, 2018. p. 178-191.

MALANSKI, Daniel. Cannibals, colorful birds, and exuberant nature: the representation of Brazilian nationalism and its tropical modernity in the 2016 Rio Olympics. **Journal of Sport and Social Issues**, Thousand Oaks, 21 nov. 2019. Não paginado.

MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America**. London: Blackwell, 2005.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, Thousand Oaks, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museums without past, the Brazilian case. **International Journal of Cultural Studies**, Thousand Oaks, v. 6, n. 2, p. 180-201, 2003.

SCHUSTER, Sven. The World's Fairs as spaces of global knowledge: Latin American archaeology and anthropology in the age of exhibitions. **Journal of Global History**, Cambridge, UK, v. 13, p. 69-93, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Mestizo and tropical country: the creation of the official image of independent Brazil. **Erlacs**: European Review of Latin American and Caribbean Studies, Amsterdam, v. 80. p. 25-42, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brazilian intellectuals and the problem of race (1870-1930)**. Nashville: Vanderbilt University, 1969.

TREECE, David. **Exiles, allies, rebels**: Brazil's Indianist movement, indigenist politics and the imperial nation-State. Westport: Greenwood Press, 2000.

VIEIRA, Antônio. Sermão do espírito santo. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões**. São Paulo: Editora das Américas, 1957. v. 5, p. 205-255.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista de História de América**, Cidade do México, v. 42, p. 433-458, 1956.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

IDENTIDADE
E RELAÇÕES
INTERCULTURAIS
EM GUARANI:
A VIAGEM COMO
ESTRATÉGIA
NARRATIVA

[ARTIGO]

Luiza Cristina Lusvarghi

Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo pretende contextualizar os conceitos de interculturalismo, transculturalismo e transnacionalismo em sua representação no cinema, por meio da análise do filme *Guaraní*, em que Atílio, um velho pescador paraguaio de uma comunidade Guarani, vive às margens do rio Paraná com suas filhas e uma neta, Iara, que ele cria como se fosse um garoto. A notícia de que Helena, mãe de Iara, que deixou seu povoado para tentar a sorte na Argentina, está grávida de um varão, faz que ele decida ir até Buenos Aires para convencer a filha a ter seu bebê na terra onde nasceu. Em seu longo trajeto, que se inicia em seu velho barco e termina na estrada de carona, ele leva consigo a neta, Iara. O filme adota uma abordagem semidocumental para narrar os conflitos entre a preservação de tradições indígenas sob um contexto de economia globalizada que cada vez mais sufoca antigas formas de produção, a partir da perspectiva de Atílio, que já não consegue encontrar seu lugar nesta nova realidade, e da jovem protagonista, que consegue transitar entre os dois mundos, mas tem medo de assumir sua vida adulta e ter de deixar suas origens para trás.

Palavras-chave: Cinema Latino-Americano. Identidade Sociocultural. Interculturalismo. Transnacionalismo. Transculturalismo.

This article contextualizes the concepts of interculturalism, transculturalism and transnationalism and their cinematic representation by analyzing the film *Guarani*, a story about Atílio, an old Paraguayan fisherman from a *Guaraní* community, living on the banks of the Paraná River with his daughters and his granddaughter Iara, whom he raises as if she were a boy. The news that Helena, Iara's mother, who left her village in pursuit of a better life in Argentina, is pregnant and expecting a boy, makes him want to go to Buenos Aires to convince his daughter to have her baby where she was born. He brings his granddaughter Iara with him in this long journey, which starts in his old boat and ends up with both of them on the road, hitchhiking. The film takes on a semi-documentary approach in order to portray the conflicts between the preservation of Native American customs within a globalized economy (which increasingly suffocates traditional means of production) from the perspective of Atílio, who can no longer find his place in this new reality, and the perspective of the young protagonist, who can walk between these two worlds, but is afraid of taking ownership of her adult life and leave her origins behind.

Keywords: Latin American Cinema. Sociocultural Identity. Interculturalism. Transnationalism. Transculturalism.

El artículo intenta contextualizar los conceptos de interculturalismo, transculturalismo y transnacionalismo en su representación en el cine por medio del análisis de la película *Guaraní*, que cuenta la historia de Atilio, un viejo pescador paraguayo de una comunidad guaraní, que vive en las riberas del río Paraná con sus hijas y la nieta Iara, la cual él la trata como si fuese un niño. Con la noticia de que su hija Helena, madre de Iara que había marchado de su ciudad a buscar fortuna en la Argentina, está embarazada de un varón, decide ir a Buenos Aires para convencerla a tener a su bebé en la tierra donde nació. En su largo trayecto, que se inicia en su propio barco y termina haciendo dedo en las autopistas, le acompaña su nieta Iara. La película adopta un abordaje semidocumental para narrar los conflictos entre la preservación de las tradiciones indígenas bajo un contexto de economía globalizada que cada vez más oprime viejas formas de producción, a partir de la perspectiva de Atilio que ya no logra encontrar su sitio en esta nueva realidad, y de la joven protagonista, que logra transitar entre dos mundos, pero teme asumir la vida adulta dejando atrás sus orígenes.

Palabras clave: Cine Latinoamericano. Identidad Sociocultural. Interculturalismo. Transnacionalismo. Transculturalismo.

Introdução: ponto de partida

O filme *Guaraní* (Paraguai/Argentina, 2016), do diretor Luiz Zorraquín, adota recursos de narrativa cinematográfica documental para descrever a relação entre Atílio (Emilio Barreto), um avô paraguaio, pescador, que não fala o castelhano, pois se recusa a abandonar suas tradições guaranis, e sua neta, Iara (Jazmín Bogorin). A história começa quando ambos decidem deixar sua aldeia para encontrar a mãe de Iara, que foi tentar a sorte em Buenos Aires. O sonho

de Atílio era ter tido um filho homem para poder transmitir a ele sua cultura e, dessa forma, garantir sua perpetuação. Ao descobrir que sua filha Helena, mãe de Iara, está grávida de um menino, decide procurá-la para convencê-la a ter o filho em sua cidade natal, no Paraguai, para que ele seja educado dentro da tradição de seu povo. Para realizar esse trajeto, ele se faz acompanhar de sua neta, que, a princípio, não quer ir. A viagem de ambos ao longo do rio Paraná é parte do rito de iniciação à vida adulta da adolescente Iara, como vamos descobrir ao longo do trajeto que empreendem para cruzar as fronteiras.

[Figura 1]
Cena do filme *Guaraní*



Imagens: Divulgação

O filme lança um olhar sobre as raízes indígenas da etnia Guaraní e o impacto sobre suas tradições culturais diante da perspectiva de uma economia globalizada que cada vez mais sufoca velhas formas de produção e ignora o incessante e contínuo processo de exclusão social gerado por essa nova forma de organização, a partir de perspectivas bastante distintas: a de um velho pescador, que já não se vê inserido nesse novo mundo, e a da protagonista, que consegue interagir com esses dois

universos complexos. O deslocamento como resultante de uma nova realidade econômica e política é característica da fase em que os grandes monopólios estimulam o surgimento de cidades gigantescas, bolsões de miséria e a consequente migração de pessoas. Essa nova realidade vai afetar as relações familiares, a identidade sociocultural e as estratégias narrativas dessas obras de trânsito, em que a viagem é o relato da experiência e a linguagem bilingue representa as hibridações sugeridas por García Canclini (2001).

O objetivo deste artigo é compreender de que forma a viagem de avô e neta, nessa narrativa cinematográfica, rumo à grande cidade simboliza um ritual de iniciação à vida adulta de Iara, sua relação com a comunidade indígena à qual pertence, já afetada por uma perspectiva transcultural, o que lhe confere uma nova identidade sociocultural transnacional. Esta análise parte do pressuposto de que a narrativa está sempre associada a um contexto social, mas pretende compreender de que forma isso se materializa esteticamente dentro da obra. O conceito de transculturação surge nos escritos de Ianni (1996) como a forma mais adequada de significar os intensos processos de intercâmbio fomentados pela globalização, em contraponto ao termo aculturação.

Toda mudança cultural, ou [...] toda transculturação é um processo no qual sempre se dá algo em troca do que se recebe; é um “tomar e dar”. É um processo no qual ambas as partes da equação resultam modificadas. Um processo do qual resulta uma nova realidade, composta e complexa. Uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de características, nem sequer um mosaico, mas um fenômeno novo, original e independente (IANNI, 1996, p. 153).

A transculturação não necessariamente implica uma conquista ou dominação, mas uma negociação de sentidos entre duas culturas que estão vivas. No entanto, ao final desse processo, dessa jornada, nada vai voltar à forma original. De certa forma, o conceito de hibridação cultural de Néstor García Canclini (2001) passa pelo processo de transculturação, pois, diferentemente da ideia de sincretismo religioso, em que

as formas originais permanecem intactas – como a associação entre Santa Bárbara, da doutrina católica, e Iansã, do candomblé –, o produto resultante desse processo é um terceiro. A identidade do sujeito contemporâneo, resultante de processos de hibridação constantes, traz a perspectiva de relações interculturais cada vez mais acentuadas, o que é estimulado pelo processo de globalização, que corresponde a uma urbanização do mundo em escalas gigantescas e cidades cada vez maiores e extremamente complexas.

Na representação fílmica desse processo, os protagonistas que articulam essa transformação são o velho avô e sua neta, e o filme, que se inicia numa viagem de barco e termina na estrada, semelhante a um *road movie*, vai trazer perdas e conquistas para ambos. Para cumprir com esse objetivo de análise, serão explorados os conceitos de transculturalismo de Octávio Ianni, de interculturalismo de Néstor García Canclini, com o suporte dos estudos sobre antropologia e sociologia de Carlos de Rodrigues Brandão e José de Mesquita Pais.

Os ritos de iniciação à vida adulta

A estrutura cinematográfica de *Guaraní* adota técnicas narrativas do documental para descrever a relação entre Atílio – um avô para-guaio, pescador, que não fala o espanhol, pois se recusa a abandonar suas tradições guaranis – e sua neta, Iara (Jazmín Bogorin), que foi deixada aos cuidados da família pela mãe, que seguiu para Buenos Aires para tentar a sorte.

Há longas cenas sem diálogo em que ambos performam sua relação com sua tradição cultural e a pequena localidade. O filme enfoca as raízes indígenas do povo Guarani e o impacto sobre as tradições culturais diante da perspectiva de uma globalização que ignora o processo de exclusão social. O ator que interpreta o avô é Emilio Barreto, profissional de teatro e militante político que foi descoberto e escolhido pelo diretor porque lhe pareceu, em princípio, que ele não era um ator, tamanha sua naturalidade. A garota Jazmín Bogarin, que vive Iara, não era atriz profissional quando participou das filmagens, e Zorraquín adaptou a personagem à personalidade da menina. Em cena, ambos se parecem com pessoas comuns do vilarejo.

A casa é o cenário em que o universo feminino surge na forma de adornos, utensílios e costumes: as mulheres da casa devem servir a refeição a todos, crianças e adultos, e só então devem se sentar para comer. A presença das mulheres na casa é quase imperceptível, e opera dentro de uma perspectiva de binariedade sexual e de complementariedade de papéis típicas de uma sociedade patriarcal. As tias de Iara

cumprem essa função à risca, pois a avó se foi, Atílio é viúvo, e elas devem então substituí-la nessa função. Elas só surgem em cena nos momentos em que cumprem essas tarefas. Iara transita livremente entre esses dois mundos: o do universo doméstico feminino e o da pesca, do trabalho, que deveria ser função de um menino. Ela é criança, ainda não é uma mulher, o que fica claro na cena em que ela tenta ver pelo buraco da fechadura um parto sendo feito e é escorraçada. Suas roupas traduzem essa liberdade, apresentam traços de interculturalidade. Ela usa moletom, bermudas, trajes que poderiam ser de um garoto, mas seus longos cabelos são bastante tradicionais e revelam sua sexualidade e sua identidade de gênero dentro daquela comunidade. Os trajes cotidianos usados pelas mulheres nas grandes cidades são assim, assexuados. As grandes marcas contemporâneas de moda apostam nessa desconstrução do binarismo de gênero, com roupas que podem ser utilizadas por ambos os sexos, que não determinam a orientação sexual de quem as veste. Trata-se mais da identificação da adolescente com a moda urbana das grandes cidades do que algum tipo de questionamento.

[Figura 2]
Iara e seu avô, Atílio



As cenas da garota na bicicleta, escutando música *pop* como qualquer adolescente ocidental, ajudam a revelar que ela não somente representa a pós-modernidade por ser adolescente, mas também por se constituir como o elo do avô com a nova realidade que ele rejeita e na qual não se vê mais representado. O rio Paraná, que nasce no Paraguai e atravessa a Argentina, país vizinho onde também se fala o guarani, sobretudo em Corrientes, é o fio condutor da narrativa quase até o final, quando os personagens são obrigados a pegar um ônibus para chegar à capital portenha.

Para viver o pescador Atílio, Barreto fez uma preparação intensa sobre a cultura da população que vive às margens do rio, analisando a forma como eles caminhavam e seu comportamento. A migração, as mudanças econômicas e o desenvolvimento se insinuando nas relações familiares são parte da trama, em que o avô, que cria a neta como um varão, trabalhando com ele na pesca, decide que chegou o momento de ir até Buenos Aires para reencontrar a filha, agora grávida. O fato que estimula a partida é a notícia de que a mãe de Iara, Helena – que nunca aparece em cena, apenas em uma fotografia – vai ter um menino, o tão sonhado neto de Atílio. Atílio leva Iara consigo, mesmo porque necessita dela como intermediária numa viagem tão longa. O tempo todo temos a sensação de que ele vai resgatar a filha e trazê-la de volta com seu neto. É somente nos minutos finais que nos damos conta de sua verdadeira intenção. Atílio tem clara a mudança que se avizinha, que os tempos são outros e que não há mais lugar no mundo para alguém como ele. Missão cumprida, ele retorna

para o seu rio Paraná¹, que já não é mais o mesmo, onde ele eventualmente faz contrabando de uísque para poder sobreviver aos novos tempos.

Guarani se coloca como um contraponto ao filme *7 Caixas* (*7 Cajas*, Paraguai, 2012), sucesso absoluto de público, de Juan Carlos Maneglia e Tana Schémbori, que também mostra a cultura Guarani, porém no contexto urbano de Assunção, a capital. No entanto a estrutura narrativa de *7 Caixas* pende claramente para a linha do entretenimento, do cinema de gênero, com o idioma guarani intermediado por falas em espanhol.

Os ritos de passagem da infância para a adolescência e desta para a vida adulta não se apresentam da mesma forma historicamente e nas diferentes sociedades. “Em sociedades de outrora, existiam ritos de passagem que demarcavam, de modo preciso, a transição dos jovens para a idade adulta”, diz o pesquisador português Machado Pais (2009, p. 731), caso, por exemplo, dos ritos de circuncisão. Isso também ocorre hoje com relação à demarcação da terceira idade, que originalmente se referia à década dos 30 anos, e atualmente é usada para se referir a pessoas de 60, 70 anos. De fato, há uma grande diversidade na determinação das fronteiras entre as fases da vida nas diferentes culturas e épocas, e a pós-modernidade parece estar acelerando esse processo de desconstrução das idades, como se vivêssemos em eterna juventude.

¹ Paraná é uma palavra tupi-guarani que define um braço de rio largo e extenso que forma uma ilha e que encontra o mesmo rio mais adiante.

Não por acaso os vampiros fazem tanto sucesso na ficção.

Uma garota da idade de Iara, no início do século XIX, seria considerada apta a casar. Era comum mulheres se casarem aos 15 anos, em geral com homens muito mais velhos escolhidos pelas famílias. Nas comunidades indígenas, essa idade poderia ainda ser menor, dependendo dos costumes e tradições. Machado Pais (*ibidem*) cita os tuaregues, tribo nigeriana que não conta os anos de vida como os ocidentais, mesmo porque o calendário é diferente, e não utiliza a idade como referencial de passagem. O autor cria, então, o conceito do ritual de impasse, para designar um processo de anomia explicitado pela manutenção de certas tradições, como a festa dos rapazes, em Portugal, como atração turística, totalmente destituída de seu sentido original de passagem da puberdade para a idade adulta e símbolo de virilidade. Angustiante, esse sentimento estaria na base de comportamentos violentos e antissociais.

No caso de Iara, de ascendência Guarani – palavra que em seu idioma original significa “guerreiro” –, esse sentimento é cooptado pela indústria cultural. Sua “rebelia” é ouvir música *pop*, falar espanhol – que o avô se recusa a falar e não entende –, enfim, a revolta passa pela subjetividade. O fato de o avô tratá-la como um neto e colocá-la para trabalhar com ele, apesar da questão de gênero, não chega a ser ofensivo do ponto de vista de uma comunidade indígena. O fato de Iara cumprir com tarefas que ajudem seu avô não significa que ela esteja desobrigada de outras funções que são exercidas pelas mulheres. Ele não a vê como um garoto e sabe que ela vai se tornar adulta e mulher, e ele não terá condição

de ajudá-la nisso. Ao longo da narrativa vamos compreendendo aos poucos qual é o papel de Iara junto a Atilio – ela é o elo que permite ao avô dialogar com o mundo contemporâneo, que ele não consegue mais compreender, e também o único vínculo que lhe restou da filha que se foi. Ele, por sua vez, se empenha em educar a neta sem poder contar com o auxílio de sua mulher e da filha.

As categorias de homens e mulheres maduros podem ser identificadas pelas funções e *status* mais importantes que assumem: casamento, procriação e produção. É possível afirmar que a maior parte do trabalho social realizado cabe a essa categoria de indivíduos: caça, pesca, agricultura, coleta, construções, fabricação de instrumentos e utensílios, objetos de adorno e cerimoniais, preparo e cocção de alimentos. Crianças e idosos também trabalham, mas em intensidade diferenciada, de acordo com sua capacidade.

As formas de transmissão de conhecimento e de costumes são orais e se dão por imitação, daí a importância que Atilio atribui à criação do neto e ao convívio da neta com a mãe. Não se trata, contudo, de um discurso pedagógico no sentido convencional, de um conjunto de regras. Arrigucci Júnior (1987), ao analisar o que havia de comum entre grandes escritores latino-americanos, como Ricardo Piglia e Julio Cortázar, os identificou com o narrador benjaminiano, aquele contador de histórias cujas narrativas pouco se distinguem das “histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. A transmissão da experiência, por meio do trabalho de pescador, do cotidiano das tarefas domésticas, é fundamental para completar a educação

de um jovem Guarani. O narrador, aqui, não é o escritor, mas a câmera, o discreto olhar do diretor-autor que busca se integrar àquela realidade e lhe dar visibilidade. Ao transmitir a experiência que acumulou ao longo de sua vida, o narrador garante a continuidade da narrativa².

Fluxos migratórios e relatos interculturais

A película *Guaraní* lança um olhar sobre as raízes étnicas e o impacto de suas tradições culturais diante de uma nova realidade econômica. O tema da viagem e do deslocamento do lugar de origem como rito de iniciação para a vida adulta acarreta isolamento, o abandono de raízes familiares e até do próprio país. As perdas, no entanto, significam a conquista de uma nova identidade dentro de um processo que é doloroso e irreversível.

A região latino-americana se coloca sob uma perspectiva geocultural, dentro da qual o idioma e a etnia fazem mais sentido do que os limites geográficos e o conceito de Estado-nação. As afinidades culturais e linguísticas da América Hispânica sempre fizeram de suas produções um mercado mais coeso e, por sua vez, muito distante do

Brasil, ainda que estimulados por tratados comerciais de integração como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) assinado em Assunção, em 1991, e integrado por Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai por questões inclusive de circulação cinematográfica dessas obras (SILVA, 2007). Dos filmes em 35 mm analisados por Silva (2007), apenas dois eram efetivamente bilíngues e buscavam integração: *O toque do oboé* (Paraguai/Brasil, 1999) e *Lua de outubro* (Brasil, Argentina, Uruguai, 1997), sendo que o primeiro não foi exibido no Paraguai e o segundo foi exibido na Argentina e no Uruguai por curto período, somente quatro anos após sua conclusão.

Por outro lado, a literatura de viagem, na produção literária e na pesquisa acadêmica, é vista como fonte de informações históricas e documentais, embora esteja presente na gênese do romance moderno (SCHEMES, 2015), e deva ser interpretada dentro de cada contexto. A polêmica envolvendo o livro *O que é isso, companheiro?* (1979), do ex-guerrilheiro e ativista Fernando Gabeira, posteriormente convertido em filme de título homônimo, dá uma medida dessa complexidade. Caracterizado pela própria editora como livro-reportagem, foi considerado pelo crítico e escritor Davi Arrigucci Júnior (1987) como emblemático da literatura latino-americana. Em seus ensaios sobre o tema, produzidos ao longo da década de 1980, Arrigucci Jr. aborda os temas da literatura e experiência nas obras de vários autores brasileiros e latino-americanos, de Bandeira a Borges, passando por Rubem Braga, Pedro Nava, Fernando Gabeira, Murilo Rubião, Juan Rulfo, Julio Cortázar e Ricardo Piglia, e observa uma constância nessa associação.

2 A tradição narrativa da literatura e a do cinema são notoriamente diferentes, e não é objetivo deste artigo aprofundar a questão. No entanto vale ressaltar que o narrador-câmera se confunde, aqui, com o olhar da protagonista Iara sobre o mundo e sobre o seu avô. Não existe narração em voz *over* na película. Tudo o que vemos é a partir do olhar da menina.

No cinema, o formato que antecede os documentários são os *travelogues*, relatos pessoais documentais que remetem aos diários e que, embora sejam originalmente de não ficção, influenciarão a produção ficcional enquanto representação do passado e dos relatos biográficos tão em voga na produção contemporânea. Tanto o documentário quanto as formas ficcionais híbridas, que fazem uso dessas referências, abordam a viagem como problematização da experiência, incorporando essas características do argumento também à estética, integrando-se livremente ao ambiente, permitindo uma articulação de planos que pode ser aleatória, lúdica e poética. *Viagem à lua* (França, 1902), de Georges Méliès, um filme de ficção científica, de viagem ao espaço, pode ser lembrado como exemplo emblemático (PAIVA, 2011).

A simulação da viagem como estratégia narrativa em um ambiente de convergência tecnológica faz muitos desses filmes serem considerados *road movies*, expressão que surge como um subgênero dentro dos gêneros hollywoodianos, mas sua gênese está longe de ser unanimidade. Para alguns estudos, os filmes de estrada pertencem ao universo dos carros, das motocicletas, dos trens e caminhões, sendo, portanto, totalmente ancorados na tecnologia e nas sociedades industriais, no espaço urbano. Para outros, ele seria derivado do *western*, por explorar a tensão entre o *outsider* que se desloca e que possui ordem moral própria e, por outro lado, a comunidade local como sinônimo de civilização (WATSON, 1999 apud PAIVA, 2015). Mas a viagem também é vista como uma expedição rumo ao desconhecido e, muitas vezes, como iniciação à vida adulta. Embora seja mais comum esse tipo de relato associado ao ingresso do jovem do sexo masculino à vida adulta, a

viagem surge como uma aventura em que o adolescente terá sua coragem posta à prova em obras como *O mundo perdido* (1912), de Arthur Conan Doyle, exemplo do romance de aventura colonial do fim do século XIX e início do século XX, em que um grupo de viajantes britânicos vai para a América do Sul.

A viagem de Iara e Atílio é inversa: eles partem do chamado mundo primitivo para o grande centro urbano, e vão deixando o universo do seu povoado. Para a cultura indígena, a imitação é uma forma de aprendizado, e o avô sabe que Iara necessita de sua mãe para assumir seu papel de mulher em um mundo adulto. O que chama atenção nessa produção que analiso, portanto, são as questões culturais e identitárias impostas pelas mudanças de contexto econômico, político e histórico, a criação de uma ordem que pode ser classificada como contracultura, e que estão presentes na narrativa, porém baseadas em tradições que são diferentes em sua origem. O interculturalismo, segundo Canclini (2001), é resultante de uma situação concreta, ainda que ficcionalizada de diferentes formas. As cidades de fronteira são, sem dúvida, espaços privilegiados para discutir interculturalismo, transculturalidade e transnacionalismo. Mas as comunidades geoculturais, as diásporas, que se articulam em forma de produção econômica e da língua, também são elegíveis para essas reflexões.

O interculturalismo representado pela tensão entre os idiomas espanhol e guarani está presente na relação entre avô e neta não somente como forma de resistência, mas porque a mescla de formas culturais numa obra é também uma negociação na produção de sentidos. O conceito de interculturalismo se contrapõe naturalmente ao de multiculturalismo, que aceita

as diferenças. Já o transnacionalismo seria uma espécie de terceira etapa, após a internacionalização e a globalização, uma nova ordem que reestrutura o local, o nacional e o regional por meio de novas configurações midiáticas que articulariam corporações, produtos e audiência, mas que não seriam globalmente hegemônicos.

No entanto é preciso frisar que o conceito de nação Guarani não se erige em função de fronteiras delimitadas e de um Estado-nação como organização social, e sim de povo Guarani com subdivisões étnicas, das quais as mais significativas, em termos populacionais, são os Kaiowás, os Embiás, os Nhandevas, os Ava-xiriguano, os Guaraio, os Izozeños e os Tapietés. Há mais de uma forma de ser guarani, e essas divisões não têm necessariamente a ver com o desenvolvimento tecnológico das sociedades industriais. “Embora pareça cientificamente estranho, não é fácil dizer-se quantos são os Guarani de agora, entre a Argentina e o Paraguai, a Bolívia e o Brasil. Não é fácil sequer definir quem eles são” (BRANDÃO, 1990, p. 54). A região Guarani do passado se encontrava delimitada originalmente a oeste do rio Paraguai e ao sul da confluência deste rio com o Paraná. O oceano Atlântico era seu limite oriental, entre Paranaguá, no litoral brasileiro, e a fronteira entre o Brasil e o Uruguai de hoje. De um território, entre florestas e grandes rios, com pouco mais de 500 mil km², os Guarani dominaram uma região de pelo menos 350 mil km².

O filme *Guarani* tem ritmo de estrada e acompanha a jornada do personagem principal pelas artérias da América do Sul, expondo o interior e seu povo multicultural com seu folclore, suas tradições e formas de

expressão social. A obra se propõe a refletir sobre uma possível integração cultural entre Argentina, Brasil e Paraguai, abolindo fronteiras em busca do que temos em comum sob uma realidade economicamente perversa.

O tema da viagem como deslocamento, abandono da pátria e do idioma original e a busca de uma nova identidade intercultural e multicultural está presente de forma recorrente em obras contemporâneas da cinematografia latino-americana. A tendência reflete não somente a condição de produções desenvolvidas sob acordos econômicos, como no passado, mas um contexto político e econômico de permanente exclusão social, de fluxos migratórios contínuos e seu impacto sobre a vida cotidiana e sobre as matrizes culturais regionais. Esse cenário corresponde a uma realidade geográfica que se constrói de forma geocultural, integrando diferenças significativas de idioma (português, espanhol, guarani) e de práticas culturais que afetam o entendimento de nação e de região.

Sua estratégia narrativa se contrapõe claramente a gêneros consagrados, como os *road movies*, ou a fórmulas cinematográficas documentais, apropriando-se livremente de modelos de narrativa convencional até mesmo pelo cinema de modelo hollywoodiano autoral, que dialoga com tradições cinematográficas locais e regionais. Em comum, esses filmes apresentam a necessidade de conquistar uma nova identidade e a luta por espaço de expressão numa sociedade em que o conhecimento é mediado por novas tecnologias, por um estímulo incessante à produtividade, ao consumo e à internacionalização, o que afeta a forma de vivenciar afetos e experienciar o conhecimento. São filmes que se

constituem como um espaço contrahegemônico, local, contrapondo-se a uma realidade global, e revelam a perversidade desse novo modelo econômico sem discursos nem panfletos. Do ponto de vista da narrativa e da linguagem, essa produção contemporânea está ancorada em movimentos cinematográficos anteriores, como os novos cinemas surgidos nas décadas de 1960, ou o Cinema Marginal no Brasil, porém dialoga com eles de maneira distinta, propondo hibridações de gênero e uma ruptura com tendências eurocêntricas.

O Cinema da Retomada, de filmes como *Central do Brasil* (Brasil, França, 1998), de Walter Salles, ou ainda, do mesmo diretor, *Diários de motocicleta* (Argentina, Brasil, Chile, Reino Unido, Peru, Estados Unidos, Alemanha, França, 2004), e *Sólo Dios sabe* (Brasil, México, 2006), de Carlos Bolado – coproduções com estrelas internacionais e de renome, considerados por muitos como produções feitas para estrelar em festivais e alimentar modismos sobre o terceiro mundo (BLASINI, 2016) –, não são a referência principal dessas produções. Entretanto, sua afiliação a modelos internacionais, hollywoodianos ou europeus, tampouco chega a se configurar como pastiche e constitui antes parte integrante de um modelo próprio de narrativa, que enfatiza a questão da experiência e se articula a partir do ponto de vista do personagem e de sua vivência dessa nova sociedade global. O filme *Guaraní* representa essa tendência de forma completamente original, ao privilegiar a tradição cultural para representar essa diáspora a partir do olhar e do lugar de fala de um povo que é ordinariamente excluído dessa representação, e o faz por meio de sua personagem principal, Lara, que no idioma de seu povo significa “mãe das águas”.

Conclusão

A viagem de Lara termina quando chegam a Buenos Aires e coincide com o desfecho do filme. Na verdade, Atílio não estava tão preocupado em reconhecer o neto varão como parecia no início, mas na transformação de Lara em sua transição de menina a mulher, processo que deveria se concluir com sua mãe, ainda que isso implicasse, como ocorre de fato, numa aparente ruptura com a comunidade Guaraní e com ele mesmo. Ao devolver a menina a sua mãe, Atílio cumpre a função que lhe era atribuída como patriarca e responsável pela transmissão de sua cultura. A viagem, as aventuras e os obstáculos encontrados e superados por ambos, sempre com a intermediação da garota, chegam ao fim. Não há mais sentido em permanecer ali. O destino de Lara é viver ao lado de sua família, de sua mãe e de seu irmão que vai chegar. Para que isso ocorra, ela deve abandonar sua terra natal, suas origens.

A experiência é assustadora e Lara transmite a sensação de insegurança ao adentrar o quarto da mãe, que não está em cena e da qual nada sabemos. O filme não mostra esse reencontro, nem nos dá perspectiva de como será o futuro. Não sabemos sequer o que acontecerá com Lara nem como sua relação com as tradições culturais que ela representa. O filme é um relato de viagem, de descoberta e de autoconhecimento, não necessariamente de reflexão sobre o processo de aculturação na grande cidade, mas todo o trajeto deixa claro que nada será como antes, e as mudanças são inevitáveis.

Os trabalhos dos historiadores, cientistas sociais, antropólogos conduzem à reflexão de que as viagens e seus relatos são

marcados por uma experiência de alteridade, pelo encontro com o “outro”, pela construção de um olhar sobre o “outro”. Além disso, os conceitos de etnocentrismo e identidade são úteis para pensar em como no contato com o “outro” e no julgamento da cultura alheia o viajante constrói a “si mesmo”, pois a identidade é uma categoria relacional (SCHEMES, 2015, p. 1).

A experiência de Lara e os confrontos com esse novo mundo, que vai se delineando ao longo da viagem e que surge, por exemplo, na figura do pescador brasileiro³ que os ajuda a realizarem parte do trajeto, vão permitir a ela essa construção de uma identidade, de se pensar como adulta, como um outro. Mais do que refletir sobre a sociedade da informação, a tecnologia – o barco tem de ser substituído por outros meios de transporte para que eles cheguem ao destino –, a viagem de Lara é a descoberta de si mesma, da mulher que ela se tornará. Para que essa passagem se consolide, ela precisará da presença de sua mãe. Essa transição se dá, aqui, conforme o processo de anomia que Machado Pais (2009) vai cunhar para dar sentido ao rito de passagem dentro de uma cultura que vai sendo ao pouco esvaçada para dar sentido à outra. No entanto é preciso registrar que esse processo transcultural para os Guaranis não acompanha a visão ocidental e contemporânea de constituição de nação. O conceito de anomia tem uma perspectiva estática de cultura, que contribui para a noção de tradição preservada como folclore, e é característico de estruturas sociais

milenaes e estratificadas, o que não é o caso dos países latino-americanos envolvidos nesta análise, nem mesmo da etnia Guarani, que se espalha pelos territórios nacionais da Bolívia, do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e pela porção centro-meridional do território brasileiro. O conceito de culturas híbridas (CANCLINI, 2011) certamente é mais adequado para compreender as relações dentro desse novo mundo. Como resultado das migrações, expatriações, exílios, refúgios, intercâmbios de profissionais e mão de obra qualificada entre nações, surgem na atualidade vários termos que tentam dar conta da diversidade e da forma de lidar com eles, tais como multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade. A multiculturalidade exigiria a predominância de uma cultura sobre a outra e estaria dentro do transnacionalismo, enquanto a interculturalidade seria essa transição para um espaço de “processos de interação, confrontação e negociação entre sistemas socioculturais diversos” (CANCLINI, 2004, p. 40). ■

[LUIZA CRISTINA LUSVARGHI]

Graduada em Letras pela Faculdade São Bernardo (Fasb – 1977) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP – 1986). Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP – 2002). Doutora pela ECA-USP (2007). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Estudo dos Meios e da Produção Mediática e dos processos de transmediação na convergência entre Cinema e Televisão. Colabora com os cursos de especialização do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e da Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP). Desenvolve pesquisa sobre a produção original da Netflix para a América Latina. E-mail: luiza.lusvarghi@gmail.com

3 A nacionalidade do personagem foi escolhida aleatoriamente pelo diretor, que simplesmente deparou com um ator brasileiro que poderia desempenhar o papel, mas que acaba se revelando como um comentário interessante, pois muitos brasileiros exercem esse comércio transfronteiriço.

Referências

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. **Enigma e comentário**: Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BLASINI, Gilberto. Recorriendo las Americas: cars, roads, and Latin American Cinema.. In: GARIBOTTO, Verónica; PÉREZ, Jorge (ed.). **The Latin American road movie**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Guarani: índios do Sul – religião, resistência e adaptação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 53-90, 1990.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguales y desconectados**: mapas de la interculturalidad. Barcelona: Gedisa, 2004.

IANNI, Octavio. Globalização e transculturação. **Revista de Ciências Humanas UFSC**, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 139-170, 1996.

PAIS, José Machado. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/38KE5Vs>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PAIVA, Samuel. Gêneses do gênero road movie. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, n 36, p. 35-53, 2011.

SCHEMES, Elisa Freitas. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/313g4X4>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SILVA, Denise Mota da. **Vizinhos distantes**: circulação cinematográfica no Mercosul. São Paulo: Annablume, 2007.

A NECROPOLÍTICA
NEOLIBERAL DE
ENCONTRO AO
NOMADISMO:
UMA CORPOGRAFIA
DOS POVOS
ERRANTES NA BAHIA,
NO CONTEXTO DO
BOLSONARISMO
NO BRASIL

[ARTIGO]

Hanna Cláudia Freitas Rodrigues

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Jonas de Jesus Pinheiro

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo ampara-se na investigação teórica acerca da necropolítica neoliberal quando de encontro ao nomadismo. A interpretação da política neoliberal como trabalho para a morte e da soberania como a expressão do direito de matar ganha dimensão material a partir de uma análise sociológica das práticas culturais e transformações das cidades contemporâneas: trata-se de uma breve corpografia (cartografia realizada pelo corpo) dos povos errantes no território da Bahia e da análise de suas conjecturas econômico-sociais quando do advento do bolsonarismo, a fim de desvelar a violência empunhada pelo Estado sobre três atores sociais representantes do nomadismo: o peregrino (romeiro religioso a cidade de Bom Jesus da Lapa, oeste do estado), o originário (comunidade remanescente indígena Ribeirão dos Paneleiros, na cidade de Vitória da Conquista, região sudoeste), e o andarilho (em situação de rua na capital baiana: Salvador).

Palavras-chave: Necropolítica Neoliberal. Cultura Nômada. Bolsonarismo.

This article is based on the theoretical investigation of neoliberal necropolitics against nomadism. The interpretation of neoliberal politics as work for death and of sovereignty as the expression of the right to kill is feasible from a sociological analysis of the cultural practices and transformations of contemporary cities: this is a brief corpography (a corporal cartography) of the wandering peoples in the territory of Bahia and the analysis of their economic and social conjectures when the advent of Bolsonarism emerged, in order to unveil the violence wielded by the State over three social actors representing nomadism: the pilgrim (a religious pilgrim from the Bom Jesus da Lapa municipality, west of the state), the original (a surviving indigenous community in Ribeirão dos Paneleiros, Vitória da Conquista municipality, southwest region of the state), and the wanderer (living in the streets in Salvador, capital of Bahia).

Keywords: Neoliberal Necropolitics. Nomadic Culture. Bolsonarism.

Este artículo se basa en la investigación teórica sobre la necropolítica neoliberal contra el nomadismo. La interpretación de la política neoliberal como trabajo para la muerte y de la soberanía como la expresión del derecho a matar adquiere una dimensión material a partir de un análisis sociológico de las prácticas culturales y las transformaciones de las ciudades contemporâneas: es una breve corpografía (cartografía que se realiza en el cuerpo) de los pueblos errantes en el territorio de Bahía y un análisis de sus conjeturas económicas y sociales cuando se produjo el advenimiento del bolsonarismo, para desvelar la violencia que ejerce el Estado sobre tres actores sociales que representan el nomadismo: el peregrino (el romero religioso hacia la ciudad de Bom Jesus da Lapa, al oeste del estado), el originario (comunidad indígena remanente Ribeirão dos Paneleiros, en la ciudad de Vitória da Conquista, al suroeste), y el caminante (en situación de calle en la capital bahiana, Salvador).

Palabras clave: Necropolítica Neoliberal. Cultura nómada. Bolsonarismo.

Introdução

As relações corpo e cidade, arte e espaço público, cultura popular e corporeidade como entidades do comum fazem desses interstícios potências comunicacionais da contemporaneidade. O nomadismo perfeito nos passos dados pelos atores sociais das cidades contemporâneas constitui narrativas, simbologias, tensionamentos e disputas no campo social, ao ponto de se fazer tradução de uma comunidade e perpetuação de culturas.

Longe de seduzirmo-nos pelo reducionismo que o sistema linear de apreensão implica aos meios comunicacionais, na contramão das fórmulas postas entre ação e recepção, discurso e sujeito de enunciação, signo e significado, partimos da constatação de que as práticas culturais remetem à produção do lugar vivido, na tessitura do campo social, ao ponto de formarem imprevisíveis vetores cujas setas apontam para a formação de um sentido, memória e comportamento sociais que dão à cultura autêntico status comunicacional.

Consoante a uma dimensão expressiva da comunicabilidade, êmula de uma perspectiva etológica de território, cujos traços são sempre externos, dados e passíveis de serem representados por um olhar objetificante, utilizamos aqui uma concepção de que a constituição existencial de território é maturada a partir da expressividade e não do utilitarismo, entendendo ainda a autonomia da expressão ante as condutas que tentam delimitá-la. Por isso a tentativa de uma cartografia corporal (corpografia) realizada pelo/no corpo dos povos nômades que a fazem quando de

suas travessias e caminhadas, ou seja, a inscrição da cidade no corpo e a tradução da existência das narrativas erráticas na cidade, pelo momento mesmo de suas “peregrinações” e lutas. Esta corpografia do estado da Bahia apoia-se em traçar o nomadismo constituinte de seu território, performado por três personagens sociais do nomadismo – o peregrino, o originário e o andarilho –, representados por três povos errantes na Bahia: o romeiro religioso da cidade de Bom Jesus da Lapa, no oeste; a comunidade remanescente indígena Ribeirão dos Paneleiros, em Vitória da Conquista (sudoeste do estado); e a população em situação de rua de Salvador, capital baiana. A corpografia que trata das manifestações culturais e lutas desses povos errantes baseia-se em dados e estatísticas que qualificam suas existências distribuídas no território, sob o recorte temático histórico-temporal que analisa a violência constantemente exercida pelo Estado sobre estes povos, mas intensificada desde o projeto político anterior às últimas eleições presidenciais no Brasil: o bolsonarismo. A implicação política da análise sociológica do nomadismo na Bahia denota pensar o bolsonarismo enquanto fenômeno social, cultural e estético que antecede sua consubstanciação no âmbito político, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da república.

É bem verdade que, mesmo antes da intensificação desta corrente política, o Estado exercia de diversas formas sua necropolítica frente a estes corpos errantes, mesmo nas experiências com ganhos sociais para as classes mais baixas, como nos governos petistas entre 2002 e 2016. No entanto, com a ascensão do bolsonarismo, a política da vida sobre a morte se acentua, deixando

de funcionar como um dos aspectos, para ser base de legitimação social e institucional de uma proposta governamental.

Para tal fim, tomamos por metodologia a *corpografia urbana* enquanto campo teórico adotado: se a cartografia, enquanto caminho metodológico, diz respeito “às estratégias de formação do desejo no campo social” (ROLNIK, 1989, p. 2), então um modelo corpográfico opta por avultar o corpo enquanto meio formador de desejo e de sentido em um campo social – seus espaços urbanos, lugares subjetivos e simbólicos. O sistema instável de território é baliza do movimento contínuo nômade, bem como dos atores sociais, culturais e subalternizados destacados neste trabalho, e será também, em apologia às suas errâncias, a metodologia que visa enaltecer suas histórias e denunciar as violências que os acometem e que são instituídas pelo projeto de criação de esquecimento dessas mesmas histórias.

Para Paola Berenstein Jacques (2008, p. 1), de uma crítica ao processo de espetacularização das cidades contemporâneas somada a uma apologia às errâncias urbanas¹ tem-se a ideia de *Corpografia*. São as microrresistências oriundas de uma experiência corporal da cidade, uma “cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas que também configura o corpo de quem a experimenta”.

1 Uma melhor explanação do conceito poderá ser encontrada em Jacques (2006).

A corpografia é prática de resistência e apreensão de uma cidade dentro da cidade, aquela que é invisibilizada, marginalizada, criminalizada, adormecida e higienizada socialmente. Uma cidade-outra cujos traços emanam da diferença e pluralidade de seus atores sociais: os ambulantes em sua relação com as multidões nos grandes centros, o andarilho em situação de rua e os riscos que corre pela sua simples presença, o artista impregnado de estranhezas, os movimentos sociais urbano-intervencionistas criam igualmente imagens transgressoras de cidade, encarnam um ícone e uma cena jamais admitidos, planejados ou disciplinados pelos aparatos de captura das cidades contemporâneas capitalistas e, com isso, democratizam a cidade física visual e dão vida às suas cidades subjetivas.

No que tange à objetivada análise sociológica da corpografia dos povos errantes na Bahia no contexto do bolsonarismo no Brasil, as práticas culturais constituintes de suas lutas são foco: a peregrinação dos romeiros a Bom Jesus da Lapa, a tradição da cultura indígena da comunidade remanescente Ribeirão dos Paneleiros, em Vitória da Conquista, e as deambulações e lutas pela sobrevivência da população em situação de rua na cidade de Salvador. Essa reflexão se dará por meio de uma metodologia inferencial e qualitativa de coleta de dados e informações, cujas maiores fontes são as notícias em jornais, revistas, redes sociais, crônicas e artigos publicados, assim como uma abordagem teórico-metodológica corpográfica, culturalista e sociológica da análise dos fenômenos políticos no Brasil contemporâneo.

Bolsonarismo, necropolítica neoliberal e o nomadismo

O bolsonarismo, encarado enquanto fenômeno que transcende o governo Bolsonaro e antecede sua vitória na disputa eleitoral, se amparou e alcançou popularidade com a articulação que fez com o movimento cristão-evangélico e o neopentecostalismo, que tem, inclusive, alastrado em céleres proporções suas pautas conservadoras nas bancadas parlamentares e na comunicação de massa. A antropóloga social Isabela Kalil (2018) em suas teses centrais acerca de grupos e movimentos conservadores no Brasil, admite o fenômeno do bolsonarismo dentro de um significativo contingente de comportamentos sociais conservadores adeptos do autoritarismo, antes mesmo das eleições, e de uma banalização da violência (legitimada pelos discursos públicos de ódio e intolerância do presidente) que configura os limites do que é tido moralmente como aceitável e cuja sobrevida ultrapassa seu mandato.

Segundo Kalil (2018) a polarização política vinculada ao espectro partidário direita-esquerda, incisivamente sedimentada nos discursos audiovisuais e semióticos e na estética investida pela televisão e mídias digitais, é consoante a um maniqueísmo na política, baseado numa postura ético-religiosa, inerente ao conservadorismo especificamente brasileiro. O sistema cristão de tornar inteligível a vontade humana, de inventar uma redenção à culpa ou de explicar as atrocidades da humanidade em pré-determinismos reduzidos a céu ou inferno, Deus ou diabo, bem e mal, chegam à consciência e memória coletivas na esfera política, por um projeto político-midiático

de mitificação da personalidade pública de Jair Bolsonaro.

Mas nossa articulação entre a necropolítica neoliberal e o bolsonarismo se baseia no fato de ser este parte de um projeto global expansionista da política neoliberal em seu mais requintado mecanismo de neocolonização do século XXI: o controle cada vez mais rígido da mobilidade, uma intensa dialética de territorialização e desterritorialização pautada no cerceamento das ambiguidades e identidades em fixidades extremas.

No modelo neoliberal de dominação, como atualização do capitalismo que é, o controle se dá sob o corpo em sua maior expressão de liberdade: o movimento. Ele é a concretude da maior das utopias e do maior ideal de um mundo livre de desigualdades: a ausência de fronteiras. O bolsonarismo, como movimento imerso no modelo neoliberal, extrapola o território político – se é que é terreno delimitado e impassível de afecção quando ao encontro das esferas sociais de sua atuação – para destacar-se como problema ético, estético e moral, sintomático de um acentuado rechace social às narrativas erráticas, devires minoritários, movimentos e coletivos insurgentes que, como um feixe de luz rasgando a fenda, começaram a eclodir nas disputas políticas, discursivas, epistemológicas e semióticas no Brasil.

Qualquer cartografia corporal realizada no Brasil, sobretudo no estado da Bahia, sob a perspectiva de uma apropriação social do espaço por meio das práticas culturais e movimentos de seus povos nômades – a fim de visualizar como as políticas de extermínio exprimem a sobrevivência de sua raiz

colonial em novas facetas no contexto contemporâneo das cidades – necessita partir de uma interseccionalidade que revela ser a estratificação social em sua expressão territorial inegociavelmente racializada.

A respeito disso, sobre perspectiva pós-colonial epistemológica, que pensa nas especificidades do racismo brasileiro, do devir negro nas tenras fronteiras postas pela renovação do capitalismo neoliberal, o filósofo e cientista político Achilles Mbembe (2018, p. 15) afirma que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível a função assassina do Estado”. Este filósofo camaronês ultrapassou os pilares do biopoder – definido por Michel Foucault (1989) como sendo poder sobre a vida, concentrado nos mecanismos do ser vivo e de seus processos biológicos para afetar a população enquanto massa global – para conceber o neoliberalismo como a reinvenção da escravidão negra moderna.

A teoria necropolítica parte da compreensão dos sujeitos cujos corpos são tidos por abjetos e que, na gestão da vida, são determinados à morte por valores morais e culturais de um conservadorismo obstinado ao extermínio da diferença. No campo subjetivo de formação da sociedade neoliberal, esses valores reinventam hierarquias, assimetrias, códigos normativos que encarnam o projeto de suas dominações. A respeito disso, a concepção foucaultiana de biopoder antecipa desdobramentos que o necropoder fará sobre ela, conforme esta afirmação de Foucault: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes

de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1989, p. 82).

No governo Bolsonaro, as políticas voltadas à operação de aniquilamento das existências erráticas na lógica urbana, para além do extermínio direto dos corpos nômades pelas ações coercitivas do Estado em suas esferas atuantes – como o poder de polícia, por exemplo –, as negligências relativas à acentuada precarização dos serviços públicos destinados às populações vulnerabilizadas e o constante crescimento de uma tecnologia criminal voltada para a guerra, que só fortalece o Estado Penal e seus aparatos mais repressivos quando de encontro à população transeunte, majoritariamente negra, têm acentuado as violências imaculadas sob as máscaras dos cortes orçamentários, da privatização da saúde e ensino público e da precarização das condições laborais, previdenciárias e assistencialistas, engendrando, igualmente, minuciosas armas letais revestidas pela soberania da legalidade.

O Estado mais do que nunca tem funcionado para executar a necropolítica neoliberal, e as máquinas da morte, institucionais ou não, encontram legitimidade no bolsonarismo para executar suas práticas. O que outrora fazia parte de um governo que negociava com setores neoliberais e conservadores, negligenciando os corpos erráticos em detrimento de ganhos políticos e manutenção do poder de um partido de centro-esquerda (PT), neste momento é plataforma política e proposta de um “movimento” que transcende os ambientes institucionais e os processos eleitorais. O bolsonarismo personifica a necropolítica neoliberal como base de execução política e legitimador social de uma série de violências contra grupos específicos e transgressores.

Na situação em que vivem os povos nômades, o território faz-se materialidade do exercício necropolítico. Ele é marco de disputa quando, pela lógica neoliberal capitalista, passa a ser institucionalizado, apreendido somente enquanto propriedade, o que o desabilita da condição de materialidade cultural ou lugar comum de determinado povo. O Estado inicia sua forma necropolítica de atuação quando reifica o território, faz dele mera coisa – a mais cara delas para o direito público e privado.

Após tal reificação e reducionismo do território a seu caráter físico e econômico, a política neoliberal avança em um processo de marginalização dos movimentos de ocupação ao território por ele negado, colocando os desabrigados, fugidos de guerras, povos originários, peregrinos, ambulantes e migrantes num axioma de eterno não pertencimento. Essa questão ainda envolve uma complexa dialética pertencimento/ não pertencimento, uma vez que as marcas expressivas derivadas das feitura culturais dos povos nômades são também comparadas a um modelo inventado de normalidade e ordem quanto aos modos de se viver em determinado lugar, regidos por consolidados sistemas permanentes, binários, segmentados de sujeito – falsos a priori – existenciais que negam a experiência como fundante do ser, e de sua tessitura social.

Em todo caso, o não pertencimento segue sendo a marca que faz desses povos alvo das violências e mazelas estruturadas legal e institucionalmente pelo Estado. Seus corpos, única matéria estável de suas trajetórias, são vítimas de um autoritarismo no campo estético, que leva à proibição de

atos de expressão e modos de vida, referentes à cocriação simbólica do espaço vivido. Esse autoritarismo, que atravessa a cultura popular dissimulado de uma falsa imparcialidade do Estado, como sendo entidade exterior e transcendente de poder, é, na verdade, instrumento político com o qual se encarnam os dominantes para o projeto de suas dominações.

O movimento é marca comum a toda existência nômade e é tido – pelo ideal de progresso do modelo neoliberal e em repercussão do exercício do poder colonial sob as variadas formas de aprisionamento – não como sinônimo de liberdade, mas como ameaça à ordem. As noções de ordem, progresso e segurança são maquinalmente fabricadas pelo Estado através das instituições formativas do comportamento social (escola, religião, família, leis), e por ele distribuídas para que se façam parecer legítimos e democráticos ideais sociais.

Por isso, aos nômades que circulam incansavelmente instáveis a territórios fixos ou deles arrancados recai o status de inassimiláveis e são – já que insubmissos à esfera de controle do Estado, seja via territorialização do existente, seja via econômica (afinal, os sem-endereço não pagam impostos) – considerados inimigos da soberania. As práticas culturais dos povos errantes, entretanto, para além de serem medialidade de suas existências, configuram-se enquanto luta e resistência ao controle a eles subjugado.

Para Marilena Chauí (2011, p. 39), qualquer criação de sensibilidades, inteligência e imaginário que vise ultrapassar o estabelecido, participa do que entendemos por cultura. Mas, ao contrário de ser

o Estado um dos elementos integrantes da cultura, é ele quem cria e distribui para ela os signos, símbolos e imagens de poder, e é justo nessa usurpação de lugares de dominação na produção de sentido, que a política no bolsonarismo melhor se aloja.

O não pertencimento a que os povos nômades são lançados pelo modelo neoliberal é formatado no campo simbólico e subjetivo pelo fenômeno do bolsonarismo no Brasil através dos discursos de ódio do presidente Jair Bolsonaro (PSL) – que lhe conferiram certa popularidade antes de sua chegada ao poder, se não pelo apoio de seus eleitores a esses discursos, pela visibilidade que eles alcançaram no país e no mundo –, que mais tendem a incorporar diferenças para aniquilá-las, do que torná-las partícipes das questões comuns no campo social.

De fato, ao longo da nossa traumática, racista e excludente história colonial, essas práticas nunca haviam sido efetivamente superadas, mesmo nos governos anteriores. Na metáfora do senso comum, estiveram presas nos armários, embaixo do tapete, ou nas piadas e comentários maldosos das confraternizações familiares; ou ainda nas estruturas de poder, que de formas sutis, sob um véu meritocrático típico do sistema capitalista, “finge normalidade”. No entanto, o bolsonarismo desnuda e tira o véu da hipocrisia de um país que ia bem economicamente, e “tolerava” que tais práticas fossem resguardadas ao “privado”, mas ironicamente fingia surpresa quando por um “descuido” atingia a esfera pública, muito mais por constrangimento do que por qualquer outro motivo. O bolsonarismo, nessa perspectiva, é a perda do constrangimento e

emergência de um *modus operandi* que já não faz mais questão de parecer “politicamente correto”.

Mas, se os agenciamentos de poder que envolvem a construção de um não pertencimento têm a raiz de sua operação no campo do sensível, por que não confrontá-los por esta mesma via? Por isso as práticas culturais desses povos errantes, na contramão, criam por seus corpos em movimento pertencimentos outros, rearranjam lugares dentro dos espaços inertes e hostis às suas presenças, microagenciam redes de compartilhamento que perpetuam seus conteúdos ideológicos, simbólicos e subjetivos, que são, por vezes, território e morada de suas existências.

É diretamente na constante e árdua luta de criar pertencimentos que se concebe as singularidades das feitura culturais, é na expressividade da luta desses povos que uma prática estética de resistência gere mudanças no plano cotidiano e, por estas vias, atinge os molares conjuntos econômicos e sociais e que se inscreve o horizonte possível da criação de travessias, como ampara Mbembe (2018, p. 22), “a função de uma fronteira, na verdade, é ser cruzada [...]. Não há fronteira concebível fora desse princípio, a lei da permeabilidade”.

Breve corpografia dos povos errantes na Bahia

Na tentativa de representar o nomadismo, destacamos três propriedades dessa expressão cultural enredada em três

distintos personagens: o ato de jornadas, capaz de, por motivo de crença, pela fé num milagre, seja o da cura, o do fim da fome ou da guerra, arrancar os sujeitos de suas terras para atravessá-los em fronteiras até que cheguem a um lugar de redenção, o que forma um povo, *peregrino*; o ato de deambular, mesmo estando em sua terra, por nela não possuir morada, o que viria a constituir o *andarilho*; e a constante luta por tornar-se dono por lei, recuperar ou não perder território que lhe é por direito e originalmente de pertencimento, mas que fora roubado, como no caso do povo *originário*.

Essas três personas do nomadismo – o peregrino, o andarilho e o originário – englobam de maneira genérica diversos povos nômades e distintas relações possíveis entre territorialidade e pertencimento, que têm em comum entre si e em seu favor o movimento e a luta. A fim de dar corpo a esses personagens, de tornar visíveis suas condições no cenário político atual brasileiro, e abarcar a Bahia nesse contexto, os representaremos por três povos em três distintas regiões do estado: por peregrino entendemos o *romeiro religioso que vai à cidade de Bom Jesus da Lapa*, localizada a oeste da Bahia e que acolhe uma das maiores peregrinações religiosas do país; representa o originário a *Comunidade remanescente indígena Ribeirão dos Paneleiros*, na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste do estado, cujo nome homenageia a vitória colonial de uma emboscada que dizimou cinco etnias indígenas na região; e o andarilho, retratado pela condição dos *povos em situação de rua em Salvador*, capital baiana destaque no aumento de população desabrigada (Figura 1).

[Figura 1]
Mapa da Bahia com indicação das três cidades corpografadas



Fonte: adaptado de Viagem e Turismo, 2009²

Consideramos erráticos esses povos pelo fato da instabilidade territorial constituir suas feições socioculturais e por serem considerados desviantes de um formato hegemônico posto à subjetividade humana na sociedade ocidental capitalista. Para a urbanista social Paola Berenstein Jacques (2012), é possível traçar uma “errantologia”, uma história do nomadismo percorrida em paralelo ao sedentarismo dos traços sólidos e simultânea à história das cidades, uma digressão às práticas intervencionistas constituidoras de novas psicogeografias³.

Uma ciência ambulante denotaria o que seria o caráter subjetivo do nomadismo,

2 Disponível em: <https://bit.ly/3aIA9WR>. Acesso em: 27 jan. 2019.

3 O termo diz respeito à ação direta do meio geográfico-espacial (planejado ou não) sobre as afetividades. A psicogeografia enquanto estudo científico é mérito do movimento da *Internacional Situacionista*, em 1958.

uma *teoria dos momentos*⁴ (Lefebvre, 1961) capaz de tornar visíveis práticas da cidade que incorporam à vida cotidiana o jogo de, com o caminhar, construir situações pela conquista de território ou sobrevivência sem ele, situações que irrompem os códigos da cidade com suas lutas, aleatoriedades, imprevisibilidades, estranhamentos, potentes em gerir no espaço ambiências coletivas. O caminhar e a travessia são para esses povos alternativa à cultura espetacular que aliena o sujeito social da tessitura de seu próprio espaço.

A este respeito, atesta Paola Jacques:

A experiência errática seria uma experiência da diferença, do Outro, dos vários outros, o que a aproxima de algumas práticas etnográficas e posturas antropológicas, O errante, em suas errâncias pela cidade, se confronta com os vários outros urbanos. [...] pode ser pensada como ferramenta de apreensão da cidade, mas também como ação urbana, ao possibilitar a criação de microrresistências que podem atuar na desestabilização de partilhas hegemônicas e homogêneas do sensível (JACQUES, 2012, p. 22-23).

Interessa-nos, em se tratando de uma ciência ambulante que fundamente bases teóricas para a compreensão da prática nômade, o que formulara também o teórico crítico Homi Bhaba (1998) com a ideia de *entrelugar*. Este é um caro conceito ao estudo das práticas culturais dos povos erráticos,

por se tratar de uma noção de *territorialidades transitórias*, derivadas de um intenso e constante contato entre as culturas. É o que há em comum entre as experiências de grupos que se dissiparam de seus territórios e centros de pertencimento – fragmentações marcadas pela experiência da violência da escravidão, civilização colonizatória, migração em busca da sobrevivência, dentre outros aparatos de poder fixados sobre os corpos e seus espaços de pertencimento.

Para Bhabha (1998, p. 315), da experiência dos entrelugares, surge uma “solidariedade afiliativa” – que diz respeito a um tono criativo dentro da existência – cujas performances são capazes de criar zonas diferenciadas e “ambivalentes do domínio do estético, econômico e político”. Essa dimensão se associa a fronteiras intersubjetivas e interinstitucionais fundantes de microrrealidades outras.

É possível uma correlação entre o bolsonarismo – enquanto fenômeno ético, estético e social, na figura pública do presidente e de seu governo – e a intensificação das condições de violências e invisibilidades sobrepostas aos três povos errantes na Bahia nesse período, o que evidencia o fato de a necropolítica neoliberal ter o nomadismo como seu oposto ideológico e o povo errático como seu alvo-inimigo. Atestamos isso através dos atos do Presidente Jair Bolsonaro (PSL), desde a nomeação e exoneração de ministros e ministérios, à administração Federal, sanção e promulgação de leis, decretos e regulamentos – funções relativas à competência constitucional do Poder Executivo nas atribuições do presidente da república – e também dos atos externos a tal competência, mas de relevante repercussão na esfera política, como sua postura e

4 “A teoria dos momentos tende a revalorizar o descontinuo, capturando-o no tecido mesmo do ‘vivido’, sob a trama de continuidade que ele pressupõe [...] [a teoria] examina o momento em geral, e os momentos em particular, em suas relações com a vida cotidiana”. Cf. Lefebvre (1961).

discursos públicos de encontro às minorias que constituem os povos nômades.

O peregrino: os romeiros religiosos em Bom Jesus da Lapa

Refúgio dos pecadores
Consolação dos aflitos
Patativa do Assaré

[...] Salvação não há,
E quem vos não chamará
Refúgio dos pecadores?
Quando eu partir dos horrores
Deste vale dos proscritos
Lá nos gozos infinitos
Quero estar ao vosso lado,
Ó mãe do verbo encantado
Consolação dos aflitos
(ASSARÉ, 2003, p. 257).

Bom Jesus da Lapa é cidade ribeirinha localizada junto ao Rio São Francisco, no oeste do estado baiano, e sua economia circula entorno do turismo religioso, já que acolhe uma das principais romarias do Brasil. O gigantesco morro em que cidade se abeira tornou-se santuário em 1691 e o fluxo de romeiros vindos de todas as partes do país ultrapassa a própria capacidade que tem a cidade em acolher, só no ano de 2019 recebeu 650 mil peregrinos religiosos comprometidos a rogar por milagres e a cumprir suas promessas. Constituídos em sua maioria por pessoas baixa renda, vindos de vilas e interiores do mesmo estado ou de outras partes do país, nota-se, sobretudo, a massiva incursão de idosos provenientes das zonas rurais des diversas cidades. Se traduzido em um único corpo o quantitativo relativo à peregrinação religiosa na terra do Bom Jesus, ele seria o de um idoso ou idosa pobre e negra(o), oriunda(o) de zona rural.

Tencionemos a condição atual do peregrino enquanto entidade do nomadismo personificada no romeiro de Bom Jesus da Lapa e representado por sua maioria quantitativa: o idoso brasileiro da zona rural. Conforme dados de 2019 da editoria *Valor Econômico* (VILAS BÔAS; SARAIVA, 2019), a população idosa (com 65 anos de idade ou mais) no Brasil cresceu 26% em seis anos enquanto a fatia populacional de jovens diminuiu (Figura 2).

[Figura 2]
O peregrino



Fonte: Hanna Rodrigues,
Andar com fé, Bom Jesus da Lapa, 2018

O relatório Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, realizado em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a maior parcela de idosos do país encontra-se na posição de aposentados, sendo a população idosa proveniente das regiões Norte e Nordeste susceptível a maior vulnerabilidade em relação aos valores e acesso aos rendimentos do trabalho, pensão e aposentadoria. São, ainda, mais alarmantes os dados quando comparados a rendimentos econômicos dos idosos aposentados rurais ou que subsistem da agricultura familiar.

No contrafluxo da necessidade de políticas públicas voltadas aos idosos – evidenciada pela mudança do perfil demográfico brasileiro e pelos índices atuais, segundo os quais o sujeito representante dos povos erráticos na cidade de Bom Jesus da Lapa, o(a) idoso(a) negro(a) de baixa renda da zona rural, tem majoritariamente a renda provinda da aposentadoria rural –, o governo Bolsonaro investiu esforços para aprovar a Reforma da Previdência, projeto de emenda constitucional (PEC) encaminhado ao Congresso em fevereiro e aprovado na Câmara dos Deputados e no Plenário do Senado no mês de outubro do ano 2019.

De maneira concisa, essa reforma previdenciária, que mais parece funcionar como uma reforma fiscal, prevê o aumento no tempo mínimo de contribuição para aqueles que entrarem no sistema de previdência a partir da promulgação da PEC. A redução do valor das aposentadorias e pensões representa perda para a economia, já que esta – que entrou em recessão no segundo trimestre do ano – cai drasticamente, dada a redução do potencial de consumo, que representa atualmente um terço da economia do país. Para piorar, os indicadores apontam que o Brasil supera 13 milhões de desempregados, 25 milhões subutilizados e 40 milhões na informalidade. Dentre os pontos da reforma que atingem diretamente a população idosa no Brasil, ainda há mudanças no cálculo da pensão por morte, que reduzem o valor de benefício.

Além disso, também há mudanças na aposentadoria rural que colidem especificamente com nossos nômades peregrinos corpografados, os romeiros do Bom Jesus

vindos de seus roçados e lançados por sua fé ao caminhar, que são, quando em trabalho em regime de economia familiar, enquadrados como segurados especiais. De acordo com a previdência reformada, passarão a ter suprimida a possibilidade de se aposentarem apenas pela comprovação de 15 (quinze) anos trabalhados na atividade rural e pelo menos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, ou 60 (sessenta) anos, se homem, como amparado pela previdência anterior, sendo necessário, a partir da reforma, comprovar pelo menos 20 (vinte) anos de contribuição e 60 (sessenta) anos de idade. Isso significa prejuízo ao trabalhador rural tanto pela obrigatoriedade da contribuição quanto pelo aumento de 5 (cinco) anos na idade mínima da mulher.

A aposentadoria rural sem contrapartida tributária é, em certo parâmetro, uma política assistencial que deveria ser resguardada como tal, dada a necessidade de uma compensação histórica aos trabalhadores desse segmento, que não possuíam direitos trabalhistas e previdenciários até 1988. Tais retrocessos disfarçados de necessidade de cobrir déficits, postos às costas dos mais pobres e vulnerabilizados, só fragilizam os institutos da reparação e restituição de direitos, enquanto elementos políticos de sustentação da democracia, e tornam real o projeto de morte direcionado àqueles descartáveis à maneira neoliberal de se jogar gente fora.

O originário: comunidade remanescente indígena Ribeirão dos Paneiros, Vitória da Conquista

Outro povo enredado na corpografia dos errantes na Bahia são os indígenas remanescentes da comunidade Ribeirão

dos Paneleiros, que hoje compõe o chamado Trio da Batalha, conjunto de comunidades quilombolas da cidade de Vitória da Conquista, junto de Batalha e Lagoa do arroz. Essas comunidades vêm sendo vítimas da expropriação de suas terras por fazendeiros locais, ao ponto de já terem sido alvo de inúmeras imposições coercitivas policiais em favor do roubo de suas terras, que é, transcendente à condição civil de propriedade, materialidade fundamental da subsistência desses povos e manutenção de suas identidades culturais (Figura 3).

[Figura 3]
O originário



Fonte: *Carnes em dia, carnês em dia*, Museu Cajaíba, Vitória da Conquista, fotografia de Hanna Rodrigues, 2017

Quando os brancos chegaram, eles foram admitidos como mais um na diferença, e se os brancos tivessem educação, eles poderiam ter continuado vivendo aqui no meio daqueles povos e produzido um outro tipo de experiência

[...]. Se você se sente parte dessa continuidade colonialista que chegou aqui, você é um ladrão [fala de Ailton Krenak] (AS GUERRAS..., 2018).

A cidade de Vitória da Conquista, assim denominada quando colônia, teve seu rito de origem (pela perspectiva branca) fundado no massacre friamente calculado dos aborígenes que ali viviam enquanto donos originários da terra: o fatídico evento chamado Banquete da Morte, planejado pelos colonizadores, que fizeram-no parecer uma festa como convite a trégua dos embates com os povos indígenas da região, e que foi, na verdade, emboscada que dizimou milhares de índios de cinco diferentes etnias, após terem sido eles embriagados e atacados pelas tropas de João Gonçalves (Figura 4).

[Figura 4]
Devir nômade



Fonte: *Ser-tão madrugada fria*, Museu Cajaíba, Vitória da Conquista, fotografia de Hanna Rodrigues, 2017.

A comunidade Ribeirão dos Paneleiros indica aspecto peculiar no tocante ao nomadismo: este decorre, nesse caso, de uma complexa dialética entre territorialização e desterritorialização, já que os povos dos quais descendem e que ocupavam o território da cidade de Conquista antes da colonização do Sertão da Ressaca⁵, os Pataxós, Mongoiós e Aimorés, apesar de considerados seminômades em determinado período, estabeleceram-se sedimentariamente e por muitos anos nas terras que, hoje, foram de seus remanescentes retiradas. Se são nômades os membros de Ribeirão dos Paneleiros, o são pela vagueação condicionada ao assalto de seus territórios. De donos a sem-teto, de originários a estranhos à terra, é essa a transição qualitativa do sentido de pertencimento que faz a faceta contemporânea do colonialismo.

Historicamente o povo indígena viveu e vive um cenário de extermínio por parte do Estado (ou com a conivência dele) que, além dos corpos, atenta contra os seus territórios. Nem os governos (dentro daquela visão maniqueísta dissertada anteriormente à qual nos põe a polarização) mais à esquerda foram capazes de efetivamente resolver as questões dos povos tradicionais. Pelo contrário, em muitos casos, como no Xingu, Pará, território de construção da Usina de Belo Monte, o que se viu foi o reforço da necropolítica neoliberal para com os indígenas.

5 Assim nomeada, essa região corresponde à extensão do sul, no alto Rio Pardo, até o norte, no médio Rio das Contas. Ao oeste, o limite é o Rio Gavião, da foz até as proximidades da atual cidade de Anagé. Ao leste, o limite é o começo das terras de vegetação conhecida como “mata de cipó”. Para saber mais, ver Sousa (2001).

Em se tratando do atual governo, são muitas as proposições que deliberam um anticonstitucionalismo contra os povos indígenas. Por exemplo, para além da explícita promessa em seu discurso pré-eleitoral, em que o presidente Jair Bolsonaro se posicionou enfaticamente favorável à abolição das reservas indígenas e à cessão de suas terras para a exploração comercial de garimpeiros e madeireiros (que atuam em sua maioria de maneira ilegal), e de seu apoio incondicional à bancada que representa o agronegócio, destacamos as polêmicas acusações que faz o presidente – quando respondendo a questionamento sobre a crescente devastação ambiental provocada por desmatamentos e queimadas criminosas – afirmando ser a demarcação de terras indígenas atentado contra o interesse e a soberania nacional. É recorrente à prática necropolítica neoliberal opor as minorias à força soberana de maneira a polarizar a disputa política entre o Estado e aqueles por ele elegíveis como “matáveis”.

O primeiro semestre do governo Bolsonaro foi marcado por um intensificado desmonte da política indigenista brasileira, seja por provocar um colapso na estrutura de atendimento aos povos indígenas, seja pela desconstitucionalização de seus direitos a terra. Processos consolidados, por exemplo, pela transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, o que desarticulou ainda mais sua atividade de demarcação das terras indígenas, além de medidas referentes às políticas públicas não coordenadas pela Funai, como a desestruturação da saúde coletiva em seu princípio de acesso universal, com a tentativa de municipalização da saúde indígena e os

ataques aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS).

O engajamento dos movimentos indígenas transcende a pauta materialista do território, sedimentada pelo capitalismo a partir da noção de propriedade privada. Em entrevista à *IHU On-line*, Casé Angatu Xukuru Tupinambá (2018) explica:

Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. O direito congênito, natural e originário é anterior ao direito da propriedade privada. Não estamos lutando por reforma agrária. Pelo fato de nós sermos a terra, temos o direito de estarmos na terra e o direito de proteger o que chamamos de sagrado, a natureza; é ela que nos nutre e nós a nutrimos à medida que a protegemos.

Para esse pesquisador indígena, o fato de apreenderem a natureza como entidade a ser protegida e não explorada já os torna decoloniais em existência e na prática. Toda e qualquer formulação teórica acerca das ideologias marxistas e anarquistas relacionadas ao território não é inaugural se comparada à sabedoria, prática cultural e formação relacional que têm os povos indígenas com a terra há centenas de anos. Pensar em um modelo antimercadológico, anticapitalista e antiestatal de sociedade, é reverenciar a cosmologia indígena, desde sempre subjugada às políticas de morte.

O andarilho: a população em situação de rua em Salvador

De acordo com dados do IBGE, de 2018, Salvador é a capital brasileira mais negra: 82,7% da população se declaram não branca, sendo 36,5% pretos e 45,6% pardos (ALENCAR, 2018). O instituto divulgou

que houve um crescente disparate do rendimento salarial: negros ganham 36,3% menos que a população branca na Bahia e quanto mais escura a cor da pele, menor a renda. A presença dos negros também é maior entre os números de desempregados em relação à população geral de Salvador (82,2%), do mesmo modo são maioria entre os profissionais que desempenham trabalhos informais, não regulamentados ou assegurados pelos direitos trabalhistas (Figura 5).

[Figura 5]
O andarilho



Fonte: Jayme Fygura⁶, artista baiano quando em situação de rua, fotografia de Ana Dumas, Salvador, 2016

6 O “monstro urbano” travestido em farpas reluzentes nos chegou como corpus de pesquisa na Especialização em Filosofia Contemporânea do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), intitulada “Corpo-sem-órgãos: an-danças pela insurgência de si. Mais sobre a errância urbana de Jayme Fygura no Documentário *O Sarcófago* (2010) do artista também baiano Daniel Lisboa. Disponível em: <https://youtu.be/Ibld58CI97A>.

Enquanto não conseguirmos suprimir qualquer uma das causas do desespero humano, não teremos o direito de tentar a supressão dos meios pelos quais o homem tenta se livrar do desespero. [...] Ah! Como o cordão umbilical da moralidade está bem atado! (ARTAUD, 1982, p. 24-25).

Dados sobre os índices de suicídio no Brasil, divulgados em 2018 pelo Ministério da Saúde, apontam que o risco na faixa etária de 10 a 29 anos foi 45% maior entre jovens que se declararam pretos e pardos do que entre brancos. Entre 2012 e 2016, enquanto a taxa de mortalidade por suicídio permaneceu estável entre os jovens e adolescentes brancos, os números aumentaram em 12% para a população negra da mesma faixa etária.

Outro dado gritante revelador do racismo estrutural da cidade foi apontado em 2018 pelo estudo realizado pelo Projeto Axé, “Cartografias dos Desejos e Direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na cidade de Salvador” (MUNIZ, 2017): das 22.498 situações observadas, 59,3% são homens e mulheres negras, com maioria composta por homens negros entre 26 a 59 anos. Muitas camadas envolvem os problemas sociais da questão urbana: o processo de gentrificação⁷, a especulação imobiliária, a privatização dos espaços públicos, o problema habitacional – sobretudo a contradição entre o

número de propriedades que descumprem sua função social e o número de famílias desabrigadas, contradição cada vez mais acentuada pelos discursos e medidas bolsonaristas voltadas à marginalização dos movimentos de ocupação –, mas todas elas parecem desembocar na cada vez mais atômica mercantilização espetacular da cidade, intensificada pela reificação do corpo negro, dela marginalizado.

Pelos dados do IBGE de 2018, o Brasil possui 6,9 milhões de famílias sem moradia e aproximadamente 6 milhões de imóveis vazios e que descumprem sua função social. O país possui também algumas ocupações maiores do que algumas cidades brasileiras, o que, ainda assim, não ameniza o problema. O déficit habitacional é, por lógica, uma medida segregacionista e indissociavelmente racializada, já que a grande maioria da população em situação de rua é constituída por pessoas negras.

A cidade mais negra fora da África parte de uma preliminar conformação histórica do espaço urbano, arraigada por seu processo de formação socioeconômica, o que implica a manutenção de um status quo oriundo do período colonial e do escravismo, rearranjados pelas novas facetas contemporâneas. Parte do esforço de – diferente de atribuir a parcela da desigualdade racial na instauração de uma desigualdade territorial e habitacional soteropolitana – entender a cidade de São Salvador como a própria estruturação urbana da segregação racial. Com o avanço do modelo neoliberal, as políticas de morte (necropolíticas) têm sido intensificadas pelas novas políticas de segurança pública do atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e do governo Bolsonaro.

⁷ O termo foi concebido por Neil Smith em *The new urban frontier, gentrification and the revanchista city* (1996) e refere-se ao processo de transformação dos centros urbanos por meio do deslocamento dos grupos sociais ali existentes, sendo as populações de baixa renda expulsas do local, posteriormente apossado pelas classes econômicas dominantes.

Partindo de uma política para as armas, uma das principais promessas de sua campanha eleitoral, o bolsonarismo conquistou certa popularidade com a criação de uma comunicabilidade com o senso comum das massas no que se refere ao tema da segurança pública. A tentativa de um desmantelamento do Estatuto do Desarmamento e da liberação para uso de armas por menores de idade em clubes de tiro (mesmo com autorização do responsável) são exemplares sintomas de um comportamento político banalizador da violência e gerenciador de uma cultura da morte.

Medidas e projetos de lei enviados ao Congresso Nacional são constatação de um exercício necropolítico de poder, como o “Pacote anti-crime”, de Sérgio Moro – que pretende alterar, entre outros pontos, leis penais acerca da prisão em segunda instância e alterar regras para o excludente de ilicitude e a legítima defesa de policiais, o que foi apelidado por analistas jurídicos de “licença para matar” – ou a flexibilização de leis e fiscalização no trânsito, como a redução de multas de infração de segurança (que regulam sobre uso de capacete ou cadeira própria para crianças), a retirada de radares nas estradas federais, num país recordista mundial por mortes em acidente, e, por fim, os discursos do presidente ao enaltecer nomes de líderes condenados pelo crime de tortura, de forma a naturalizar a morte em seus requintes malévolos, como as públicas deferências prestadas a Pinochet – em cujo governo fora implementada a primeira experiência neoliberal.

Se analisada uma cartografia da violência no Brasil e no estado da Bahia sob o atual governo, além dos índices de mortes por homicídio, feminicídio e suicídio, os

índices de mortes por intervenções policiais não fogem à regra: uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (ATLAS..., 2019) coloca a Bahia na terceira posição no ranking dos policiais que mais matam no país. Das mortes provocadas por policiais na Bahia, cerca de 90% ocorrem em operações da Polícia Militar em favelas.

As atualizações das políticas de segurança pública em Salvador, assim como em todas as capitais brasileiras, operam nas favelas de maneira abruptamente distinta dos outros territórios da cidade, o modelo de polícia e a ferrenha militarização das favelas aposta no violento enfrentamento do controle armado dos grupos criminosos. Nas periferias a polícia se torna instituição soberana sobre o direito de morte e de vida, de modo que a discrepante medida e responsabilidade que exerce o poder de polícia em distintas áreas da cidade não podem ser consideradas isoladamente, esvaziadas de uma politização. Seja nas tarefas direcionadas à remoção em imóveis ocupados, na desapropriação de barracões, na busca por criminosos ou na “caça” aos traficantes, a polícia tem atuado no bolsonarismo enquanto instância repressora em nome do Estado.

Tem-se, então, um processo de intensificação do contorno territorial e ideológico sobre as favelas, marcado, em ações ou negligências, por mecanismos institucionais da morte: os atendimentos de saúde e as redes de assistência social precários, além do constante crescimento de uma tecnologia criminal voltada para a guerra, só fortalecem o Estado Penal e seus aparatos mais repressivos quando

de encontro à população negra periférica. Para Marielle Franco (2014), esses aparatos legais de morte se potencializam quando combinados com as interfaces de controle promovidas pela etapa neoliberal:

Na substituição de políticas sociais que apostem em investimentos no campo dos direitos, abre-se uma política que fortalece o Estado Penal, com o objetivo de conter os que se encontram à margem ou “excluídos” do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres e negros, cada vez mais colocados nos guetos das cidades (FRANCO, 2014, p. 40-41).

[...]

‘O “rosto” neoliberal, aquele de uma nova ordem mundial, está presente e radicaliza os demais “rostos”. O “livre mercado”, o “livre comércio”, o “Estado mínimo”, as privatizações, o “homem endividado”, o *marketing*, a propaganda, a rotação rápida, o capitalismo financeiro, “a existência e o pensamento para o mercado”, o “indivíduo-massa”, a cifra, a senha, a informática e os computadores, o “isolamento tecnocrático”, a cultura mercado, a contração do espaço público, a cultura do terror, os projetos neoliberais [...] são louvados cotidianamente e tornam-se a cada dia mais concretos, mais reais (COIMBRA, 2001, p. 251 apud FRANCO, 2014, p. 40-41).

Assim, a ideia de que a diferença é princípio em prol da exclusão e do extermínio (de que a morte do outro significa a vida e segurança de alguém) é um dos muitos imaginários da soberania, e é em nome dela que se tem legalizado a morte

no Brasil. Como revela Mbembe, o autor da necropolítica:

as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror [...] a noção de necropolítica e necropoder [explica] as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 51).

Considerações finais

Estes errantes historicamente estiveram sujeitos estruturalmente à necropolítica neoliberal do Estado, que encontra no bolsonarismo o seu “ápice” ao serem declarados como inimigos de um modo de vida considerado “normal”, personificada na ideia do cidadão de bem. Institucionalmente, e legitimado socialmente, esses nômades passam a vivenciar um contexto em que seus corpos carregados de identidades transgressoras são declaradamente (e não só estruturalmente) alvos de políticas da morte. A necropolítica, nesse sentido e contexto, já não funciona de uma forma “sutil” (ou não declarada), como outrora, nesse “novo” *modus operandi* (como o biopoder que Foucault localiza na Alemanha nazista) ela está presente no discurso do chefe do

Executivo, nos demais poderes, na comunicação, na sociedade civil e demais pontos da esfera social brasileira, na qual não cabem os errantes, relegados a entrelugares em constante movimento.

À necropolítica neoliberal de encontro ao nomadismo, no contexto do bolsonarismo no Brasil, opõe-se a expressão do território, cinscunscrita pelas feitura culturais dos povos errantes, *O Peregrino*, *O Originário* e *O Andarilho* enquanto entidades nômades de pertencimentos-outros. As três minorias identitárias aqui brevemente elencadas – os romeiros religiosos a Bom Jesus da Lapa, a comunidade indígena remanescente Ribeirão dos Paneleiros e as pessoas em situação de rua na cidade de Salvador – se constituem de distintas formas de um nomadismo que torna comum entre eles a filiação que tem o território com as lutas travadas diariamente e a dimensão existencial de um território que faz de seus corpos morada, luta, lugar de passagem, travessia. ■

[HANNA CLÁUDIA FREITAS RODRIGUES]

Graduada em Direito pela Faculdade Social da Bahia, especializada em Filosofia Contemporânea pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestre em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
E-mail: hannacfr@gmail.com

[JONAS DE JESUS PINHEIRO]

Graduado em Comunicação: Jornalismo pela UFRB e mestre em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos pela UFRB.
E-mail: jonaspinho09@gmail.com

Referências

ALENCAR, Itana. Com a capital mais negra do país, Bahia ganha aplicativo gratuito para registro de denúncias contra racismo e intolerância religiosa. **G1 Bahia**, Salvador, 19 nov 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2O9mUVL>. Acesso em: 23 out. 2018.

ARTAUD, Antonin. **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

ASSARÉ, Patativa do. **Inspiração nordestina**. São Paulo: Hedra, 2003.

ATLAS da Violência 2019. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2GxoP1V>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

CHAUI, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José (org.). **A cultura do povo**. São Paulo: Educ, 1982. p. 119-134.

AS GUERRAS da conquista. Produção: Luiz Bolognesi. Rio de Janeiro: Curta!, 2018. 1 vídeo (27 min). Série Guerras do Brasil.doc. Disponível em: <https://bit.ly/2NXtY7z>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 37, 2017.

JACQUES, Paola B. Corpografias urbanas. **Vitruvius**, São Paulo, ano 8, 2008.

JACQUES, Paola B. **Elogio aos errantes**. Salvador: Edufba, 2012.

JACQUES, Paola B. Elogia ao errantes. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola B. (org.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: Edufba, 2006. p. 117-140. Disponível em: <https://bit.ly/2S5GVh9>. Acesso em: 27 jan. 2020.

KALIL, Isabela Oliveira (coord.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro?** São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, Niterói, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1961. 3 v.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1, 2018.

MUNIZ, Tailane. Homens e negros são a maioria da população de rua de Salvador. **Correio**, Salvador, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/36xoZRr>. Acesso em: 13 dez. 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

TUPINAMBÁ, Casé Angatu Xukutu. Nós não somos donos da terra, nós somos a terra. [Entrevista cedida a] Ricardo Machado. **IHU on-line**, São Leopoldo, n. 527, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Rp1Nkg>. Acesso em: 27 ago. 2018.

VILLAS BÔAS, Bruno; SARAIVA, Alessandra. População com mais de 65 aumenta 26% em 6 anos. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 maio 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2RPs75Y>. Acesso em: 27 jan. 2020.

O MÉDICO E O
JORNALISTA:
DISCURSOS
REPETIDOS PARA
CONSTRUIR
CORPOS ATIVOS

[ARTIGO]

Jeferson Bertoline

Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o discurso em favor da vida em programa de TV sobre saúde e bem-estar. A questão é analisada sob a ótica do biopoder (técnica de poder que busca produzir corpos economicamente ativos). O objetivo do estudo é mostrar que apresentadores e repórteres desses programas amplificam o efeito do biopoder, porque a mensagem relativa ao corpo ativo é, primeiro, dita pelos médicos, operadores do biopoder; e, depois, repetida pelos comunicadores, que costumam ter respaldo popular. A pesquisa articula análise de conteúdo e observação participante. Conclui-se que, ao assumir como seu o discurso médico, o jornalista amplifica o poder da mensagem biopolítica e acaba por colaborar com o projeto do biopoder de construir corpos economicamente ativos.

Palavras-chave: Medicina. Jornalismo. Corpo.

This article presents the results of a study on a pro-life TV show about health and well-being. The matter is analyzed from the perspective of biopower (a power technique that seeks to produce economically active bodies). The aim of this paper is to show that presenters and reporters of these programs amplify the effect of biopower, since, first, their message regarding active bodies is dictated by physicians, which are biopower operators, and then repeated by communicators, who typically have popular support. This study articulates content analysis and participant observation. By assuming the medical discourse as theirs, the journalist amplifies the power of the biopolitical message and ends up collaborating with the biopower project of building economically active bodies.

Keywords: Medicine. Journalism. Body.

Este artículo presenta resultados de investigación sobre el discurso a favor de la vida en un programa de TV sobre salud y bienestar. Se analiza la cuestión bajo la perspectiva del biopoder (técnica de poder que busca producir cuerpos económicamente activos). El estudio tuvo como objetivo mostrar que conductores y reporteros de esos programas amplifican el efecto del biopoder porque, primero, el mensaje relativo al cuerpo activo es dicho por los médicos, operadores del biopoder; y, después, repetido por los comunicadores, que suelen tener respaldo popular. La investigación articula análisis de contenido y observación participante. Y concluye que, al asumir como suyo el discurso médico, el periodista amplifica el poder del mensaje biopolítico y acaba por colaborar con el proyecto del biopoder de construir cuerpos económicamente activos.

Palabras clave: Medicina. Periodismo. Cuerpo.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica sobre o *discurso* em favor da vida na TV brasileira. Busca-se mostrar como apresentadores e repórteres de programa televisivo sobre saúde e bem-estar incorporam como seu um discurso típico de médicos.

Por discurso, entende-se o conjunto de enunciados, composto por reportagens, entrevistas, falas de jornalistas, relatos de entrevistados, depoimentos de entrevistados, conselhos de especialistas e afins, veiculados na TV. O discurso não é neutro. Em relação ao poder que exerce, ele se apresenta como “um formidável instrumento de controle” (FOUCAULT, 2015, p. 349).

Este trabalho analisa a questão sob a ótica do biopoder, a forma indireta de governar a vida que busca aumentar as potencialidades da população para produzir corpos economicamente ativos (FOUCAULT, 2012). O biopoder se divide em disciplinas (recaem sobre o corpo dos indivíduos, procurando potenciá-los) e biopolítica (recai sobre a população como um todo, na tentativa de regulá-la).

A medicina está alinhada com a biopolítica porque, desde o século XVII, se encarregou da proporção de nascimentos, da taxa de reprodução e da fecundidade da população. Em termos biopolíticos, a medicina ganhou importância com a proximidade entre política e corpo. “O poder político faz dos corpos o local de seu exercício; à medicina cabe determinar formas e normas pelas quais o corpo

politicizado será constituído” (FARHI NETO, 2010, p. 32).

No Brasil, a participação de médicos em programas televisivos sobre saúde e bem-estar começou em 2000, quando Drauzio Varella iniciou parceria com o dominical *Fantástico*, da Rede Globo, apresentando a série “Viagem ao corpo humano”. A aceitação foi tamanha que, desde fevereiro de 2011, a emissora mantém um programa diário para tratar do tema, o *Bem Estar*.

A participação de médicos nesses programas deve ser observada com atenção porque, de um lado, há um campo de saber/poder (a medicina) que historicamente reivindica a gestão da vida da população e, de outro, um veículo midiático capaz de influir sobre as massas (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Na perspectiva deste estudo, jornalistas de programas de TV sobre saúde e bem-estar amplificam o efeito do biopoder porque, primeiro, a mensagem que visa construir corpos economicamente ativos é dita pelos médicos, operadores do biopoder; e, depois, é repetida pelos comunicadores, que costumam ter respaldo popular.

Este estudo articula análise de conteúdo de programa de TV sobre saúde e bem-estar (para anotar como jornalistas assumem como seu o discurso médico) e observação participante em supermercado e academia de ginástica (locais onde as pessoas pensam o corpo pela alimentação e atividade física; onde, portanto, podem ressoar o discurso midiático). Não se trata de um estudo de recepção. Não se procura apurar se o que é dito pela mídia influencia

o público. Apenas se observa no público a mesma categoria vista na TV.

Embora não busque medir a influência da mídia, este trabalho observa que mesmo as camadas da população não expostas à mídia de maneira direta são tocadas de maneira indireta por ela, via amigos, família etc. “Os processos de comunicação sofrem a influência dos meios de comunicação de massa, seja de modo direto, seja em maior escala através dos líderes de opinião” (HABERMAS, 1978, p. 197).

Este é um estudo interdisciplinar. Associa temas da filosofia à comunicação social. A interdisciplinaridade “é estratégia eficiente para a compreensão, interpretação e explicação de temas complexos” (MINAYO, 2010, p. 441). É “um conceito que invocamos sempre que nos defrontamos com um problema cujo princípio de solução exige o consumo de múltiplas e diferentes perspectivas” (POMBO, 2007, p. 7).

O texto está dividido em cinco seções. A primeira estaca a metodologia do trabalho; a segunda aborda o programa *Bem Estar*, alvo da análise de conteúdo por ser o primeiro do país sobre o tema; a terceira traz frases extraídas da análise de conteúdo sobre a incorporação jornalística do discurso médico; a quarta apresenta os resultados da observação participante sobre discurso; por fim, a quinta usa o termo ato falho para mostrar que o discurso de jornalistas de programa de TV sobre saúde e bem-estar apresenta uma diferença entre a expectativa e a realidade.

O manuscrito conclui que, ao assumir como seu o discurso médico, o jornalista amplifica o poder da mensagem biopolítica

e acaba por colaborar com o projeto do biopoder de construir corpos economicamente ativos. O texto também aponta que o excesso de informação acerca da saúde pode se reverter em aumento da ignorância sobre o tema, uma vez que o público às vezes se sente perdido, sem saber quem ouvir.

Metodologia

A *análise de conteúdo* foi aplicada ao programa *Bem Estar*, da Rede Globo. Foram analisados 81 programas (33,19% dos exibidos em 2016). Escolheu-se o primeiro mês cheio de cada uma das quatro estações do ano.

Adota-se o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2010). “A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a discursos extremamente diversificados. Ela absolve e cauciona o investigador pela atração pelo escondido, o latente, o não aparente” (BARDIN, 2010, p. 7).

Uma das principais características desta técnica de pesquisa, que se expandiu nos Estados Unidos a partir de 1915 para investigar mensagens embutidas no discurso do jornalismo e da publicidade, é o conhecimento baseado na dedução ou inferência.

A *observação participante* em supermercado e academia foi feita na Grande Florianópolis. Trata-se da região mais populosa de Santa Catarina, o estado reconhecido pelos índices de qualidade de vida.

No supermercado, a observação foi feita em visitas diárias, cada uma de 45 minutos, durante 90 dias, em 2016. Elas resultaram em 320 “situações” observadas (as quais englobam diálogos entre pesquisador e pesquisado e diálogos entre pesquisados). O procedimento adotado foi a realização de conversas com clientes: o autor deste trabalho, no papel de um consumidor comum, conversou com clientes sobre as expectativas deles em relação aos produtos; por que escolheram os itens que estavam na cesta; quais produtos gostariam de levar e não levaram etc.

Na academia, a observação também foi feita durante três meses, em 2016. Foram 78 visitas, cada uma com duração entre 45 e 75 minutos. Elas resultaram em 250 “situações” observadas.

Matriculado como aluno regular, o autor deste estudo treinou com outros alunos, de diferentes idades e classes sociais, durante o período analisado, procurando saber o que pensam sobre saúde, alimentação, cuidado com o corpo, vaidade, disciplina e afins. As conversas também envolveram instrutores e sócios da academia.

A observação participante é uma técnica etnográfica, frequentemente equiparada à etnografia (RESTREPO, 2010, p. 12), que consiste no contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto.

A ideia é que, mediante sua presença, o pesquisador pode observar e registrar, de uma posição privilegiada, como as coisas são feitas, quem as realizam, como e onde. [...] Ser testemunha do que as pessoas

fazem permite ao pesquisador compreender, em primeira mão, dimensões fundamentais daquilo que lhe interessa da vida social (RESTREPO, 2010, p. 12).

O programa *Bem Estar*

O programa *Bem Estar* foi o primeiro da TV brasileira a tratar exclusivamente sobre saúde e bem-estar. Foi criado em fevereiro de 2011 pela Rede Globo. Até abril de 2019, era apresentado de segunda à sexta-feira, ao vivo, entre 10h e 10h45, com o argumento de “ajudar o público a levar uma vida mais saudável”. Depois dessa data foi transformado em quadro dos programas de entretenimento *Encontro com Fátima Bernardes* (apresentado de segunda à sexta) e *É de Casa* (exibido aos sábados).

Mesmo depois dessa transformação o programa manteve o formato de ser apresentado por jornalistas em parceria com médicos consultores (pediatra, psiquiatra, ginecologista, dermatologista, oftalmologista, cardiologista e ortopedista). Esses médicos participam ao vivo, em sistema de revezamento, de acordo com a pauta.

No estúdio, os consultores agem como se estivessem em seus consultórios: comentam sobre remédios e tratamentos, explicam o funcionamento do corpo, o impacto de determinada doença, comentam sobre políticas públicas de saúde, tiram dúvidas de telespectadores, entre outras atividades.

Em linhas gerais, a atração procura ensinar os segredos da alimentação

saudável e a importância da atividade física. Costuma condenar a gordura e incentivar a magreza. Com frequência, promove quadros estilo *reality show* para emagrecer telespectadores.

Em 25 de abril de 2016, ao iniciar um desses quadros, o programa empilhou dezenas de carrinhos de supermercado cheios de café, açúcar e arroz para dimensionar o peso que os selecionados deveriam perder. “Aqui tem meia tonelada de comida”, disse o apresentador Fernando Rocha. Os pré-selecionados festejavam como se tivessem ganhado na loteria: “É um presente de Deus que a gente ganhou”, disse uma das participantes. “Eu preciso de ajuda”, disse outra. “Conto com o voto de vocês para realizar este sonho”, disse outra mulher.

Em 29 de abril do mesmo ano, os candidatos foram obrigados a empilhar diante das câmaras sacos acinzentados e volumosos que representavam o peso que gostariam de perder juntos. “Olha o peso que essas pessoas carregam na vida”, disse o apresentador. “Eles têm uma doença: são obesos. Têm hábitos errados. Vamos começar tudo isso do zero, reeducar. Aprender a comer, mudar o estilo de vida”, disse uma médica convidada. À medida que os candidatos eram eliminados, havia choro no palco. Os eleitos comemoravam. “O Brasil inteiro quer que o seu marido consiga te carregar no colo, quer que você mesma consiga amarrar seu tênis”, disse o apresentador à candidata mais votada, em alusão aos dois argumentos que havia apresentado ao pedir votos do público. Outra selecionada dizia que sonhava ser capa de revista. Ao lado da sua foto estaria escrito quantos quilos perdeu e a frase “exemplo de superação”.

O estúdio costuma imitar a sobriedade de um consultório médico, pintado em tom pastel e adornado com livros, maquetes médicas, tubos de ensaio e folhagens discretas. Mas pode reproduzir um ambiente de praia ou de piscina, com espreguiçadeira e guarda-sol, se o tema for ligado ao verão.

O material usado na composição desses ambientes não costuma ser cenográfico, como em novelas. Assim, a mesa da cozinha tem frutas frescas e potes de castanhas, se o assunto exigir, e os consultores e apresentadores podem se servir. Aliás, é comum vê-los provando algum alimento saudável, como suco de couve ou um talo qualquer.

Em 2017, o *Bem Estar* atingia, segundo a emissora, 5,8 milhões de telespectadores por dia. A audiência era formada por 68% de mulheres e 32% de homens. A maioria era da classe C (47%). Os demais eram das classes A e D (35%) e (18%). A distribuição do público por faixa etária era: de quatro a 11 anos (4%), de 12 a 17 (6%), de 18 a 24 (7%), de 25 a 49 (42%), maiores de 50 (41%).

O surgimento do *Bem Estar* se deu após o sucesso de quadros sobre saúde lançados pela *Rede Globo* em outros programas jornalísticos da emissora. O mais notório deles foi a participação do médico Drauzio Varella no *Fantástico*, a partir do ano 2000, quando ele apresentou a série “Viagem ao corpo humano”. A aceitação foi tamanha que outras séries vieram na sequência, como “E agora, doutor?”, na qual o médico esclarecia dúvidas em relação à saúde, e “Questão de peso”, sobre pessoas que têm compulsão por comer. Varella também apresentou quadros sobre fumantes, mulheres grávidas, funcionamento do

cérebro e planejamento familiar. A série mais recente, apresentada em 2016, foi sobre menopausa.

Na tentativa de fazer a mensagem ser assimilada pela audiência, o programa usa três estratégias, que este estudo chama de recursos pedagógicos. Trata-se de *recursos metafóricos*, *recursos didáticos* e *recursos de signos*.

Os *recursos metafóricos* usam elementos cotidianos, como comida, e se baseiam na comparação. A metáfora facilita a compreensão daquilo que nos rodeia. “A base psicológica da metáfora é o conhecimento de uma coisa em termos de outra” (FEARING, 1978, p. 66).

Os *recursos didáticos* ajudam a explicar o funcionamento do corpo. Os três mais usados são infográficos, maquetes médicas e comida de verdade.

Os *recursos de signos* parecem implícitos. Estão ligados, por exemplo, à vestimenta dos convidados: o jaleco branco é a vestimenta de todos os entrevistados ao vivo. É usado por médicos e por outros especialistas consultados, como biólogos e pesquisadores. Em abordagem clássica, signo é “algo que, para alguém, equivale a alguma coisa, sob um aspecto ou capacidade” (PEIRCE, 1980, p. 10).

O discurso médico/jornalístico no Bem Estar

Médicos ouvidos pelo *Bem Estar* têm um discurso homogêneo, que busca o corpo saudável. Eles estimulam a

alimentação regrada, o sono, as atividades físicas. Elogiam quem cumpre metas, quem atinge resultados e quem perde peso. Em suma, contribuem com o ideal biopolítico de um corpo economicamente ativo.

Apresentadores e repórteres do programa parecem aderir ao discurso dos especialistas, assumindo-os como seu. Assim, o discurso biopolítico é dito duas vezes: primeiro pelos médicos e profissionais afins, depois pelos jornalistas.

No programa, os *jornalistas reforçam a ideia de que o médico é soberano para tudo sobre saúde*. “Não é para fazer em casa. É para ser feito só por especialista”, diz a apresentadora Mariana Ferrão ao falar da extração de espinhas (21/01, sobre comida de praia); “Isso [dar colher de leite para ver se o bebê apresenta alergia] não pode ser feito em casa. Só pode ser feito com acompanhamento médico”, diz o apresentador Fernando Rocha (27/01, sobre alergia ao leite); “Para que outras técnicas deem certo, é fundamental que o paciente procure logo um dermatologista”, diz repórter, ao falar de implante de cabelo (26/07, sobre varizes); “Existe risco de contaminação se as regras [médicas] não forem seguidas”, diz repórter em matéria sobre tipos de depilação (12/07, sobre cuidados no salão de beleza).

O repórter, assim como o médico, elogia quem busca se cuidar. “Troféu joinha pra você”, diz o apresentador Fernando Rocha ao comerciante que melhorou das dores no joelho por ter começado a fazer atividade física (14/01, sobre joelho); “João fez aquilo que tinha que ser feito”, diz, imperativamente, repórter a respeito do entrevistado que, após infarto, passou a fazer dieta e atividade física (26/01, sobre colesterol); “Ficou mais bonita a

gavetinha dela”, diz Fernando sobre manicure que quer emagrecer 40 kg e que agora coloca na gaveta do trabalho frutas em vez de guloseimas (04/07, sobre trabalho que engorda).

O profissional de imprensa também *pode fazer recomendações*: “Até em ambiente fechado é essencial ter proteção [contra o sol]”, diz repórter em matéria sobre melasma (19/01, sobre cravos).

Às vezes, o repórter *passa a ser fiscal*: “Cadê a dieta?”, pergunta à entrevistada em reportagem sobre comer à noite (18/01, sobre comer à noite); “Você promete deixar tudo organizado?”, pergunta a casal que tem cozinha bagunçada (01/04, sobre organização da casa); “Só não vale usar poluição de desculpa para não fazer exercício”, diz em matéria sobre atividade física em cidades poluídas (26/04, sobre poluição).

Jornalistas não são os únicos a reproduzir o discurso médico. Prova disso ocorreu com churrasqueiro levado ao estúdio para ensinar a assar carne: “Vamos usar sal grosso [para temperar a carne]. Sal fino é um veneno” (22/01, sobre churrasco). No mesmo dia, ao entrevistar pessoas em um rodízio de carne, o repórter declarou: “Ah, gente, até mesmo no churrasco dá para fazer um prato mais variado, mais saudável”.

O discurso médico/jornalístico no cotidiano do público

O discurso em favor da vida praticado pela mídia parece bem assimilado entre os observados (clientes de supermercado e

alunos de academia de ginástica, aqui chamados de público). Se, no campo midiático, o discurso é iniciado pelos especialistas e reforçado pelos jornalistas, entre o público ele é repetido em conversas no supermercado e na academia. Ouvem-se frases como “arroz integral sacia mais”, “farinha integral ajuda na digestão”, “sal aumenta a pressão”, “embutido tem muito conservante” e “refrigerante é um veneno”. O resultado é uma espécie de voz hegemônica contra a qual é quase impossível se levantar.

Do ponto de vista do biopoder, poderia se dizer que a propagação do discurso em favor da vida por parte do público amplifica os efeitos dessa técnica de poder. É como se cada cidadão fosse, sem se dar conta, um militante biopolítico com a função de regular o outro, controlá-lo, adestrá-lo, incitá-lo à norma, extrair dele o máximo de produtividade, negando-lhe prazeres em favor da eficiência.

No ambiente observado, o *discurso às vezes flui como uma dica*: “Você nunca deve aquecer, porque se você aquecer o azeite perde os nutrientes e vira gordura normal. O doutor Lair Ribeiro sempre diz isso”, diz homem de meia idade a uma desconhecida que comprava azeite de oliva no supermercado; “É melhor comer a salada verde no fim [do almoço]. Isso limpa as veias”, diz mulher adulta e magra à amiga de academia; “Deixa a berinjela de molho a noite inteira. De manhã, toma aquela água. Tu vai ver que emagrece”, diz mulher adulta, na academia, a homem ligeiramente acima do peso; “De manhã é bom tomar em jejum um copo de água morna. Faz bem. Limpa o organismo todo”, diz aluna de academia ao compartilhar com amigos dica que viu na televisão.

O discurso também pode ser reproduzido em tom de conselho: “Se queres viver mais, tens que evitar gordura”, diz, a um colega de treino, homem adulto que fazia esteira e via Ana Maria Braga fazer um feijão tropeiro no *Mais Você*; “Sabes quais são os alimentos que mais matam? Refrigerante, gordura e sorvete. O sorvete é um veneno. Eu evito. Deverias evitar também”, diz instrutor de academia a aluno; “Deves mastigar 30 vezes de cada lado [da boca] para comer menos. Deves também comer cru tudo que pode ser comido cru”, ensina mulher madura à colega de treino.

Em alguns momentos, o discurso se parece com militância engajada. “Não adianta só fazer exercício. Tens que costurar a boca também”, diz mulher madura, aluna de academia, que se orgulha de ter cortado da dieta carboidratos; “Eu fui ao médico e ele me ensinou a fazer assim, a não comer carboidrato. Já me acostumei com isso. E já emagreci bastante. Tu também podes”, diz jovem, aluna de academia, ao autor deste estudo; “Eu tenho pena de ver criança gorda. Parece desajeitada. Os amiguinhos ficam rindo. Por isso sempre que eu posso eu digo para as pessoas se cuidarem e cuidarem dos filhos [em relação ao peso]”, diz mulher adulta, cliente de supermercado, que naquele dia havia feito os exames do mês e tinha dado “tudo direitinho”; “A gente não pode guardar só pra gente. Se leu, se falou com o médico, tem que passar pra frente [informação sobre dieta]. Tem muita gente que engorda e entra em depressão”, diz mulher madura à amiga na ala de frutas do supermercado.

A militância às vezes está na indicação de produtos saudáveis: “Tem light também,

tu reparou? A light é melhor. Tem menos gordura. Gordura é um perigo porque entope as veias. É um veneno”, diz homem ao autor deste estudo diante da prateleira de maionese industrializada; “Leva o [pão] preto. Tem mais caloria, mas tu ficas saciado só com uma fatia. É mais calórico, mas tu comes menos, entende?”, diz mulher, ao autor deste trabalho, diante da prateleira de pães; “Compra o diet. Tu vais ver que não tem gosto de adoçante. Vais te acostumar e nunca mais vais querer o outro”, diz mulher, à amiga, sobre suco de caixinha; “A gente logo fica satisfeito. Não precisa comer muito”, diz mulher, magra e madura, ao indicar chocolate 60% cacau à amiga no supermercado.

Os discursos não estão apenas nas falas. Estão também em camisetas, que entre os jovens costumam expressar uma ideologia. Trata-se de uma espécie de bandeira que se exhibe na rua: “Não lamente, corra”, diz frase na camiseta da garota magra que chega de carro importado à academia; “Eu amo ginástica”, diz camiseta de outra aluna; “*Play hard, gym hard*”, diz camiseta de outra garota, sugerindo que se deve exercitar o corpo com a disposição que se costuma ter nas horas de lazer; “Os 10 mandamentos da saúde”, diz camiseta de senhor que faz esteira e que cita, entre outras dicas, “mexa-se, beba água e cuide do seu coração”.

De tanto ouvir e repetir o discurso em favor da vida saudável, o público parece se converter em especialista em saúde. “Já estou doutor nisso”, diz cliente de supermercado, maduro e magro, ao falar com amigos sobre produtos orgânicos; “Ela [esposa] é perita nisso. Poderia até escrever um livro”, diz aluno de academia ao conversar com amigos sobre calorias;

“A gente entende um pouco porque lê muito sobre isso [massa magra]. Tem muito livro para quem se interessa. A gente lê, e logo aprende um monte de coisa interessante”, diz homem adulto que passou a fazer musculação depois da aposentadoria; “A melhor farinha é a integral. É a mais saudável. Tem também a farinha de arroz e a farinha de fécula de batata. Cada uma serve para uma coisa. Sei isso porque estudei um pouco”, diz cliente de supermercado ao autor deste estudo diante da prateleira de farinhas.

O discurso em favor da vida parece atingir pessoas comuns, fora do circuito da saúde: “Pronto: bem magrinho, meu jovem”, diz açougueiro ao entregar ao autor deste trabalho um quilo de músculo moído, a carne mais magra do boi. Ele ouve pedido de carne magra muitas vezes ao dia e passa a assimilar o discurso.

A observação sugere que o público tende a acreditar mais em médicos magros e educadores físicos musculosos, por exemplo. Isso é fundamental para que prestem atenção no que é dito e repitam aos amigos: “Aí não dá, né? Como é que ele vai pedir para a gente controlar a comida se ele mesmo é gordo?”, diz aluna de academia ao ver na televisão, enquanto fazia esteira, um médico gordo; “Tu acreditas que eu já vi até cardiologista gordo?”, responde a colega de esteira; “Ele [médico] fica sem moral nenhuma com o paciente se for gordo: é gordo e pede para a gente emagrecer, como pode?”, diz aluna de academia; “A gente só escuta o que dizem [os médicos] se o exemplo partir deles. O peso é a primeira coisa que eu olho neles”, diz mulher adulta ao conversar com amiga no supermercado sobre exames periódicos; “Se ele [instrutor] tem o corpo bem definido é porque entende

do assunto e a gente pode confiar. Se tiver uma pancinha a gente tem que desconfiar, tu não achas?”, pergunta, ao autor deste estudo, jovem aluno de academia.

Embora seja incipiente, há entre parte dos observados um início de cansaço com o discurso para se viver mais: “Todo mundo só fala nisso. É a Angélica, a Ana Maria Braga, o Daniel Bork, os canais a cabo. É só ligar a televisão que a gente vê”, diz homem grisalho que frequenta a academia há pouco tempo; “A gente não pode chegar em casa com um chocolate, um queijo amarelo, que logo alguém diz que engorda, que tem gordura. É chato isso”, diz cliente de supermercado; “Ser tu encontras um conhecido no supermercado, podes ter certeza que ela vai reparar na tua cestinha. E se tu tiver levando alguma besteira [refrigerante, salgadinhos etc.] podes ter certeza que ele vai contar pros outros e dizer: fulana é gordo porque come besteira”, diz mulher adulta, cliente de supermercado.

Ato falho: diferença entre o possível e o desejável

Médicos e demais especialistas ouvidos pelo *Bem Estar* procuram manter o discurso sobre a saúde em torno daquilo que julgam ideal ou perfeito. Apresentadores e repórteres, como visto no discurso, incorporam esse comportamento. Essas falas, ante à chamada vida como ela é, podem se distanciar muito da realidade, gerando atos falhos.

Na teoria freudiana, ato falho é uma forma de revelar o inconsciente, o lugar

interno que o psicanalista austríaco comparava a um porão onde escondemos nossos dragões. Para Freud (1999), o inconsciente dirige em silêncio os pensamentos e os comportamentos dos indivíduos. Trata-se, portanto, de um lapso verbal por meio do qual se revela uma convicção, um pensamento ou uma emoção reprimida.

O que aqui se nomeia ato falho é a diferença entre o possível (aquilo que está disponível e parece compatível com o estilo de vida da maioria dos brasileiros) e o desejável (aquilo que poderia soar como mundo ideal ou perfeito, mas que, observado com um olhar crítico, pode estar encharcado de conteúdo biopolítico).

A comida, por exemplo, costuma ser ceifada nas falas oficiais de apresentadores e especialistas, mas em comentários informais admite-se que comer é bom e que o excesso de controle é inviável. Algumas frases: “Você merece um pouco mais”, diz médica ao apresentador Fernando Rocha ao vê-lo com pequena porção de comida no prato [a expressão “você merece” sugere que comida é algo bom, que recompensa algum feito] (18/01, sobre comer à noite); “Esta liberação aí já melhora um pouquinho, já deixa a gente mais feliz”, diz a apresentadora Michele Loretto sobre o fato de, na TPM, a mulher poder comer 200 calorias a mais, o que equivale a um pão [comida é sinônimo de felicidade] (20/04, sobre TPM); “Não vai ser uma tarefa difícil”, diz repórter convidada a provar bombom feito com ovo pasteurizado [a fala sugere que comer é um prazer] (21/04, sobre colesterol); “Nessa hora é ruim [quando engorda]. Mas na hora de comer é bom”, diz nutricionista [admite-se que o ato de comer é bom] (04/07, sobre trabalho que engorda);

“Se deixar, você come um boi”, diz Fernando Rocha, diante do prato regrado de programa de emagrecimento [mostra distância entre aquilo que se quer comer e aquilo que se pode comer] (18/07, sobre tratamento par emagrecer); “É abobrinha pura”, diz o apresentador Fernando Rocha, sobre macarrão feito com tiras de abobrinha para ser mais magro que o macarrão feito com trigo, sal, ovos e gordura [ironia pura] (11/01, sobre macarrão); “Ah, doutor Kalil, eu queria que o senhor estivesse lá comigo”, diz Fernando, rindo, sobre lasanha de batata doce que comeu com o grupo de gordinhos do *reality* de emagrecimento [mais um sinal de ironia] (13/07, sobre relação entre enxaqueca e AVC).

Outro tópico que mostra a distância entre discurso oficial e vida real está no controle alimentar, um tema tratado exaustivamente no programa e que pode ser visto como caminho ao corpo magro e eficiente. “Eu, quando vou a um churrasco, gosto de carne bem passada [aumenta o risco de câncer] e com muito sal [aumenta a pressão arterial]”, confessa o cardiologista consultor do programa. “Vida real, né doutor Kalil?”, diz Fernando Rocha após a confissão do médico [o diálogo mostra o hiato entre a teoria e a realidade] (22/01, sobre churrasco); “Se for contar caloria [no churrasco] é melhor ficar em casa”, admite nutricionista [reconhece-se que medir a alimentação, algo estimulado pelo programa, pode converter-se em hábito chato] (22/01); “A gente não quer que as pessoas fiquem contanto calorias [em relação ao índice glicêmico] porque senão vira uma dieta, uma coisa chata”, diz nutricionista [a frase revela que dieta é coisa chata] (04/04, sobre frutas); “Não é que não vai comer nunca, porque aí a vida fica chata pra caramba”, diz Michele Loretto sobre *nuggets*, que têm

21 produtos industrializados e fazem mal à saúde [admite-se que o prazer também está no alimento proibido] (12/04, sobre alimentos processados); “Eu sou contra regra: você vai comer 20 gramas disso, vai respirar dois litros daquilo. Isso não é vida. Isso só vai aumentar o estresse do dia a dia”, diz cardiologista [a frase contraria a tendência de prescrever quantidades] (12/04, sobre alimentos processados); “Ela é bastante radical. Vou dar uma dica um pouco mais praticável”, diz nutricionista sobre australiana que parou de comer açúcar [a frase sugere que controle demais é algo impraticável] (19/04, sobre consumo de doces).

A alimentação é a rubrica mais comum na amostra do programa *Bem Estar*. Por isso é a líder em atos falhos. Mas os lapsos entre o dito e a realidade invadem outras esferas da vida, como a organização da casa: “Isso é uma gaveta de loja”, diz Fernando sobre gaveta de meias, dobradas e separadas por cor [demonstra-se que, em casa, é quase impossível ser tão disciplinado] (01/04, sobre organização da casa); “Lá em Ibiúna [cidade paulista onde Fernando mora] a gente também faz isso”, diz Fernando, em tom de confissão, ao mostrar foto de mulher que disse que, dependendo do cheiro e da cor, aproveita a comida que passou da validade [admite-se que nem tudo que é prescrito como saudável faz sentido] (20/10, sobre prazo de validade).

Conclusão

O tema “saúde” tornou-se emergente na mídia brasileira. A televisão é o veículo mais popular a explorá-lo, mas não o único:

o assunto está nas seções de jornal impresso, capas de revista, portais e blogs de internet e no rádio. Virou moda!

No caso específico do programa *Bem Estar*, apresentadores e repórteres parecem aderir ao discurso médico, assumindo-o como seu. Isso faz o discurso com teor de biopoder ser dito duas vezes: primeiro pelos médicos e depois pelos jornalistas. Considerando que medicina e jornalismo contam com respaldo popular, pois comumente associa-se a eles uma noção de verdade, pode-se imaginar que a repetição da mensagem biopolítica tem o dobro de chance de ser assimilada pelo público.

A observação participante mostrou que, diante da overdose de mensagens veiculadas na mídia, há quem se sinta perdido, sem saber em quem confiar e no que acreditar. Assim, poderia se dizer que o aumento da informação sobre saúde parece ter se convertido em aumento da ignorância sobre o tema.

A informação sempre foi a principal matéria-prima de programas midiáticos de cunho jornalístico. Atualmente, como mostra o exemplo do *Bem Estar*, a saúde tem se tornado o tema de destaque em algumas dessas atrações.

Neste cenário, a saúde é debatida no detalhe: fala-se sobre os benefícios de alimentos outrora ignorados, apresentam-se produtos e tratamentos recém-descobertos, pesquisa-se sobre quase tudo e em muitos casos a informação nova desqualifica a anterior (o exemplo do ovo, que ora pode ser consumido e ora não, virou até clichê).

A observação participante também mostrou que, embora o público saiba cada

vez mais sobre saúde e possa falar sobre temas até bem pouco tempo atrás restritos a círculos médicos, há uma parcela de pessoas que parece perdida sobre saúde.

Entre os observados, apesar de se notar confiança em médicos e jornalistas, ouve-se uma crítica recorrente às atualizações do discurso. Escuta-se com frequência expressões como “cada hora se diz uma coisa”, “cada um diz uma coisa”, “ninguém se entende” e “uma hora isso está certo, outra hora está errado”.

Aparentemente, ocorre com a saúde o que acontece com outros temas em tempos de tecnologia comunicacional: ficam perdidos diante da incessante produção de conteúdo. “Passamos de uma escassez de informação sobre a maioria dos assuntos a um excesso de informação a propósito de qualquer coisa” (POSTMANN, 1994, p. 36).

Como esse fenômeno da overdose informacional costuma ser

acompanhado do enfraquecimento dos esquemas mentais tradicionais de interpretação do mundo, o resultado é que os homens se encontram perdidos, sem saber como escolher nem mesmo como valorar a informação. O aumento da informação converte-se, assim, em aumento da ignorância” (WINNER, 1997, p. 282 apud CUPANI, 2014, p. 194).

No caso específico do jornalismo, a produção incessante de conteúdo sobre qualquer tema não é algo novo. Para citar dois exemplos clássicos, ela se deve ao fato de o jornalismo ser uma organização e de as notícias serem o seu produto (BREED,

1955) e de a notícia ser um produto à venda (MEDINA, 1978). A saúde, neste contexto, é simplesmente a bola da vez. ■

[JEFERSON BERTOLINE]

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Jornalismo pela UFSC, bacharel em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).
E-mail: jefersonbertolini@gmail.com

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BREED, Warren. Social control in the newsroom: a functional analysis. **Social Forces**, Oxford, v. 33, n. 4, p. 326-335, 1955.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de massa**. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARHI NETO, Leon. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FEARING, Franklin. A comunicação humana. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 56-82.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 187-200.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos coligidos**. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerancblum. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: COLÓQUIO INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO E UNIVERSIDADE, 1., 2007, Porto. **Anais** [...], Porto: Universidade do Porto, 2007. p. 1-29.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

RESTREPO, Eduardo. **Técnicas etnográficas**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RORchc>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CIÊNCIA,
JORNALISMO E
SAÚDE:
A JUDICIALIZAÇÃO
EM PAUTA

[RELATÓRIO DE PESQUISA]

Helena Mega

Universidade de São Paulo

André Chaves de Melo Silva

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo busca entender de que modo o jornalismo contribui para o debate sobre a judicialização da saúde no Brasil. A análise parte da cobertura jornalística feita pela *Folha de S.Paulo (Folha)* e *O Estado de S.Paulo (Estadão)* entre julho e dezembro de 2016. O levantamento mostrou um conjunto de publicações presentes em editorias variadas dentro dos jornais. O destaque é para a *Folha*, que apresentou maior diversidade de formatos e abordagens. O conteúdo das pautas revelou que ambos os veículos estiveram atentos às discussões sobre a judicialização da saúde no Supremo Tribunal Federal e ao posicionamento de diferentes especialistas sobre a questão, com uma defesa frequente da autoridade emitida pelas entidades científicas brasileiras.

Palavras-chave: Judicialização. Saúde. Jornalismo. Comunicação Social. Ciência.

This article aims to understand how journalism contributes to the debate about the judicialization of health in Brazil. The analysis starts from the coverage made by *Folha de S.Paulo (Folha)* and *O Estado de S.Paulo (Estadão)* between July and December 2016. Data collection showed a group of publications distributed across different sections of the newspapers. *Folha* stood out for presenting more diversity of approaches and formats for the articles. The content of the articles showed that both newspapers were aware of the discussions about the judicialization of health inside the Brazilian Supreme Court and of the opinions of different specialists about the theme, frequently defending the authority expressed by Brazilian scientific organizations.

Keywords: Judicialization. Health. Journalism. Social Communication. Science.

Este artículo busca entender de qué modo el periodismo contribuye para el debate acerca de la judicialización de la salud en Brasil. El análisis parte de la cobertura hecha por los periódicos *Folha de S.Paulo (Folha)* y *O Estado de S.Paulo (Estadão)* entre julio y diciembre de 2016. El levantamiento mostró un conjunto de publicaciones presentes en secciones variadas dentro de los periódicos. El destaque es de la *Folha*, que presentó más diversidad de formatos y abordajes. El contenido de las noticias reveló que ambos los medios estuvieron atentos a las discusiones acerca de la judicialización de la salud en el Supremo Tribunal Federal y al posicionamiento de diferentes especialistas acerca de la cuestión, con una defensa frecuente de la autoridad emitida por las entidades científicas brasileñas.

Palabras clave: Judicialización. Salud. Periodismo. Comunicación Social. Ciencia.

Introdução

Como direito social previsto na Constituição Federal, o acesso à saúde tem sido um dos protagonistas dos processos judiciais contra o Estado brasileiro. Em ritmo crescente, cidadãos promovem ações judiciais contra o Sistema Único de Saúde (SUS) em busca de financiamento para exames, medicamentos, tratamentos e produtos hospitalares. Através do uso desses processos legais, procura-se que o direito à saúde seja, se não ampliado, garantido.

Essa tendência recebeu o nome de judicialização da saúde e é também uma forma de fazer com que, através do Poder Judiciário, novas tecnologias sejam colocadas à disposição dos pacientes em um ritmo mais acelerado do que aquele previsto pelas agências reguladoras – exigindo, por exemplo, que o Estado realize compra de medicamentos estrangeiros que estão em fase experimental de pesquisa, algo não previsto pelo regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Nesse cenário, existe uma atenção especial que a mídia tem dado aos casos de indivíduos que acionam a Justiça para ter acesso a medicamentos e a tratamentos de alto custo ou em período de desenvolvimento – ou seja, sem eficácia reconhecida pelas autoridades científicas do país. Ao abrir espaço para essa temática, o jornalismo assume a responsabilidade de tornar transparente um debate que envolve diferentes instâncias dentro da sociedade: desde profissionais do Direito e da saúde até gestores públicos e a própria população, todos atores que influenciam e são influenciados por esse contexto.

O jornalismo especializado em saúde

Na área da Saúde, o jornalismo muitas vezes assume a função de divulgar novas pesquisas e desvendar mitos e verdades a respeito de doenças, hábitos pessoais e efeitos de substâncias no organismo. Em outra vertente, as pautas de saúde ganham um caráter mais ligado à gestão sanitária, seja ela feita por meio do Estado ou através de serviços privatizados, com a chamada “saúde suplementar”. No segundo caso, é frequente notar a presença de notícias de saúde espalhadas por diversas editorias dos jornais, a exemplo das seções dedicadas à política e à economia. Isso fica evidente quando a judicialização da saúde é inserida na agenda da mídia, pois a multidisciplinaridade dos agentes que interferem no tema se faz também presente na abordagem jornalística que é direcionada a ele.

Em livro dedicado ao jornalismo científico, Warren Burkett indica que as matérias médicas focadas em doenças e problemas específicos de saúde, bastante difundidas dentro das editorias da área, talvez não sejam aquelas que mais interessassem aos leitores (em nível individual). Burkett cita um artigo publicado em 1984 pelos professores da Universidade de Ohio Hugh M. Culbertson e Guido H. Stempel III. Na pesquisa, os professores analisaram a cobertura de saúde dos onze maiores jornais diários da região e, por telefone, entrevistaram leitores para saber quais eram as notícias de saúde que mais captavam a sua atenção. Enquanto 74% dos entrevistados demonstraram maior interesse por assuntos econômicos, como custos médicos e seguridade social, esses temas ocupavam

apenas 12% da agenda de notícias médicas daqueles veículos de comunicação (CULBERTON; STEMPEL, 1984).

No caso brasileiro, a cobertura de saúde realizada pela mídia também apresenta alguns desencontros em relação ao público leitor. Wilson da Costa Bueno enumera algumas falhas do jornalismo de saúde no Brasil ao apresentar fatores frequentes, como a fragmentação, quando a totalidade das notícias de saúde forma um “quebra-cabeça” difícil de ser interpretado pelos leitores (“afinal de contas, o vinho faz bem ou mal para o coração?”); o foco excessivo em doenças, desviando a atenção da eficácia ou não das políticas públicas de saúde; e a difusão de uma visão preconceituosa de terapias médicas alternativas (BUENO, 1996, p. 15-16).

É importante lembrar que o papel do jornalista especializado em ciência (seja nas áreas de saúde, tecnologia ou meio ambiente) vai além do ato de ouvir o pesquisador, pois o seu trabalho inclui trazer outras fontes de informação e criar debates mais amplos acerca do tema pautado. Parte desse trabalho está relacionada a valorizar a inserção social da ciência e apresentá-la como fruto de um processo humano e subjetivo. “De fato, não se pode esperar do jornalismo científico que ele seja discurso científico, pois ele deve ser o discurso jornalístico informativo” (SILVA, 2017, p. 38).

Quando se trata da cobertura da judicialização da saúde, a demanda para que o jornalismo busque ser didático surge em grande força e testa frequentemente a capacidade de contextualização das editoriais de saúde. Esse é um esforço que

se tem observado em dois veículos tradicionais brasileiros: a *Folha de S. Paulo (Folha)* e *O Estado de S. Paulo (Estadão)*. São jornais que, ao pautarem a judicialização da saúde, assumem o desafio de expor as relações de poder que existem entre ciência, política e justiça; um esquema complexo que irá definir o destino da vida dos cidadãos. De acordo com Burkett (1990, p. 155):

A maior parte da reportagem médica lida com notícias transcientíficas. Em lugar nenhum há tendências de empreendimentos científicos mais mesclados por valores econômicos, políticos, de personalidade e sociais do que na medicina e ciências de saúde ou suas relações.

A judicialização da saúde

De forma genérica, “judicialização” é o fenômeno pelo qual os órgãos do Poder Judiciário passam a ter um protagonismo mais forte em decisões de grande repercussão no país, questões que tradicionalmente seriam discutidas dentro do Congresso Nacional ou pelo presidente da República. É como descreve o atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, em artigo para a revista *Consultor Jurídico*. “A judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade” (BARROSO, 2008). Ela pode vir acompanhada de diversos temas: judicialização da política, da educação, do sistema trabalhista, e assim por diante. Especialmente no caso da saúde, no entanto, ela ganha dimensões ainda mais complexas, pois coloca em julgamento a manutenção da vida.

Em entrevista concedida à Rádio USP, a professora da Faculdade de Direito (FD) da USP, Maria Paula Dallari Bucci, explica que a possibilidade de judicialização foi uma novidade positiva introduzida com a Constituição de 1988, pois indica que o documento não possui normas vazias, mas, sim, direitos que podem ser exigidos pelos cidadãos. No setor sanitário, contudo, essa judicialização se intensificou de tal maneira que passou a enfrentar as políticas públicas de saúde existentes e a desafiar o orçamento público destinado para essa área.

Em tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP), o promotor de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Reynaldo Mapelli Júnior, analisou as ações judiciais aplicadas contra o SUS no estado de São Paulo entre os anos de 2010 e 2014 (MAPELLI JÚNIOR, 2015). Ele identificou que, entre os pedidos feitos nesse intervalo, foram comuns decisões favoráveis à compra de produtos importados, em fase experimental ou de marcas específicas, que possuem equivalentes mais baratos no mercado. Para o promotor, essas decisões contrariam a lei, pois deveriam seguir os protocolos clínicos previstos pelo SUS. Medicamentos importados ou em fase de testes, por exemplo, não deveriam ser fornecidos pelo sistema público, pois não possuem eficácia médica comprovada e, portanto, não têm registro para serem comercializados no país.

No estado de São Paulo, o custo da judicialização da saúde em 2015 foi de R\$1,2 bilhão. Em podcast produzido pela revista Pesquisa Fapesp, a advogada Renata Santos, assessora técnica de gabinete da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, aponta

que esse valor, destinado para atender aos pedidos judiciais de 57 mil pacientes naquele período, equivale a um ano de serviços prestados no Hospital das Clínicas de São Paulo, que atende 35 mil pessoas por dia (PODCAST..., 2017).

Dados do governo paulista mostram que 55% dos pedidos judiciais de 2015 surgiram a partir de prescrições médicas particulares, sendo muitos direcionados a marcas específicas de remédios, não ofertadas originalmente pelo SUS.

É certo dizer que muitas carências não atendidas pelo governo são supridas pela saúde suplementar, mas ainda assim elas não deixam de existir. Inclusive, as empresas de planos de saúde, assim como o sistema público, têm sido alvo frequente de ações judiciais por parte de cidadãos. Entre 2011 e 2017, o número de ações julgadas contra planos de saúde aumentou em 329% apenas no estado de São Paulo. Os dados são do Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP e aparecem em reportagem da Agência Pública (DIP, 2018).

Entendendo a judicialização da saúde como causa de uma crescente preocupação por parte do Estado, é natural que a imprensa insira na sua agenda noticiosa os diversos casos particulares em que cidadãos promovem ações judiciais contra as instituições que gerenciam o acesso à saúde no Brasil, representando um novo desafio para a saúde pública de um país que lida com os riscos provocados pelas doenças infecciosas ao mesmo tempo em que observa o envelhecimento da sua população.

Objetivos

Esta pesquisa buscou enxergar o fenômeno da judicialização da saúde no Brasil a partir da cobertura jornalística feita pelos jornais *Folha de S.Paulo* (*Folha*) e *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) em um período de seis meses.

O objetivo principal foi entender de que modo o jornalismo contribui para o debate sobre a judicialização da saúde, tendo em vista que este é um tema de grande interesse público. Para isso, foram levados em consideração os princípios do jornalismo científico e, mais especificamente, do jornalismo especializado em saúde, tendo em mente que se trata de um assunto multidisciplinar e exige do jornalismo certo esforço para torná-lo acessível ao público.

Outro objetivo da análise envolveu saber de que modo a judicialização da saúde é apresentada ao público pelos jornais, isto é: o quanto há de informação e o quanto há de opinião dentro da cobertura jornalística dedicada a ela, quem são as fontes ouvidas sobre o assunto e de que forma e com qual frequência são usadas evidências científicas para sustentar argumentos favoráveis ou negativos a esse cenário. Por fim, buscamos ter um panorama mais claro sobre o espaço que essas notícias ocupam dentro dos jornais e como a atuação dos jornalistas especializados em saúde contribui para isso.

Metodologia

O ponto de partida da análise foi quantificar a cobertura jornalística feita sobre a judicialização da saúde nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Para isso, foram consideradas as publicações feitas nas plataformas digitais de ambos os veículos no intervalo dos meses de julho a dezembro de 2016. A identificação dos textos foi feita a partir da busca pelos termos “judicialização” e “saúde” nas ferramentas de pesquisa dos sites de cada jornal. No total, foram encontrados 84 textos publicados, sendo 45 matérias na *Folha* e 39 no *Estadão*.

Os textos foram separados por: (1) data de publicação no site; (2) editoria em que está inserido; (3) autoria; e (4) abordagem: (4.1) matérias em que a judicialização é apenas citada pontualmente; (4.2) em que é introduzida junto com outro tema relacionado à gestão da saúde; e (4.3) em que ela é o assunto central desenvolvido por todo o texto.

Também foram especificados os gêneros e formatos jornalísticos de cada texto, de forma a atender ao questionamento inicial sobre o quanto há de informação e o quanto há de opinião dentro da cobertura jornalística sobre a judicialização da saúde. Para isso, foi usada a classificação proposta por José Marques de Melo (MELO; ASSIS, 2016). Com a classificação dos textos, uma leitura mais aprofundada das matérias foi

dirigida àquelas que possuíam a judicialização da saúde como abordagem central, levando em consideração os argumentos para sustentar as ideias apresentadas.

Resultados

Entre os meses de julho e dezembro de 2016, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram 84 textos que citavam a judicialização da saúde no Brasil: 45 publicações na *Folha* e 39 no *Estadão*. Apesar de a maioria das matérias ter caráter informativo, representando 71,4% do total (60 publicações), nota-se que ambos os jornais também abrem espaço para o gênero opinativo ao pautar o assunto.

O levantamento mostra um conjunto de publicações presentes em editorias variadas dentro dos jornais, ainda que a seção de saúde concentre a maior parte delas. Assim, percebe-se que a judicialização da saúde não só é uma pauta que interessa a diversos setores da sociedade, como isso é refletido na abordagem jornalística que é conferida a ela.

A análise do conteúdo se deu através dos 44 textos (23 na *Folha* e 21 no *Estadão*) em que a judicialização da saúde apareceu como assunto central da narrativa. O período selecionado para análise se mostrou especialmente fértil para noticiar o tema, pois correspondeu à continuidade de um julgamento de dois casos de judicialização da saúde no Supremo Tribunal Federal, o que levou o debate para a mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro.

O jornalismo, é claro, aproveitou o momento para expor a problemática e ouvir diversas opiniões sobre os possíveis desfechos a serem seguidos pelo STF.

O segundo semestre de 2016 também testemunhou a criação de diferentes projetos para otimizar a tomada de decisões nas ações judiciais aplicadas contra o SUS – seja em instância municipal, estadual ou federal. Além disso, contou com avanços nas investigações sobre a “máfia das próteses” e a “máfia da judicialização”, em que médicos, pacientes, advogados e juízes são investigados por obter vantagens ao entrar na Justiça e obrigar o Estado a comprar produtos sem licitação, favorecendo empresas do ramo. Esses dois fatos foram igualmente inseridos na agenda de notícias do período, demonstrando coberturas similares no quesito informativo.

É importante apontar que ambos os veículos assumiram uma postura ativa para levantar discussões sobre o tema a partir da organização de eventos presenciais em que participaram autoridades, como membros do STF e do Ministério da Saúde. Por parte do *Estadão*, foi realizado o Summit Saúde Brasil 2016, encontro sobre a gestão da saúde no Brasil e as inovações tecnológicas que estão sendo implantadas na área. Por parte da *Folha*, foi organizado um debate na sede do jornal sobre a judicialização da medicina no dia 5 de setembro de 2016. Nos dois casos, os encontros renderam publicações realizadas pelos repórteres de ambos os jornais, estendendo o debate para o público leitor.

Em relação aos argumentos científicos, considerando a relevante participação das editorias de saúde na cobertura

feita sobre a judicialização, observaram-se diversas referências à importância das evidências científicas e do respeito às normas estabelecidas pelas agências reguladoras do país para que as decisões do Poder Judiciário sejam feitas de maneira sensata e coerente. O sentimento, assim, é de uma defesa da autoridade emitida pelas entidades científicas brasileiras, presente tanto na *Folha* como no *Estadão*.

Apesar das similaridades, no entanto, é certo apontar que a *Folha* apresentou maior variedade de formatos e abordagens para pautar o assunto, inclusive recorrendo com frequência ao uso de infografia para expor dados relativos ao aumento da judicialização da saúde no Brasil e a uma diversidade de pautas que torna o problema mais real ao expor casos cotidianos, criando mais proximidade com os leitores. A presença de textos não informativos para pautar o tema também foi maior nesse jornal.

Análises

O Estado de S. Paulo (Estadão)

No jornal *O Estado de S. Paulo* foram encontradas 39 publicações que continham os termos “judicialização” e “saúde” no corpo do texto dentro do recorte temporal estabelecido. Desse total, a judicialização da saúde aparece como tema central em 21 matérias (53,8%) e foi introduzida com outro tema relacionado à gestão da saúde em 12 textos (30,8%). Nos demais seis textos (15,4%), ela aparece em citações pontuais, como quando é colocada apenas como um item a

ser discutido na agenda do Poder Judiciário, e não é explorada de maneira mais ampla.

Considerando a distribuição das publicações por editoria, identificou-se que a editoria de Saúde é que mais agrega textos sobre o assunto neste jornal, englobando 19 do total de 39 matérias.

Em seguida, percebe-se uma participação relevante da editoria de Economia & Negócios, que soma sete matérias, e da seção de Política, que soma seis matérias quando englobados os diferentes blogs que apareceram no levantamento (Blog Gestão, Política & Sociedade; Blog Coluna do Estadão e Blog Fausto Macedo). Os demais sete textos estão distribuídos em editorias variadas, sendo elas: Opinião (2), E+ (1), Blog Blitz Rádio Estadão (1) e Cultura (3) – incluindo o Blog Direto da Fonte.

Seguindo a classificação de José Marques de Melo, os textos do *Estadão* foram identificados como pertencentes a dois gêneros jornalísticos: informativo (79,5%) e opinativo (20,5%). Dentro do gênero informativo, predomina o formato da notícia (28 textos), seguido por duas notas e uma entrevista. No gênero opinativo, somam-se seis artigos, uma coluna e um editorial.

Em relação ao conteúdo, a cobertura jornalística dedicada ao tema foi analisada a partir das 21 publicações que pautaram a judicialização da saúde de maneira central. No caso, 17 notícias, 3 artigos e 1 editorial.

Tanto nos textos informativos como nos opinativos, predominam os argumentos que apontam para a insustentabilidade gerada pela judicialização nos cofres públicos, de modo que os órgãos responsáveis

precisam agir para que o número de ações judiciais contra o SUS seja freado e que os critérios utilizados nos julgamentos priorizem a sobrevivência financeira do governo. Os textos do *Estadão*, assim como os da *Folha*, estão focados na judicialização voltada para o sistema público de saúde, com número reduzido de menções à situação que afeta a saúde suplementar, setor que também é alvo crescente de ações judiciais.

Testemunhos de pacientes e associações são poucos e ocupam os pés das páginas. As exceções são de uma matéria, inicialmente veiculada na Rádio Estadão, que introduz a situação de pessoas que dependem do governo para ter acesso a medicamentos caros e que vivem em função da burocracia que envolve a questão, e de um artigo escrito pela advogada Andréa Bento, representante da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), no qual ela expõe as precariedades na assistência oferecida pelos planos de saúde, especialmente prejudicial para pacientes com câncer – uma das principais doenças que faz com que cidadãos acionem a Justiça em busca de tratamento de alto custo ou experimental.

Um conjunto de textos informativos é dedicado às parcerias que são firmadas, especialmente no estado de São Paulo, para oferecer auxílio a magistrados no julgamento dos casos de judicialização da saúde. A assistência vem em forma de bancos de dados com informações de medicamentos, experiências prévias com tratamentos e decisões anteriores tomadas pela Justiça no campo da saúde. São projetos também noticiados pela *Folha* no mesmo período e que refletem uma união de esforços de gestores públicos para oferecer apoio técnico ao Judiciário. As iniciativas envolvem

entidades como a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, o MPSP, o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Defensoria Pública de São Paulo, o Conselho Nacional de Justiça e o Hospital Sírio-Libanês.

Folha de S.Paulo (Folha)

No jornal *Folha de S.Paulo*, foram identificadas 45 publicações que incluem os termos “judicialização” e “saúde” durante o segundo semestre de 2016. Desse total, 23 textos (51,1%) abordam a judicialização da saúde no Brasil como tema central. Ela é citada pontualmente em 15 publicações (33,3%) e nas sete restantes (15,6%) aparece introduzida com outro tema relacionado à gestão da saúde.

Na classificação por editoria, o destaque é da seção Cotidiano, que reúne 20 do total de 45 textos identificados. Esse é um espaço no jornal que “oferece ao leitor informações úteis ao seu dia a dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor”, conforme explicita a linha editorial do veículo (CONHEÇA...,2018).

A editoria de Opinião, incluindo o quadro Tendências/Debates e os editoriais do jornal, soma sete publicações. Em seguida, tem-se seis textos dentro do noticiário político, distribuídos dentro do Blog Frederico Vasconcelos e das editorias Painel e Poder. Assim como no *Estadão*, as demais matérias estão presentes em seções diversas: colunistas do jornal (5), Equilíbrio e Saúde (4) e Mercado (3).

Além dos gêneros informativo (64,4%) e opinativo (31,1%), notou-se a presença, ainda que discreta, dos gêneros interpretativo (2,2%) e diversional (2,2%) entre as publicações da

Folha. No caso, o gênero interpretativo é aquele que possui papel educativo e esclarecedor, enquanto o diversional está relacionado à distração e ao lazer.

A diversidade de formatos de textos jornalísticos também é mais ampla na *Folha*, quando comparada ao *Estadão*. Dentro do gênero informativo, foram identificadas 25 notícias, duas entrevistas e duas notas. No gênero opinativo, a judicialização da saúde foi pautada em artigos (5), colunas (4), comentários (3) e editoriais (2). Por fim, no gênero interpretativo há um dossiê e, dentro do gênero diversional, uma história de interesse humano.

Para uma análise do conteúdo pautado pelo jornal, foram considerados os 23 textos em que a judicialização da saúde apareceu como tema central da narrativa, sendo 13 notícias, 4 artigos, 2 colunas, 2 editoriais, 1 comentário e 1 dossiê.

Destaca-se nesse jornal uma variedade de abordagens de casos que envolvem a judicialização da saúde. Ao mesmo tempo em que essa variedade contribui para humanizar a questão, aproximando-a do cotidiano do leitor, ela também deixa clara a intenção do veículo de expor algumas excentricidades que fazem parte das ações judiciais contra o SUS, denunciando brechas que são abertas pelo sistema judicial. Como exemplo, tem-se a tentativa de fazer com que o Estado pague um remédio de alto custo para um cachorro e a notícia de que, em Guarulhos, o tratamento de saúde de um paciente precisou ser financiado com a verba estatal de publicidade.

Em relação à continuidade do julgamento de dois casos de judicialização da

saúde no STF, a *Folha* recorre ao uso da infografia e do gênero interpretativo para salientar a importância desse momento para o país, com a elaboração de gráficos e de um dossiê. Ambos os elementos são resgatados posteriormente diversas vezes para complementar novas notícias que surgem sobre o assunto. O dossiê, em especial, contém um conjunto de perguntas e respostas sobre a temática, incluindo o que é a judicialização da saúde, quais são os posicionamentos dos governos e dos representantes de pacientes sobre a questão, qual o impacto dela nas contas públicas e porque ela vem sendo discutida com mais frequência nos últimos meses.

Dentro do gênero opinativo, dois profissionais do jornal se propuseram a fazer análises críticas da questão. A repórter especial Cláudia Collucci foi autora de três comentários que citavam a judicialização da saúde, ainda que apenas um tenha sido dedicado especificamente ao tema. Há também duas colunas do jornalista Hélio Schwartzman nas quais ele oferece um ponto de vista pessoal sobre o tema:

Existem situações em que o administrador público sempre perde. O caso clássico é o do bebê doente que precisa de um remédio de alto custo não coberto pelo sistema de saúde. Se o gestor segue as regras e nega o tratamento, será visto como um monstro insensível à dor da família. Se, por outro lado, ele autoriza a compra do fármaco, será censurado por ter agido de forma antirrepublicana, passando por cima dos interesses de um número muito maior de pacientes que não padecem de moléstias midiáticas (SCHWARTZMAN, 2016).

Retrato da judicialização

De forma geral, o jornalismo que é praticado pela *Folha* e pelo *Estadão* transmite o consenso de que a crescente judicialização da saúde no país cria uma situação financeira insustentável e de que normas devem ser criadas e/ou revisadas para que o impacto da oferta de serviços de alto custo para uma minoria não traga prejuízos para a maioria. Para isso, o Judiciário deve priorizar decisões que favoreçam o interesse coletivo acima do individual e fazer escolhas com o maior suporte possível de informações médicas e farmacêuticas. Antes disso, no entanto, a ideia é que os gestores e os profissionais da saúde unam esforços para esgotar as alternativas dos pacientes antes que eles considerem recorrer à Justiça.

Os jornais também expõem a preocupação das agências reguladoras em relação à oferta de medicamentos e tratamentos de saúde em fase experimental e sem registro no Brasil. São produtos que em muitos casos vêm de países estrangeiros e são acompanhados pelas complicações e pelos gastos extras gerados pela importação de tais substâncias.

Essas impressões estão refletidas tanto nos textos de gênero opinativo, como naqueles de caráter informativo – que também transmite algumas opiniões, apesar de essa não ser a sua principal função. Os argumentos que sustentam essas informações estão presentes dentro da diversidade de formatos em que as publicações sobre o tema estiveram inseridas (notícia, artigo,

entrevista, coluna, nota, editorial, comentário, dossiê e história de interesse humano).

Essa é uma classificação relevante, pois corresponde à complexidade da pauta a ser tratada. “Os gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 49).

Por último, mas não menos importante, há de se pensar sobre o lugar que os testemunhos e as histórias dos pacientes que sobrevivem às custas da judicialização ocupam dentro dessa cobertura jornalística. A inserção de personagens dentro das notícias de saúde provoca sensibilidade por parte dos leitores e favorece um posicionamento a favor da manutenção dessas vidas. Esse tipo de abordagem, no entanto, parece perder espaço quando as notícias de saúde se voltam para a gestão sanitária e colocam em xeque as dimensões do custo de promover o bem-estar social para a população.

Opiniões

Nas seções de opinião, artigos publicados na *Folha* e no *Estadão* cederam espaço para que autoridades de diferentes setores pudessem expor suas opiniões sobre a judicialização da saúde, fato que contribuiu de maneira positiva para a discussão ao introduzir novos argumentos e dados que vão se complementando para retratar esse cenário no país.

[Quadro 1]
Autores dos artigos sobre a judicialização da saúde

Veículo	Autoria	Ocupação/cargo no período da publicação
Folha	José Olympio Corrêa Meyer	Advogado especialista em seguro
Folha	Francisco J. B. Sampaio e Rubens Belfort Jr.	Presidente da Academia Nacional de Medicina e vice-presidente da Academia Nacional de Medicina
Folha	David Uip e Renata Santos	Secretário de Estado da Saúde de SP e assessora técnica de gabinete da Secretaria de Estado da Saúde de SP
Estadão	Sandra Franco	Consultora jurídica especializada em direito médico e da saúde
Folha	Marcos Meira	Advogado e procurador do estado de Pernambuco
Estadão	Áquilas Mendes	Professor de Economia da Saúde na Faculdade de Saúde Pública da USP
Estadão	Andréa Bento	Consultora de políticas públicas e advogada da Abrale

Além da participação de fontes externas, os próprios veículos se propuseram a refletir sobre a judicialização da saúde no Brasil com os três editoriais encontrados sobre o tema – dois da *Folha* e um do *Estadão*. Ambos os jornais usaram esse espaço institucional para questionar a integralidade do SUS, pensando em quais são os limites de um sistema de saúde “universal”, e dirigem suas mensagens diretamente aos membros do Poder Judiciário.

O primeiro editorial é publicado pela *Folha* no mês de agosto e aparece motivado pelo crescimento das ações judiciais contra SUS e as excentricidades que passam a acompanhar os pedidos dos pacientes (INJUSTIÇAS..., 2016). O segundo aparece em outubro, após o jornal noticiar uma decisão judicial tomada em Guarulhos em que recursos de uma área distinta precisaram ser redirecionados para arcar com os custos da judicialização da saúde. Nos dois momentos, o jornal pede prudência do Poder Judiciário, indicando que cabe aos magistrados controlar a situação e respeitar as restrições impostas pelos gestores de saúde, regras

que não deveriam possibilitar a abertura de exceções (INOVAÇÕES..., 2016).

No caso do *Estadão*, em editorial também publicado em outubro, o jornal expõe a responsabilidade do STF para encontrar um meio-termo dentro da judicialização da saúde: reconhecendo, por um lado, o direito à saúde como direito fundamental, e por outro, levando em conta as limitações orçamentárias do Poder Público (A JUDICIALIZAÇÃO..., 2016).

Considerações finais

A partir do levantamento de publicações durante o segundo semestre de 2016, percebe-se que ambos os veículos, *Folha* e *Estadão*, estiveram atentos às discussões sobre a judicialização da saúde dentro do STF e ao posicionamento de diferentes autoridades sobre a questão: acadêmicos, gestores públicos, magistrados, representantes da comunidade médica, entre outros.

As notícias sobre a judicialização da saúde estiveram espalhadas por diversas editorias e mostraram-se em sintonia com as dificuldades que envolvem a gestão da saúde pública no Brasil e como esses entraves se estendem para o plano da saúde suplementar. Pensando no jornalismo de saúde, essa cobertura jornalística é um bom exemplo de como os profissionais de imprensa, ainda que estejam especializados em determinadas áreas, como a ciência, precisam manter um diálogo constante com os demais setores dos jornais de modo a trazer maior contextualização para uma temática de interesse público.

Ao tratar de um tema que envolve altas instâncias de poder na sociedade, a amostragem das pautas também mostrou como os veículos tradicionais podem usar sua credibilidade para entrar em contato com fontes especializadas de grande influência (o ministro da saúde ou o presidente da Anvisa, por exemplo), e trazer aos leitores informação de qualidade e com embasamento científico – algo que jornais de pequeno porte teriam mais dificuldade em fazer. ■

[HELENA MEGA]

Graduada em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica entre os anos de 2017 e 2018, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
E-mail: helenamega8@gmail.com

[ANDRÉ CHAVES DE MELO SILVA]

Jornalista e historiador, mestre e doutor em Educação, é professor de Jornalismo Científico, Jornalismo e Saúde, História da Ciência, Agências de Notícias e Jornalismo, Agronegócio e Meio Ambiente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
E-mail: andrecms@usp.br

Referências

A JUDICIALIZAÇÃO da saúde. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2rWfUTA>. Acesso em: 21 set. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. Ano do STF: judicialização, ativismo e legitimidade democrática. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 22 dez. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/33RTm3I>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <http://bit.ly/34RBAyP>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação para a saúde**: uma experiência brasileira. São Paulo: Unimed Amparo, 1996.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico**: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALVO HERNANDO, Manuel; CALVO ROY, Antonio. De la divulgación científica a la ciencia mediática. In: MORENO CASTRO, Carolina (ed.). **Periodismo y divulgación científica**: tendencias en el ámbito iberoamericano. Madrid: Biblioteca Nueva, Organización de Estados Iberoamericanos, 2011. p. 36-38.

CONHEÇA o Grupo Folha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2RjOraH>. Acesso em: 22 jan. 2020.

CULBERTON, Hugh M.; STEMPEL, Guido H. Possible barriers to agenda setting in medical news. **Newspaper Research Journal**, New York, v. 5, issue 3, p. 53-60, 1984.

DIP, Andrea. Convênio médico pode tudo? **Pública**, [s. l.], 29 maio 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2LmTKRg>. Acesso em: 18 jun. 2018.

INJUSTIÇAS com o SUS. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/385r0pX>. Acesso em: 21 set. 2018.

INOVAÇÕES saudáveis. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 out. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/33QAOKt>. Acesso em: 21 set. 2018.

LOPES, Boanerges; NASCIMENTO, Josias (org.). **Saúde & imprensa**: o público que se dane! Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MAPELLI JÚNIOR, Reynaldo. **Judicialização da saúde e políticas públicas:** assistência farmacêutica, integralidade e regime jurídico-constitucional do SUS. 2015. Tese (Doutorado em Radiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/386Bx4p>. Acesso em: 29 maio 2018.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

MOREIRA, Benedito Diélcio; SILVA, André Chaves de Melo. **Divulgação científica:** debates, pesquisas e experiências. Cuiabá: UFMT, 2017.

PODCAST: Renata Santos. [Locução de]: Fabrício Marques. São Paulo: Pesquisa FAPESP, 31 mar. 2017. **Podcast**. Disponível em: <http://bit.ly/38ggyIW>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SCHWARTSMAN, Hélio. O dilema da saúde. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 set. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2rRs8gy>. Acesso em: 29 jun. 2018.

VOLUME da judicialização dificulta políticas de saúde pública. **Jornal da USP**, São Paulo, 8 maio 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2ORaEtD>. Acesso em: 28 jun. 2018.

O POTENCIAL
DAS REDES
CULTURAIS:
ENTREVISTA COM
MANUEL GAMA

[ENTREVISTA]

João Roque da Silva Junior

Universidade de São Paulo

Karina Poli Lima da Cunha

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Entendida como um fundamento próprio da vida coletiva ou social, a ideia de rede pode ser caracterizada, de maneira geral, como um sistema comunicativo e informacional capaz de dinamizar as ações e interações entre indivíduos, grupos, instituições, cidades e países. Apesar de ser uma tecnologia com potencial ambivalente, uma vez que qualquer agente social pode utilizá-la, é seu uso no campo da produção cultural que tem levado governos e agências internacionais a incentivarem o chamado trabalho em rede. As potencialidades de inclusão, participação democrática e benefício mútuo têm sido algumas das justificativas para o incentivo a essa prática sistêmica. Manuel Gama propõe que no trabalho em rede o indivíduo afeta e é afetado, é sujeito e é sujeito. Nesta entrevista, essa noção de rede reflete o modo como Gama identificou seus estudos com iniciativas que ocorriam em Portugal e, depois, em outros países. A descoberta do modo de operação de uma rede cultural parece ser seu grande trunfo para compreender as oportunidades e particularidades da cultura.

Palavras-chave: Redes Culturais. Políticas Públicas. Produção Cultural.

Understood as a proper foundation of collective or social life, the idea of network can be characterized, in general, as a communicative and informational system capable of dynamizing actions and interactions between individuals, groups, institutions, cities and countries. Despite being a technology with ambivalent potential since any social agent can use it, its use in the field of cultural production has led governments and international agencies to encourage the so-called networking. The potentialities of inclusion, democratic participation and mutual benefit have been some of the justifications for encouraging this systemic practice. Manuel Gama proposes that in networking the individual affects and is affected, being the subject and subjected. In this present interview, this notion of network reflects the way Gama identified his studies with initiatives that took place in Portugal and, later, in other countries. Discovering how a cultural network operates seems to be his greatest asset in understanding the opportunities and particularities of culture.

Keywords: Cultural Networks. Public Policy. Cultural Production.

Entendida como una base adecuada de la vida colectiva o social, la idea de red puede caracterizarse, en general, como un sistema comunicativo e informativo capaz de dinamizar las acciones e interacciones entre individuos, grupos, instituciones, ciudades y países. A pesar de ser una tecnología con potencial ambivalente, dado que cualquier agente social puede usarla, es su uso en el campo de la producción cultural lo que ha llevado a los gobiernos y a las agencias internacionales a fomentar el llamado trabajo en red. Las potencialidades de inclusión, participación democrática y beneficio mutuo han sido algunas de las justificaciones para alentar esta práctica sistémica. Manuel Gama propone que en el trabajo en red el individuo afecta y se ve afectado, es sujeto y está sujeto a algo. En esta entrevista, la noción de red refleja la forma en que Gama identificó sus estudios con iniciativas que tuvieron lugar en Portugal y más tarde en otros países. Descubrir cómo funciona una red cultural parece ser su mayor éxito para comprender las oportunidades y particularidades de la cultura.

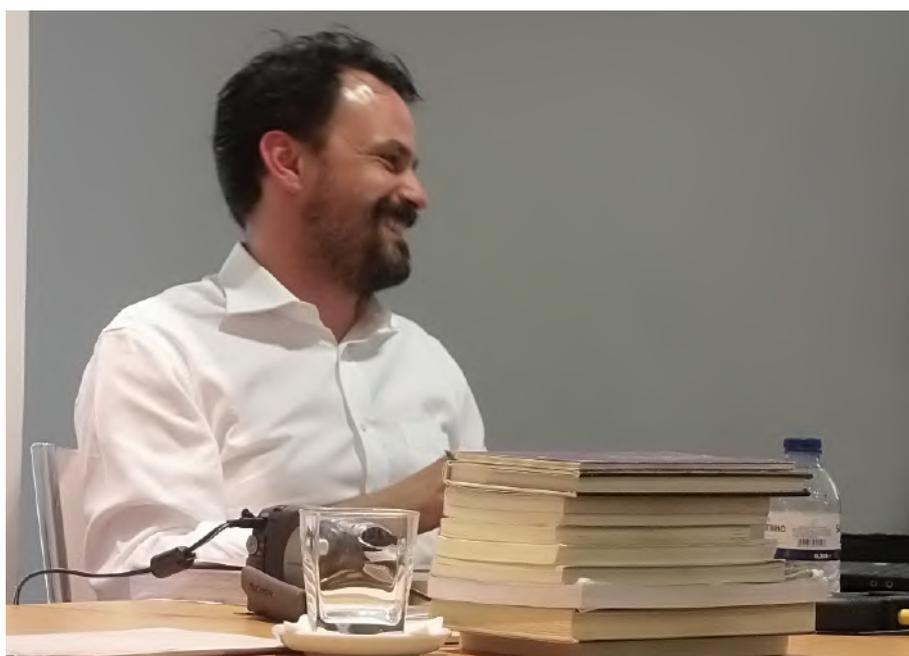
Palabras-clave: Redes Culturales. Políticas Públicas. Producción Cultural.

Manuel Gama nasceu no Porto (Portugal) em 1972. Sua áreas de interesse são: Políticas Culturais, Gestão Cultural, Redes Culturais, Mediação Cultural, Públicos da Cultura, Educação Artística, Criação Artística e Indústrias Culturais. Fez o pós-doutorado em Ciências da Comunicação e é doutor em Estudos Culturais/Sociologia da Cultura pela Universidade do Minho, mestre em Educação Artística e licenciado em Gestão Artística e Cultural pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Iniciou seu percurso profissional em 1994, primeiro como ator e depois como encenador e gestor cultural. Foi docente do ensino secundário e superior entre 1998 e 2018. Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2019, desenvolveu o projeto Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal Europeu, Lusófono e Ibero-Americano, a partir do qual começou a ser dinamizado o Cultural Cooperation Networks - Creative Laboratory (2CN-CLab).

Em outubro de 2017, foi designado como membro efetivo da Comissão de Apreciação do Concurso para Programa de Apoio Sustentado (2018/2021) na área das Artes Performativas - Teatro, promovido pela Direção-Geral das Artes do Ministério da Cultura de Portugal. Colabora como investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho desde 2011, sendo, a partir de 2016, um dos coordenadores do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura da Universidade do Minho.

Esta entrevista com Manuel Gama ocorreu durante o período de realização de uma série de *workshops* e cursos oferecidos em diversas instituições brasileiras pelo projeto 2CN-CLab. Nosso interesse foi o de conhecer em mais detalhes o histórico de pesquisas e trabalhos de Gama, bem como entender as discussões em torno do tema das redes culturais no contexto europeu.



Você poderia comentar sobre a história e os objetivos do projeto “Transnational Cultural Cooperation Networks: Portugal European, Lusophone and Ibero-American”?

O projeto surgiu na sequência do meu doutorado, cujo objetivo foi perceber como a ação da Fundação de Serralves influenciava e era influenciada pelas políticas culturais à escala local e nacional (Portugal). No âmbito do projeto de doutorado estudamos, entre outras dimensões da Fundação de Serralves, uma eventual rede cultural dinamizada pela fundação e isso foi particularmente interessante, pois permitiu-nos acompanhar o trabalho dessa hipotética rede durante um ano. Na análise efetuada no âmbito do doutorado, observou-se que esse projeto em concreto da fundação provavelmente não iria ter continuidade, uma vez que as suas características não respondiam positivamente aos requisitos mínimos do trabalho em rede. E, de fato, terminado o financiamento público para o projeto, a rede acabou: o projeto da “rede” cumpriu sua função, mas havia um conjunto de problemas básicos que alguns autores (BRUN; TEJERO; LEDO, 2008; CASTELLS, 1996; GONZÁLEZ, 2012; LAACKSONEN, 2016; RUBIM; PITOMBO; RUBIM, 2005) identificam como pontos fracos e ameaças das redes e que podem contribuir para o seu definhamento gradual. Então, com esse pano de fundo, considerou-se pertinente e relevante aprofundar o trabalho de pesquisa sobre as redes culturais.

Na sequência, depois de ter defendido meu doutorado, apresentei um projeto de pós-doutorado para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que apoia a pesquisa em Portugal, sediado no Centro

de Estudo de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e em parceria com a Universidade de Santiago de Compostela e a Universidade de São Paulo. A partir disso, começamos a estudar as redes culturais com o grande objetivo de compreender como elas funcionam e potencializar práticas qualificadas de trabalho em rede no setor cultural, em Portugal e a partir de Portugal.

Basta recuarmos ao início do século XXI para começarmos a encontrar vários estudos em Portugal (BARBEDO, 2008; CAMACHO, 2002; CARNEIRO, 2007; CARRILHO, 2008; CENTENO, 2010; CRISTÓVÃO, 2006; FERREIRA, 2016; OLEIRO; HEITOR, 2010; SANTOS, 2005; SILVA, 2004; SIMÕES, 2011) que se debruçam sobre as práticas de trabalho em rede no território nacional, sendo que alguns sugerem algumas debilidades na aplicação do conceito de rede no setor cultural, nomeadamente o fato de, não raras vezes, ser utilizado como uma estratégia de marketing, e não como uma prática ancorada de trabalho consciente e consistente. Assim, procuramos compreender essas redes, investigar quais existiam em Portugal e como funcionavam, tentando sensibilizar profissionais e organizações do setor cultural para a importância do trabalho em rede para o desenvolvimento cultural e, por isso, para se apostar em práticas realmente conectadas. Buscávamos também, com um conjunto de iniciativas, potencializar a presença qualificada portuguesa em redes transnacionais.

Acresce ainda que há um conjunto de financiamentos nacionais e internacionais, nomeadamente no contexto europeu, para fomentar a cooperação, o trabalho em rede e as plataformas culturais. E, em

nossa pesquisa, observamos que a presença portuguesa ainda era um pouco reduzida e pouco interveniente nos projetos transnacionais, sendo, no entanto, importante destacar que foram encontrados alguns exemplos muito interessantes de organizações culturais portuguesas, algumas privadas de pequeníssima escala, que possuem práticas qualificadíssimas de trabalho em rede nos contextos nacional e transnacional. É inegável que existem instituições portuguesas que têm uma presença muito interessante em redes internacionais, mas, em 2015, quando o projeto surgiu, e mesmo em 2019, quando registamos esta conversa, essa ainda não é uma prática recorrente. Foi nesse contexto que surgiu o projeto de investigação.

O projeto foi desenhado para ter seis anos de duração. Então deveríamos terminá-lo em 2021. Porém, em razão de um novo enquadramento legal dos projetos de pós-doutorado em Portugal, houve uma alteração na minha posição: deixei de ser bolsista de pós-doutoramento, passei a ser investigador da Universidade a partir de março de 2019, e o projeto passou a fazer parte do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura da Universidade do Minho (POLObs) até 2025, onde atualmente sou um dos coordenadores.

A primeira tarefa no âmbito do projeto de pós-doutorado foi a realização de um mapeamento internacional de redes e observatórios que operam no setor cultural. Para isso foram utilizados os dados de organizações que eram por nós reconhecidas como redes culturais, além de uma pesquisa na internet utilizando um conjunto de palavras-chave em diferentes idiomas. Não seria possível chegar

às redes culturais de todo o mundo de maneira diferente. Criamos na internet uma ficha de registro das redes e observatórios que foi amplamente divulgada e também recorremos a algumas organizações internacionais. No mapeamento, efetuado entre 2015 e 2018, foram identificadas mais de mil organizações em todo o mundo que são ou que consideram que são redes culturais. Não obstante algumas já não estarem ativas e outras não poderem, à luz da literatura, ser consideradas, efetivamente, redes culturais, considerou-se muito importante olhar para um conjunto diversificado de organizações para termos um conhecimento mais profundo da complexidade do objeto de estudo. Não raras vezes constatamos que as organizações colocam o trabalho em rede em sua designação ou na descrição de sua missão e de seus objetivos, mas uma análise mais profunda das suas práticas permite desmontar facilmente algumas associações desadequadas ao conceito de rede. Realça-se que na primeira fase do mapeamento não tivemos a preocupação de validar se as organizações eram de fato redes culturais, o importante também era perceber quem se considerava rede (e, eventualmente, o motivo que levava as organizações a designarem-se como rede).

Na segunda fase do mapeamento, que consistiu na análise detalhada de algumas das organizações identificadas, percebemos que algumas organizações se poderiam considerar efetivamente redes pois possuíam práticas e conexões que as identificavam como tal. Em alguns casos, observou-se, por exemplo, um processo contínuo de formação e reformulação de redes, que nos fez reconhecer um fio de um novelo muito denso e em constante

transformação. Durante cada etapa do mapeamento fomos encontrando novas organizações e sentimos que a parte subsequente desse mapeamento passará por um processo de validação dessas redes. Todos os dados referentes às mil organizações encontrados nesse processo de pesquisa estão disponíveis na internet. Porém temos consciência de que em muitos países e territórios esse levantamento é muito trabalhoso, como é o caso do Brasil.

As informações sobre as organizações identificadas podem nos ajudar a entender as características do trabalho em rede e reconhecer por que algumas são redes e outras, não. Para isso foi elaborado um primeiro formulário on-line para compilar informações mais detalhadas sobre as organizações, tendo sido possível perceber até agora que o objetivo específico da rede influencia o modelo de organização interna. E, para compilar outro tipo de informações, nomeadamente indicadores sobre os modelos de organização para verificar as formas de participação interna utilizadas, foi desenvolvida uma segunda versão do formulário. Com essa diversidade de informação, poderemos levantar os aspectos que permitem o reconhecimento da existência de redes nas organizações.

Entendemos que essa pesquisa é um processo contínuo, pois as organizações são muito diversas, em modelo e tamanho. É difícil encontrar parâmetros de comparação, porque, muitas vezes, as organizações são muito grandes e possuem crescimentos burocráticos que são difíceis de acompanhar e, outras vezes, foram identificadas microorganizações que nem sequer existem formalmente,

mas são redes que interagem e se integram a outras redes. Nesse caso, as questões da gestão própria da rede tornam-se ainda mais difíceis de identificar.

Outra dimensão muito importante do projeto de pós-doutorado dedica-se exclusivamente ao setor cultural português. Temos o objetivo de perceber quais são as práticas do trabalho em rede no setor em termos de organização dos profissionais e expectativas de futuro. Aplicamos um formulário em 2018 e obtivemos mais de duzentas respostas de profissionais ligados a diferentes organizações do setor cultural. Os resultados foram interessantes, pois através deles percebemos que os próprios profissionais nem sempre compreendem o que é um trabalho em rede. Isso porque muitos exemplos de práticas de trabalho que eles forneceram eram parcerias, e não projetos em rede. Com isso, também percebemos que o contexto prioritário para o trabalhar em rede passa muito mais por uma aposta na União Europeia, provavelmente para se enquadrar nas linhas de financiamento. Identificamos, nesse sentido, a importância do contexto regional na consolidação de atividades em rede e, a partir disso, decidimos verificar outros contextos.

Um trabalho paralelo ao mapeamento e ao estudo da realidade portuguesa passou por realizar um trabalho de sensibilização para a importância do trabalho em rede no setor cultural. Assim, no âmbito do projeto, foi criado o 2CN-CLab, um laboratório criativo itinerante que visa promover a discussão crítica e construtiva sobre as redes culturais e, dessa forma, sensibilizar e potenciar a capacitação dos envolvidos para a participação qualificada em organizações dessa natureza. O 2CN-CLab

surgiu em 2016 para responder a algumas demandas da pesquisa, mas, por conta da importância que assumiu, autonomizou-se do projeto. Em uma primeira fase, o 2CN-CLab desenvolveu ações em Portugal e na Espanha. Depois, em 2017, foi pela primeira vez ao Brasil, fruto de uma colaboração com o Sesc-SP. Como o projeto de pesquisa de pós-doutoramento estava vinculado a Portugal, Espanha e Brasil, decidimos abranger os três contextos com o Laboratório.

Nota-se que, depois de 2008, o trabalho cultural em rede ganhou maior relevância no contexto europeu, principalmente quando observamos as linhas de financiamento para a cultura. Você mencionou a importância do contexto territorial na formação e efetivação do trabalho em rede. Você poderia falar um pouco mais sobre a definição de redes de trabalhos culturais e o que isso pode nos dizer sobre a importância adquirida pela cultura na Europa depois de 2008?

O ano de 2008 foi um marco histórico, pela crise financeira a nível global. Isso nos fez olhar ainda mais para as coisas que já existiam para pensar no que fazer. As práticas de trabalho em rede não são uma realidade contemporânea, pois elas existem há muito tempo. Já as ferramentas que temos a nossa disposição para trabalhar em rede são contemporâneas. A cultura sempre trabalhou em rede. Sempre foram percebidas as vantagens de se trabalhar em redes. O que assistimos hoje é a presença de um conjunto de novas tecnologias digitais que nos permitem encontrar outras possibilidades do trabalho em rede.

Eventualmente, os paradigmas das práticas de trabalhar em rede mudaram e, neles,

pode haver uma confusão sobre o que são as redes culturais e as redes digitais. Elas não são necessariamente a mesma coisa. No âmbito do projeto, o importante são as comunidades que, como é evidente na contemporaneidade, utilizam as redes digitais para o desenvolvimento das suas ações. Mas não podemos confundir e reduzir a infraestrutura que nos apoia em nossas ações com as redes culturais.

As facilidades propiciadas pelas redes digitais geraram na Europa uma ampliação do fomento de ações em diferentes partes do continente. No entanto, quando falamos em redes culturais, temos que observar questões de produção em rede. Por exemplo, as redes de bibliotecas espalhadas em Portugal coexistem com outras espalhadas em quase todos os cantos do mundo. Assim, quando falamos em redes, consideramos o conjunto de equipamentos culturais espalhados pelo país ou pelo mundo, que criaram uma comunidade, trabalham de forma colaborativa uns com os outros e conseguem desenvolver projetos coletivos estabelecendo uma comunicação horizontal e multilateral.

As redes digitais podem facilitar que as organizações culturais trabalhem em rede e redesenhem as suas práticas culturais para poderem, por exemplo, se candidatar às linhas de financiamento, mas não se pode reduzir o trabalho em rede (a comunidade) a essa dimensão. No caso do Programa Europa Criativa, os processos de candidatura a linhas de financiamento requerem, regra geral, no mínimo três parceiros internacionais. Embora não seja propriamente uma rede cultural, essa articulação pode proporcionar as práticas de trabalhos em redes e a criação de redes. A existência de novas ferramentas tecnológicas facilita e potencia esses tipos de articulação que poderão originar redes.

Em 2008 tínhamos essas novas ferramentas tecnológicas e uma crise econômica. Com isso obtivemos algumas respostas públicas, através do reforço de investimentos para o trabalho em rede, fornecendo condições para que cada vez mais se comece a apostar em redes culturais como solução para diferentes problemas.

Voltando ao exemplo das bibliotecas... Um conjunto de bibliotecas trabalha no mesmo âmbito temático e poderíamos pressupor que isso a converte em uma comunidade, em uma rede. Porém a temática em comum não é o suficiente para que as bibliotecas trabalhem em rede: convém não esquecer a importância, por exemplo, dos valores, do conhecimento e da identificação mútua entre as diferentes bibliotecas. Alguns dos autores já convocados falam sobre vantagens de se trabalhar em redes no setor cultural. Uma delas é a criação de uma rede para a capacitação dos profissionais no interior de uma rede cultural. Então, se o objetivo for a capacitação dos profissionais ligados a diferentes setores, eventualmente a divisão por domínio cultural até pode não fazer sentido. É, por isso, importante e interessante percebermos a diversidade de protagonistas. Assim sendo, deve-se compreender a rede de bibliotecas mais do que um conjunto de equipamentos culturais, mas como um conjunto de equipamentos que interagem e fazem fluir a produção cultural nesses espaços. Portanto falar de redes culturais é falar de lógicas de comunidade. A partir disso, é preciso interrogar em que contexto estão, para que elas servem e quais são seus objetivos.

O trabalho em rede amplia as possibilidades do setor cultural e muitas

dificuldades poderiam ser superadas se características básicas do trabalho em rede fossem clarificadas. Mas, se procurarmos um modelo das redes que funciona melhor num domínio específico, poderemos perder de vista aspectos importantes sobre como funcionam as redes que possuem diversidade de agentes e domínios culturais. Acresce ainda que cada uso concreto e cada objetivo da rede vai determinar qual modelo funciona melhor. Mais do que dizer quais são tipos de redes que funcionam melhor, é preciso analisar a comunidade criada ou em fase de criação e perceber a sua complexidade. Ou seja, se é uma rede, se, por exemplo, é horizontal, pois a horizontalidade é fundamental para trabalhar em rede.

O policentrismo das redes culturais é fundamental para o funcionamento das redes. Estas são comunidades com objetivos comuns, valores comuns, com capacidade de tecer relações multilaterais e se constituem de forma estruturada para disponibilizar recursos, que pode ser o tempo, por exemplo. No trabalho em rede, afetamos e somos afetados, contaminamos e somos contaminados, portanto temos que perceber que, quando trabalhamos em rede, vamos dar alguma coisa, mas também vamos receber. Dessa forma beneficiaremos a rede como um todo, mas também todos os elementos se beneficiam, ficam empoderados. Temos que olhar como as redes tecem sua comunicação, como funcionam em termos organizacionais, observar suas práticas cotidianas e essa grande complexidade de fatores.

O modelo adequado das redes é definido pelo contexto de seus protagonistas

e suas formas de participação. É preciso ter muita atenção às interações no seio das redes. Se as interações na rede forem baixas, a densidade diminui e pode haver um momento em que a rede deixe de se sustentar. Isso pode observar-se quando alguns agentes deixam de participar das dinâmicas e ações da rede. Muitas vezes isso é visto como uma fragilidade na rede. Então um dos aspectos que torna uma rede frágil é a falta de densidade. As redes podem ter alguns momentos de elos mais fortes e elos mais fracos em termos de densidade. No entanto é a autossustentabilidade que manterá a densidade da rede.

Falar em redes culturais, no nosso ponto de vista, é falar de comunidades horizontais (formais ou informais), compostas por uma malha policentrada de atores sociais (individuais e/ou coletivos, privados e/ou públicos) que, identificando-se mutuamente e operando no setor cultural, em determinado contexto e em função de pelo menos um objetivo coletivo comum, comunicam eficazmente entre si e, baseados em relações multilaterais, decidem aplicar parte dos seus recursos (humanos, técnicos ou financeiros) para, de forma concertada e estruturada, desenvolver um plano, programa, projeto ou ação.

Compreendendo a Economia da Cultura pela perspectiva da produção cultural, Andy Pratt investiga a importância dos agentes econômicos na microescala da produção cultural. Esses agentes são micro e pequenas empresas, freelancers, artistas independentes formais e informais. O autor também discute sobre a lógica de projetos da produção cultural, a qual fomenta a criação de trabalho

em rede. A partir do seu ponto de vista, como você enxerga essa dinâmica econômica na formação das redes culturais e no desenvolvimento desse trabalho em rede? Você considera essencialmente essa característica de fluidez e sazonalidade na formação das redes culturais dinamizadas pela lógica de projetos?

O setor cultural é caracterizado pelas microestruturas e, em alguns setores, por um trabalho muito individualizado, e isso potencializa as práticas dos trabalhos em rede, mas também pode fragilizar as próprias redes. Hoje estou nesse projeto e amanhã estou naquele. As redes são um sistema fluido e dinâmico que se transforma em função do tempo, do contexto e daquilo que os próprios agentes lhes fornecem. Ainda que possa não ser nítida a distinção entre uma rede de projeto e uma rede com mais continuidades, ambas devem ter a flexibilidade e a disponibilidade para evoluir, e se transformar em função da evolução do contexto. Caso contrário, mais cedo ou mais tarde, essa rede vai acabar.

Mas existem redes que acabam de forma perfeitamente natural. Isso ocorre em Portugal e em outras partes do mundo também. Se o objetivo da rede foi criado com base em um projeto, quando este for concluído, a rede pode acabar, mas isso não é um problema. O problema é que muitas vezes as redes culturais acabam trabalhando com a lógica de projetos por conta de questões econômicas, dos financiamentos da cultura e das leis de financiamento. Uma das motivações que estão por trás das redes culturais é a questão financeira. Esse é um dos problemas: quando as redes culturais são

criadas exclusivamente para conseguir os recursos financeiros, dificilmente fomentarão a criação de comunidades. Através da lógica financeira, cria-se uma equipe na qual os indivíduos conseguem recurso para desenvolvimento de um projeto. Isso não é propriamente uma rede, mas uma equipe. Se juntarmos todos em torno de um do projeto, podemos, muitas vezes, não ser uma rede.

Como comentei anteriormente, os projetos desenvolvidos em redes pontuais que cumpram suas funções e depois acabem não constituem um problema, desde que sejam práticas do trabalho em rede. Mas não podemos confundir isso com a criação de redes por questões financeiras. A fragilidade do setor cultural, por ter microestruturas profissionais isoladas, justifica a necessidade da criação de comunidades. Muitas redes informais não precisam estar formalizadas. Sendo um sistema fluido que evolui, demandará a criação de uma teia que permite sustentar seu tecido cultural. Uma comunidade não cria uma teia só para ganhar dinheiro, para ter recursos financeiros. A comunidade é criada para buscar vários outros tipos de recursos, não só para conseguir os dividendos financeiros, mas também outros dividendos.

Sobre essa questão das dinâmicas de projetos em diferentes países, com base na sua experiência de pesquisa, você poderia mencionar algumas diferenças entre o contexto europeu e o ibero-americano, especialmente o Brasil? Como você vê as diferenças e as semelhanças do trabalho em rede nesses diferentes contextos?

Na realidade, esta poderia ser uma resposta muito longa e careceria de uma análise mais profunda. Mas vamos

começar por Portugal, então avanço para o contexto da Europa e, depois, do Brasil.

No caso português, o tecido cultural reúne basicamente aquelas condições que nós mencionamos: é um tecido de microestruturas e, portanto, tem todas as vantagens de práticas qualificadas de trabalho em rede no seio do território. Não se trata de uma prática ancorada. Entre os diferentes protagonistas do setor cultural, as organizações públicas e privadas, há certas dificuldades em práticas de trabalhos em redes qualificadas. Há colaborações, parcerias bilaterais, mas, se pensarmos estrategicamente e em termos de formas criativas, verificaremos que não há muitas práticas consistentes e consequentes: mas, como já referi anteriormente, há em Portugal alguns exemplos muito bons, os quais podem nos servir de inspiração.

Na Europa, as práticas de trabalho em rede são diversas: há alguns países que têm um trabalho consistente no que concerne às redes, por exemplo, em determinados domínios culturais e outros, que pela sua posição geoestratégica, congregam uma presença forte de projetos em rede. Tal como em Portugal, na Europa conseguimos ter de tudo muitos bons exemplos de redes culturais, mas também usos “abusivos” do conceito de rede. A presença portuguesa em redes europeias é muito diversa, sendo que nos últimos anos se tem observado um incremento na participação nacional em redes transnacionais, sendo que Portugal também integra redes não europeias, como a Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UCCN-Unesco), da qual o Brasil também faz parte.

No Brasil, também se conseguiram identificar boas práticas. Interessante perceber foi que, retirando as questões de escala e algumas particularidades dos contextos, não se estão a identificar diferenças substantivas no que concerne ao que poderia ser uma análise SWOT à realidade das redes culturais brasileiras e portuguesas. O trabalho em rede e a importância que os profissionais do setor cultural dão para as práticas do trabalho em redes não são muito diferentes. É muito interessante, e isso nós percebemos na pesquisa, que há um conjunto de boas intenções, mas que muitas vezes elas não são colocadas em prática. Por meio do trabalho que fizemos com profissionais em Portugal e no Brasil, percebemos que muitos não reconhecem as redes culturais. Muitos exemplos apresentados pelos profissionais durante as atividades são de organizações que podem ter ações em rede, mas não são redes. A Unesco, às vezes, aparece como uma rede, mas não é uma rede. Alguns exemplos de redes em Portugal e no Brasil não são redes culturais, embora desenvolvam ações em rede.

A ponte entre Portugal e Brasil foi a UCCN. O Brasil criou a rede Brasileira da Cidade Criativa primeiro que Portugal, ou seja, o Brasil já tem uma rede, mas agora nos cabe entender efetivamente como ela funciona, como ela existe nas questões práticas do trabalho. Portugal tinha, em agosto de 2019, cinco membros na rede de Cidades Criativas, no entanto ainda eram pouco visíveis as práticas de trabalho em rede entre os membros. Integrar uma rede, ser uma rede ou ter ações em rede são coisas completamente distintas. Olhar para Unesco e para as redes que a Unesco promove é interessante

para perceber como o conceito de rede é entendido pela própria Unesco. Será que a UCCN é, segundo a lógica que defendemos aqui, efetivamente uma rede?

Você poderia comentar um pouco sobre sua experiência em maio de 2019 no Brasil, quando ministrou um workshop aqui no Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), sobre redes culturais?

Primeiramente, há um aspecto muito interessante no âmbito desse projeto que não deixo de sublinhar: desde sempre esse projeto tem sido muito bem-recebido no Brasil por diversas entidades com diferentes graus de responsabilidade. Desde instituições da academia – como o Celacc –, até organizações do setor cultural – como o Sesc, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) ou o Paço do Frevo – e organizações internacionais de cooperação multilateral, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Neste ano, a programação do projeto foi mais intensa e a receptividade dos profissionais e das organizações do setor cultural tem sido extremamente positiva: em 2017 ficamos dez dias no Brasil para a dinamização de cinco ações no estado de São Paulo (Barueri, Campinas, Marília e São Paulo); em 2018 estivemos cinco semanas no Brasil para a realização de 14 ações em cinco estados (Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo); e, em 2019, estivemos por dez semanas no Brasil para a dinamização de um total de 24 ações em sete estados (Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Jundiaí, Recife, Registro, Rio de Janeiro e São Paulo).

Para nós, é uma enorme alegria perceber o interesse das grandes organizações e também das microestruturas. Atualmente, o Brasil atravessa um momento histórico diferente, que provocou alterações significativas no setor cultural. Uma questão prática foi a extinção do Ministério da Cultura, que é um dado concreto, objetivo, e não podemos minimizá-lo, nem que seja em sua perspectiva simbólica. Mas o momento que o Brasil atravessa pode e deve ser encarado como uma oportunidade pelos profissionais e pelas organizações. É evidente que há uma ameaça ao setor cultural, porém as mudanças podem ser compreendidas de outra forma, para pensarmos e repensarmos as práticas do trabalho em rede. Práticas coletivas que podem ajudar a pensar o que queremos para o futuro e estudar possibilidades coletivas de ações concretas que possam contribuir para o desenvolvimento do tecido cultural brasileiro e sua relação com o mundo. ■

[JOÃO ROQUE DA SILVA JUNIOR]

Mestrando em Ciências da Integração da América Latina pelo Programa Integração da América Latina (Prolam), da Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Atualmente, está vinculado ao Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), na Escola de Comunicações Artes da USP, participando da linha de pesquisa "Processo de Produção, Circulação e Fruição de Bens Culturais". Tem experiência de área de gestão e produção cultural. E-mail: joaoroquer@gmail.com

[KARINA POLI LIMA DA CUNHA]

Pós-doutoranda vinculada ao Departamento de Rádio, Cinema e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) em parceria com a Escola de Engenharia da USP e Queen Mary University of London. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Mestra por essa mesma instituição (2003). Desenvolve pesquisas sobre políticas públicas de cultura, economia criativa, aglomerados urbanos, marketing cultural e turismo. E-mail: karinapolilc@gmail.com

Referências

BARBEDO, Francisco (coord.). **Rede portuguesa de arquivos (RPA):** fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Porto: [s. n.], 2008. (Módulo 1: modelo conceptual).

BRUN, Javier; TEJERO, Joaquín; LEDO, Pedro. **Redes culturales.** Claves para sobrevivir en la globalización. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2008.

CAMACHO, Clara. A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património**, Porto, v. VII-VIII, p. 107-114, 2002. (I Série).

CARNEIRO, Luís et al. **Redes colaborativas de elevado desempenho no Norte de Portugal.** Porto: Inesc, 2007.

CARRILHO, Tiago. Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIII, n. 1, p. 81-107, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. (v. I: A sociedade em rede).

CENTENO, Maria João. **As organizações culturais e o espaço público:** a experiência da rede nacional de teatros e cineteatros. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2010.

CRISTÓVÃO, Artur et al. (coord.). **Uma rede para o futuro?** Estudo de avaliação da COMUM – Rede Cultural. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006.

FERREIRA, Claudino et al. (coord.). **5 SENTIDOS Estudo sobre a rede de programação cultural.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2016.

GONZÁLEZ, Javier (coord.). **Estudio sobre redes y circuitos de espacios escénicos públicos en España 2006-2010.** La red española de teatros, auditorios, circuitos y festivales de titularidad pública. Madrid: Gobierno de España, 2012.

LAACKSONEN, Annamari. **D'Art Report 49:** International Culture Networks. Strawberry Hills: International Federation of Arts Councils and Culture Agencies, 2016.

OLEIRO, Margarida; HEITOR, Célia. 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa. **ACTAS:** Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, n. 10, p. 1-7, 2010.

RUBIM, Antônio, PITOMBO, Mariella; RUBIM, Iuri. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 1., 2005, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Ufba, 2005. p. 1-52.

SANTOS, Maria de Lourdes (coord.). **Contribuições para a formulação de políticas públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património**: relatório final. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2005.

SILVA, Augusto. As redes culturais: Balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. *In: GOMES, Rui Telmo (coord.). Os públicos da cultura (241-283)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2004.

SIMÕES, Jorge. **Cidades em rede e redes de cidades**: o movimento das cidades educadoras. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2011.